



# ANAIS DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 150

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**

Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**

1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**

3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**

1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**

2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**

3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**

4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**

5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Elio Rusch
PMDB .....	Waldyr Pugliesi
PSDB .....	Ademar Traiano
Partido Democratas .....	Plauto Miró
PT .....	Péricles de Mello
PP .....	Duílio Genari
PDT .....	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN .....	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV .....	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR .....	Jocelito Canto

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

# SUMÁRIO

## DIÁRIO Nº 150

### 140ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	02
Presenças.....	02
Abertura da Sessão .....	03
Expediente:	
Mensagem.....	03
Indicações .....	04
Requerimentos .....	06
Pequeno Expediente:	
Dep. Antonio Belinati .....	14
Dep. Tadeu Veneri.....	15
Dep. Artagão Júnior.....	18
Dep. Dobrandino da Silva.....	19
Dep. Douglas Fabrício .....	19
Dep. Pastor Edson Praczyk.....	20
Grande Expediente:	
Dep. Luiz Claudio Romanelli .....	21

Dep. Elio Rusch.....	23
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati.....	14
Liderança do PT	
Dep. Tadeu Veneri .....	17
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Marcelo Rangel.....	26
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	27
Discussão/Votação	
Redação Final .....	28
3ª Discussão .....	29
2ª Discussão .....	29
1ª Discussão .....	54
Discussão Única .....	106
Requerimentos .....	107
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>108</b>
<b>Anexo:</b>	
Tabela IPVA 2009.....	109

## DIÁRIO Nº 150

### 140ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 140ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2008

(segunda-feira)

#### Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Edgar Bueno, Geraldo Cartário, Milton Pupio e Osmar Bertoldi (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## **Abertura da Sessão:**

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## **Expediente:**

## **Mensagem**

MENSAGEM Nº 044/08

Curitiba, em 11/12/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando a criação, na Polícia Militar do Paraná, da medalha de honra ao mérito escolar Prêmio Capitão João Alves da Rosa Filho, em ouro, prata e bronze, a ser conferida, respectivamente, aos militares estaduais classificados em 1º, 2º e 3º lugares no Curso de Habilitação do Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM), conforme especifica.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

### **JUSTIFICATIVA:**

Constitui-se tradição das corporações militares condecorar seus integrantes que se houver destacado em atividades relevantes aos fins institucionais, sejam elas operacionais, sejam ainda acadêmicas.

Em face da criação do Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM), pela Lei Estadual nº 15349, de 22/12/06, surge a possibilidade de aquinoar o concludente do curso de Habilitação, a exemplo do que já ocorre nos cursos de Formação de Oficiais, de Aperfeiçoamento e Superior de Polícia, com uma honraria, em razão de haver logrado encerrá-lo dentre os três primeiros colocados.

Pesquisas realizadas dentre os valores da Polícia Militar do Paraná e que marcaram história apontaram para o nome do Cap. PM QOA João Alves da Rosa Filho, sugerindo-se, então, que a nova medalha ora proposta passa a denominar-se "medalha de honra ao mérito escolar Capitão João Alves da Rosa Filho."

Oportuno salientar o objetivo de homenagear-se o saudoso oficial, Cap. PM João Alves da Rosa Filho, nascido em 02/01/33 em Curitiba - PR, filho de João Alves da Rosa e Maria Ribeiro. O sobredito oficial casou-se com a Dona Marilú Moresqui Alves da Rosa, tendo com ela cinco filhos: Ten.-Cel. QOPM Washington Alves da Rosa; Maj. QOPM João Alves da Rosa Neto; Maj. QOPM Welington Alves da Rosa; Ch. QPM 1-0 Marcelo Alves Rosa e Estela Maris Alves da Rosa, advogada do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O Cap. PM João Alves da Rosa Filho ingressou na PMPR em 16/05/53 como Soldado. Foi promovido a Cabo em 1953; 3º Sargento em 1954; 2º Sargento em 1956; 1º Sargento em 1959; 2º Tenente PM QOA em 1964; 1º Tenente PM QOA em 1969 e Capitão PM QOA em 1978.

Historiador da Corporação e grande pesquisador, elaborou diversos trabalhos, inclusive relativos a legislação e processos administrativos, tendo ainda mais apresentado defesa de teses para cursos, além de haver colaborado em concursos literários e na edição de livros afetos às questões institucionais.

O Cap. Rosa, carinhosamente conhecido como Cap. Rosinha, ainda destacou-se em razão de suas atividades históricas, como membro da Comissão de Restauração do Museu Histórico da PMPR e na aglutinação do material disperso por várias OPMs. Com a publicação de diversas obras, tornou-se o maior historiador da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O mencionado Oficial realizou em sua carreira os seguintes cursos: Curso Regional de Transmissão - Rádio Operador 1952; Curso de Especialização de Psicotécnico 1958; Curso de Taquigrafia 1959; Curso de Controle de Tumulto e Calamidade Públicas 1968; Curso de Guerra não Convencional 1972.

Como recompensa pelos bons serviços prestados ao povo paranaense e à PMPR, durante 30 anos sem qualquer punição, recebeu as seguintes medalhas: Policial Militar de Bronze, (10 anos); Policial Militar de Prata, (20 anos); Policial Militar de Ouro, (30 anos). Ainda por intermédio do Decreto nº 4148, de 17/09/81, o Governador do Estado outorgou-lhe a Medalha de Mérito - Gratidão do Paraná, por serviços prestados a bem da ordem pública e, em julho de 2005, recebeu *post-mortem*, a Comenda Policial "Nota Dez".

Relevante enfocar que, por proposição do Gal. Luiz Carlos Pereira Tourinho, o Cap. PM João Alves da Rosa Filho foi aceito como sócio efetivo do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

Editou o Cap. Rosa as seguintes obras históricas: Combate do Irani; Campanha do Contestado; Epopéia da Lapa; Guerra do Paraguai; Revolução de 1924; Revolução de 1930/ Revolução de 1932. Porecatu. Sudoeste e outros episódios.

Foram publicadas ainda as seguintes obras *post-mortem*: Os Heróis da PMPR - 1854-1986. Avião Sargento e outros.

O Capitão PM João Alves da Rosa Filho faleceu em 10/09/04.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica criada, na Polícia Militar do Paraná, a medalha de honra ao mérito escolar Prêmio Capitão João Alves da Rosa Filho, em ouro, prata e bronze, a ser conferida respectivamente aos militares estaduais classificados em 1º, 2º e 3º lugares no Curso de Habitação do Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM).

Art. 2º. Art. 2º A medalha de honra ao mérito escolar Prêmio Capitão João Alves da Rosa Filho, cujo modelo é o constante nos anexos, apresenta as seguintes características:

I - Forma: circular com diâmetro de 30mm.

II - Anverso: ao centro, o Brasão de Armas do Estado abaixo do qual há uma faixa contendo a expressão Polícia Militar do Paraná, circundado pelas palavras Curso de Habitação de Oficiais do Quadro Especial.

III - Reverso: os seguintes dizeres: Prêmio Capitão João Alves da Rosa Filho; ano correspondente; 1º, 2º e 3º lugar; Honra ao Mérito.

IV - Fita: Em seda, de 35mm de largura, por 40mm de altura, apresentando duas faixas laterais de 11mm cada, sendo uma em cor verde, uma faixa central de 13mm, em cor branca, e, ao centro, uma listra de 1,5mm em cor vermelha.

Parágrafo Único. Na parte superior da fita de seda, a condecoração apresenta um passador de 42mm de comprimento e 12mm de altura, em armação de metal correspondente à medalha conferida.

Art. 3º Na contagem de pontos para efeito de promoção serão computados os seguintes valores:

- I - ouro - 1º lugar, 03 (três) pontos;
- II - prata - 2º lugar, (dois) pontos;
- III - bronze - 3º lugar, (um) ponto.

Art. 4º Aos agraciados com a condecoração referida na presente lei será conferido diploma que terá ao alto, impressa em cores, uma reprodução da medalha, seguida dos dizeres: medalha de honra ao mérito escolar Prêmio Capitão João Alves da Rosa Filho (Criada pela Lei nº ..... de .....). o Governador do Estado do Paraná, por decreto ... houve por bem conceder a medalha de honra ao mérito escolar Prêmio Capitão João Alves da Rosa Filho e, para constar, mandou expedir o presente diploma.

Art. 5º A confecção das medalhas, diplomas e miniaturas ficará a cargo do Comando Geral da Polícia Militar do Estado e serão entregues no dia de conclusão do curso.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 588/08

#### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Ver. Luiz Maltaca no município de Itaperuçu.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Ver. Luiz Maltaca no município de Itaperuçu.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 600 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessário para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

### INDICAÇÃO Nº 589/08

#### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para a Escola Estadual Terezinha E. Kepp no município de Almirante Tamandaré.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para a Escola Estadual Terezinha E. Kepp no município de Almirante Tamandaré

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

**JUSTIFICATIVA:**

O colégio atende aproximadamente 130 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física, em dias de excesso de sol ou chuva.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessário para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

**INDICAÇÃO Nº 590/08****SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Jardim Paraíso no município de Almirante Tamandaré.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Jardim Paraíso no município de Almirante Tamandaré

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

**JUSTIFICATIVA:**

O colégio atende aproximadamente 500 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física, pois a quadra tem apenas um piso e duas travas que estão em situação precária.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessário para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

**INDICAÇÃO Nº 591/08****SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Ver. Raulino Costacurta no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação

Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Ver. Raulino Costacurta no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

**JUSTIFICATIVA:**

O colégio atende aproximadamente 900 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessário para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

**INDICAÇÃO Nº 592/08****SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Pres. Abraham Lincoln no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Pres. Abraham Lincoln no município de Colombo

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

**JUSTIFICATIVA:**

O colégio atende aproximadamente 2 mil e 92 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos e professores, como na prática de esportes e aulas de Educação Física em dias de excesso de sol ou chuva.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessário para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

**INDICAÇÃO Nº 593/08****SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Plínio A. M. Tourinho no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Plínio A. M. Tourinho no município de Colombo

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 1 mil e 300 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessário para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

### Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 3856

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos cotados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) CIDA BORGUETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3911

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

#### REQUERIMENTO Nº 3868

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 470/08, item 15, por oito Sessões.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 3869

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 158, parágrafo

único do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por dez Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 402/08, item 06, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, PLAUTO MIRÓ, CIDA BORGHETTI, LUIZ CARLOS MARTINS, ANTONIO BELINATI, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, DUÍLIO GENARI, DURVAL AMARAL, AUGUSTINHO ZUCCHI e TADEU VENERI.

#### REQUERIMENTO Nº 3870

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 539/08, que declara de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária de Profissionais Liberais e de Pessoas Físicas, dedicadas a atividade empresarial de Nova Esperança e região - ACINE, por existir a Lei nº 14190, de 20/11/03.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 3871

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 367/08, que assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber os boletos de pagamento das contas de água, energia elétrica, telefonia e extratos bancários confeccionados em braile em todo o estado do Paraná na forma que menciona, por existir a Lei nº 15427, de 30/01/07.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 3872

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 495/08 e 540/08 que dispõem sobre a instalação de câmeras de segurança nas instalações nas unidades educacionais públicas estaduais.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 3854

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Magali Camargo, ocorrido no

dia 13 de dezembro, aos 60 anos, que infelizmente deixa saudades ao seu esposo Guilhobel Aurélio Camargo, seus três filhos, três netos, seus familiares e amigos.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) PASTOR EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 3910

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao 14º Batalhão da Polícia Militar de Foz do Iguaçu, na pessoa o seu Comandante, Ten. Cel. Mauro Alves Pinto, pela formatura de 112 soldados, do Curso de Formação de Soldados 2008, ocorrida em Foz do Iguaçu no dia 12 de dezembro do corrente.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

No dia 12 do corrente, em Foz do Iguaçu, foi realizada a formatura de 112 soldados que participaram do Curso de Formação de Soldados 2008, realizado pelo 14º Batalhão da Polícia Militar de Foz do Iguaçu, tendo como Comandante o Ten.-Cel. Mauro Alves Pinto.

Por esse trabalho de formação de mais policiais empreendido pelo 14º BPM, de imprescindível importância para os paranaenses na área de segurança, manifestamos as nossas congratulações àquele Batalhão, e registramos nos Anais desta Casa o nosso reconhecimento por essa realização daquela Corporação em prol da sociedade, cujos formandos já encontram-se prestando serviços, garantindo assim mais segurança e tranquilidade à nossa população, especialmente de Foz do Iguaçu e de outros municípios vinculados àquela unidade, e que representamos nesta Casa.

#### REQUERIMENTO Nº 3912

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Universidade Federal do Paraná pelos seus 96 anos de existência, alcançados com excelência na qualidade de ensino.

Requer ainda, envio de cópia a Ilma. Sra. Márcia Helena Mendonça, Reitora *pro tempore* da UFPR.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3912-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, para que fique registrado para posteridade nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná, voto de congratulações e aplausos ao Revmo. Padre Adelar Menegazzi do município de Mariópolis.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dada ciência ao Revmo. Padre Adelar Menegazzi.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Há 79 anos atrás, no dia 26/06/28, no município de Ibarama/RS, próximo a Sobradinho alguém deixou o ventre de sua mãe, e veio para este mundo. Nascia, portanto, um dos apóstolos de Cristo, foi batizado na Paróquia São Paulo de Vila São Paulo, do município de Sobradinho. Viveu com seus pais, Sr. João e D. Maria até os 18 anos de idade. Desde pequeno sempre pretendia ser missionário de Nossa Senhora da Salette, que por sua livre e espontânea vontade aos 18 anos foi para o Seminário Salette, de Marcelino Ramos, e ali fez os estudos ginásiais e colegiais.

Começou o noviciado em 02/02/52.

Iniciou os estudos de Filosofia no ano de 1953 em São Leopoldo/RS, no Seminário Central dirigido pelos Jesuítas; em 1955 no Seminário Maior de Viamão/RS, onde começou os estudos de Teologia, completando seus estudos em Roma na Itália.

Referindo-se ao Padre Adelar que no dia 08/12/58, com 30 anos de idade, ordenou-se Sacerdote. Exerce o Sacerdócio há 48 anos.

Celebrou a primeira missa em 08/12/58, em Marcelino Ramos, onde foi ordenado. Celebrou a segunda missa na comunidade onde nasceu em Ibarama/RS, no dia 14/12/58.

Padre Adelar, seus pais tiveram 10 filhos, todos eles receberam a sua missão, dentre eles foi o escolhido para ser o apóstolo de Cristo.

Por isso, hoje com certeza muitas Paróquias, dentre elas: Volta Grande Alto Uruguai/SC; Renascença, São Paulo e Sta. Ana Palmas Lagoão; União da Vitória; Marcelino Ramos, todos agradeceram pelo seu trabalho de evangelizador. Não poderíamos deixar de mencionar pelo seu dom de servir, pelo serviço prestado no Hospital da Caridade de Erechim/RS.

Mariópolis agradece com o coração transbordando de alegria pelo seu exemplo de vida nesses 12 anos de trabalho prestados à nossa comunidade e às comunidades vizinhas.

Trabalhando em diversas Paróquias, também como Padre auxiliar. Dentre elas: Diocese de Lages, Paróquia Cristo Rei - Estação Uruguai, 12 anos; Diocese de Palmas, Paróquia Cristo Rei - Renascença, nove anos; Paróquia Sta. Ana - São Paulo, um ano; Diocese de Palmas, Paróquia Nossa Senhora Aparecida - Lagoão, seis anos; Marcelino Ramos, Paróquia São João Batista, três anos; novamente Diocese de Palmas e Fco. Beltrão, Paróquia São Francisco de Sales - Mariópolis, de 1996 até o presente.

O dia da sua ordenação foi aos 18/12/58. O cenário foi o Santuário de Nossa Senhora da Salette, em Marcelino Ramos. O celebrante Dom Cláudio Colim, de Passo Fundo.

A celebração foi muito simples, pois não havia fotografos. Da sua família só tinha a mãe e a irmã de sete anos: Salette. De São Paulo estava presente o padrinho João de Prado, que custeou sua filosofia e teologia.

Seus pais eram muito religiosos, não poderiam faltara à missa no Arroio Tigre, longe 9 quilômetros. Mas, o pai era bastante enérgico nas decisões. Tanto que ao dizer-lhe que desejaria ser Padre, ele questionou muito. Basta dizer que rejeitou o colégio dos irmãos Maristas em Cachoeira do Sul, achando que pela formação dos Maristas ele ia desistir da vocação de Padre.

Deixou o colégio após findar o ano 1940. Não conseguiu voltar aos estudos até 1945. Consultando o Pároco de Frederico Westphaem, não teve a oportunidade de ir ao Seminário Santa Maria, mas o Pároco informou ao irmão Nicolau Martinoski, que em Vila Bela Vista tinha alguém interessado em ser Padre. O Irmão Nicolau chegou em sua casa no fim de dezembro de 1944.

Depois de umas três horas de interrogatório com o pai, ficou resolvido que ele iria à Marcelino Ramos até 26/12/45. Mas, o pai não aceitava que ele fosse Padre religioso. Depois de longas conversas, consentiu que partisse para Marcelino Ramos. Mas, recebeu dinheiro somente para a viagem. O pai precisava muito dele, pois só ele trabalhava na lavoura. Ele tinha três irmãs mais novas, para elas a lavoura era muito pesada.

A saída não foi muito a desejar, teve que andar alguns quilômetros a pé para embarcar no ônibus e ir até Santa Bárbara apanhar o trem até Marcelino Ramos.

Moravam à 8 quilômetros do Arroio Tigre. Da sua casa a Sobradinho era a mesma distância. Sobradinho fica perto de Soledade, Santa Maria. Para bem dizer é o centro do Rio Grande do Sul.

No Seminário Marcelino Ramos suas recordações profundas, além dos formadores foi a construção do Santuário no qual deu início às escavações do fundamento do mesmo. Como não tinha como que pagar a pensão e os estudos, ele trabalhava com a picareta e a pá, assim o superior não cobrava os estudos. Ajudou do começo ao fim. Depois chegaram os sinos, o Irmão encarregou-lhe junto com o Adriano, montar os sinos, primeiro no pátio do Seminário. Assim na Romaria, em 1948, os sinos foram badalados no chão. Depois desmancharam tudo e os transportaram para o local definitivo, onde esta até hoje.

O interessante aconteceu durante o noviciado. Eles cultivaram na horta. O mestre pediu que fizessem o plantio da alface, pois estava chovendo e não iria morrer nenhuma muda. Quando terminaram o plantio, o mestre pediu que apanhassem o regador e molhassem todo o plantio, que passava de 2 mil plantas. Ora bolas, regar com chuva? Uma olhada entre nós noviços e aquela risadinha. Lino, o justo, disse: é obediência. E lá foram regar o plantio.

Quanto a filosofia dois anos em São Leopoldo, e o terceiro em Viamão, professores de classe superior, todos formados em Roma.

A teologia, como professor o Dr. Ivo Lorcheader, todos os quatro anos. Sendo que o latim era a língua oficial, deram uma caída na escrita no fim do segundo ano. A solução foi ao dar início ao terceiro ano, o superior do seminário, achou que se quisesse continuar deveria fazer um exame oral, perante cinco Padres. Formado o quinteto lá foi de cabeça erguida, pois não teve receio de enfrentá-los. Deveria falar sobre uma tese durante 15 minutos. O Padre Ivo pediu que falasse sobre a tese 19. Como acertou de cheio o começo da mesma, falou apenas cinco minutos e recebeu a ordem: suficiente. Então, foi ao camarim e constatou tinha acertado.

Fim do terceiro ano recebeu a ordenação depois voltou à Viamão, para o quarto ano, sendo Padre. Belas recordações guardou de Marcelino Ramos e Viamão, ótimas recordações. A formação destes professores gravou no seu agir. Momentos difíceis não foi narrá-los, mas o que disse é que as superou embora com muito constrangimento e lágrimas.

Para ele desde que sentiu o chamamento: *Vinde meus filhos, não tenhais medo...* Este convite fez-lhe sentir em todos os momentos da vida: alegrias, tristezas, agradecimentos, repulsas, enfim, sempre sentiu a mão quente de Salette. Depois de passar por oito operações não sentiu abatimento e nem medo. Procurou e procurou dar testemunho de missionário da Salette, bastante da sua vida, e querendo continuar dando. O peso dos anos deve agradecer profundamente a Deus, porque deu-lhe força, vontade e ânimo para a caminhada sacerdotal.

## REQUERIMENTO Nº 3855

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à IdealSoft na pessoa de Gustavo Trunci.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

## JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1995 a IdealSoft, Trunci e Trunci Ltda, vem, desde aquela época, desenvolvendo o Shop Control com os mais avançados recursos e tecnologias disponíveis. Desde sua criação a IdealSoft busca, através de sua equipe de desenvolvimento, melhorar sempre seus sistemas e sua aceitação no mercado.

Além do Shop Control, seu produto principal, a IdealSoft também desenvolve soluções específicas para clientes e parceiros.

O Shop Control, lançado inicialmente na versão 2 e hoje em sua versão 7, é o sistema de automação comercial mais completo do país. Com o uso de modernas tecnologias como base de dados SQL 7 e a possibilidade de rodar filiais on-line via internet o Shop Control é um produto único, tanto pelos seus recursos como pela facilidade de uso. Vários anos de sugestões e contato direto com os lojistas fizeram do Shop Control um produto maduro e estável, pronto para qualquer loja.

A base de dados SQL 7 garante confiabilidade e velocidade de acesso aos dados, podendo ser usada em até 100 estações simultaneamente. Isso permite que o Shop Control seja empregado por lojas de todos os tamanhos.

Sua grande capacidade de configuração e segurança, além de controle de produtos com grade de tamanho e cor e números de série, fazem do Shop Control ideal para qualquer tipo de loja. Desde mercados até grande livrarias e confecções, todos podem aproveitar os recursos e facilidades dos sistema.

#### REQUERIMENTO Nº 3857

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Luiz Otavio Monastier Filho.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luiz Otavio Monastier Filho, graduado em Turismo pela Universidade Tuiuti do Paraná, onde defendeu seu trabalho de conclusão sobre Turismo Sustentável. Preservação e Educação Ambiental para Turistas e Moradores da Ilha do Mel. Eleito recentemente para o Conselho Tutelar de Guaratuba, para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, atendendo e aconselhando os pais ou responsáveis, assumindo a responsabilidade pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### REQUERIMENTO Nº 3858

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. José Martins Bianeck.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. José Martins Bianeck, Diretor de Patrimônio da Associação Brasileira de Odontologia do Paraná, que promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os odontólogos, através de ações sociais, culturais e científicas, que beneficiam a saúde bucal da população, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

#### REQUERIMENTO Nº 3859

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Pe. Antonio Carlos de Mello.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Pe. Antonio Carlos de Mello, Reitor do Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, desde agosto de 2008 dirige este local sagrado, para onde, por devoção, acorrem peregrinos de diversas regiões, aumentando suas responsabilidades como governante das palavras do Êxodo 25:8 *E me farão um santuário para que possa habitar no meio deles*. Coordenador de ações sociais que beneficiam crianças, idosos e adolescentes, com apoio de voluntários, demonstra toda sua dedicação e amor ao próximo.

#### REQUERIMENTO Nº 3860

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Senador da República Francisco Oswaldo Neves Dornelles.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Senador da República Francisco Oswaldo Neves Dornelles, que exerceu e exerce o seu papel de cidadão dedicado ao bem comum desde a sua formação no curso de Direito, partindo para uma vida pública com retidão, nos mais diversos postos a que foi chamado para transmitir seus conhecimentos ou administrar com experiência a coisa pública.

Como professor de Direito nas áreas Tributária e Financeira ou de Legislação Tributária levou informação para seus alunos. Doutor em Economia com vasta experiência administrativa exerceu cargos como Ministro de Fazenda, Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo e Ministro do Trabalho e Emprego. Foi Deputado Federal, atualmente é Senador da República eleito pelo Partido Progressista do Estado do Rio de Janeiro, do qual é Líder no Senado e Presidente Nacional e Estadual, Vice-Presidente da Fundação Getúlio Vargas, é membro integrante de várias instituições de classe e membro atuante em diversas comissões no Senado Federal, profundo conhecedor de questões orçamentárias, tem o respeito de seus Pares e de seus eleitores, bem como a admiração de todos.

#### REQUERIMENTO Nº 3861

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao advogado André Passos.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao advogado André Passos, que brilhantemente defende as causas trabalhistas, cumprindo as normas jurídicas que regem as relações entre empregados e empregadores, defendendo a autêntica expressão do humanismo jurídico e o melhor relacionamento entre o homem que trabalha e aqueles para os quais o trabalho se destina, melhorando as condições de pactuação da força de trabalho na ordem socioeconômica.

# REQUERIMENTO Nº 3862

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. Constantino Constantini.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Constantino Constantini, médico cardiologista, proprietário do Hospital Constantini, onde aplica uma medicina ética e de resultados, oferecendo serviços médicos rápidos, seguros, eficazes e humanizados na área de cardiologia, sendo uma referência na sociedade, tornando-o um centro de excelência em cardiologia. Sua responsabilidade social está presente através de sua fundação, onde atende pessoas carentes, propiciando a estes um tratamento adequado nos casos cardiológicos.

# REQUERIMENTO Nº 3863

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Jeep Clube de Curitiba.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Jeep Clube de Curitiba, na pessoa de seu Presidente Luiz Antonio Bernardi, pela iniciativa de solidariedade para com os desabrigados de Santa Catarina, utilizando a estrutura do Clube para a arrecadação de donativos àqueles que tanto necessitam neste momento de dificuldade. A solidariedade dos jipeiros é exemplos de cidadania, de fraternidade e de que o Clube tem também sua função social.

# REQUERIMENTO Nº 3864

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Flavio Horizonte da Costa pelo lançamento do livro A Vestal.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Flavio Horizonte da Costa pelo lançamento do livro A Vestal. Advogado de formação e escritor por opção, lança o livro A Vestal, que é uma estória de amor dedicada às mulheres e às amantes amadas e, especialmente, à sua esposa, que vem a acrescentar-se à lista de obras do autor, que de forma independente as publica para os amantes da boa leitura.

# REQUERIMENTO Nº 3865

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Tesouros de Cuba pelos 10 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Tesouros de Cuba pelos 10 anos de fundação, na pessoa de seus comandante Rafael Ghignone e Silva, que presta um serviço de qualidade, em ambiente próprio a seus clientes e aficionados para a degustação de charutos, local para fazer amizades e desfrutar de um atendimento personalizado, com competência e qualidade, levando a casa a ser reconhecida por sua excelência em bem atender.

# REQUERIMENTO Nº 3867

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Ladislau Lukas - Bairro Vitória Régia - CIC, que solicitam policiamento ostensivo nesse bairro devido a presença de muitos usuários de drogas, os quais promovem brigas constantes, ocasionando pavor aos moradores e comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

# REQUERIMENTO Nº 3873

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Alvorada do Sul, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

# REQUERIMENTO Nº 3874

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Astorga, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

# REQUERIMENTO Nº 3875

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Barra do Jacaré, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3876

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Cafeara, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3877

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Cambé, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3878

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Centenário do Sul, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3879

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Colorado, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3880

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar

para o município de Cruzeiro do Sul, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3881

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Florai, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3882

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Florestópolis, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3883

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Guaraci, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3884

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Iguaçu, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 3885

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Itaguajé, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 3886

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Itambé, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 3887

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Ivatuba, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 3888

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Jardim Olinda, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 3889

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para

o município de Lupionópolis, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 3890

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Mandaguari, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 3891

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Miraselva, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 3892

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Munhoz de Mello, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 3893

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Nossa Senhora das Graças, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3894

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Ourizona, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3895

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Paranacity, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3896

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Paranapoema, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3897

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Pitangueiras, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3898

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para

o município de Prado Ferreira, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3899

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Santa Fé, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3900

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Santo Inácio, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3901

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de São Jorge do Ivaí, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3902

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Sertanópolis, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 3903

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, solicitando um ônibus escolar para o município de Tamarana, devido o referido município atender alunos que moram distante das escolas onde estão matriculados, e o transporte municipal estar sucateado.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DURVAL AMARAL

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, visitantes, jornalistas que cobrem os trabalhos desta Casa, telespectadores que acompanham as Sessões da Assembléia Legislativa através da TV SINAL e da TV MERCOSUL. Estamos caminhando para as últimas Sessões, que marcam o segundo ano desta legislatura. O tempo praticamente voa e já estamos entrando na reta final do mandato que exercemos nesta Casa.

Quero crer que o ano foi bastante produtivo, com bastante trabalho para esta Casa de Leis. Tivemos o privilégio, a bênção de Deus, em pleno mês de setembro, quando estávamos em campanha para Prefeito de Londrina, no primeiro turno, mesmo em campanha eleitoral, os registros da Mesa Diretora desta Casa indicam que tivemos 100% de comparecimento aqui. Não faltamos em nenhuma Sessão, em nenhum dia de trabalho, para fazer campanha eleitoral. Deixamos a campanha eleitoral sempre para os finais de semana.

Insisto sempre que o nosso dever é apenas a nossa obrigação. O mínimo que cada Parlamentar tem de dever, obrigação, responsabilidade com os paranaenses, é comparecer aos trabalhos. Se ele é bom de tribuna ou não, se tem um trabalho mais destacado nas Comissões, ou se tem mais jeito para fazer encaminhamento nas Secretarias e nos órgãos do Governo, nas Prefeituras que representam, cada Parlamentar tem o seu jeito. Eu, não tenho, não represento aqui nenhum Prefeito, porque não tive apoio de nenhum Prefeito para ser eleito Deputado. Isso nos dá uma tranquilidade muito grande, em poder estar 100% no plenário cuidando dos nossos trabalhos, votando favorável aos projetos que entendemos ser de interesse e bons para a população. Mas também ter a coragem de votar contra e de discordar, quando entendemos que a matéria não é boa para a população.

Ainda há pouco tive a honra, Deputado Tadeu Veneri, de assinar uma emenda encabeçada por V. Exa., para que essa minirreforma tributária do Governo não provoque aumento na energia elétrica, para as panificadoras, padarias. Porque o panificador, o dono da padaria, pagando mais caro pela energia elétrica, quem vai se "ferrar" é a população. É sabido que o preço do pão para a magnata, o milionário e o favelado é um preço só.

Essa emenda, vamos batalhar muito para que ela possa sensibilizar os colegas Parlamentares, para que seja aprovada. Porque volto a repetir: em se elevando a tarifa de energia elétrica para a panificadora, o pãozinho vai ficar mais caro. E quem trabalha em serviço pesado tem necessidade de se alimentar bem quando sai de casa para poder enfrentar um dia de serviço puxado. Tudo que puder ser feito em benefício da população, em especial a de baixa renda, estaremos aqui votando favorável. Porque insisto, o rico, o magnata, não precisa de Vereador, não precisa de Prefeito, não precisa de Deputado, não precisa de Ministro. Ele se vira sozinho. Porque o rico não está na porta da creche pedindo vaga para seu filho, ele não está as 5h da manhã na porta do posto de saúde, na fila para conseguir uma consulta, um exame ou amostra grátis; o rico não está pedindo asfalto, porque onde ele mora tem asfalto, tem rede de esgoto; ele não está interessado se a tarifa do ônibus vai subir, se o ônibus está passando no horário ou não, porque ele tem o seu carro e muitas vezes até com motorista particular.

***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

O rico não está na fila da COHAB, procurando por uma casa popular, para se libertar do aluguel, porque ele mora com todo o conforto. Quem está na fila da COHAB? É a população de baixa renda, é o pobre. Quem está no posto de saúde? É o baixa renda, o trabalhador, o desempregado, a camada mais pobre. Na creche, o rico não está ali brigando com a Diretora para conseguir uma vaga para colocar o seu filho, porque ele pode pagar babá particular.

O rico não está atrás de um hospital público, porque para ele tem até avião equipado com UTI. Se ameaçar passar mal vem a equipe de enfermeiros, de ambulância, coloca o doutor dentro do helicóptero e é levado para São Paulo com UTI, médico, socorro, enquanto o pobre morre na porta do hospital, como tem acontecido aqui no Paraná, por falta de vaga em UTI de hospital público. A imprensa tem noticiado constantemente, para nossa tristeza, o alto número de paranaenses que morrem na porta de hospitais, desesperados, tentando conseguir uma vaga na UTI. O pobre está jogado na maca, no corredor do hospital. Ou fica na ambulância, ou na porta do hospital.

Então, Sr. Presidente, temos que aprovar medidas que beneficiem o servidor público, o idoso, a criança, o trabalhador, a população de baixa renda, o desempregado, o portador de deficiência, o assalariado. Aprovar sempre leis de natureza sociais que possam prestar algum tipo de contribuição para humanizar mais, diminuir o sofrimento da grande camada do povo brasileiro.

E para terminar, Presidente Antonio Anibelli, estou encaminhando a V. Exa. um requerimento pedindo a retirada de um projeto de pauta. Agora há pouco, na Comissão de Finanças, da qual fazemos parte e os Oficiais de Justiça que estão aqui, vieram pleitear uma mais ampla discussão do Projeto de Lei nº 470/08, que é inconstitucional, que acaba com os Oficiais de Justiça. É um projeto altamente desumano, inconveniente, inoportuno, além de ser inconstitucional. E o que eles querem? A sugestão é muito simples, que esse projeto, ao invés de ser aprovado no afogadilho, no apagar das luzes desta Casa de Leis, que estamos encerrando o ano, esta semana é a última semana de Sessões desta Casa neste ano, para quê votar no afogadilho, na pressa, um projeto que fere, que machuca, que judia de uma categoria que presta tanto e tão relevante serviços ao povo do Paraná, que são os Oficiais de Justiça?

Pretende o atual comando do Tribunal de Justiça, nobre Presidente, fazer uma alteração através do Projeto de Lei nº 470, que vai simplesmente ser uma porretada, uma paulada para liquidar com a nobre categoria dos Oficiais de Justiça.

Então, já que está tendo eleição hoje no Tribunal de Justiça, está sendo eleito o novo Presidente, não sei quem vai ganhar, que o eleito possa comandar com dignidade, com inteligência o Tribunal de Justiça. Mas já que estamos em processo de eleição no Tribunal de Justiça, para que votarmos hoje esse projeto? De repente o novo Presidente poderá, se não for do agrado dele, passar até um sabão em nós Deputados, quem, sabe até passar um pito sim e dizer: "Mas por que vocês votaram na correria? Por que votaram na pressa esse projeto? Presente de Papai Noel? Isso não é presente de Papai Noel, é presente de tamanduá bandeira".

Então, Sr. Presidente, para evitar esse grande dissabor ao finalizar o ano de 2008 contra os nobres Oficiais de Justiça, eu dizia há pouco na Comissão de Finanças, ser Oficial de Justiça não é profissão para qualquer um não, tem que ter estômago para ouvir elogios, viu Deputado Romanelli, e para ouvir também desaforo do outro lado. Já teve caso até de agressão contra Oficial de Justiça.

Então, independente do dissabor ou da alegria que o Oficial de Justiça leva para casa, e vemos que o bom Oficial de Justiça, muitas vezes, 6h e pouco da manhã, 7h da manhã está cumprindo com o seu trabalho, às vezes 8h da noite, 9h da noite, muitas vezes não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado, e estão querendo até criar uma categoria aqui, Sr. Presidente, que é impressionante, se é que entendi bem, o Juiz é quem vai escalar quem é que vai na casa do cidadão que está sendo intimado. Isso vai abrir um leque, poderá abrir um leque se a outra parte for inimiga do Juiz, o Juiz vai ter pressa que ele seja intimado imediatamente, e quem sabe, se for da patota, da panela do Juiz, não haverá interesse que ele seja intimado ou seja encontrado tão rapidamente.

Então, é um absurdo acabar com essa verdadeira independência que havia no âmbito do Poder Judiciário, a liberdade para o Oficial de Justiça, que sempre teve para o bom cumprimento dessa árdua e espinhosa tarefa que ele exerce.

Então, a matéria é muito ampla, não há tempo para, neste pronunciamento, abordarmos todos os seus aspectos. Mas, Sr. Presidente, querer acabar com uma categoria aqui, como disse um representante de Santa Catarina há pouco, isso aqui vai servir de locomotiva, de piloto para que outros estados copiem também esse modelo do Paraná, que não concordamos.

Então, em respeito aos Oficiais de Justiça, estamos pleiteando do nobre Presidente desta Casa que este projeto seja retirado de pauta por oito Sessões. Por quê? Eu já coloquei oito Sessões porque poderemos ter mais de uma Sessão no mesmo dia nesta Casa, nesta Semana, para que este projeto só volte a ser discutido por nós Parlamentares somente no ano que vem e depois de a OAB emitir um parecer se ele é ou não é legal, se ele é ou não é constitucional. E se ele não for constitucional, se ele ferir a Constituição, como está sendo pregado, nós devemos dizer um não e votarmos contra esse Projeto nº 470/08, em homenagem e respeito a esta categoria que hoje nos dá a honra da sua visita.

Nosso apoio aos Oficiais de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

*Deputado Tadeu Veneri (PT)*

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna no dia de hoje porque no dia 13 de dezembro, no último sábado, tivemos a lembrança, não comemoramos porque não é um ato a ser comemorado, mas lembramos que no dia 13 de dezembro de 1968, há 40 anos atrás, foi editado um dos atos mais perversos da história do nosso país, o Ato Institucional nº 5, o famigerado, Deputado Belinati, AI-5. O AI-5 que cassou centenas de Parlamentares, além dos Parlamentares foram milhares de pessoas, milhares de professores que foram atingidos. O que me chamou a atenção, e por isso uso a tribuna no dia de hoje, é que a Folha de São Paulo, neste último domingo, trouxe uma reportagem que dizia que oito em cada 10 brasileiros nunca ouviram falar do AI-5. Nós sabemos que aquilo que é esquecido, aquilo que não é lembrado, aquilo que fica à margem da história, um filósofo que participou da Escola de Frankfurt sempre repete: "Esquecer é punir duas vezes."

Então, para que fatos como estes nunca mais sejam repetidos, é preciso que registremos nas Câmaras de Vereadores, nas tribunas, o Congresso Nacional fez uma Sessão Especial para registrar o AI-5, principalmente para registrar o repúdio ao AI-5. Parte dessas pessoas que não sabem o que é o AI-5 são pessoas que nasceram depois de 1968, e na nossa história, inclusive na história que está nos livros, nada disso é registrado.

Deputado Belinati, Deputado Anibelli, V. Exa. que inclusive foi Deputado Federal sabe:

(Lê):

Editado há 40 anos pelo General Costa e Silva, o AI-5, o principal símbolo da ditadura militar, é totalmente ignorado por 82% dos brasileiros a partir dos 16 anos. E, dos 18% que ouviram falar algo sobre ele, apenas um terço (32%) respondeu corretamente que a sigla se referia ao Ato Institucional nº 5.

Editado em 13 de dezembro de 1968, pelo então Presidente, o General Costa e Silva, o AI-5 autorizava o *Executivo a fechar o Congresso, cassar mandatos, demitir e aposentar funcionários de todos os Poderes. O Governo podia legislar sobre tudo e suas decisões não podiam ser contestadas judicialmente*. Em 10 anos, o AI-5 serviu de base para a cassação de mais de 100 congressistas. A censura atingiu cerca de 500 filmes, 450 peças, 200 livros e 500 canções.

Passados quase 30 anos de sua extinção, a lembrança do AI-5 vem se desvanecendo. Como observa o cientista político Marcus Figueiredo, do IUPERJ, isso resulta do fato de que boa parte da população nasceu após 1968: "O fato tem 40 anos e não faz parte do calendário das datas nacionais". Mas mesmo no estrato de pessoas com 60 anos ou mais (indivíduos que tinham ao menos 20 anos quando o AI-5 foi editado), só 26% dizem ter ouvido falar dele.

O conhecimento sobre o AI-5 cresce à medida que avança a escolaridade formal. Só 8% das pessoas com ensino fundamental ouviram falar do AI-5. A taxa sobe para 53% entre quem tem nível superior, mas só 12% desse grupo se diz bem informado.

Para o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues, professor aposentado da USP e da UNICAMP, "a variável decisiva é a escolaridade": "É natural que o desconhecimento exista. A população comum é muito desinformada sobre questões políticas. O pessoal mal lê jornal. Isso não é só no Brasil. Foi feita uma pesquisa com jovens da Alemanha, e a grande maioria nunca tinha ouvido falar de Hitler".

Na opinião do historiador Marco Antônio Villa, da UFS-Car, a pesquisa não revela "nenhuma surpresa": "Nós somos um país sem memória e despolitizado. Se a política fizesse parte do cotidiano, isso não aconteceria. É um duplo problema. Isso permite que quem colaborou com a ditadura possa se travestir de democrata".

Para o historiador Carlos Guilherme Mota, da USP, a pesquisa do Datafolha é previsível e resulta de um ensino ruim, da falta de financiamento às universidades e da falta de interesse num projeto nacional calcado no conhecimento histórico: "Vivemos num país em que as elites não têm preocupação em incentivar a educação e a pesquisa histórica", diz.

Mais do que um fiasco o sistema escolar, a historiadora Denise Rollemberg, da UFF, diz tratar-se de um processo que envolve esquecimento e reconstrução da história:

"No Brasil pós-abertura política, quando a democracia passa a ser valorizada, há uma reconstrução do passado a partir do presente. Nessa reconstrução esquece-se o que houve para esquecer-se do aval do dado".

Por isso, Srs. Deputado, Sr. Presidente e nossos convidados, é extremamente importante que não nos esqueçamos que se hoje temos um Congresso com todos os Poderes funcionando, temos a imprensa com a liberdade de dizer aquilo que acha correto, temos os servidores públicos podendo exercer o seu papel, os sindicalistas também fazendo o seu papel, isso nem sempre foi assim. Nem sempre foi assim e foi muito pior, porque após o AI-5, tivemos um número de pessoas não só cassadas, mas tivemos um número de pessoas que foram presas, torturadas, e que foram mortas pelo regime instaurado em março de 1964 e, com o AI-5 no entendimento de muitos que participaram da vida política daquele período da história do Brasil, entenderam que o AI-5, na verdade, foi um novo golpe dentro de um golpe que já havia sido feito em 31 de março de 1964.

É bom lembrar que nesse período tivemos, além das pessoas que tiveram os seus direitos políticos cassados, tivemos também pessoas que foram presas e foram mortas nos porões da ditadura e, por isso mesmo, essas pessoas ainda são lembradas por nós todos e das Assembléias Legislativas também.

Quero fazer aqui duas considerações. Na história do AI-5 duas pessoas, além de tantas outras, duas pessoas foram determinantes para que o movimento democrático do nosso país conseguisse avançar. Uma delas em 1975, Wladimir Herzog, que fez parte do Partido Comunista e que saiu para dar depoimento no DOI-CODI retornou de lá morto após tortura. Em 1975, no dia 25 de outubro, o jornalista Diretor da TV Cultura foi morto no DOI-CODI e no dia 31 de outubro - é bom, Deputado Péricles, nós lembramos disso - em plena vigência do AI-5 houve um culto ecumênico na Catedral da Sé, realizado por Dom Evaristo Arns, uma das pessoas que teve a maior referência na luta contra a ditadura e mesmo assim, cercados pelo Exército, cercados pela Polícia, não recuaram. Para nós que muitas vezes recuamos a qualquer batida de pé, é bom lembrarmos da história para sabermos que muitos daqueles que permitiram que nós pudéssemos chegar aqui, deram a sua vida para que pudéssemos estar falando desta tribuna.

Mais ainda, 1977, quando o Congresso rejeitou a reforma do Judiciário, em 1º de abril, o Presidente Geisel indicou o famoso pacote de abril fechando o Congresso e instituindo a figura do Senador Biônico, que até hoje não conseguimos revogar, e por isso mesmo temos os três Senadores no nosso Senado.

Em 1978, sob a liderança do Lula, hoje Presidente da República, tivemos no dia 12 de maio a primeira greve de metalúrgicos realizada no ABC paulista, após o golpe militar.

## *Passa a usar o horário da Liderança do PT*

Falo isso, Srs. Deputados, e uso esse instrumento que é a TV Assembléia, porque a maioria de nós e a maioria da nossa população mal sabe que nesses 40 anos muitas pessoas tiveram suas carreiras mutiladas, muitas pessoas tiveram a sua vida destruída, muitas pessoas, por um ideal, tiveram processo de crescimento profissional, intelectual, ideológico, interrompido simplesmente porque faziam oposição às idéias dominantes, as idéias do regime militar.

Hoje é muito fácil e cômodo fazermos pronunciamentos como esse, é muito tranqüilo. Até porque sabemos que podemos usar a tribuna aqui, falar, voltar e sentar e ir embora para casa sem que absolutamente nada aconteça. E nem sempre foi assim. Falo, porque é preciso que os nossos jovens, que a nossa população tenha conhecimento que o AI-5 no Brasil foi o terror de estado, que entrava nas casas das pessoas sem absolutamente nenhum tipo de pedido judicial, não havia, necessidade que se fizesse nenhum tipo de consideração, não só nas casas.

Trabalhei em banco, onde pessoas do banco onde eu trabalhava, o Banco União Comercial, saíam para dar depoimento, pelo menos dois casos, e não retornavam nem ao banco e nem às suas famílias e simplesmente essas pessoas, não se tinha conhecimento do que acontecia com elas depois. E o manto do terror que foi feito, do silêncio a partir de 1964, e em 1968, com o AI-5, com uma dureza muito maior, não pode ser esquecida pela sociedade paranaense e brasileira.

Deputado Péricles, que é Líder do nosso partido, sabe que do Partido dos Trabalhadores, assim como os demais partidos operários que existem hoje, muitos tiveram não só a sua carreira interrompida, mas muitos tiveram a própria vida colocada por acreditarem num ideal de um país democrático, de uma sociedade fraterna, igualitária, onde todos pudessem se expressar.

Nesse dia de hoje quero, mais uma vez, registrar que a lembrança do expressar. Neste dia de hoje quero, mais uma vez, registrar que a lembrança do dia 13 de dezembro de 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5, Deputado Anibelli, que foi registrado no Congresso Nacional e que nós talvez devêssemos fazer o mesmo aqui na Assembléia Legislativa, não pode ser esquecida. Àqueles que dizem que é preciso haver conciliação nacional e que essa conciliação passa pelo esquecimento, repito o que já falei: esquecer as injustiças é punir duplamente. É novamente sermos coniventes com aqueles que tantas vezes sofreram para que pudéssemos estar hoje exercendo o nosso mandato e divergindo, sem que fôssemos punidos por sermos divergentes. Porque hoje, se conseguirmos ter uma voz diferente em qualquer espaço do nosso país, é porque antes que pudéssemos fazer isso outros colocaram a sua história, a sua vida e os seus ideais à disposição da história para que pudéssemos chegar aqui. Sras. e Srs. Deputados, em homenagem àqueles que

tombaram, àqueles que foram tolhidos nesse processo e nesse percurso, em homenagem a todos aqueles que colocaram a sua vida à disposição de uma causa, é que faço esse pronunciamento. E faço esse pronunciamento sabendo que muitos, muitos não podem estar aqui e que é muito pouco o que estamos fazendo. Mas, sem dúvida nenhuma, deixar passar um dia como o dia 13 de dezembro sem nenhuma referência é um mal muito maior.

Por isso, Deputado Anibelli, V. Exa. que tem uma experiência larga aqui nesta Casa, de longo tempo, sabe como foi o período, inclusive aqui nesta Casa. Hoje lembramos que aqueles que foram anistiados não são favorecidos, como muitas vezes ouço falar por aí. Não são favorecidos. Porque acredito que nenhum dos que acusam os anistiados de serem favorecidos trocariam a sua estabilidade econômica, material, sua estabilidade política, a sua tranqüilidade em família para poderem ser anistiados 30 anos depois.

Hoje faço isso porque muitas vezes que essa conversa que anistia é benefício, não é benefício, é reparação que o estado faz com aqueles que sofreram muito, reparação à memória daqueles que perderam parte da sua vida para que pudéssemos estar aqui. Mais uma vez quero registrar o meu respeito, a minha consideração e a minha admiração pelos que tiveram coragem de lutar, coragem de divergir, coragem de se colocar em momentos muito difíceis da nossa história frontalmente contrários àquilo que era colocado com o senso comum.

E que nós, às vezes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por questões muito menores, muitas vezes mais mesquinhas, nos assustamos em fazermos e termos opiniões que podem ser divergentes. Ser a favor é sempre bom, é conveniente, ser a favor é sempre estar do lado do mais forte. Ser contra muitas vezes, é ser aquilo que as pessoas esperam que nós sejamos, coerentes com os nossos princípios, coerentes com as nossas idéias.

Esses que tombaram em 1968 e a partir de 1968, tenho certeza que em nenhum momento gostariam de estar no lugar daqueles que foram silenciosos para continuar suas carreiras.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, uma homenagem a todos aqueles que caíram em 1968, mais uma vez digo aqui, para que eu pudesse estar nesta tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Tadeu Veneri, lhe cumprimento por fazer a referência, usar o horário do seu partido, o PT, para que a nossa história não fique esquecida.

Participei no Congresso Nacional, meu pai era Deputado na época e eu fui Deputado na sequência. Assisti com os próprios olhos as lágrimas dos Parlamentares cassados, o Congresso sendo fechado, uns cassados por corrupção, ou por comunista, e nós do Partido Trabalhista, na época, víamos os nossos companheiros serem seqüestrados, encapuzados, presos, torturados, banidos e recentemente víamos ainda na história de João Goulart,

que foi anistiado, a sua memória, a sua viúva Dona Tereza, um brasileiro puro e trabalhador, e nós víamos aí muitos que usufruíram as benesses da malfadada Revolução de 1964, que participaram de Governos, de empresas jornalísticas de rádio e televisão, benefícios ainda, pou-sam de democratas.

A população brasileira, os trabalhadores, os que conquistaram nas ruas o direito de votar as nossas eleições diretas, dos militares que assumiram para cumprir compromissos e perseguir políticos, lideranças, fala-se até na morte de Juscélino, que foi assassinado. João Goulart também.

A história nunca mais voltará e nós não somos nin-guém para descobrir isso. Mas ainda restam pessoas que poderiam participar de uma Sessão Solene e teria muito prazer, junto com V. Exa., de assinar para o ano que vem, no início da legislatura, convocarmos estudantes, enfim, universitários e a população, aqueles que ainda talvez estejam vivos possam ser homenageados pela Assem-bléia Legislativa, ao menos com suas presenças, para que possamos lembrar tudo aquilo de mal feito e de persegui-ção que foi feita.

Parabéns a V. Exa. pela lembrança, de tão triste memória, do AI-5, que veio prejudicar tanto este país, fazer com que este país voltasse atrás muito tempo para conquistarmos hoje, talvez a liderança que temos a nível mundial e poderíamos estar muito mais à frente se não houvesse retrocesso a nível nacional e a nível mundial.

#### O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Acho que a vossa proposta é correta e espero que possamos fazer realmente, no ano que vem, uma vez que não foi possível este ano, fazermos uma Sessão Solene. Sem dúvida nenhuma, algumas pessoas que estarão aqui são aquelas que temos o maior respeito. Quero citar ape-nas uma, porque é um especial companheiro que eu tenho do Partido Comunista, uma pessoa do Banco do Brasil, que durante muito tempo sofreu inclusive dentro do Banco do Brasil, perseguições pela sua ideologia, que é o Wilson Previti. É uma pessoa que V. Exa. conhece e que não abriu mão de seus ideais. Está com mais de 70 anos, mas continua acreditando em toda a sua luta. Acho que é uma das pessoas para homenagearmos.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Nós poderíamos convidar também o Léo de Almeida Neves, que era Deputado Federal, funcionário do Banco do Brasil. Diretor de Crédito Agrícola, que tan-tos e relevantes serviços prestou ao Paraná. Convidar o Alencar Furtado, enfim, tantos outros que foram atingi-dos, uns com mandato cassado e outros que tiveram seus direitos políticos suspensos.

Então, acho que nós, com bastante boa vontade, iremos descobrir e fazer com que a imprensa e o Paraná descubram heróis anônimos que ainda estão vivos e poderiam receber uma homenagem desta Casa, que tem

soberania para homenagear brasileiros da estirpe dos que enfrentaram a corrupção da Revolução de 1964, que foram banidos pelo AI-5.

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Artagão Mattos Leão.

### *Deputado Artagão Júnior (PMDB)*

#### O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos visi-tantes, amigos da imprensa.

Na verdade subo à tribuna esta tarde para fazer um pedido de desculpas, em nome desta Casa. Afinal de con-tas, quando um dos membros desta Casa comete uma falta, comete-se em nome desta Casa de Leis.

Subiu aqui na última semana e infelizmente não está aqui nesta tarde, sabia que falaríamos a respeito, é o Deputado Felipe Lucas. Mas, acredito que esta Casa, e utilizo a tribuna em nome desta Casa de Leis para pedir desculpas ao Dr. Luiz Fernando Pereira, advogado, pro-fissional liberal, que foi alcançado na semana passada por comentários injustos, indelicados e inconseqüentes.

O Deputado Felipe Lucas veio cobrar um advogado por este estar defendendo o ex-Prefeito de Imbituva, Zezo Pontarollo. Deputado Valdir Rossoni, que V. Exa. conhece muito bem; dizendo que o advogado não poderia estar fazendo isto e que isto lhe envergonhava, como um Depu-tado do PPS, dizendo ele que o advogado seria do partido de V. Exa.

Infelizmente ou felizmente, o advogado não é advogado do PPS. Já prestou serviços no PPS, assim como já prestou serviços à Liderança da Oposição, assim como já prestou serviços a outros Parlamentares desta Casa, pela sua competência e pelos resultados que obtém, em função da sua capacidade e conhecimentos jurídicos.

Agora, um profissional liberal, um advogado, ser cobrado por esta Casa, por um Parlamentar, por estar defendendo um Prefeito, um ex-Prefeito que foi reeleito com mais de 70% dos votos, é uma coisa um pouco sur-preendente. Todos aqui sabem, quer sejam advogados ou não, que os profissionais liberais desenvolvem sua ativi-dade mediante uma contratação e uma remuneração.

Imagino que assim também o faz o Deputado Felipe Lucas, como médico, ou deveria assim fazer. Agora, vir aqui dizendo que se envergonhava da posição que tomou este advogado, dizendo que ele estava defen-dendo uma pessoa que não deveria estar defendendo, não é correto, não é justo e não é a posição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mas pelo contrário, por-que muitos aqui se manifestaram e outros entraram em contato com o advogado e com o ex-Prefeito.

É importante deixar claro que o Dr. Luiz Fernando Pereira prestou, sim, serviços ao PPS, mas nunca foi fili-ado a este partido e nem pretende ser, ele desenvolve a sua atividades profissional com competência, e se não o fosse, não estaria incomodando alguns, e que alguém que é eleito por 70% da população certamente tem a sua história devastada e a teve aprovada pela maioria da população.

De qualquer forma, fica aqui, em nome desta Casa de Leis, a nossa solicitação que, embora tardia, se retire das notas taquigráficas e dos registros desta Casa aquela manifestação inconseqüente, deselegante e sem nenhuma representatividade. Que fique o reconhecimento ao Dr. Luiz Fernando Pereira e ao ex-Prefeito e Prefeito eleito Zezo Pontarollo o nosso reconhecimento, porque foi esse o reconhecimento que a população deu a esse cidadão. E que tenhamos cuidado para não incorrerem em novas falhas e em novos erros, porque esses alcançam todos estes Parlamentares, alcançam esta Casa de Leis, e um profissional liberal pode prestar serviços quem bem entender, e na hora em que bem entender, desde que o contrato lhe seja interessante e que esteja desenvolvendo com ética e retidão a sua profissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência registra com satisfação a presença na tribuna de honra do ex-Deputado Federal, meu colega em Brasília, Pedro Lauro.

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva, no Pequeno Expediente.

**Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, mas antes gostaria de fazer referência às palavras do Deputado Tadeu Veneri, que fez aqui uma referência importante sobre o Ato Institucional nº 05, que com tristeza comemora mais um aniversário. Nós pudemos vivenciar isso de muito perto na minha cidade de Foz do Iguaçu, naquele período em que eu era Vereador do MDB e o Prefeito era nomeado, pela chamada Revolução de 64, que nada mais foi do que um golpe de estado, em que os Prefeitos eram nomeados e eram Coronéis do Exército - claro, nada contra os Coronéis, mas pela forma com que apreciavam em Foz do Iguaçu com uma mala e vinham ser Prefeitos da cidade. E nós sabemos, Srs. Deputados, o atraso que foi para aquela região, e tive a felicidade de ser o primeiro Prefeito eleito em Foz do Iguaçu após o término desse regime de exceção, e aqui temos Deputados que conhecem bem aquela época, como o Deputado Anibelli, o Deputado Pugliesi e tantos outros, mas lá na minha cidade foi onde isso representou realmente o maior retrocesso, o maior atraso, onde o Prefeito da cidade era o Coronel do Exército, seu chefe de gabinete, também, um Coronel do Exército e o Presidente da Câmara, também, mais um Coronel do Exército. Como se não bastasse a Companhia de Desenvolvimento criada por eles, na época, que fez as maiores barbaridades naquela cidade, as maiores injustiças, também, à frente dela um Coronel do Exército. Imaginem a população que ficava no meio desse tiroteio.

Como Vereador, eu fazia meus pronunciamentos e o MDB, na época, teve um papel fundamental e nunca baixamos a cabeça. Por inúmeras vezes apareciam carros da Polícia Federal, junto com o Exército, na minha casa, me retiravam à força e levavam. Ficava minha família desesperada, chorando, sem saber onde me levavam. Eu ficava o dia todo em poder deles e, só à noite, me devolviam em casa. Graças a Deus nunca me bateram, mas se fosse relatar aqui, Deputado Anibelli, o que passamos, naquela época, eu precisava de uns dois ou três Grandes Expediente para relatar o que passamos.

Vejo muita gente se pronunciando, falando, e fico pensando: imaginem naquela época o que vivemos, principalmente na fronteira. Graças a Deus, nunca me bateram, nunca baixei a cabeça, mas lhes digo que comemos o pão que o Diabo amassou.

Tenho o prazer de estar aqui, hoje, defendendo a população de Foz do Iguaçu e do Paraná. Nunca mudei a minha posição e nunca me acovardei. Não sou covarde, mas vocês não imaginam o que nós sofremos, naquela região, nas mãos dos Coronéis. É a coisa mais difícil que, muitas vezes não gosto nem de lembrar, o que sofreu a minha família. Eu por ser político e, lógico, regime oposto, não concordava com a forma que faziam.

Eu fui o primeiro Prefeito eleito, e quando eu era chamado no Exército e na Polícia Federal, me convidam lá no dia daqueles eventos no batalhão para hastear a bandeira, o Coronel batendo continência, e eu ficava pensando: nada como um dia atrás do outro. Na verdade me orgulho, porque mantive minha conduta, mas volto nesta tribuna para relatar com mais tempo. Quero parabenizar o que o Deputado Tadeu Veneri falou, hoje. Muito bem lembrado.

Quero deixar registrado, aqui na Casa, sexta-feira passada tive o prazer de participar, lá no Comando da Polícia Militar de Foz do Iguaçu, no 5º Batalhão, em que os 112 novos policiais foram formados e, hoje, já começaram a trabalhar. Quero parabenizar a Polícia Militar e ao Governo do Estado pelos investimentos. Só em Foz do Iguaçu, 112 novos policiais da Polícia Militar ingressaram, hoje, para reforçar a segurança da nossa cidade. Embora outro município também teve formatura de uma turma. É um reforço muito grande, e quero parabenizar o nosso Comandante lá de Foz do Iguaçu e também o Governo do Estado pelos investimentos que faz na Polícia Militar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício.

**Deputado Douglas Fabrício (PPS)**

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou usar o Pequeno Expediente, para manifestar aqui uma nota pública.

Fui procurado pelo IPRADE - Instituto Paranaense de Direito Eleitoral. O Deputado Artagão manifestou a sua opinião também. Quero ler esta nota pública do IPRADE, assinada pelo Presidente, Dr. Guilherme de Sales Gonçalves, que repudia as palavras infelizes e ofensivas proferidas publicamente em discurso.

(Lê):

*“O IPRADE - Instituto Paranaense de Direito Eleitoral - repudia as palavras infelizes e ofensivas proferidas publicamente, em discurso no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pelo Deputado Felipe Lucas, contra o advogado, Luiz Fernando Pereira. Não é porque o Deputado entende que o cliente/candidato seja inidôneo que se autoriza a extensão da crítica ao advogado por simplesmente atuar na causa. Todos têm direito a advogado, que é indispensável à administração da justiça, conforme preceitua o artigo 133 da Carta Magna - mesmo aqueles que o Deputado Felipe Lucas possa considerar inidôneos. Confundir o cliente com o advogado é erro grave e atenta, mais que contra a própria profissão de advogado, ao estado democrático de direito, sobretudo no âmbito do Direito Eleitoral em que as paixões políticas fazem com que muitas vezes as críticas extrapolem o razoável.*

*Membro deste Instituto e seu Vice-Presidente, Luiz Fernando Pereira é advogado atuante em Direito Eleitoral, além de professor da graduação e pós-graduação em Curitiba. Tem mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Paraná, com diversos livros e artigos publicados. Apenas em 2008 ministrou aulas de Direito Eleitoral para a Escola de Magistratura, Escola do Ministério Público e Escola da Advocacia da OAB. Não pode também por isso, ser atacado por desavenças que envolvam qualquer político interessado no resultado de determinado processo judicial eleitoral. A acusação não foi por sua atuação profissional, mas exclusivamente por ter atuado em favor de seu cliente - reputado inidôneo pelo Deputado - o que o IPRADE não aceita, em hipótese alguma.*

Curitiba, 14/12/08.

*Guilherme de Salles Gonçalves - Presidente”*

Quando me procuraram e me encaminharam esta nota, para que eu me manifestasse, me disseram: “Mas o Deputado é do seu partido.” Eu disse que não tinha problema nenhum. Ele tem a sua opinião e eu tenho a minha. Não concordo com as palavras e a atitude dele em vir aqui e ofender a quem quer que seja. Podemos, sim, discutir no campo das idéias e das propostas. Por isso tomei a liberdade de assumir esse compromisso com o IPRADE, em vir aqui e ler esta nota pública. Como disse, todos aqui são Deputados, eleitos pela população, cada um tem a forma de pensar. Não temos o direito de sair ofendendo qualquer pessoa.

Como a própria Constituição determina, todos são iguais perante a lei, todos têm direito de defesa e todos tem o direito de exercer livremente a sua profissão com

ética e respeito. Respeito muito a profissão dos médicos, administradores, contadores e advogados. Por isso tomei a liberdade de vir aqui e também porque divirjo, muitas vezes, do Deputado Felipe Lucas. Faço Oposição e o Deputado Felipe Lucas vota com a Situação e é do meu partido. Conversamos isso dentro do partido. Tenho certeza de que naquele dia ele falou em seu nome. Dizer que não concordo e que o Deputado Felipe Lucas falou em nome dele e não falou em nome do nosso partido. Até porque temos um respeito muito grande pelo Dr. Luiz Fernando Pereira, que é uma pessoa realmente muito respeitada e muito capacitada. Particularmente tenho uma admiração pessoal Dr. Luiz Fernando Pereira e ele não é filiado ao nosso partido que é o PPS.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Próximo orador inscrito o Sr. Pastor Edson Praczyk.

**Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)**

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa presente, telespectadores.

Aproveitando a fala de dois Parlamentares que me antecederam, mais especificamente o Deputado Tadeu Veneri e o Deputado Artagão. Quero parabenizar inicialmente o Deputado Tadeu Veneri pelo tema abordado. Tema extremamente importante, mas aproveito que em sua fala, V. Exa., com muita propriedade falou da importância de se preservar a história, zelar para que não caiam no mar do esquecimento determinados fatos ocorridos, a exemplo do AI-5.

E também faço minhas as palavras do Deputado Artagão, quando em dado momento ele fala em determinadas pessoas que precipitadamente, principalmente detentoras de fé pública e que fazem de forma equivocada, leviana, determinadas denúncias que acabam denegrindo a boa imagem de determinados profissionais, determinadas figuras.

Para que fique registrado nos Anais desta Casa, Sr. Presidente, e espero que a imprensa dê algum destaque a isso, quero dizer que amanhã, dia 16, eu teria a primeira audiência da minha ação contra a pessoa do Governador Roberto Requião e o seu Secretário da Comunicação, Airton Pissetti, às 14h, na 6ª Vara Cível do Fórum Cível aqui de Curitiba. Ação de reparação de danos morais. E sou sincero em dizer que espero que a imprensa dê, se não toda ênfase que deu por ocasião quando este Parlamentar foi acusado de tentar extorquir o Governo, pedindo propina para fazer parte da base aliada do Governo, mas que ao menos, Deputado Dobrandino, que alguma cobertura seja dada dessa data que acredito ser extremamente marcante, onde no banco dos réus assentaram o Governador Roberto Requião e o seu Secretário Airton Pissetti.

Para que fique esse registro em tom de desabafo e de comunicado, tanto ao setor da imprensa como às notas taquigráficas da Casa: amanhã, às 14h, na 6ª Vara Cível, no Fórum Cível, essa audiência da minha ação contra o Governador Roberto Requião e o Airton Pissetti. Essa ação de reparação de danos, que, queira Deus, seja amanhã mesmo julgada favoravelmente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

### ***Grande Expediente:***

A SRA. PRESIDENTE (Luciana Rafagnin)

No Grande Expediente, com a palavra o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente, Deputada Luciana Rafagnin, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, quero também manifestar a minha integral solidariedade ao advogado Luiz Fernando Pereira.

Entendo que foi muito infeliz na última semana o Deputado Felipe Lucas, nosso companheiro, de ter abordado um tema que tem que ser abordado na esfera de uma disputa de um processo judicial, e ter o nosso Deputado Felipe Lucas transformado, na verdade, aquilo que é uma disputa judicial num ataque a um advogado militante que conheço profundamente, ou seja, além de advogado é mestre, doutor em Direito, professor da Escola da Magistratura, um advogado extremamente brilhante, preparado, e que certamente a Ordem dos Advogados do Brasil saberá, no tempo certo, fazer uma Sessão Pública de desagravo, saberá fazer uma moção de desagravo, ou melhor, uma Sessão Pública de desagravo que é o que os advogados merecem quando há um ato igual a este que aconteceu.

Inclusive, gostaria muito que o próprio Deputado Felipe Lucas pudesse vir a esta tribuna, ou seja, recolocar o tema, porque não é possível que um advogado militante, no exercício regular da sua profissão, possa de fato merecer um reparo público por defender aquele, ou seja, pelo patrocínio de uma causa, receber as críticas que extrapolam o razoável.

Então, certamente eu não me sentiria bem, por mais respeito que eu tenho pelo Deputado Felipe Lucas, deixar de, publicamente, aqui manifestar a minha integral, absoluta e irrestrita solidariedade ao advogado Luiz Fernando Pereira.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Luiz Claudio Romanelli, como Líder do PPS gostaria de ler a nota de desagravo da Ordem dos Advogados do Brasil a respeito deste assunto.

(Lê):

"A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em vista de ataques proferidos pelo Deputado Felipe Lucas contra o advogado Luiz Fernando Pereira em Sessão da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná realizada na data de ontem e transmitida pela televisão, vem a público esclarecer o que segue:

1. as declarações públicas ofensivas se pautaram no argumento de que o advogado defende pessoa que, na opinião do referido Deputado, seria inidônea;

2. a Constituição Federal assegura a todos os cidadãos o direito ao contraditório e à ampla defesa;

3. a manifestação do Deputado Estadual Felipe Lucas confunde as pessoas do advogado e de seu cliente. Profissionais da advocacia não podem ser alvo de ataques dirigidos a seus clientes;

A OAB Paraná se solidariza com o advogado ofendido, ao mesmo tempo em que repudia as declarações do Deputado Felipe Lucas.

Curitiba, 11/12/08.

ALBERTO DE PAULA MACHADO  
Presidente"

Infelizmente eu, mesmo sendo Líder do PPS, tenho que reconhecer o documento e também a infelicidade de um Parlamentar do meu partido ter proferido palavras contra um advogado que presta serviços há muitos anos e é um dos mais renomados advogados do estado do Paraná, no ramo eleitoral.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado. Deputado Marcelo Rangel. A nota que V. Exa. leu da OAB vem justamente em boa hora, ou seja, vem para manifestar, em nome da instituição, o apoio a um dos seus integrantes. Fico feliz em ver a nossa Ordem já prontamente, publicamente, manifestando solidariedade ao advogado Luiz Fernando Pereira. Certamente foi um mau momento este vivido pelo nosso também amigo e Deputado Felipe Lucas.

Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a essa tribuna para comemorar aqui mais uma decisão importante do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sediado em Porto Alegre, fruto da decisão da terceira turma daquele Tribunal em que, por mais uma vez, o Desembargador Federal Luiz Carlos de Castro Lugon, este nome há de ficar marcado na história deste estado, mais uma vez toma uma decisão a favor do povo paranaense, confirmando a sentença do Juiz Federal Mauro Spalding. Como é bom ter Juiz Federal ao nosso lado, ao nosso lado que eu digo é do usuário, Deputado Elio Rusch. Porque que pena, que falta fizeram, por exemplo, aqueles Juízes Substitutos que concederam há alguns dias atrás mais um reajuste abusivo na tarifa do pedágio do

Paraná! O que o Desembargador Lugon fez? Ele decretou, de novo, agora o fechamento definitivo da praça de pedágio de Cambará. Tinha mandado fechar as três praças de Jacarezinho, mandou fechar também a praça de pedágio situada entre Cambará e Andirá.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Romanelli, foi inaugurado algum caminho alternativo?

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Foi Exa., eu quero inclusive convidar V. Exa. a caminhar por um dos caminhos alternativos que já foi construído e que já faz com que o povo paranaense se livre da praga do pedágio.

Aliás, Deputado Rossoni, deixe eu aproveitar para contar uma coisa para o senhor que é Presidente do PSDB no Paraná: a Governadora Yeda Crusius estava tentando prorrogar o prazo por mais 15 anos de concessão das concessionárias de pedágio do Rio Grande do Sul que é um modelo perverso igual a este que temos no Paraná. O que aconteceu? A sociedade civil organizada se mobilizou, o Ministro dos Transportes do Presidente Lula deu murro na mesa e disse que não aceitava a prorrogação, a Assembléia Legislativa também resistiu e aí o que prevaleceu? O bom senso da Governadora retirou a proposta de prorrogação por mais 15 anos que queriam fazer da concessão. Veja que interessante isso, Deputado Valdir Rossoni, a Governadora Yeda Crusius recuou da proposta e disse que não ia mais prorrogar o prazo de concessão vigente.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Romanelli, primeiro agradeço o convite, só gostaria que V. Exa. me desse o endereço porque tenho medo de não encontrar o caminho alternativo.

Segundo: veja que atitude bonita da Governadora do Rio Grande do Sul: voltou atrás! É o momento do Governador voltar atrás na reforma tributária. Veja V. Exa. que está falando tão bem do Lula, o Governo Federal tomou uma atitude na semana passada diminuindo impostos e de repente aqui no Paraná parece que não tem crise, que não vai chegar a crise!

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Agradeço Deputado Rossoni, vou convidá-lo para conhecer o caminho alternativo. Quero dizer mais o seguinte: veja o acerto inclusive da medida do Governo Federal, reduziu o IPI, Deputado Elio Rusch, aquilo que eu falo para o senhor, o Governo Federal anunciou que ia reduzir o IPI no final de semana, promoção já com a incorporação da redução de 6,5% por todas as revendedoras de veículos por este país. É só reduzir imposto que o mercado se regula quando há competitividade no setor privado. É isso que estamos trazendo com essa reforma tributária de reduzir imposto, Deputado Marcelo Rangel. Os comerciantes lá de Ponta Grossa foram lá na

Audiência Pública, V. Exa. os conhece melhor do que eu até. O que eles disseram? “Vamos reduzir os preços das mercadorias. Tanto o setor supermercadista, quanto o setor dos fármacos”. Foram eles que falaram, V. Exa. os conhece bem e deve acreditar na palavra daqueles que se manifestaram lá em Ponta Grossa. Sei que até alguns pediram o seu apoio.

Queria falar sobre pedágio.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Nós somos a favor da reforma, de baixar o imposto.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

V. Exa. sinceramente é contra. V. Exa. o PPS, há mais de um mês foi à tribuna e leu uma nota. Foi contra tudo, disse que não queria discutir, que era contra. A Bancada do PPS tem grandes dificuldades para encaminhar a discussão nesse processo da reforma tributária. Diferente de todas as outras bancadas que podem ser a favor ou contra, eles foram à tribuna e já disseram... o nosso amigo, ex-Deputado Rubens Bueno, escreveu uma nota de três laudas, assinou embaixo e fez com que o Deputado Douglas Fabrício, como Líder do PPS, fosse à tribuna, lesse a nota e dissesse o seguinte: Nós somos contra, nós não queremos discutir, não queremos reforma tributária” Então, respeito a decisão do PPS.

Quero dizer o seguinte: V.Exas. são contra, então não tem mais como discutir com V. Exas. Discuto até com o Deputado Elio Rusch, que é Líder da Oposição, mas o PPS ficou numa situação difícil até para discutir. Com o devido respeito que tenho por cada um dos Parlamentares, mas enquanto partido o PPS ficou muito mal posicionado dentro do Parlamento.

Entendo o seguinte: nenhum partido tem o direito, pode decidir conjuntamente entre bancada e partido. Mas sinceramente, quando um partido, de forma autoritária, toma uma decisão e impõe à bancada uma decisão, reconheçamos aqui, o Parlamentar fica diminuído no exercício do seu mandato. Reconheço isso, é complexa essa situação. V. Exas. Deputado Douglas Fabrício, Deputado Marcelo Rangel e o Deputado Felipe Lucas, que também integra a Bancada do PPS, acho que V. Exas. como Parlamentares, se me permitem publicamente dizer isso, têm que ter uma posição mais afirmativa com o partido, falar: “Não podemos, no Parlamento, desde logo nos retirarmos da discussão, do debate, o debate é importante, somos a favor disso, contra aquilo.” Não se trata de ser maniqueísta, ou seja de sempre ser a favor do bem ou do mal. Nem eu possuo a verdade e nem o senhor, nenhum de nós possui a verdade. Respeito o posicionamento de V. Exa., levo em consideração, mas fica difícil debater com quem de logo é contra.

Mas queria hoje falar sobre o pedágio, gostaria que o PPS também fosse contra o pedágio.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Ele é contra o pedágio.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Não é, não foi bem assim no período da votação do pedágio. Se V. Exa. for consultar as notas taquigráficas desta Casa de quando foi criado o pedágio, V. Exa. vai ver como é que o PPS se posicionou. Porque não foi contra o pedágio não, se for ver a história, a história registra claramente a posição do PPS. Não foi contra, não. V. Exa. pode ser contra e reconheço que V. Exa. tem um posicionamento crítico em relação ao pedágio. Mas não fale em nome do PPS, é diferente. O PPS inclusive integrava a base de apoio do Governo Jaime Lerner, integrava mais, integrava o Governo Jaime Lerner, tinha uma ligação muito forte, inclusive com a questão das concessionárias de pedágio. É um outro tema. Não quero entrar numa discussão que não acho que seja edificante do ponto de vista político. Quero conviver com esse PPS que V. Exa. representa, moderno, com uma visão contra, com uma escravidão que foi feita ao povo paranaense que é esse pedágio, com esse preço que mata o transportador, que mata o caminhoneiro, está estrangulando a vida dos estudantes, cria dificuldades na vida dos comerciantes, esse PPS, quero discutir com ele e o respeito. Agora, lá atrás, quando foi criado o pedágio, é outra história, nós podemos discutir em outro momento.

V. Exa. não estava aqui quando foi criado. Não estava, por isso que estou fazendo a ressalva a V. Exa., como também não posso falar com relação ao Deputado Marcelo Rangel, nem do Deputado Felipe Lucas. Sei muito bem do que estou falando e V. Exa. também. Nós dois sabemos disso, é um outro momento da história, outro tipo de gente.

Vou concluir. Qual foi, Deputado Douglas Fabrício, das grandes decisões tomadas pelo Desembargador Lugon? Com relação ao direito constitucional de ir e vir, da falta de via alternativa. Pela ausência de via alternativa, como no caso do pedágio exigido pela Econorte, usado na BR, só poderia ser instituído ou majorado, com o esteio da lei, cito o artigo 150, inciso I da Constituição Estadual: "A falta desse ligamento torna o atual pedágio inconstitucional."

Por que estou dizendo isso? Porque quando um cidadão é insulado em seu bairro, ou seja, ele fica prisoneiro para poder sair, ter o direito de ir e vir, tem que pagar o pedágio. Esse pedágio é flagrantemente inconstitucional. Existem seis praças de pedágio que são inconstitucionais, com base na decisão do Desembargador Federal Lugon, que tomando, claro, pela inteligência da sentença do Desembargador, concordo que vai ser publicado, que certamente é o grande precedente para que os Juízes Federais que concederam o reajuste, tenham dó e pena do povo paranaense, de que esse Tribunal Regional Federal da 4ª Região possa, no recurso que o DER apresentou ao Secretário de Transportes, o Sr. Rogério Tizzot, por orientação do Governador

Requião, possa de fato o TRF-4, cancelar o reajuste que foi concedido aqui pelos Juízes Federais com base naquele contrato mandraque que as concessionárias têm com o estado do Paraná.

Quando eu falo no pedágio - eu gosto de tratar do tema porque temos que nos aprofundar - só vou ficar feliz mesmo no dia que nós conseguirmos, ou acabar com esse pedágio, ou reduzirmos para um parâmetro que seja aceitável.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito, o Deputado Elio Rusch, no Grande Expediente.

***Deputado Elio Rusch (DEM)*****O SR. ELIO RUSCH**

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Uso o horário do Grande Expediente para transmitir aos Parlamentares que têm algumas atitudes aqui na Casa que, com toda honestidade, em alguns momentos ficamos boquiabertos.

Sr. Presidente Nelson Justus, uma condição adotada pela Bancada do PT, pelo Governo do Estado, pelo ex-Secretário de Estado Maurício Requião, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas, diversas reuniões aconteceram, Deputado Péricles de Mello, Presidente da Comissão de Educação, realizaram aqui na Assembleia Legislativa Audiências Públicas no mês de março, abril, debatendo e discutindo com os professores da rede pública do estado do Paraná o piso nacional dos professores a nível nacional.

No mês de julho foi votado e aprovado o piso nacional. O Presidente da República sancionou a lei. O Governador do Paraná, Roberto Requião, junto com outros Governadores do Brasil, entraram com uma ADIN arguindo a inconstitucionalidade desta lei que institui o piso nacional dos professores públicos do Brasil, fixado em R\$ 950.

O Governador do Estado do Paraná que disse para o Deputado Péricles, naquela ocasião, ao menos a imprensa tem noticiado isso, gostaria que me corrigissem se estou errado, acompanhado pelo Deputado Federal Rosinha e outros Parlamentares, junto com a APP-Sindicato, o Governador se comprometeu e eu sempre defendi o piso nacional. E o que aconteceu? O piso foi aprovado, o Presidente da República sancionou e o Governador do Paraná entrou com uma ADIN arguindo a inconstitucionalidade.

Entendo que o Governador tenha se equivocado quando após a sua assinatura nessa ADIN. Posso até acreditar, não sei. Mas o que o Governador tratou de fazer logo em seguida? Ele mandou para a Assembleia Legislativa uma mensagem instituindo o piso nacional dos professores da rede pública estadual, fixando em R\$ 1 mil 392. E na mensagem, no corpo da lei dizia que nos R\$ 1 mil 392 estavam inclusas todas as vantagens.

Quando levantamos, e diversos Parlamentares e os próprios professores não concordaram com essa tese do Governador, o que houve é que veio uma substituição desta lei dizendo que os R\$ 1 mil 392 seria o piso dos professores. Não disse nessa lei nem se estaria incluso, nem excluiu as vantagens.

Essa mensagem passou pela CCJ, pela Comissão de Educação, Comissão de Finanças. Veio para Plenário. Na última quarta-feira, na Ordem do Dia, estava o projeto e para surpresa nossa o Governo do Estado, através dos seus Parlamentares, pede a retirada desta mensagem por 10 Sessões. E aí cabe o quê, Srs. Deputados aos professores do Paraná, ao Deputado Péricles de Mello que é Presidente da Comissão de Educação, aos Parlamentares que estiveram presentes naquela ocasião e que negociaram com o Governador do Estado, que negociaram com o Secretário da Educação? O que é que nós vamos fazer neste momento? Estava na Ordem do Dia uma mensagem do Governador, e os próprios Deputados da base do Governo pedem a retirada dessa mensagem por 10 Sessões. A mensagem foi retirada.

O que vai acontecer com o salário dos professores? Mais uma enganação? Mais uma jogada do Governo? São essas dúvidas que são levantadas e têm que ser estornadas aqui na Assembléia Legislativa, para que os professores da rede pública fiquem efetivamente sabendo o que está acontecendo.

Eu ouvia atentamente o Deputado Romanelli, quando ele disse dessa tribuna da vitória que se obteve na Justiça, no fechamento definitivo de uma praça de pedágio. Eu também entendo que em tudo que está fora da lei tem que ser aplicada a lei. Claro! Porque acima das pessoas, acima dos homens, acima dos Governos, existe a lei. E quem interpreta a lei? Nós temos que sabê-la! Todo cidadão tem que sabê-la. Mas, quem diz se está correto ou errado é a Justiça. E a condição básica da magistratura é a total imparcialidade.

Agora, não posso aceitar que o Líder do Governo, toda decisão que a Justiça toma que não é de interesse do Governo, ele diz que a Justiça está contra o Governo. E quando se toma decisão, no caso do pedágio a favor e se aplica a lei, efetivamente, se há erros alguém deve pagar pelos erros. Claro que tem que pagar! Agora, dizer: "ainda bem que existe um Juiz ao nosso lado", acho que o próprio Deputado deve ter se equivocado, porque Juiz não pode estar de lado nenhum. Juiz tem que interpretar a lei, Juiz tem que ter isenção e imparcialidade. É isto o que está acontecendo, hoje, no Paraná e no Brasil.

Acredito, acima de tudo, na Justiça. A sociedade, o país que não acredita na sua Justiça, eu sempre digo, a Justiça tarda, mas não falha. Agora, o que aconteceu com os pedágios e assim por diante, nós podemos conversar muito. Quando se fala do aumento do pedágio, está aqui, nós votamos este ano uma lei, uma mensagem nossa propondo a redução do pedágio no Paraná. E o que aconteceu? O Governo usou o rolo compressor! Usou sua bancada para derrubar esta lei.

E o que dizia a lei? Que se retirem os penduricalhos que têm no Anel de Integração, que o Governo do Estado dê o exemplo primeiro, retire a taxa que cada usuário paga, em cada praça de pedágio, um percentual que vai para o caixa do Governo, vai para o Tesouro do estado. É grande, é pequena, mas é uma taxa que cada transeunte paga, cada vez que alguém passa na praça de pedágio, seja de moto, de carro, caminhão, carreta, não interessa, você paga este pedágio e lá está embutida uma taxa que você paga para o Governo do Estado!

Ora! Querem reduzir o custo do pedágio? Então comecem por aqui! Por que o Governo tem que cobrar esta taxa? Retire esta taxa! E nós, Parlamentares, temos que ser coerentes. A coerência, acima de tudo, nos nossos atos e naquilo que fazemos.

O que mais pedimos nesta lei? Para deixar registrado que se aplique o pedágio e que as concessionárias façam e conservem apenas o Anel de Integração, não aquelas outras rodovias. Por exemplo, quem vai daqui para Paranaguá, tem uma praça de pedágio só. Mas o usuário paga, nessa praça de pedágio, em São José dos Pinhais, paga Alexandra-Matinhos, paga a 277 até Praia de Leste, ele paga a 277 até Morretes, até Antonina. Nesta praça de pedágio nós pagamos a conservação da Serra da Graciosa. Por que não retira tudo isso e transforma isso em desconto? Aliás, dizia isso na nossa mensagem, isso dizia no nosso projeto de lei, mas infelizmente foi derrubado pela maioria do Governo aqui na Assembléia. Poucos Deputados da Oposição estiveram junto conosco.

Eu disse, naquela ocasião, se cada vez que alguém que votou contra o projeto falasse contra o aumento do pedágio, nós levantaríamos aqui da tribuna, dos Deputados que votaram contra. Tiveram condição, nós tivemos, e o Governo poderia implantar. E não o fez.

Me desculpem, me perdoem, mas vou dizer uma coisa: cada coisa que existe de errado no nosso estado, no nosso país, de alguém que se sente prejudicado, procure a Justiça, e a Justiça, com toda certeza, saberá interpretar a lei e vai dizer quem está certo e quem está errado. Se aquela praça de pedágio que foi fechada está irregular, tem que fechar mesmo! Não vou defender. Temos que ter coerência!

Agora, coerência tem que ter o Governo do Estado. Quando ele combina uma coisa com os professores do estado do Paraná, diz que vai instituir o piso dos professores no estado do Paraná, a mensagem está aqui na Assembléia e é retirada!

Concedo aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

### O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Elio Rusch, eu também estranhei, achei muito esquisito a mensagem, o projeto ter sido retirado de pauta a pedido dos Parlamentares do Governo. Que esquisito, porque quando subi à tribuna para falar a respeito desse projeto que previa aumento para R\$ 1 mil 392 o salário do professor, e disse que tínhamos que prestar

muita atenção nas letrinhas miúdas, porque projeto do Poder Executivo, do Governo Requião, tem que prestar atenção no rodapé, tem que pegar um óculos ou uma lupa para ver as entrelinhas. E aí sugeri uma emenda para que o aumento realmente fosse concedido, porque é importante aumentar os professores do estado do Paraná, mas que siga os mesmos moldes do projeto nacional, com 33% das horas de preparo para os professores, coisa que não está prevista no projeto original. Mas eu também disse que um projeto aqui na Assembléia demora cinco dias, 10 dias, um mês, dois ou três meses, um ano, dois anos ou às vezes sai de pauta para o resto da vida e pode ser uma grande armação. Achei muito esquisito isso!

Muito obrigado, Deputado Elio.

#### **O Sr. Péricles de Mello (PT)**

Deputado Elio Rusch, o senhor sabe que participo da base do Governo Requião, Governo do PMDB, mas nesse caso do piso é o Governador quem está contra o PT e não o contrário, porque o projeto é do Presidente Lula, o Congresso Nacional aprovou por unanimidade e o Presidente sancionou e nós montamos uma Comissão Parlamentar em defesa do piso e estamos conclamando os Vereadores dos municípios paranaenses a também entrarem nessa luta, nesse amplo movimento para sensibilizar a Justiça brasileira para que não dê guarida à Ação Direta de Inconstitucionalidade apresentada por vários Governadores, entre os quais o nosso Governador.

O projeto que o Governador Requião mandou para esta Casa, na verdade só consolida o salário que já existe no Paraná. Agora, nós iríamos apresentar junto com o Deputado Marcelo Rangel, e quando esse projeto vier a ser votado, vamos apresentar uma emenda colocando os 33% de carga horário para hora-atividade de preparação de aula, seguindo exatamente a lógica do piso nacional. Então, queria manifestar esta minha posição, que é a posição do Partido dos Trabalhadores, juntamente com outros partidos.

E por último, Deputado Elio Rusch, com relação ao pedágio. Tomei uma decisão neste aumento do pedágio. No ano que vem eu e a Bancada do PT vamos contratar uma equipe técnica para fazer o levantamento do número de carros que passam pelo pedágio. O meu projeto de lei criando o pedágio on-line está aqui há um ano e não foi votado ainda. Faço um apelo à Mesa desta Casa para que não coloque em votação o nosso projeto e no ano que vem vamos contratar uma empresa para fazer pesquisa nas praças de pedágio para sabermos exatamente quantos carros estão passando, porque tenho suposições graves de que está havendo uma diminuição artificial do número de carros que passam para aumentar a tarifa.

Obrigado, Deputado.

#### **O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Concedo aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

#### **O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Deputado Elio, essa história do pedágio já é antiga, porque o Governador já ganhou uma eleição naquela conversa do pedágio baixa ou acaba, sendo que não baixou, não acabou e ele ganhou. Agora, tem uma outra situação com essa história do projeto de aumento do salário dos professores, que me parece aquela história do nepotismo lá atrás. Eu não era Deputado aqui e via pelos jornais, mas tinha um projeto de um Deputado que ia para votação, aí o Governo veio e falou: "Esse projeto não vai, mas um outro aqui". Aí, quando o Governo apresentou outro projeto, que foi para votação, retirou o projeto do Deputado e depois que o Governo viu que o Deputado retirou o projeto, ele retirou o projeto dele também. Então, ele fez a enganação do nepotismo lá atrás, agora está fazendo a enganação para os professores. É bom lembrar que os professores são inteligentes e estão de olho.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado?

#### **O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Peço desculpas ao Deputado Romanelli, mas meu tempo não dá. Prazerosamente, cederia o aparte, mas V. Exa. tem a Liderança do Governo para, depois, explicar por quê o Governo retirou a mensagem do piso dos professores no estado do Paraná. Essa é uma dúvida que deve ser esclarecida, sem sombra de dúvida.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

E V. Exa. poderia explicar por quê apresentou aquele projeto que concedia ainda mais benefícios para as concessionárias de pedágio.

#### **O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

V. Exa. sabe que não é verdade. As obras que seriam retiradas do Anel de Integração deveriam reverter em desconto. Se V. Exa. não sabe, tenho o prazer de tirar uma cópia e levar para V. Exa., agora, para fazer a leitura. Agradeço, Sr. Presidente.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Sr. Presidente, apenas um esclarecimento.  
(Assentimento)

Só para esclarecer ao Deputado Douglas Fabrício. Ele não tem obrigação de saber, porque não era Deputado, mas acho que há um equívoco. O projeto do nepotismo não foi retirado para colocar outro do Governo, ele foi derrotado e V. Exa. votou a favor. Foi derrotado aqui na Assembléia e, posteriormente, o Governo retirou seu projeto, mas nunca houve a retirada de um projeto de um Deputado para colocar outro do Governo.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Muito bem. Devidamente esclarecido.

## ***Horário das Lideranças:***

Horário das Lideranças, PDT. PMDB. Bloco PTB/PR.

(Declinam)

Bloco PPS/PMN. Deputado Marcelo Rangel com a palavra.

## ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso a tribuna do lado direito para a porta da frente da Assembléia, que é a tribuna do Governo, e a uso em ocasiões especiais. Ela vai ser uma semana mais do que especial, e já começou. Quando a minha adrenalina sobe, me sinto ainda mais seguro dos meus pronunciamentos, principalmente ouvindo o Líder do Governo falar alguns absurdos aqui.

Deputado Romanelli, preciso dizer a V. Exa. que quando o senhor se refere ao PPS e quando o senhor fala sobre pedágio, a primeira coisa que precisa levar em consideração é que os Parlamentares do Partido Popular Socialista que aqui estão na Assembléia Legislativa, nesta legislatura, são Deputados de primeiro mandato. Então, não se fala em Jaime Lerner. Jaime Lerner é passado. Muitos erros foram cometido aqui na Assembléia Legislativa e no palácio, na época do Jaime Lerner. Muitas decisões desfavoráveis à nossa população, naquela época, mas não venha atribuir os erros do passado à Bancada do PPS, que é de Oposição e de personalidade.

Quando o senhor falou que nós assumimos uma posição extremamente crítica a respeito dessa minireforma tributária e que, mais uma vez, volto a afirmar, na minha opinião, não é minireforma tributária não, e sim aumento de tarifa, é muito simples, porque os bens essenciais à população vão aumentar, atrás de bons discursos populistas, dizendo que 95 mil produtos, produtos populares que terão suas alíquotas diminuídas vão ter seus preços baixados para a população mais carente, isso sim é discurso populista. Não vou falar a palavra demagogia, porque não quero ofender os companheiros da Assembléia Legislativa.

Senhoras e senhores, até hoje ninguém conseguiu garantir que realmente os preços vão baixar. Por outro lado, Deputado Rossoni, já assumiram a garantia de que os preços serão majorados, sim, no dia em que a energia elétrica subir, mas isso é muito simples, a dona-de-casa, o amigo do trabalhador que estão nos assistindo, o jovem empresário que está investindo no estado do Paraná, se vier um valor maior na energia elétrica, tudo sobe, desde o pãozinho, o leite, o iogurte, tudo, tudo, tudo vai subir. Isso é claro e evidente. E as telecomunicações? Líquido e certo! Subiu o preço do telefone, sobe tudo. E o combustível? É fácil dizer aqui que vai ter competitividade. Os mercados vão brigar entre eles, por preços menores.

Senhoras e Senhores, estamos vivendo momento de crise. É um momento preocupante mexer com aumento de tributação. Como Parlamentar e representante popular dos cidadãos paranaenses preciso manifestar a minha preocupação, desde o primeiro momento. É claro que em alguns setores, isso será muito benéfico. Lutamos aqui por diminuição de carga tributária. Isso é mote e faz parte do nosso conceito de ideal partidário. Vamos diminuir a carga tributária e o Deputado Romanelli falou muito bem, deu um bom exemplo, inclusive, do Partido dos Trabalhadores.

O Presidente Lula concedeu desconto de IPI. Eu estava escutando a rádio CBN, agora há pouco, e ouvi a boa notícia de que as concessionárias começaram a vender muito. Diminuição de imposto! O Presidente não aumentou mais nada, não aumentou energia elétrica. Não adianta também diminuir o IPI e falar que os combustíveis e o IPVA vão aumentar. Aí não adianta, não muda nada.

O discurso do Deputado Romanelli mostra a preocupação do Governo com relação às nossas atitudes, à nossa personalidade firme e séria até o final. Principalmente porque apresentei oito emendas individuais. Ouvi alguns Parlamentares falando para a imprensa: "Se os Deputados do PPS vão votar contra, por que apresentar emendas?" Para minimizar os efeitos, que podem ser devastadores à economia paranaense!

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

## **O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Relembrar, primeiro, que o PPS manifestou apoio contra o projeto, da forma como ele está. Ele concorda, sim, com a redução de imposto. Todo mundo concorda. Mas não concordamos com o aumento de imposto.

O senhor falou muito bem que o Governo Lula está reduzindo imposto em produtos industrializados, como no caso dos carros, e nem por isso está aumentando em contrapartida. Pode, sim, se o Governo quiser reduzir imposto sem aumentar. Esse é o exemplo que o Governo Lula está dando.

Relembrar ao Deputado Romanelli - parece-me que ele é um bom jogador de truco -, quando foi criado o pedágio em 1998, o PPS não tinha nenhum Deputado nesta Casa. Ele é um bom jogador de truco, só que tem hora que ele truca de facão.

## **O SR. MARCELO RANGEL (PPS)**

Deputado Romanelli, seis para o senhor.

Concedo um aparte ao Deputado Romanelli.

## **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Quando foi criado, Deputado Douglas Fabrício, a lei de concessões e permissões do serviço público, lembro-me bem porque fui um dos Parlamentares que aqui votou contra a criação do pedágio no Paraná. Denunciei, Deputado Marcelo Rangel, o que acontecia naquele momento, quando nesta Casa operadores do pedágio, de forma absolutamente vivaz, percorriam os corredores

buscando votos, buscando almas, para que esse pedágio pudesse malfadadamente ser implantado no Paraná. Eu votei contra. E quero dizer a V. Exa., o PPS integrava sim a base de apoio ao Governo Jaime Lerner, o Presidente do PPS. Lamento falar isso porque ele não tem como participar do debate.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Mas estou aqui para participar do debate. Não tínhamos um representante Parlamentar aqui na Assembleia Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O PPS integrava a base do Governo Jaime Lerner, tanto que o professor Rubens Bueno integrava o Governo Jaime Lerner, era Secretário de Estado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

O Sr. Rubens Bueno não era Deputado naquela época.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Na verdade, ele era Prefeito de Campo Mourão, mas depois participou do Governo ativamente. Foi um dos grandes apoiadores. Na época inclusive ele era do PTB. Não era do PPS ainda.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pois bem, não era PPS.

Sr. Presidente, gostaria que fosse assegurada a minha palavra. Muito obrigado.

Deputado Romanelli, vamos ter muito tempo. Gostaria muito de debater aqui até altas horas da noite, que temos 11 emendas, inclusive teremos boas oportunidades para travarmos bons debates. Mas, preciso dizer, o PPS apresentou aqui vários projetos contra os aumentos abusivos do pedágio no estado do Paraná. Inclusive um projeto que foi vetado pelo Sr. Governador e fui ao Palácio para perguntar justamente ao Requião, cara a cara, frente a frente, eu perguntei: por que o senhor vetou? E também o Governador fazendo sua *mea culpa* disse: "É, vou sancionar esse projeto porque vai beneficiar os estudantes do estado do Paraná, que necessariamente têm que passar todo santo dia pelas praças de pedágio para cursar em faculdades, universidades, instituições de ensino nas cidades maiores." Estou esperando a sanção do Sr. Governador e ele certamente vai cumprir, porque é uma homem de palavra.

Deixo aqui registrado que o nosso partido sim, com personalidade, com firmeza, com posicionamento, vamos votar contra esse tarifaço, contra essa minirreforma que, na verdade, vai onerar os pequenos, os microempresários, o setor industrial, o setor produtivo do nosso estado. E vamos apresentar emendas para tentar minimizar os seus efeitos contrários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PSB/PRB/PV, Democratas, PSDB. Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(Declinam)

### *Ordem do Dia:*

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### *Leitura do Expediente*

Sobre a mesa, Mensagem nº 044/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando a criação, na Polícia Militar do Paraná, da medalha de honra ao mérito escolar Prêmio Capitão João Alves da Rosa Filho, em ouro, prata e bronze, a ser conferida, respectivamente, aos militares estaduais classificados em 1º, 2º e 3º lugares no Curso de Habilitação do Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 588/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Ver. Luiz Maltaca no município de Itaipuruçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 589/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para a Escola Estadual Terezinha E. Kepp no município de Almirante Tamandaré. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 590/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Jardim Paraíso, no município de Almirante Tamandaré. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 591/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Ver. Raulino Costacurta no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 592/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva

coberta para o Colégio Estadual Presidente Abraham Lincoln no município de Colombo. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 593/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Plínio A. M. Tourinho no município de Colombo. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### Redação Final

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 153/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre ações suplementares de prevenção, combate e erradicação da dengue no estado do Paraná.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 153/08 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º A presente lei estabelece diretrizes para conscientizar e disciplinar a população do estado do Paraná - pessoas físicas e jurídicas, inclusive - acerca da importância de sua efetiva participação na prevenção, no combate e na erradicação do mosquito causador da dengue. Dispõe sobre ações governamentais que contribuam com a erradicação dos mosquitos causadores da dengue.

Parágrafo Único. Entende-se por mosquito causador da dengue o díptero do gênero *Aedes*, e suas espécies transmissoras do vírus da dengue.

Art. 2º Os Poderes Executivos de cada município do estado, tendo em vista o bem-estar da população, poderão desempenhar ações de polícia administrativa no intuito de eliminar os criadouros e focos do mosquito transmissor da dengue, tanto nas zonas urbanas, quanto nas zonas rurais.

Parágrafo Único. Para os efeitos desta lei entende-se por criadouro qualquer recipiente natural ou artificial com coleção líquida; por coleção líquida qualquer quantidade de água estagnada e por foco o criadouro onde são encontradas as formas imaturas do mosquito causador da dengue.

Art. 3º A Administração Pública Estadual, por meio de seus órgãos ambientais, de saúde e de suas polícias, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, fiscalizará o pleno cumprimento do presente dispositivo legal.

§ 1º Os entes de que trata o *caput* deste artigo poderão realizar vistorias nos imóveis das pessoas físicas e jurídicas, com intuito de verificar a ocorrência de locais que possam ser propícios para a reprodução do mosquito.

§ 2º O estado do Paraná poderá promover convênios com seus municípios, em até 60 (sessenta) dias da publicação da lei para disciplinar a responsabilidade de cada uma das instituições envolvidas no cumprimento do presente instrumento legal.

§ 3º Independentemente dos convênios previstos no parágrafo anterior, a Administração Pública, seja municipal ou estadual, aplicará imediatamente a presente lei.

Art. 4º É dever de todo cidadão apontar e relatar aos órgãos públicos competentes situações de risco, locais onde existia água parada ou quaisquer outros locais propícios à reprodução do mosquito, garantindo o anonimato.

Art. 5º A autoridade competente, constatando a presença de focos do mosquito, lavrará Auto de Infração.

§ 1º Entende-se por autoridade competente para os fins deste artigo o Poder Executivo do Estado do Paraná - por intermédio dos órgãos de Vigilância Sanitária, do Instituto Ambiental do Paraná e da Força Verde - e o Poder Executivo Municipal - por intermédio da Vigilância Sanitária ou similar, Secretaria de Meio Ambiente ou similar e sua Guarda Municipal, quando houver.

§ 2º O primeiro Auto de Infração, de caráter educativo, terá forma de notificação, devendo estar acompanhado de orientações de como proceder para a imediata eliminação dos eventuais riscos e as medidas a serem tomadas para que se previnam ocorrências de novos focos do mosquito.

§ 3º Havendo a reincidência, será lavrado Auto de Infração com aplicação de multa, que será graduada em leve, moderada e grave, dependendo do número de focos encontrados.

I - Infração leve: quando detectada a presença de 01 (um) a 02 (dois) focos do mosquito vetor na fase de ovo, larva ou pupa;

II - Infração moderada: de 03 (três) a 04 (quatro) focos do mosquito vetor na fase de ovo, larva ou pupa;

III - Grave: presença de 05 (cinco) ou mais focos do mosquito vetor na fase de ovo, larva ou pupa.

Art. 6º As penalidades para as infrações descritas no parágrafo 3º do artigo anterior são as seguintes:

I - Infrações leves, multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

II - Infrações moderadas, multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais);

III - Infrações graves, multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

§ 1º O infrator do presente dispositivo legal poderá recorrer das multas previstas nos incisos deste artigo até a data de vencimento das mesmas.

§ 2º O não pagamento da multa implicará em inscrição na dívida ativa do tesouro municipal ou estadual.

§ 3º Nos casos em que após a aplicação das multas, previstas neste artigo, ainda forem constatados novos focos do mosquito, as multas, serão aplicadas em dobro, triplo, quádruplo, consecutivamente.

§ 4º Os proprietários possuidores de baixa renda, assim considerados conforme definição a ser estipulada pelo Poder Executivo, terão as multas, de que tratam este artigo, reduzidas em 95% (noventa e cinco por cento).

§ 5º Os recursos oriundos das multas prescritas nesta lei deverão ser integralmente aplicados em ações preventivas da dengue, e para o tratamento dos indivíduos infectados.

Art. 7º Nos casos em que as autoridades competentes, assim definidas conforme parágrafo 1º do artigo 5º da presente lei, constatarem criadouros nos imóveis, deverão apresentar notificação, conforme parágrafo 2º do artigo 5º, ao proprietário ou possuidor do local.

Parágrafo Único. Após a notificação no *caput*, havendo constatação de focos do mosquito no mesmo imóvel, serão aplicadas diretamente as infrações previstas no artigo 6º da presente lei.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15/12/08.

(aa) STEPHANES JUNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

### **Em discussão. Em votação.**

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para dizer, como não houve discussão desse projeto em Plenário e ele passou de certa forma despercebido, gostaria de dizer a V. Exa. e aos nobres Pares, que esta Assembléia acaba de aprovar um projeto de extrema importância. E quero fazer um agradecimento aos demais Pares que estão nesta Casa. Vimos no ano passado o Rio de Janeiro numa verdadeira epidemia de dengue, que ceifou a vida de milhares de cariocas. Claro que não queremos que isso ocorra dentro do nosso estado. E por isso esta Assembléia Legislativa, através de suas Comissões e agora do Plenário, acaba de aprovar um instrumento de fundamental importância para que isso não aconteça: é o fato de o estado e municípios poderem multar os cidadãos e com a possibilidade, inclusive, de interdição de seus respectivos imóveis, sejam eles imóveis residenciais, industriais ou comerciais que, na reincidência, o proprietário não teve o zelo de cuidar para que não houvesse a proliferação da dengue, os chamados criadouros dos mosquitos.

E é por isso, Sr. Presidente, nobres Pares, que eu pedi a palavra para fazer aqui um agradecimento - acredito que agora o Paraná tem às mãos os instrumentos necessários para que haja esta possibilidade.

E mais do que isso, me permita mais um segundo, Sr. Presidente, este projeto articula esferas de Governo até então trabalhando de forma estanque e separados. Ele articula, por exemplo, a Força Verde que é a Polícia Florestal, juntamente com a Secretaria de Saúde, o Instituto Ambiental do Paraná e a Vigilância à Saúde dos municípios. Faz assim uma articulação interinstitucional, faz de certa forma uma rede de proteção a esta doença que os brasileiros maldizem, mas que sempre somos as primeiras vítimas, e possibilita que o estado, além desse instrumento que já mencionei, atue de forma horizontal, articulando Polícias, articulando sejam elas as Polícias Militares, o Corpo de Bombeiros, o Instituto Ambiental do Paraná, Força Verde, a Vigilância à Saúde do Estado, a Vigilância à Saúde do município.

Acredito, portanto, que demos um passo fundamental para que possamos combater a dengue e fazer o que todo mundo deve fazer quando se trata de doença: a prevenção, a preocupação.

Muito obrigado e agradeço a V. Exa. e demais Pares.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, queria requerer chamada nominal e votação no painel do projeto do Deputado Cheida.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta Mesa defere e solicita ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal e a votação será no painel.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Jonas Guimarães)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em votação. Havendo quórum, vai-se proceder à votação por amostragem, primeiro, Deputado Romanelli.

(Pausa)

Aprovado por unanimidade.

### **3ª Discussão**

#### **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 800/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Pequenos Agricultores, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**.

### **2ª Discussão**

#### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 490/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que torna obrigatória, a partir da 5ª série do ensino fundamental da rede pública estadual, a inserção de conteúdos acerca da organização, atribuição, fundamentação e divisão dos tributos arrecadados pela união, estados e municípios, bem como da inserção do cidadão como contribuinte. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. CEC E CT. **Aprovado, artigo por artigo**.

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 776/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar o programa Jogo Limpo no âmbito do estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

Antes de passarmos ao próximo item da Ordem do Dia: há sobre a Mesa, Requerimento nº 3911, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão. **Aprovado.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/08, que ficam dispensados os créditos tributários decorrentes da aplicação das finalidades previstas no artigo 55 da Lei nº 11580, de 14/11/96. (ICMS). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

Passo a presidência ao eminente Deputado Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/08, que altera a Lei nº 11580, de 14/11/96, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências. (Reforma Tributária). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. e CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3869, de autoria dos Deputados Elio Rusch, Valdir Rossoni, Durval Amaral e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero encaminhar contrário ao presente requerimento, porque embora entendo que este requerimento já é matéria vencida, visto que foi até equi-

vocadamente apresentado com erro em relação ao conteúdo, mas hoje nós já estamos em segunda votação do projeto quando ele consta da Ordem do Dia e vai ser votado ou vai receber emendas.

Tenho conhecimento, até porque assinei algumas emendas, que recebeu emendas o presente projeto, e entendo que um projeto em segunda discussão não pode receber requerimento para retirada da Ordem do Dia porque já há, regimentalmente, o fato do recebimento das emendas que precede ao próprio requerimento. De qualquer forma, Sr. Presidente, a Mesa dá interpretação ao Regimento, eu encaminho apenas nesse sentido.

Entendo também o seguinte: quero aqui publicamente, Sr. Presidente, dizer que encaminhei até por orientação de V. Exa., na condição de Líder do Governo, um processo de discussão acerca da nossa reforma tributária da forma mais ampla e democrática possível e no colégio de líderes, nós de forma transparente e pública, encontramos uma forma de ouvir a sociedade, realizamos as Audiências Públicas, estabelecemos um calendário de Audiências Públicas. Depois, nesta Casa, estabelecemos quando esse projeto deveria ser votado na CCJ e quando ele deveria vir a plenário e quais eram as datas: no limite exato do término das Sessões Legislativas.

Por isso, quero dizer que embora reconheça que o Líder da Oposição tenha legalidade para poder fazer o requerimento, embora ache o requerimento extemporâneo, mas, enfim, é uma decisão de V. Exa. Mas, quero fazer um apelo ao Deputado Elio Rusch: fizemos um acordo e poderia ter apresentado um requerimento em regime de urgência, teria votado isso no mês de novembro, respeitei a decisão tomada coletivamente pelos Líderes - tanto da Situação quanto da Oposição. Sinceramente, me surpreendo com a propositura já pela segunda vez do requerimento de adiamento. Ou seja: se não houvesse sido acordado por nós, todo um processo de discussão amplamente debatido entre os líderes e ter esclarecido qual era o calendário de votação, Sr. Presidente, me surpreendo novamente do Deputado Elio Rusch apresentar esse requerimento. Pedi que ele retirasse.

Mas, de qualquer forma quero encaminhar pela rejeição do requerimento e pedir aos Srs. e Sras. Deputadas que votem pela rejeição do mesmo, até porque nosso acordo foi de votar. E viemos aqui para votar: ou para aprovar ou para rejeitar o projeto e não para ficar votando requerimento protelatório que entendo que é absolutamente inoportuno. Foge completamente ao acordo que fizemos do calendário de votação da reforma tributária.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o requerimento com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deputado Romanelli, com todo respeito que devoto a V. Exa. e o senhor como Líder de Governo deve,

efetivamente, fazer esse papel de defender esse projeto e defender o Governo do Estado. Mas cabe aos Deputados - não de Oposição, mas de qualquer Parlamentar, independente de ser Oposição, Situação ou do Bloco Independente - transmitir aquilo que ele acha correto. Não posso de forma alguma, querer interferir no pensamento ou na formação ou, sobre aquilo que o Parlamentar pensa sobre qualquer proposição.

Todos os acordos feitos com o Presidente da Casa, com os líderes partidários para que este projeto viesse para a Ordem do Dia - data estabelecida pelo Presidente da Casa, acordado com os Líderes de Partido, de Governo, de Oposição, faz-se as Audiências Públicas e entendo, Srs. Deputados, que nem o Governo e nem o Deputado Romanelli queria aprovar e queira aprovar um projeto tão importante às pressas, no afogadilho! E mesmo assim, embora com todas as Audiências que realizamos, ainda o projeto está sendo votado às pressas.

O momento é de cautela. Quando esse projeto, foi apresentado pelo Governo do Estado sabíamos que já existia uma crise, ao mesmo anunciada lá nos Estados Unidos e depois se estendeu a alguns outros países. Mas ninguém imaginava que hoje, dezembro, a situação econômica chegasse nesse ponto! E aí faço um apelo, principalmente à Bancada do PT e também a todos os Parlamentares: o Presidente da República esta semana anunciou uma série de medidas e a redução de impostos sobre a sociedade brasileira - seja Imposto de Renda, seja IPI, seja IOF, diversos impostos foram reduzidos. O Governador de São Paulo da mesma forma: só reduziu e não aumentou!

Quero deixar bem clara a nossa posição e de alguns Parlamentares na Casa que ninguém é contra a redução da alíquota de ICMS, ninguém, todos somos favoráveis! Mas, aumentar imposto neste momento, não é hora! Somos de um partido que faz oposição ao Presidente da República e tantos outros, mas, neste momento, ele tomou a medida correta reduzindo a alíquota e não aumentou nenhum imposto. Por que aqui no Paraná temos de aumentar?

Então, o momento é de cautela, como disse, o momento é de recuar. E o que estamos pedindo, neste momento, nada mais do que é regimental, não estamos quebrando nenhum acordo! Nenhum acordo estamos quebrando! Pelo contrário, estamos fazendo aquilo, que qualquer Parlamentar deve fazer quando não concorda com determinada proposição, determinada lei, determinada mensagem. É isso que estamos fazendo na Assembleia. O momento não é de aumentar impostos, o momento requer cautela, o momento requer uma série de coisas. Agora, dizer que queremos protelar, que houve um acordo, que se surpreende diante do nosso requerimento, pelo contrário, queremos que a sociedade paranaense não seja penalizada e, ninguém de nós sabe o que vai acontecer no dia de amanhã. Por que não se faz no Paraná o que se fez em São Paulo: apenas reduzir o imposto e não aumenta? E tem forma, sim, de fazer

compensação. Isso mostramos e vamos mostrar através das nossas emendas caso esse requerimento não seja aprovado.

Entendo que o Governo está usando a sua maioria que tem aqui no plenário, mas faço um apelo aos Srs. Parlamentares: o momento é de cautela. O momento é de recuar. O momento não é de votar nesta hora.

Somos Democratas, sim, vamos aceitar a decisão da maioria, mas, temos certeza que a maioria dos paranaenses pensa igual a nós, vão pensar também de recuar e não votar absolutamente nada neste momento de crise e recessão que vivemos. Por esta razão espero que os Srs. Parlamentares que concordam que esse projeto não seja votado este ano - não estamos pedindo o arquivamento, estamos pedindo apenas que seja prorrogada sua votação por 10 Sessões e deixemos para o ano que vem e, vamos ver o que vai acontecer com a economia do nosso país, vamos ver o que vai acontecer com a economia do nosso estado, e aí o projeto retorna à Casa,

Por esta razão que digo: vamos votar a favor do requerimento para que o projeto seja retirado da pauta por 10 Sessões e até lá vamos saber o que vai acontecer, mais ou menos, com a economia paranaense.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos chegando no final do ano, está se aproximando o Natal. Só que junto com as festividades de Natal está vindo uma preocupação muito grande para os brasileiros. E vou falar, primeiro, do Brasil. Deputado Elio Rusch e Deputado Marcelo Rangel, vocês acham que o Governo Lula estaria fazendo manifestação, tomando atitude de baixar imposto no Brasil se não estivesse preocupado com a geração de empregos, com a manutenção de empregos, não só aqui no Paraná como em todo o Brasil? Tenho certeza, que se fosse de forma diferente, ele manteria como está a questão da arrecadação de imposto.

Hoje, aqui no Paraná, a Associação Comercial do Paraná tem um painel. Esse painel está contabilizando, está somando a arrecadação de impostos pelos Governos Municipal, Estadual e Federal e já está passando a cifra de R\$ 1 trilhão. Isso chega numa situação muito difícil, porque o que vamos votar daqui a pouco é um requerimento, apenas pedindo para deixar para mais para frente essa discussão. Não se trata de aprovar ou não o projeto. É segurar, deixá-lo ele na gaveta, esperar os acontecimentos, porque não sabemos o que vai acontecer. Os especialistas estão assustando, os economistas estão falando em nível mundial na maior recessão e maior falta de geração de emprego, ou aumento de desemprego no mundo. E o Paraná está neste contexto.

Os Governos Estaduais se mobilizam para reduzir impostos, para baixar os impostos, para poderem girar a economia, fazer a roda girar para frente e naturalmente recuperar empregos, às vezes até gerar empregos. Muitos estão fazendo redução de impostos, para apenas manter os empregos para segurar as reduções, segurar as demissões. E o Governo do Paraná está fazendo ao contrário, está aumentando impostos e isso vai gerar desemprego. Porque se fala que a diminuição de impostos de diversos produtos aumentará o consumo. Como aumentará o consumo se as pessoas estão perdendo os empregos? Quem não tiver emprego não vai ter renda, não tendo renda não vai conseguir consumir, não consumindo o comércio não vai vender, não vendendo a indústria não produz e assim vai gerar mais desemprego. Não se trata de Situação e Oposição. Agora é a hora que o paranaense está vendo como vai votar o Deputado. E agora que é a hora de saber. Ah! Vai votar a favor da redução de imposto? Redução de imposto, se não sabemos se vai ter consumo para aproveitar a redução de imposto.

Agora, sabemos que vai ter consumo de energia elétrica, gasolina e telecomunicações. E isso terá aumento. O que estamos pedindo, é que coloquemos a mão na consciência e votemos favorável ao requerimento. Não é o requerimento da Oposição, é o requerimento da população pedindo para que seja adiada essa votação. Deputado Belinati, V. Exa. que foi Prefeito por diversas vezes, tenho certeza que vai votar para que esse requerimento transfira a votação desse projeto para o próximo ano para ajudar a todos os brasileiros. Porque hoje como o projeto prevê isenção de imposto, diminuição de imposto para a população mais pobre, aquela que consome principalmente quando se fala em cesta básica ou produtos de primeira necessidade, já está com imposto baixo, já não tem imposto, já estão sendo beneficiados.

Concordamos com a redução de imposto, não podemos concordar é com o aumento de imposto. Nenhum tipo de aumento. Se pegarmos o que o Governo Federal apresentou agora, se pegarmos a tabela, ele está reduzindo Imposto de Renda, imposto dos carros e nem por isso está aumentando nenhum outro imposto. Porque ele está querendo gerar empregos, manter empregos.

Pedimos apenas que esse projeto seja adiada sua votação para o próximo ano, para que no próximo ano tenhamos mais certeza do que estamos fazendo, para não cometermos uma besteira de aumentar imposto e prejudicar o estado do Paraná perante outros estados.

Era isso, peço o voto SIM ao requerimento.  
Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Temo uma grande batalha pela frente e não vai ser nada fácil. A Bancada de Oposição está propondo através desse requerimento a retirada desse projeto para que seja discutido, debatido, aprovado ou rejeitado o ano que vem. Porque como já foi falado aqui várias vezes, não gostaria de me tornar repetitivo, mas não é uma boa hora, não é mesmo.

Tanto é que a FIEP fez uma pesquisa. Deputada Cida Borghetti, Deputado Fernando Ribas Carli, Sr. Presidente saiu uma pesquisa da FIEP. A pesquisa promovida pela rede de participação política da Federação das Indústrias do Estado do Paraná aponta que 70% dos participantes são contra esse projeto e 30% dos participantes da rede política da FIEP se posicionaram a favor da proposta que reduz de 18% para 12% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e circulações de Serviços sobre 95 mil produtos. Até aí eu estou ótimo. Até aí tudo bem, somos favoráveis, mas em compensação, porém, todavia, contudo, aumenta em dois pontos os percentuais a alíquota de cinco produtos essenciais, serviços dos setores onde o estado mais arrecada, que é o combustível. A maior arrecadação do estado vem da energia elétrica, combustível e telecomunicações. Além é claro de fumo e bebidas alcoólicas e nós não estamos nem questionando com relação a esses itens.

Mas os bens essenciais, energia elétrica, não pode ter a sua alíquota majorada e, principalmente, nesse momento.

Imagino, Srs. Deputados, o peso desse projeto nas costas de cada Parlamentar que aqui está. Todos vocês que vão votar daqui a pouco o projeto ou amanhã, na sua segunda discussão já com as suas emendas, vai pesar muito a responsabilidade, porque estaremos dando um tiro no escuro. Pode ser bom? Dificilmente, muito difícil. Pode ser ruim? Provavelmente. Pode ser péssimo? Deus o livre, mas pode. Pode acontecer um desastre no nosso estado, principalmente, no setor produtivo. É o que estamos temendo.

Por isso, que o debate foi importante através das Audiências Públicas, mas precisa continuar, principalmente, porque não sabemos até que ponto vai chegar a crise. Será que o Brasil está imune? Será que as ações do nosso Presidente estão sendo bem-vindas? Como o Brasil vai se comportar no ano de 2009? No começo do próximo ano, será que a crise vai nos atacar firmemente, vai ser muito forte e com um projeto como esse nós não estamos entrando na contramão? Aumentando o que é essencial para a população, aumentando a inflação, aumentando os preços dos produtos para os nossos consumidores paranaenses. É essa a pergunta que eu faço.

Não estou aqui como Deputado Estadual para dar chute. Não vou chutar e, principalmente, chutar por um projeto que de repente pode prejudicar os meus próprios eleitores. Não! Vou votar não. Gostaria de votar a favor do seu requerimento, do requerimento da Bancada de Oposição para retirada desse projeto desse ano. Aquelas pessoas que estão nos acompanhando, preciso dizer que está havendo um rolo compressor e o projeto será aprovado. Ele será aprovado. Já deu demonstração na primeira votação que será aprovado e, vamos continuar batalhando como representantes da Oposição e até mesmo em processo de obstrução.

Mas, podemos agora retirar o projeto para que no ano que vem possa ser melhor avaliado, já com uma crise posta e de repente mais avaliado. Fora isso Sr. Presidente voto a favor do requerimento da Bancada de Oposição.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Vai se proceder à votação. Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni para encaminhar.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente sei que é cansativo, mas é real o que estamos vivendo. Quero me posicionar aqui favorável ao requerimento do Deputado Elio Rusch, Deputado Romanelli, de adiamento de votação desse projeto. Por que somos favoráveis ao adiamento de votação desse projeto? Porque, achamos que o momento não é o de estarmos discutindo aqui aumento de impostos. Enquanto o Governo Federal toma medidas de socorro à economia, enquanto o Governo de São Paulo toma medidas de socorro à economia do seu estado, enquanto Minas Gerais toma medidas de socorro à sua economia, nós brincamos aqui de aumentar impostos.

Dentro de alguns minutos, vamos ver a real face da situação. Vamos saber quem quer votar este aumento de imposto e quem não deseja votar esse aumento de imposto. Quem votar contrário ao requerimento do Líder Elio Rusch, estará dizendo sim ao "tratoração" que vai acontecer.

Estamos percebendo que o "tratoração" vai acontecer. Parece que quem vai pagar esses impostos que o Governo está impondo à população paranaense parece que são quatro ou cinco Deputados. Esperamos que não seja e que chegue a 10, a 12, chegue a 14, a 18. O bom seria 28 e mandar para casa esse pacote de presente para o Governador.

Engraçado, nós, Deputado Belinati, por isso que V. Exa. é respeitado em Londrina pelo voto. Estamos chegando no final do ano e estamos discutindo o quê? Discutindo se vamos cobrar 2% a mais na energia elétrica dos paranaenses. Todos aqueles paranaenses que estão aqui vendo a TV SINAL serão cobrados.

Estamos discutindo aqui se o cidadão comum que agora no final do ano vai abastecer o seu carro, vai pagar 2% a mais na gasolina. Estamos discutindo aqui, se o cidadão que tem telefone vai pagar mais de 2% na taxa do telefone.

Aí pergunto, parece que isso não é nada. Isto é tudo, porque é uma sinalização para a sociedade paranaense que poderíamos dar de que, o Legislativo paranaense seria autônomo, corajoso diria o Governador.

Governador, não estamos nem entrando no mérito da reforma tributária. Estamos entrando num momento de quem quer salvar os empregos no Paraná. Porque é lógico, e eu disse aqui anteriormente, se uma empresa tem uma filial em Santa Catarina e outra no Paraná ou em outro estado, aonde ela vai investir, se ela for investir? Ela vai investir, certamente, aonde ela vai pagar menos impostos.

Se uma empresa tiver que demitir, aonde ela vai demitir? Aonde ela paga menos impostos. E aí nós estamos vendo o cenário nacional. Presidente da República, Governadores tomando medidas em socorro à economia, porque eles querem proteger o emprego. O Lula diminuiu os impostos dos carros populares para quê? Para garantir o emprego.

Por que não tomamos a mesma atitude? Esta é a grande oportunidade. Quem estaria tomando a atitude de adiar esta reforma tributária seriam os Deputados paranaenses. Por isso, Sr. Presidente, na verdade estou aqui procurando ganhar tempo, regimentalmente, para ganhar no cansaço. Mas, como não vamos conseguir e até passou rápido minha fala, gostaria de pedir aos Srs. Deputados que se dizem favoráveis ao emprego, à microempresa, à economia paranaense, vamos tomar uma atitude agora, neste requerimento: adiar a reforma tributária. Adiar o aumento de impostos. Dizer SIM ao requerimento do Deputado Elio Rusch, transferindo a votação deste aumento de impostos para o ano que vem.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Vai-se proceder a votação. Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento, votam com a expressão SIM e os Deputados que forem contrários ao requerimento, votam com a expressão NÃO.

Quarenta e seis Srs. Deputados estão presentes. Trinta Srs. Deputados votaram com a expressão SIM e 15 com a expressão NÃO. Está REJEITADO o requerimento.

O projeto correspondente ao item 6 da pauta recebe 48 emendas de Plenário, nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO. DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 402/08

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei 402/08, oriundo da Mensagem 031/08 do Governo do Estado, tem por objetivo acrescentar à redação proposta no artigo 1º, que prevê nova redação para o artigo 14 da Lei nº 11580 de 11/12/96, um novo dispositivo conforme redação que segue:

"Art. 1º ...

I - ...

'Art. 14. ...

I - ...

II - ...

a) ...

...

x) implantes dentários em geral, de qualquer material, inclusive os de titânio, de todas as formas, diâmetros e alturas, próprios para serem fixados nos ossos da mandíbula, maxilar ou zigomático, suas partes, acessórios e complementos (NCM 8108)""

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(aa) NELSON JUSTUS  
ALEXANDRE CURI

Apoioamento:

Luiz Accorsi, Luiz Fernandes Litro e Francisco Bühner.

JUSTIFICATIVA:

Os produtos indicados estão relacionados com a área de Saúde (cirurgias hospitalares ou odontológicas). A saúde é um dos direitos sociais garantidos pela Constituição da República, cumprindo ao estado o dever de garantir *mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação*.

Os implantes estão indicados não apenas para reabilitação bucal em âmbito ambulatorial, mas também para pacientes com deformidades faciais e cirurgias reparadoras funcionais ocasionadas por tumores, patologias faciais e traumas de face, realizadas sob anestesia geral.

Os instrumentais e aparelhos são os meios necessários à adequada utilização dos implantes ortopédicos e odontológicos, mesmo porque sem eles o profissional médico ou cirurgião-dentista não tem como realizar os procedimentos cirúrgicos.

A redução da alíquota é um critério que irá assegurar que todos tenham maior acesso às medidas de preservação e recuperação da saúde, bem como proporcionará qualidade de vida e bem-estar.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Adite-se ao artigo 1º do Projeto de Lei 402/08, os incisos IV, V, VI e VII, com a seguinte redação:

“IV - fica acrescentado o inciso IV ao parágrafo 1º do artigo 2º:

‘IV - sobre a entrada, no território paranaense, de álcool hidratado, quando não destinados à industrialização ou à comercialização pelo destinatário adquirente aqui localizado, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto a este estado”.

V - fica acrescentado o inciso XV ao artigo 5º:

‘IV - sobre a entrada, no território paranaense, de álcool hidratado, quando não destinados à industrialização ou à comercialização.’

VI - fica acrescentado o inciso III ao parágrafo 2º do artigo 18:

‘III - às empresas e usinas produtoras, nas operações internas e interestaduais com álcool hidratado destinadas ao estado do Paraná, na condição de contribuinte ou de substituto tributário, pelo pagamento do imposto, desde a produção ou importação até a última operação, sendo seu cálculo efetuado sobre o preço praticado na operação inicial.’

VII - fica acrescentado a alínea “j” ao inciso I do artigo 22:

‘j) o do estabelecimento onde se encontre, no momento da ocorrência do fato gerador, nas operações interestaduais com álcool hidratado, desde que não destinados à industrialização ou à comercialização”.

Sala das Sessões, em 04/12/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano, Valdir Rossoni, Elio Rusch e Plauto Miró.

JUSTIFICATIVA:

O álcool combustível é o produto que mais cresce na matriz energética brasileira. É também o mais afetado pela sonegação de tributos. Estima-se que 10% do volume de álcool hidratado (mais de 1 bilhão de litros) seja clandestino e que mais de 25% do volume comercializado (cerca de 2,5 bilhões de litros) não tenha seus impostos recolhidos integralmente. Apesar das iniciativas das várias esferas de Governo buscando inibir irregularidades, os últimos 10 anos foram de fraudes e sonegação intensas na comercialização do álcool, com elevadas perdas para os consumidores e para os cofres públicos, ou seja, para toda a sociedade. Não é aceitável para o país assumir liderança mundial na produção e no consumo de álcool combustível e, por outro lado, não conseguir equacionar os problemas de fraudes e sonegação no setor. Hoje, o ICMS do álcool combustível é recolhido na distribuição, ao invés de ser recolhido no primeiro elo da cadeia, o da produção, como é feito quando do recolhimento do PIS e COFINS da gasolina, do óleo diesel e do biodiesel. Essa sistemática de tributação do PIS e COFINS no elo de produção assegura um controle do recolhimento dos tributos. O álcool tem o ICMS recolhido na distribuição. Essa sistemática tem se mostrado frágil e inadequada, por permitir que distribuidoras inescrupulosas tenham elevados ganhos com a sonegação.

Se observarmos o quadro das distribuidoras de combustível no âmbito nacional, temos aproximadamente 110 distribuidoras, de diversos portes, muitas sem ativos, que se valem do não recolhimento de tributos como sua arma mais poderosa para alavancar vendas. O que se vê é uma proposital sonegação de impostos na distribuição do álcool hidratado por alguns desses agentes, que nada têm a perder, visto que não tem recursos para garantir os valores envolvidos. O crescimento e a consolidação do álcool na matriz energética são as maiores razões para que esse combustível receba tratamento tributário diferenciado. Os benefícios ambientais e a importância estratégica do álcool para o país já são reconhecidos pela aplicação de uma carga tributária mais baixa do que a dos outros combustíveis. As usinas produtoras de álcool, apesar de serem em maior número (350) que as distribuidoras, são empresas com forte estrutura de capital, com expressivos ativos em terras e equipamentos industriais, que não colocariam em risco seus investimentos e reputação praticando sonegação. Portanto, cobrar tributação nas usinas é mais seguro do que nas distribuidoras.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 03

Adite-se ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 402/08 que “altera, conforme especifica a Lei nº 11580, de 14/11/96, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à

Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências" parágrafo com o seguinte teor:

"§ 6º Ficam mantidas as atuais alíquotas incidentes nas prestações de serviço de comunicação e nas operações com energia elétrica quando o consumidor for a indústria e o comércio de panificação."

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) TADEU VENERI

Apoioamento:

Marcelo Rangel, Cida Borghetti, Elio Rusch, Péricles de Mello, Caíto Quintana, Antonio Belinati e Valdir Rossoni.

**JUSTIFICATIVA:**

O fundamento da reforma tributária proposta é a redução de tributos para beneficiar os consumidores.

Parte expressiva das despesas da indústria e comércio de panificação resulta do consumo de energia elétrica.

Da mesma forma há elevado consumo de telefone no uso de cartões de crédito e débito.

Se elevada a alíquota tributária na energia e nas comunicações, os preços poderão ser elevados na indústria e comércio de panificação. É neste sentido que propõe esta alteração para excluir do aumento os já mencionados segmentos da economia.

#### EMENDA DE PLENÁRIO Nº 04

##### **Redação do projeto:**

Art. 1º Sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas na Lei nº 11580, de 14/11/96, as seguintes alterações:

I - o artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. As alíquotas internas são, conforme o caso e de acordo com a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) ou a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM/SH), assim distribuídas:

I - alíquota de sete por cento nas operações com alimentos, quando destinados à merenda escolar, nas vendas a órgãos da Administração Federal, Estadual ou Municipal;

##### **Redação proposta:**

Inclusão de alínea "a" e itens:

"Art. 14. As alíquotas internas são, conforme o caso e de acordo com a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) ou a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM/SH), assim distribuídas:

I - alíquota de sete por cento nas operações com alimentos, quando destinados à merenda escolar, nas vendas a órgãos da Administração Federal, Estadual ou Municipal; e

a) destinados à construção civil:

1. areia, argila, saibro, pedra bruta, brita graduada e pedra marruada;

2. tijolo, telha, tubo e manilha, de argila ou barro;

3. telhas e lajes planas pré-fabricadas, painéis de lajes, pré-lajes e pré-moldados, de cimento, de concreto, ou de pedra artificial, mesmo armadas;

4. cal (NCM 2522), calcário (NCM 2521.00.00) e gesso (NCM 2520.20);

5. blocos e tijolos (NCM 6810.11.00);

6. ladrilhos e placas de cerâmica (NCM 6907 e 6908);

7. pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidês, sanitários e caixas de descarga, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para uso sanitário, de porcelana ou cerâmica (NCM 6910.10.00 e 6910.90.00);

Supressão da alínea "I" do item II do artigo 14.

**JUSTIFICATIVA:**

O estímulo ao setor da construção civil, com a redução da alíquota de 12% para 7% no ICMS sobre tijolos, telhas cerâmicas e manilhas, entre outros, visa beneficiar as famílias de baixa renda, facilitando seu acesso a construção de suas moradias através da redução dos custos. Os grandes empreendimentos também poderão sentir os reflexos da diminuição da alíquota, servindo como incentivo à retomada do crescimento do mercado imobiliário. O objetivo da proposta é privilegiar as populações carentes. Mas, em contrapartida, vai acabar atingindo também as construções em geral.

Recentemente o governo do Estado de Minas Gerais efetuou tal redução e com isso desequilibrou a balança da chamada "guerra fiscal". O estado do Paraná deverá ajustar-se à nova realidade do mercado tornando seus produtos competitivos e favorecer a construção da casa própria que é, sem dúvida, o maior sonho dos paranaenses e dos brasileiros em geral.

A reformulação na cobrança e nas alíquotas do ICMS necessita favorecer alguns setores, em especial aqueles que atingem de forma direta os menos favorecidos. Somos favoráveis a reduzir o ICMS para todos esses produtos que não sofreram nenhuma sorte de redução por parte do Governo.

A proposta de emenda que ora se apresenta visa, portanto, favorecer a população mais carente dando-lhe mais acesso ao sonho da casa própria ao mesmo tempo em que estimula o aquecimento do setor imobiliário no estado.

Pelo projeto original o setor da construção civil se manteria com alíquota de 12% e pela nossa proposta a alíquota passaria para 7%.

Indiscutível o valor meritório desta redução de alíquota e é importante destacar que isso acontece justamente quando o Governo Federal e os Governadores de São Paulo e de Minas Gerais fazem o caminho da redução de impostos: adotam medidas para ampliar os prazos de pagamento dos impostos e proteger suas empresas e empregados diante dos riscos da crise econômica internacional.

Nestas condições, Sr. Relator, apresento a presente emenda modificativa para a vossa apreciação e acatamento, encaminhada pela normal tramitação da proposta agregada a emenda examinada até decisão do Plenário maior desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Apoiamento:

Plauto Miró, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch e Valdir Rossoni.

## EMENDA DE PLENÁRIO Nº 05

### Redação do projeto:

Art. 1º Sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas na Lei nº 11580, de 14/11/96, as seguintes alterações:

I - O artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - (...)

II - (...)

III - alíquota de vinte e cinco (25%) nas operações com:

a) armas e munições, suas partes e acessórios (NCM Capítulo 93);

b) balões e dirigíveis; planadores, asas voadoras e outros veículos aéreos, não concebidos para propulsão com motor (NCM 8801.00.00);

c) embarcações de esporte e de recreio (NCM 8903);

d) energia elétrica destinada à eletrificação rural;

e) peleteria e suas obras e peleteria artificial (NCM Capítulo 43);

f) perfumes e cosméticos (NCM: 3303; 3304; 3305, exceto 3305.10.00; e 3307, exceto 3307.20);

IV - alíquota de vinte e oito por cento (28%) nas operações com:

a) gasolina, exceto para aviação;

b) álcool anidro para fins combustíveis;

V - alíquota de vinte e nove por cento (29%) nas prestações de serviço de comunicação e nas operações com:

a) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural;

b) fumo e sucedâneos, manufaturados (NCM 2402.10.00 a 2403.99.90);

c) bebidas alcoólicas (NCM 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208);

### Redação proposta:

Supressão integral do item IV.

Supressão parcial do caput e da alínea "a" do item V.

### JUSTIFICATIVA:

As constantes Audiências Públicas realizadas para a discussão sobre a proposta da chamada minir-reforma tributária no estado do Paraná que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual

e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências, mostrou-nos que os impactos sobre cada setor da economia mostram-se danosos de maneira geral.

No entanto a minirreforma proposta pelo Governo do Estado à Assembléia Legislativa pretende reduzir a alíquota do ICMS de 95 mil produtos, o que por si só representa um excelente estímulo ao desenvolvimento e benefício imediato aos milhares de paranaenses atingidos. No entanto o mesmo projeto contempla um aumento sobre cinco itens: energia, telefonia, combustível, bebidas alcoólicas e fumo.

Percebe-se que a reformulação favorece alguns setores, mas penaliza segmentos produtivos do estado. Somos favoráveis a reduzir o ICMS para todos esses produtos que estão no projeto, mas não se pode penalizar de forma reflexa (buscando compensação) itens que sem sombra de dúvidas impactarão em toda a economia do estado.

Mostra-se injustificável a majoração dos principais itens integrantes dos insumos industriais e comerciais - gasolina, energia elétrica e comunicação. O Governo afirma que o projeto de reforma tributária busca favorecer quem recebe até seis salários- mínimos por mês com a redução da alíquota de ICMS de diversos produtos. Mas para isso é preciso fazer um remanejamento na cobrança. Sob a alegação de que o estado não pode fazer renúncia fiscal, busca-se encontrar uma maneira para suportar a redução dos itens. Em momento algum, no entanto, o Governo cogita a redução de seus gastos com a máquina pública ou mesmo a aplicação de um "choque de gestão". Prefere propor o aumento na alíquota de insumos, como energia elétrica, combustíveis e telefonia.

A proposta de emenda que ora se apresenta visa o equilíbrio desta fórmula de arrecadação rejeitando fortemente o aumento de impostos sobre insumos, aceitando-se apenas a majoração sobre determinados itens como as bebidas alcoólicas, fumo e cigarros e sobre os que, estranhamente, permaneceram inalterados da lei original, como as armas, munições e suas partes e acessórios, balões e dirigíveis, planadores, asas voadoras e outros veículos aéreos, não concebidos para propulsão com motor, embarcações de esporte e de recreio, peleteria e suas obras e peleteria artificial, perfumes e cosméticos.

Pelo projeto original no setor de comunicações, a alíquota passaria de 27% para 29%. O imposto sobre a gasolina subiria de 26% para 28%. A energia teria aumento de 27% para 29%. Os fumos, de 27% para 29%, e sobre a cerveja, o ICMS passaria de 27% para 29%.

Indiscutível o valor meritório da redução de alíquotas sobre os 95 mil itens, mas em épocas de crise, com a atual, a preocupação dos empresários é que os produtos que terão aumento no tributo irão interferir praticamente da mesma maneira no custo das empresas refletindo, por óbvio, no bolso do consumidor.

Análises técnicas demonstram que se a energia, os transportes e os serviços de comunicações ficam mais caros, tudo o que é produzido no Paraná também fica mais caro, prejudicando a competição com produtos de outros estados, ameaçando nossos empregos e nossas empresas.

Importante destacar que isso acontece justamente quando o Governo Federal e os Governadores de São Paulo e de Minas Gerais fazem caminho inverso: adotam medidas para ampliar os prazos de pagamento dos impostos e proteger suas empresas e empregados diante dos riscos da crise econômica internacional.

Nestas condições, Sr. Relator, apresento a presente emenda modificativa para a vossa apreciação e acatamento, encaminhada pela normal tramitação da proposta agregada a emenda examinada até decisão do Plenário maior desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Plauto Miró, Valdir Rossoni e Elio Rusch.

### EMENDA DE PLENÁRIO Nº 06

Com fulcro no Regimento Interno, com o objetivo de apresentar emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 402/08, alterando-se a redação da alínea "t" do inciso II do artigo 1º, passando o projeto de lei a tramitar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

II - (...)

t) veículos automotores novos, quando a operação seja realizada sob o regime da sujeição passiva por substituição tributária, com retenção do imposto relativo às operações subsequentes, sem prejuízo do disposto na alínea seguinte:"

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Ademar Traiano, Valdir Rossoni e Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

A proposta de emenda apresentada mantém a alíquota de 18% (dezoito por cento) para o setor de autopeças, para que seja possível ao Governo do Estado propiciar a manutenção das alíquotas da energia elétrica, telecomunicações e combustíveis, bem como de outros setores, garantindo o menor impacto ao orçamento familiar do paranaense, desonerando o consumidor final de arcar com os custos dessa reforma inoportuna.

Tem-se por objetivos adequar o projeto de lei para que gere o menor impacto possível ao cidadão, mantendo-se a alíquota em um setor com menor influência no consumo cotidiano da população, para que se possa propiciar a manutenção ou até mesmo a redução das alíquotas incidentes sobre produtos e serviços que são consumidos no dia-a-dia do paranaense.

### EMENDA DE PLENÁRIO Nº 07

Com fulcro no Regimento Interno, com o objetivo de apresentar emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 402/08, excluindo-se a expressão "nas prestações de ser-

viço de comunicação" do inciso V do artigo 1º. Ainda, exclui-se o inciso IV do artigo 1º, como também a alínea "a" do inciso V, passando o projeto de lei a tramitar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

IV - (excluído)

a) (excluído)

b) (excluído)

V - alíquota de vinte nove por cento (29%) nas operações com:

a) (excluído)

b) fumo e sucedâneos, manufaturados (NCM 2402.10.00 a 2403.99.90);

c) bebidas alcoólicas (NCM 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208);"

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Ademar Traiano, Valdir Rossoni e Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

A proposta de emenda apresentada visa excluir o aumento tributário relativos à energia elétrica, combustíveis e telecomunicações, sendo mantida a alíquota antes incidente.

A alteração proposta visa diminuir o impacto gerado ao orçamento familiar, uma vez que o repasse do aumento tributário configura-se como uma certeza, visto que sua cobrança ocorre mediante substituição tributária, evitando assim a sonegação fiscal, diferentemente do que ocorre com a redução que depende do repasse por parte da iniciativa privada especialmente dos setores beneficiados pelo projeto.

O aumento das tarifas do ICMS de determinados produtos certamente será repassado ao consumidor final. Entretanto, quanto à redução prevista pelo projeto, não se tem a mesma certeza, uma vez que dificilmente efetua-se a diminuição do preço de produtos e serviços e nesse sentido a apresentação da presente proposta.

Dessa forma, a emenda proposta objetiva excluir o aumento da alíquota incidente sobre alguns produtos de uso cotidiano, de maneira a deixar a nova carga tributária menos onerosa ao cidadão paranaense. Assim, se não for constatada a redução de alíquota proposta ao consumidor, também o aumento, que certamente será repassado ao destinatário final, não irá acarretar em tão grande impacto ao bolso do povo paranaense.

Se constatado que houve equilíbrio entre a diminuição e o aumento ao contribuinte, tem-se a proposta de emenda como a medida mais acertada ao impacto financeiro do projeto de lei em análise.

### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 08

Inclua-se artigo 3º ao Projeto de Lei nº 402/08, oriundo da Mensagem nº 031/08 do Poder Executivo, remunerando-se o artigo 3º para artigo 4º.

“Art. 3º Seis (06) meses após a entrada em vigor, o Poder Executivo poderá revogar a presente lei, caso os benefícios da redução de impostos, constantes do artigo 1º, não sejam transferidos ao consumidor, por avaliação de órgãos de defesa do consumidor e de Secretaria da Fazenda.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoioamento:

Dobrandino da Silva, Elio Rusch, Tadeu Veneri e Carlos Simões.

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO Nº 09

Art. 1º Fica acrescido à redação do artigo 27 do Projeto de Lei nº 402/08, um parágrafo único, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º... (inalterado)

Parágrafo Único. Ficam isentos da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS, no estado do Paraná, a ser aplicada sobre as contas de energia elétrica e telefônicas das Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos, que possuam o Certificado de Entidades Beneficente, expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, localizados no território paranaense.”

Art. 2º Os demais artigos permanecem inalterados.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) NEY LEPREVOST, DR. BATISTA, ROSANE FERREIRA, STEPHANES JÚNIOR, MARCELO RANGEL, TERUO KATO E RIBAS CARLI FILHO.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda objetiva fazer justiça aos hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia, ante o trabalho magnífico que desempenham na área da Saúde Pública, e também é notória a dificuldade na administração e gestão de recursos nestas entidades.

Logo não será impactante tal isenção, que afetará aproximadamente 100 hospitais desse gênero e os benefícios são incontáveis, vez que se estará investindo na Saúde do Paraná pois possibilitará mais investimentos diretos na Saúde.

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO Nº 10

Art 1º Fica incluída alínea no artigo 1º, inciso II, do Projeto de Lei nº 402/08, que altera a redação do artigo 14 da Lei nº 11580, de 14/11/96, de 1996, com a seguinte redação:

“Art. 1º Sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas na Lei nº 11580, de 14/11/96, as seguintes alterações:

I - o artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. As alíquotas internas são, conforme o caso e de acordo com a Nomenclatura Comum do MERCOSUL

(NCM) ou a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM/SH), assim distribuídas:

I - alíquota de sete por cento nas operações com alimentos, quando destinados à merenda escolar, nas vendas a órgãos da Administração Federal, Estadual ou Municipal;

II - alíquota de doze por cento nas prestações de serviço de transporte intermunicipal e nas operações com os seguintes bens e mercadorias:

- borrachas de apagar (NCM 8214.10.00); apontadores de lápis (NCM 8214.10.00); cadernos (NCM 4820.20.00); lousas e quadros (NCM 9610.00.00); canetas, estiletes, lapiseiras; porta-lápis e artigos semelhantes (NCM 96.08); lápis, minas, pastéis, carvões, e gizos (NCM 96.09); mochila escolar com o logotipo do estabelecimento de ensino; cola;”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoioamento:

Péricles de Mello, Elton Welter, Dobrandino da Silva, Caíto Quintana, Alexandre Curi e Miltinho Pupio.

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO Nº 11

Art 1º Fica modificada a redação do item 9, alínea “V”, inciso II, do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 402/08, que altera a redação do artigo 14 da Lei nº 11580, de 14/11/96, que passar a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas na Lei nº 11580, de 14/11/96, as seguintes alterações:

I - o artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. As alíquotas internas são, conforme o caso e de acordo com a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) ou a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM/SH), assim distribuídas:

I - alíquota de sete por cento nas operações com alimentos, quando destinados à merenda escolar, nas vendas a órgãos da Administração Federal, Estadual ou Municipal;

II - alíquota de doze por cento nas prestações de serviço de transporte intermunicipal e nas operações com os seguintes bens e mercadorias:

v) (...)

9. aparelhos receptores de televisão, exceto plasma e cristal líquido (LCD), de até 29 polegadas (NCM 8528.72.00 e 8528.73.00);

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoioamento:

Péricles de Mello, Elton Welter, Dobrandino da Silva, Caíto Quintana e Alexandre Curi.

## EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO Nº 12

Art 1º Fica incluído no Projeto de Lei nº 402/08, que altera a redação do artigo 14 da Lei nº 11580, de 14/11/96, de 1996, a seguinte redação:

“instrumentos, aparelhos e modelos concebidos para demonstração, para uso em instituições de ensino e de exposições (Classificação Fiscal 90230000);”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoioamento:

Péricles de Mello, Elton Welter, Dobrandino da Silva e Alexandre Curi.

## EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO Nº 13

Art 1º Considerando os Decretos nºs 48959/04 e 52863/08, editados pelo estado de São Paulo, que concedem benefícios fiscais aos contribuintes paulistas de vários segmentos que trazem prejuízos aos contribuintes paranaenses; considerando a necessidade de resguardar a competitividade dos nossos contribuintes e; sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas, as seguintes alterações ao Projeto de Lei nº 402/08, que altera a Lei nº 11580, de 14/11/96, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“I - Aditem-se itens 7 e 8 a alínea “g” do inciso II do artigo 14:

Art. 14....

I)...

II)...

a)...

...

g) de higiene pessoal e limpeza:

1)...

...

7) lenços - incluídos os de maquiagem - e toalhas de mão (NCM 4818.20.00); (NR)

8) toalhas e guardanapos, de mesa (NCM 4818.30.00). (NR)

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Plauto Miró, Elio Rusch e Ademair Traiano.

## EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO Nº 14

Considerando os Decretos nºs 48959/04 e 52863/08, editados pelo estado de São Paulo, que concedem benefí-

cios fiscais aos contribuintes paulistas de vários segmentos que trazem prejuízos aos contribuintes paranaenses; considerando a necessidade de resguardar a competitividade dos nossos contribuintes e; sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, fica introduzida a seguinte alteração ao Projeto de Lei nº 402/08, que altera a Lei nº 11580, de 14/11/96:

“I - Aditem-se alínea e item, onde couber, no inciso II do artigo 14 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14....

I)...

II) alíquota de 12% (doze por cento) nas prestações de serviço de transporte intermunicipal e nas operações com os seguintes bens e mercadorias:

a)...

b)...

...

...) bebidas alcoólicas:

...) NCM 2204 - vinhos;”

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Plauto Miró, Elio Rusch e Ademair Traiano.

## EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO Nº 15

Considerando os Decretos nºs 48959/04 e 52863/08, editados pelo estado de São Paulo, que concedem benefícios fiscais aos contribuintes paulistas de vários segmentos que trazem prejuízos aos contribuintes paranaenses; considerando a necessidade de resguardar a competitividade dos nossos contribuintes e; sem prejuízos dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas as seguintes alterações ao Projeto de Lei nº 402/08, que altera a Lei nº 11580, de 14/11/96, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“I - Aditem-se alíneas e itens, onde couber, no inciso II do artigo 14 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14...

I)...

II) alíquota de 12% (doze por cento) nas prestações de serviço de transporte intermunicipal e nas operações com os seguintes bens e mercadorias:

a)...

b)...

...

...) material de escritório e escolar - código simplificado 3926.1000:

NCM	DESCRIÇÃO - CÓDIGO SIMPLIFICADO
3213.1000 a 3213.9000	Cores para pintura artística, atividades educativas e recreação.
3215.1000 a 3215.9000	Tintas de impressão, de escrever, ou de desenhar e outras tintas.
3506.1000 a 3506.9900	Colas e adesivos.
3926.1000	Artigos de escritório e artigos escolares, de plástico.
4016.9200	Borracha de apagar.
4202.2000 a 4202.3900	Maletas e pastas para documentos e de estudante.
4802.5000 a 4802.6999	Papel e cartão dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos.
4809.0000 a 4809.9000	Papel carbono, papel autocopiativo e outros papéis para cópia ou duplicação.
4810.0000 a 4810.9990	Papel e cartão dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos.
4811.0000 a 4811.9090	Outros papéis e cartões.
4816.0000 a 4816.9000	Papel carbono, papel autocopiativo e outros papéis para cópia ou duplicação.
4817.0000 a 4817.3000	Envelopes, aerogramas, bilhetes-postais, cartões para correspondência, de papel ou cartão; caixas; sacos e semelhantes; de papel ou cartão, contendo artigos para correspondência.
4820.0000 a 4820.9000	Livros de registro e de contabilidade; bloco de notas, de recibos, de apontamentos, papel para cartas, agendas e semelhantes; pastas para documentos, capas de processos e outros artigos escolares, de escritório ou de papelaria; álbuns para amostras ou para coleções.
4821.0000 a 4821.9000	Etiquetas.
4901.0000 a 4901.9900	Livros, brochuras e impressos semelhantes.
4902.0000 a 4902.9900	Jornais e publicações e álbuns para desenhar e colorir.
4903.0000	Álbuns ou livros de ilustrações e álbuns para desenhar e colorir.
4905.0000 a 4905.9900	Obras cartográficas (inclusive plantas topográficas e globos impressos).
4906.0000	Planos, plantas, e desenhos, de arquitetura, engenharia, industriais, comerciais, topográficos.
4908.0000 a 4908.9000	Decalcomanias.

4909.9000	Cartões-postais, cartões impressos com votos ou mensagens pessoais.
4910.0000	Calendários.
4911.0000 a 4911.1090	Outros impressos, incluídas as estampas, gravuras e fotografias.
5901.0000 a 5901.9000	Tecidos revestidos de cola para encadernação ou cartonagem; telas para decalque, desenho ou pintura.
4202.1100 a 4202.1900	Malas, maletas, pastas para documentos e de estudante.
4823.1200 a 4823.1900	Papel gomado ou adesivo, em tiras ou em rolos.
8304.0000	Caixas de classificação, fichários, porta-cópias, porta-canetas, porta-carimbos e artefatos de uso semelhante de escritório, de metais comuns.
8305.1000 a 8305.9000	Ferragens para encadernação de folhas móveis ou para classificadores, grampos.
8213.0000	Tesouras e suas lâminas.
8214.1000	Espátulas, abre-cartas, raspadeiras, apontadores de lápis (apara-lápis) e suas lâminas.
9608.1000 a 9608.9990	Canetas esferográficas, canetas e marcadores, com ponta de feltro ou com outras pontas porosas, canetas-tinteiro (canetas de tinta permanente) e outras canetas, cargas com ponta, para canetas esferográficas.
9609.1000 a 9609.9000	Lápis, minas para lápis ou lapiseiras.
9610.0000	Lousas e quadros para escrever ou desenhar.
9611.0000	Carimbos.
9612.2000	Almofadas de carimbos.”

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

Apoioamento:

Elio Rusch, Douglas Fabrício, Plauto Miró e Ademar Traiano.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 16

I - Suprima-se do inciso IV, alínea “c”, do artigo 14, o NCM 2204 - vinhos; que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14...

I)...

II)...

III)...

IV)...

V) alíquota de vinte e nove por cento (29%) nas operações com:

a)...

b)...

c) bebidas alcoólicas (NCM 2203, 2205, 2206 e 2208); (NR)”

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

Apoioamento:

Ademar Traiano, Elio Rusch, Péricles de Mello e Douglas Fabrício.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 17

Considerando os Decretos nºs 48959/04 e 52863/08, editados pelo estado de São Paulo que concedem benefícios fiscais aos contribuintes paulistas de vários segmentos que trazem prejuízos aos contribuintes paranaenses; considerando a necessidade de resguardar a competitividade dos nossos contribuintes e; sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas as seguintes alterações ao Projeto de Lei nº 402/08, que altera a Lei nº 11580, de 14/11/96, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"I - Aditem-se alíneas e itens, onde couber, no inciso II do artigo 14 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. ...

I) ...

II) alíquota de 12% (doze por cento) nas prestações de serviço de transporte intermunicipal e nas operações com os seguintes bens e mercadorias:

a) ...

b) ...

...

...) outros brinquedos; modelos reproduzidos e modelos semelhantes para divertimento, mesmo animado:

...) NCM 9503.00.70 - quebra-cabeças ('puzzles') de qualquer tipo; outros;

...) NCM 9023.00.00 - instrumentos, aparelhos e modelos, concebidos para demonstração (Ex: no ensino e nas exposições), não suscetíveis de outros usos;"

Sala das Sessões, em 15/12/08

(a) STEPHANES JÚNIOR

Apoioamento:

Plauto Miró, Elio Rusch, Douglas Fabrício e 01 ilegível.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 18

A alínea "c" do inciso V do item 14 do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 402/08 passa a vigorar com a seguinte redação:

"V ...

c) bebidas alcoólicas (NCM 2203, 2205, 2206, 2208)."

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni, Nelson Justus, Cida Borghetti, Douglas Fabrício e Marcelo Rangel.

JUSTIFICATIVA:

Itens que justificam a aprovação da presente emenda:

- o aumento da alíquota do vinho irá encarecer o produto, desestimulando seu consumo. Isto é contra o interesse do próprio estado, que busca a instalação de um pólo vinícola no Paraná.

Explicação: O ICMS é um imposto efetivamente pago pelo consumidor final. O aumento de dois pontos percentuais na alíquota de ICMS, de 27% para 29%, produzirá também em outros tributos, como o PIS e a COFINS (pelo aumento da base de cálculo) e o IRPJ e a CSLL no caso de empresas enquadradas no Lucro Presumido. Com tudo isso o aumento de preço ao consumidor final deverá ser de até 5%. Sempre que há aumento no preço, há a redução do consumo.

- Na tributação de bebidas a carga maior de impostos recai sobre aquelas com maior teor alcoólico. O vinho

tem teor alcoólico médio de 10%, enquanto que outras bebidas chegam a ter teor alcoólico médio de 38%.

Explicação: É o caso do IPI e do selo de controle de bebidas. Quanto maior a graduação alcoólica da bebida, maior o valor da tributação.

- O aumento de arrecadação obtido com a alteração da alíquota de ICMS do vinho será desprezível para o estado, mas produzirá um grande impacto negativo para as indústrias. Elas terão seus custos com energia elétrica, comunicações e fretes aumentados, no mesmo momento em que suas vendas irão diminuir.

Explicação: Como o projeto prevê o aumento da alíquota de ICMS da energia elétrica e de combustíveis, o custo das empresas será aumentado e, pelo exposto no primeiro argumento, suas vendas deverão cair. Por outro lado, o mercado de vinhos no Paraná é pequeno, razão pela qual o aumento de receita será desprezível, justificado até pela esperada queda de vendas.

- O vinho deve ter um tratamento tributário diferenciado, pois seu consumo está associado a hábitos saudáveis e à redução de diversos problemas de saúde, em especial aqueles relacionados ao sistema cardiovascular.

Explicação: Diversos estudos científicos têm comprovado que o consumo moderado do vinho é saudável. Diferentemente de outras bebidas associadas a problemas sociais e médicos, com grande potencial de levar seu consumidor a um quadro de alcoolismo.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 19

Modifique-se o inciso IV do artigo 1º do Projeto de Lei nº 402/08 que altera, *conforme especifica, a Lei nº 11580, de 14/11/96, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências*, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

"IV - alíquota de vinte e seis por cento (26%) nas operações com gasolina, exceto para aviação, e alíquota de (28%) vinte e oito por cento nas operações com álcool anidro para fins combustíveis.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) TADEU VENERI

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Antonio Belinati, Elio Rusch, Valdir Rossoni e Douglas Fabrício.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente emenda é manter a atual alíquota de ICMS para que o conjunto da sociedade não seja penalizada.

Busca-se também que o aumento do imposto incidente sobre gasolina não anule eventuais reduções de preços por conta da redução da alíquota em outros produtos.

## EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO Nº 020

Modifique-se o inciso V do artigo 1º do Projeto de Lei nº 402/08 que altera, *conforme específica, a Lei nº 11580, de 14/11/96, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências*, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“V - alíquota de vinte e sete por cento (27%) nas prestações de serviço de comunicação e energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural; e, de (29%) vinte e nove por cento nas operações com:

a) fumo e sucedâneos, manufaturados (NCM 2402.10.00 a 2403.99.90);

b) bebidas alcoólicas (NCM 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208).”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Elio Rusch, Valdir Rossoni e Plauto Miró.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente emenda é manter a atual alíquota de ICMS para que o conjunto da sociedade não seja penalizada.

Busca-se também que o aumento do imposto incidente sobre a energia não anule eventuais reduções de preços por conta da redução da alíquota em outros produtos.

## EMENDA DE PLÊNÁRIO Nº 21

Com fulcro no parágrafo 4º do artigo 137, do Regimento Interno, modifique-se o inciso I, do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 402/08, que altera o artigo 14, da Lei nº 11580/96, Mensagem nº 031/08, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o ICMS, suprimindo a alínea “a”, do inciso V, do artigo 14 que está sendo alterado e, aditando-se alínea “c”, no inciso IV, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

I - (...)

Art. 14. (...)

IV - (...)

c) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural e às micro e pequenas empresas, beneficiadas com o tratamento tributário simplificado - SIMPLES.

(...)

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoiamento:

Professor Luizão, Luciana Rafagnin, Elton Welter e Tadeu Veneri.

JUSTIFICATIVA:

As micro e pequenas empresas não se creditam no ICMS pago, como as empresas do regime normal se cre-

ditam. Portanto, o aumento das alíquotas implica aumento de custo para as empresas beneficiadas com o tratamento tributário simplificado - SIMPLES, comprometendo a concorrência entre as empresas do regime SIMPLES com as empresas do regime normal.

## EMENDA DE PLÊNÁRIO Nº 022

Com fulcro no parágrafo 4º do artigo 137, do Regimento Interno, modifique-se o artigo 3º, do Projeto de Lei nº 402/08, que dispõe sobre o ICMS, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 3º O Governo fica responsável por apresentar, no prazo de 30 dias após a sanção da presente lei, proposta para ampliar a isenção e/ou redução de alíquotas do ICMS para pequenas e médias empresas, considerando novos limites de faturamento.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoiamento:

Professor Luizão, Tadeu Veneri, Elton Welter e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

Além de equalizar a justiça tributária entre as empresas beneficiadas com o tratamento tributário simplificado - SIMPLES, com as empresas do regime normal, essa emenda tem ainda como finalidade reduzir o impacto da crise e incluir um maior número de pequenas e médias empresas nos benefícios de isenção e/ou redução das alíquotas do ICMS.

Inclusive, ampliando o limite de faturamento dessas empresas para que sejam beneficiadas com a isenção e/ou redução da alíquota proporcionalmente ao limite de faturamento, garantindo desta forma, as atuais condições de concorrência.

## EMENDA DE PLÊNÁRIO Nº 023

Com fulcro no parágrafo 3º do artigo 137, do Regimento Interno, adite-se artigo ao Projeto de Lei nº 402/08, que dispõe sobre o ICMS, remunerando o artigo seguinte, com a seguinte redação:

“Art. 3º O Poder Executivo avaliará, no prazo de 6 (seis) meses, o impacto da redução de alíquotas, proposta no artigo 1º desta lei, no consumidor final, para fazer os ajustes necessários à alcançar a justiça tributária.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Professor Luizão, Elton Welter e Tadeu Veneri.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da referida emenda é criar mecanismos para avaliar o impacto da presente lei, que se refere à redução final dos preços dos produtos que tiveram alíquotas minoradas, conforme redação do artigo 1º desta lei.

Decorridos seis meses da sanção da presente lei, o Poder Executivo em parceria com o Poder Legislativo, convocará uma Audiência Pública, para avaliar com base em pareceres de técnicos e institutos de análise econômica, publicamente reconhecidos, o impacto dessa lei e seu alcance social.

Esta Audiência Pública servirá de base para orientar o Governo a fazer os ajustes necessários a fim de se alcançar a justiça tributária.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 024

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 402/08, oriundo da Mensagem nº 031/08 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação proposta no artigo 1º, para a alínea "h", do inciso II, do artigo 14 da Lei Orgânica do ICMS - Lei nº 11580/96, conforme redação que segue:

"Art. 1º ...

Art. 14. ...

I - ...

II - ....

...

h) calçados; tecidos; artefatos de tecidos, inclusive para limpeza; artigos de cama, mesa e banho; e artigos de vestuário, inclusive roupas íntimas e de banho, camisolas e pijamas, gravatas, meias, luvas, lenços, xales, echarpes, cachecóis, mantilhas, uniformes e véus;"

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, LUIZ CARLOS MARTINS, MARCELO RANGEL, PLAUTO MIRÓ, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, CIDA BORGHETTI, VALDIR ROSSONI, AUGUSTINHO ZUCCHI, ANTONIO BELINATI e DURVAL AMARAL.

#### JUSTIFICATIVA:

Apesar dos artefatos de tecidos para limpeza e uniformes (artigos de vestuário) já estarem abrangidos na alínea "h", visando evitar conflito de interpretação, sobretudo no âmbito fazendário é necessária a inclusão expressa desses produtos.

#### EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 025

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 402/08, oriundo da Mensagem nº 031/08 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação proposta no artigo 1º, para a alínea "c", do inciso II, do artigo 14 da Lei Orgânica do ICMS - Lei nº 11580/96, e acrescentar um novo artigo ao projeto de lei, numerando-o como artigo 3º e numerando o subsequente como artigo 4º, conforme redação que segue:

"Art. 1º ...

Art. 14. ...

I - ...

II - ....

...

c) alimentos, sorvetes e preparados para sorvetes (NCM 1901) sucos de frutas (NCM 2009), água mineral (NCM 2201) e água de coco;"

.....

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes orçamentários necessários para efeito de assegurar o equilíbrio das finanças públicas, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, PLAUTO MIRÓ, LUIZ CARLOS MARTINS, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL, CIDA BORGHETTI, ANTONIO BELINATI, DURVAL AMARAL e VALDIR ROSSONI.

#### JUSTIFICATIVA:

Sorvetes e preparados para sorvetes (NCM 1901) e água mineral, indubitavelmente, estão abrangidos no conceito de alimentos, haja vista os mesmos serem largamente consumidos nas refeições normais. O consumo de água mineral em substituição à água potável fornecida pela SANEPAR e outras empresas do ramo é notório, seja nas residências dos paranaenses, estabelecimentos comerciais, industriais e repartições públicas. Ademais, dentre todos os alimentos a água é o mais importante e o seu consumo deve ser estimulado até por razões de Saúde Pública.

Para efeito de dar cobertura a uma eventual perda de arrecadação decorrente da medida proposta na presente emenda, muito embora o aumento das alíquotas previsto no projeto já permita a necessária cobertura, concede-se ao Poder Executivo autorização para que proceda as alterações necessárias em seu orçamento, de modo a assegurar o equilíbrio das finanças públicas estaduais.

#### EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 026

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 402/08, oriundo da Mensagem nº 031/08 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação proposta no artigo 1º, para os incisos IV e V do artigo 14 da Lei Orgânica do ICMS - Lei nº 11580/96, e acrescentar um novo artigo ao projeto de lei, numerando-o como artigo 3º e numerando o subsequente como artigo 4º, conforme redação que segue:

"Art. 1º ...

Art. 14. ...

I - ...

IV - alíquota de vinte e seis por cento (26%) nas operações com:

a) gasolina, exceto para aviação;

b) álcool anidro para fins combustíveis;

V - alíquota de 27% nas prestações de serviços de comunicação e nas operações com:

a) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural;

b) fumo e sucedâneos, manufaturados (NCM 2402.10.00 a 2403.99.90)

c) bebidas alcoólicas (NCM 2203.2204, 2205, 2206 e 2208)

....

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes orçamentários necessários para efeito de assegurar o equilíbrio das finanças públicas, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, PLAUTO MIRÓ, LUIZ CARLOS MARTINS, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL, CIDA BORGHETTI, ANTONIO BELINATI, DURVAL AMARAL e VALDIR ROSSONI.

#### JUSTIFICATIVA:

É absolutamente inoportuno qualquer aumento de carga tributária neste momento.

A crise mundial que se reflete em nosso país não permite aventuras arrecadatórias cujas conseqüências são incertas e extremamente arriscadas para o setor produtivo paranaense.

O Governo paranaense está na contramão dos esforços da união e de outros estados que propõem medidas de alívio fiscal tentando minimizar os efeitos da crise mundial que afetam nossos contribuintes.

Para efeito de dar cobertura a uma eventual perda de arrecadação decorrente da medida proposta na presente emenda, concede-se ao Poder Executivo autorização para que proceda as alterações necessárias em seu orçamento, de modo a assegurar o equilíbrio das finanças públicas estaduais.

#### EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 027

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 402/08, oriundo da Mensagem nº 031/08 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação proposta no artigo 1º, para os incisos IV e V, do artigo 14 da Lei Orgânica do ICMS - Lei nº 11580/96 e acrescentar um novo inciso ao artigo 14, numerando como inciso "V - letra A", além de acrescentar um novo artigo ao projeto de lei, numerando-o como artigo 3º e renumerando o subsequente como artigo 4º, conforme redação que segue:

"Art. 1º ...

Art. 14. ...

I - ...

IV - alíquota de vinte e seis por cento (26%) nas operações com:

a) gasolina, exceto para aviação;

b) álcool anidro para fins combustíveis;

V - alíquota de 27% nas prestações de serviços de comunicação e nas operações com energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural;

V - alíquota de vinte e nove por cento (29%) nas operações com:

a) fumo e sucedâneos, manufaturados (NCM 2402.10.00 a 2403.99.90)

b) bebidas alcoólicas (NCM 2203.2204, 2205, 2206 e 2208)

....

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes orçamentários necessários para efeito de assegurar o equilíbrio das finanças públicas, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, PLAUTO MIRÓ, LUIZ CARLOS MARTINS, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL, CIDA BORGHETTI, ANTONIO BELINATI, DURVAL AMARAL e VALDIR ROSSONI.

#### JUSTIFICATIVA:

É absolutamente inoportuno qualquer aumento de carga tributária neste momento.

A crise mundial que se reflete em nosso país não permite aventuras arrecadatórias cujas conseqüências são incertas e extremamente arriscadas para o setor produtivo paranaense.

O Governo paranaense está na contramão dos esforços da união e de outros estados que propõem medidas de alívio fiscal tentando minimizar os efeitos da crise mundial que afetam nossos contribuintes.

Para efeito de dar cobertura a uma eventual perda de arrecadação decorrente da medida proposta na presente emenda, concede-se ao Poder Executivo autorização para que proceda as alterações necessárias em seu orçamento, de modo a assegurar o equilíbrio das finanças públicas estaduais.

#### EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 028

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 402/08, oriundo da Mensagem nº 031/08 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação proposta no artigo 1º, para o inciso V, do artigo 14 da Lei Orgânica do ICMS - Lei nº 11580/96 suprimindo-lhe a alínea "a", renumerando as demais e acrescentar um novo inciso ao mesmo artigo, numerando-o como inciso III letra A, além de acrescentar um novo artigo ao projeto de lei, numerando-o como artigo 3º e numerando o subsequente como artigo 4º, conforme redação que segue:

"Art. 1º ...

Art. 14. ...

I - ..

II - ...

III - ...

III-A - alíquota de vinte e sete por cento (27%) nas operações com energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural;

IV - ...

V - alíquota de 29% nas prestações de serviços de comunicação e nas operações com:

a) fumo e sucedâneos, manufaturados (NCM 2402.10.00 a 2403.99.90)

b) bebidas alcoólicas (NCM 2203,2204, 2205, 2206 e 2208)

....

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes orçamentários necessários para efeito de assegurar o equilíbrio das finanças públicas, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, PLAUTO MIRÓ, LUIZ CARLOS MARTINS, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI e VALDIR ROSSONI.

JUSTIFICATIVA:

É absolutamente inoportuno qualquer aumento de carga tributária neste momento.

A crise mundial que se reflete em nosso país não permite aventuras arrecadatórias cujas conseqüências são incertas e extremamente arriscadas para o setor produtivo paranaense.

O Governo paranaense está na contramão dos esforços da união e de outros estados que propõem medidas de alívio fiscal tentando minimizar os efeitos da crise mundial que afetam nossos contribuintes.

Para efeito de dar cobertura a uma eventual perda de arrecadação decorrente da medida proposta na presente emenda, concede-se ao Poder Executivo autorização para que proceda as alterações necessárias em seu orçamento, de modo a assegurar o equilíbrio das finanças públicas estaduais.

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO Nº 029

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 402/08, oriundo da Mensagem nº 031/08 do Governo do Estado, objetiva acrescentar à redação proposta no artigo 1º do presente projeto de lei que modifica o artigo 14 da Lei Orgânica do ICMS - Lei nº 11580/96, um novo inciso (inciso VII) ao referido artigo 14 e revogar a alínea “a” do inciso V, do mesmo artigo 14 da Lei nº 11589/06, renumerando-se as alíneas subsequentes, além de acrescentar um novo artigo, numerado como artigo 3º e remu-

nerando-se o subsequente como artigo 4º, conforme redação que segue:

“Art. 1º ...

I - ...

Art. 14. ...

I - ..

...

VII - as alíquotas nas operações com energia elétrica, sem prejuízo do disposto na Lei nº 14087/03 - Luz Fraterna, são as seguintes:

a) de 0 a 300 kW h/m - 12%, inclusive a destinada à eletrificação rural;

b) de 301 a 600 kW h/m - 25%;

c) de 600 a 900 kW h/m - 27%, exceto a destinada à eletrificação rural.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes orçamentários necessários para efeito de assegurar o equilíbrio das finanças públicas, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, PLAUTO MIRÓ, LUIZ CARLOS MARTINS, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, CIDA BORGHETTI, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI, VALDIR ROSSONI e DURVAL AMARAL.

JUSTIFICATIVA:

O princípio da progressividade que assegura o respeito à capacidade contributiva do cidadão, encontra-se consagrado na Constituição Federal em seu artigo 145. É de inteira justiça que os maiores consumidores tenham uma carga tributária superior àqueles que consomem menos.

Para efeito de dar cobertura a uma eventual perda de arrecadação decorrente da medida proposta na presente emenda, muito embora o aumento das alíquotas previsto no projeto já permita a necessária cobertura, concede-se ao Poder Executivo autorização para que proceda as alterações necessárias em seu orçamento, de modo a assegurar o equilíbrio das finanças públicas estaduais.

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO Nº 030

A presente emenda aditiva acrescenta novo artigo ao texto proposto para o Projeto de Lei nº 402/08, oriundo da Mensagem nº 031/08 do Governo do Estado, com o objetivo de acrescentar dois novos artigos ao projeto de lei, numerados como artigos 3º e 4º, renumerando-se o subsequente como artigo 5º, conforme redação que segue:

“Art. 3º Fica acrescido parágrafo 9º ao artigo 25 da lei 11580 de 14/11/96, conforme redação que segue:

Art. 25. ...

...

§ 9º Fica atribuído ao adquirente de mercadorias em operações promovidas por estabelecimentos optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - SIMPLES Nacional, um crédito presumido de 12% sobre o valor das respectivas saídas de mercadorias em operações internas.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes orçamentários necessários para efeito de assegurar o equilíbrio das finanças públicas, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, PLAUTO MIRÓ, LUIZ CARLOS MARTINS, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, CIDA BORGHETTI, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI, VALDIR ROSSONI e DURVAL AMARAL.

#### JUSTIFICATIVA:

Com a medida ora proposta, confere-se tratamento isonômico aos contribuintes inscritos no SIMPLES, possibilitando a sua inserção no mercado, em igualdade de condições de competitividade com os contribuintes normais que destacam o ICMS em suas notas fiscais, possibilitando que seus adquirentes se creditem do ICMS.

Para efeito e dar cobertura a uma eventual perda de arrecadação decorrente da medida proposta na presente emenda, muito embora o aumento das alíquotas previsto no projeto já permita a necessária cobertura, concede-se ao Poder Executivo autorização para que proceda as alterações necessárias em seu orçamento, de modo a assegurar o equilíbrio das finanças públicas estaduais.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 031

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 402/08, oriundo da Mensagem nº 031/08 do Governo do Estado, tem por objetivo acrescentar dois novos artigos ao texto proposto, numerando-os como artigo 3º e 4º e, renumerando-se o subsequente como artigo 5º, conforme redação que segue:

“Art. 3º Fica acrescido parágrafo único-A, ao artigo 3º da Lei nº 15562, de 04/07/07, conforme redação que segue:

Art. 3º...

Parágrafo Único. ...

Parágrafo Único-A. Os estabelecimentos de microempresas e empresas de pequeno porte que optaram pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - SIMPLES Nacional, situados em municípios classificados como de baixo IDH-Índice de Desenvolvimento Humano, poderão deduzir o valor correspondente a 33% do imposto a pagar, calculado segundo percentuais estabelecidos na tabela constante do *caput* deste artigo.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes orçamentários necessários para efeito de assegurar o equilíbrio das finanças públicas, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, AUGUSTINHO ZUCCHI, LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, CIDA BORGHETTI, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI E PLAUTO MIRÓ.

#### JUSTIFICATIVA:

Para que o projeto propicie algum resquício de justiça, deveria reduzir o valor do imposto a pagar devido pelos microempresários localizados nas regiões de baixo IDH, possibilitando assim o repasse do benefício a esta parcela tão sofrida da população e fomentar desenvolvimento das regiões mais necessitadas do estado.

Percebe-se nitidamente que serão os microempresários, principalmente, aqueles residentes em pequenos municípios e com baixo IDH, os mais gravemente prejudicados pelo projeto.

Parte do seu pequeno rendimento será utilizado para subsidiar a redução de impostos que recairá sobre produtos consumidos pela população de alta renda, como por exemplo as roupas caras adquiridas em sofisticados shoppings centers.

Para efeito de dar cobertura a uma eventual perda de arrecadação decorrente da medida proposta na presente emenda, muito embora o aumento das alíquotas previsto no projeto já permita a necessária cobertura, concede-se ao Poder Executivo autorização para que proceda as alterações necessárias em seu orçamento, de modo a assegurar o equilíbrio das finanças públicas estaduais.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 032

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 402/08, oriundo da Mensagem nº 031/08 do Governo do Estado, tem por objetivo acrescentar dois novos artigos ao texto proposto, numerados como artigos 3º e 4º, renumerando-se o subsequente como artigo 5º, conforme redação que segue:

“Art. 3º Fica acrescido parágrafo 5º ao artigo 38 da Lei nº 11580, de 11/12/96, conforme redação que segue:

Art. 38. ...

§ 5º Nas operações promovidas por estabelecimento distribuidor de energia elétrica quando destinada a estabelecimento exportador, fica diferido o pagamento do ICMS devido.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes orçamentários necessários para efeito de assegurar o equilíbrio das finanças públicas, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, AUGUSTINHO ZUCCHI, PLAUTO MIRÓ, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, CIDA BORGHETTI, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI E MARCELO RANGEL.

#### JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com esta medida possibilitar que os estabelecimentos exportadores recebam suas faturas de energia elétrica sem o ICMS destacado. Pela atual sistemática, além de pagar ICMS destacado nas faturas, para poder utilizar o respectivo crédito, o contribuinte deve submeter seu pedido a um procedimento administrativo extremamente burocrático, que leva meses nas repartições fazendárias, impondo prejuízos financeiros desnecessário aos contribuintes.

Para efeito de dar cobertura a uma eventual perda de arrecadação decorrente da medida proposta na presente emenda, muito embora o aumento das alíquotas previsto no projeto já permita a necessária cobertura, concede-se ao Poder Executivo autorização para que proceda as alterações necessárias em seu orçamento, de modo a assegurar o equilíbrio das finanças públicas estaduais.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 033

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 402/08, oriundo da Mensagem nº 031/08 do Governo do Estado, tem por objetivo acrescentar um novo dispositivo ao artigo 14 da Lei nº 11580, de 11/12/96, numerando como item 7, da alínea “g”, do inciso II, do referido artigo, modificando a redação originalmente proposta no artigo 1º deste projeto de lei, além de acrescentar um novo artigo ao projeto, numerando-o como artigo 3º e renumerando o subsequente como artigo 4º, conforme segue:

“Art. 14. ...

I - ...

II - ...

a) ...

...

g) ...

1. ...

...

7. anti-solares - protetores solares - contra raios ultravioleta (NCM 3304).

...

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes orçamentários necessários para efeito de assegurar o equilíbrio das finanças públicas, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI, DOUGLAS FABRÍCIO, LUIZ CARLOS MARTINS, PLAUTO MIRÓ, ELIO RUSCH, CIDA BORGHETTI, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, MARCELO RANGEL, DURVAL AMARAL E VALDIR ROSSONI.

#### JUSTIFICATIVA:

Os protetores solares, há muito tempo, deixaram de ser meros cosméticos e como tais, produtos de menor essencialidade e passaram a categoria de produtos preventivos de doenças como o carcinoma basocelular, o melanoma, etc.

Os protetores solares igualam-se, em importância, às vacinas que têm a mesma função: a prevenção de doenças.

Reduzir o custo dos protetores solares é uma questão de Saúde Pública. Lembrar ainda que o Paraná, estado agrícola, colonizado por europeus, notadamente de pele mais clara e com menor proteção contra os efeitos da radiação solar, é um dos estados brasileiros com maior incidência de câncer de pele.

Precisamos proteger nossos colonos do câncer de pele, assegurando-lhes acesso à “vacina” contra essa doença, o protetor solar, a um custo menor. Hoje a alíquota do ICMS sobre as operações com protetor solar é de 25%.

Para efeito de dar cobertura a uma eventual perda de arrecadação decorrente da medida proposta na presente emenda, muito embora o aumento das alíquotas previsto no projeto já permita a necessária cobertura, concede-se ao Poder Executivo autorização para que proceda as alterações necessárias em seu orçamento, de modo a assegurar o equilíbrio das finanças públicas estaduais.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 034

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 402/08, oriundo da Mensagem nº 031/08 do Governo do Estado, tem por objetivo acrescentar à redação proposta um novo artigo que deverá ser numerado como artigo 2º, renumerando-se os atuais artigos 2º e 3º como artigos 3º e 4º, respectivamente, conforme redação que segue:

“Art. 1º ...

Art. 2º Verificando-se que as alterações promovidas no artigo 14 da Lei nº 11580/96 provocaram, no exercício de 2009, aumento da receita tributária do ICMS, serão reduzidas para vinte e sete por cento (27%) e vinte e oito por cento (28%), respectivamente, as alíquotas previstas nos incisos IV e V do referido dispositivo da lei.

§ 1º Para efeitos de aferição de eventual aumento, será comparada a receita do ICMS nos primeiros seis meses a partir da entrada em vigor das novas alíquotas

com a receita do ICMS nos meses correspondentes de 2008.

§ 2º Deverão ser considerados, na apuração da receita tributária em questão, os efeitos de eventual inflação e o aumento do PIB paranaense, conforme divulgados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

§ 3º os efeitos da mudança de alíquotas na receita do ICMS serão declarados pela Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e comunicados à Secretaria de Estado da Fazenda, para as providências cabíveis, no prazo de 30 (trinta dias), a contar do primeiro dia seguinte ao sexto mês de vigência das novas alíquotas.

§ 4º Verificado o aumento da receita do ICMS, a redução de alíquotas prevista no *caput*, terá vigência a partir do mês seguinte àquele em que for divulgada a ocorrer a declaração referida no parágrafo anterior.

Art. 3º ...

Art. 4º ..."

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI, DOUGLAS FABRÍCIO, LUIZ CARLOS MARTINS, PLAUTO MIRÓ, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, MARCELO RANGEL, DURVAL AMARAL E VALDIR ROS-  
SONI.

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que, nos termos da justificação que acompanha o Projeto de Lei nº 402/08, as mudanças propostas nas alíquotas de bens e serviços devem ser neutras em termos de carga tributária do ICMS, propõe-se a introdução de um redutor automático de alíquotas, caso seja apurado, no primeiro ano de vigência da lei, um aumento real da carga tributária, após descontados eventuais efeitos da inflação e do aumento do PIB.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 035

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 3º e 141, II, fica incluído um parágrafo único ao inciso V do artigo 14 da Lei nº 11580/96, que se pretende alterar com o Projeto de Lei nº 402/08, que passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 1º Sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas na Lei nº 11580, de 14/11/96, as seguintes alterações:

I - o artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. As alíquotas internas são, conforme o caso e de acordo com a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) ou a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM/SH), assim distribuídas:

(...)

V - alíquota de vinte e nove por cento (29%) nas prestações de serviço de comunicação e nas operações com:

a) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural;

b) fumo e sucedâneos, manufaturados (NCM 2402.10.00 a 2403.99.90);

c) bebidas alcoólicas (NCM 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208);

Parágrafo Único. As empresas exportadoras que possuem isenção do ICMS garantida pela Lei Complementar Federal nº 087/96 deverão receber suas faturas de cobrança pelo consumo de energia elétrica livres da incidência de tal imposto.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO.

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Marcelo Rangel, Pastor Edson Praczyk.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 036

Fica acrescido artigo ao Projeto de Lei nº 402/08, onde couber, com a seguinte redação:

"Art. ... O valor de pauta para cobrança do ICMS no preço dos combustíveis, determinado pela Secretaria de Finanças não poderá ser maior que o preço médio de venda apurado pela ANP, coluna pesquisa de preços semanalmente.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) MARCELO RANGEL.

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Geraldo Cartário e Elio Rusch.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 037

Fica alterado o artigo 3º do Projeto de Lei nº 402/08:

"Art. 3º Esta lei vigorará a partir do primeiro mês subsequente ao decurso de 90 (noventa) dias da data de sua publicação, ficando revogados os aumentos das alíquotas que foram majoradas em conformidade com dispositivos nesta lei, caso a diminuição da carga tributária não alcance os objetivos de redução de preços aos consumidores, no período de 90 (noventa) dias do início de sua execução.

Parágrafo Único. O levantamento para confirmação, ou não, da efetiva redução de preços será feito pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) e PROCON (Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor)."

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) MARCELO RANGEL

Apoiamento:

Geraldo Cartário, Cida Borghetti, Duílio Genari e Elio Rusch.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 038

Fica acrescido artigo ao Projeto de Lei nº 402/08, onde couber, com a seguinte redação:

“Art. ... Todos os supermercados e similares deverão expor, em lugar visível, a relação dos produtos com redução de impostos provenientes da presente lei.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) MARCELO RANGEL

Apoiamiento:

Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Geraldo Cartário e Elio Rusch.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 039

Fica acrescido artigo ao Projeto de Lei nº 402/08, onde couber, com a seguinte redação:

“Art. ... Todo o excedente da arrecadação, será destinado para a diminuição proporcional, no imposto sobre a energia elétrica e telecomunicação.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) MARCELO RANGEL

Apoiamiento:

Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Geraldo Cartário e Elio Rusch.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 040

Fica acrescido artigo ao Projeto de Lei nº 402/08, onde couber, com a seguinte redação:

“Art. ... A prestação do pagamento do ICMS a recolher será dividido em duas parcelas, a primeira deverá ser quitada no dia previsto no Decreto nº 1980 de 21/12/07 de acordo com o algarismo final da inscrição estadual, e a segunda no mesmo dia do mês subsequente ao pagamento da primeira parcela.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) MARCELO RANGEL

Apoiamiento:

Douglas Fabrício, Ribas Carli Filho, Antonio Belinati e Elio Rusch.

## EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 041

Fica alterada a alínea “a” do inciso V do item 14, do artigo 14 do artigo 1º do Projeto de Lei nº 402/08 acrescentado parágrafo ao referido artigo:

“a) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural e às pequenas e microempresas;

§ 6º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes orçamentários necessários para efeito de assegurar o equilíbrio das finanças públicas em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) MARCELO RANGEL

Apoiamiento:

Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Ribas Carli Filho e Elio Rusch.

## JUSTIFICATIVA:

Para efeito de dar cobertura a uma eventual perda de arrecadação decorrente da medida proposta na presente emenda, muito embora o aumento das alíquotas previsto no projeto já permita a necessária cobertura, concede-se ao Poder Executivo autorização para que proceda as alterações necessárias em seu orçamento, de modo a assegurar o equilíbrio das finanças públicas estaduais. Tais aumentos de arrecadação podem incorporar inúmeros produtos presentes no projeto de natureza supérflua ou menos essencial, como por exemplo: armas, munições, balões, asa delta, embarcações de passeio e etc.

## EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 042

Fica suprimida a alínea “a” do inciso V do item 14, do artigo 14 do artigo 1º do Projeto de Lei nº 402/08 acrescentado parágrafo ao referido artigo:

“a) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural;

§ 6º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes orçamentários necessários para efeito de assegurar o equilíbrio das finanças públicas em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) MARCELO RANGEL

Apoiamiento:

Douglas Fabrício, Ribas Carli Filho, Antonio Belinati e Elio Rusch.

## JUSTIFICATIVA:

Para efeito de dar cobertura a uma eventual perda de arrecadação decorrente da medida proposta na presente emenda, muito embora o aumento das alíquotas previsto no projeto já permita a necessária cobertura, concede-se ao Poder Executivo autorização para que proceda as alterações necessárias em seu orçamento, de modo a assegurar o equilíbrio das finanças públicas estaduais. Tais aumentos de arrecadação podem incorporar inúmeros produtos presentes no projeto de natureza supérflua ou menos essencial, como por exemplo: armas, munições, balões, asa delta, embarcações de passeio e etc.

## EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 043

Fica alterado o inciso I do artigo 14, do artigo 1º do Projeto de Lei nº 402/08, com a seguinte redação acrescentado parágrafo ao referido artigo:

“Art. 14...

I - alíquota de sete por cento nas operações com alimentos, quando destinados à merenda escolar, nas vendas a órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal e com fármacos, medicamentos e drogas de uso contínuo;

§ 6º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes orçamentários necessários para efeito de assegurar o equilíbrio das finanças públicas em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) MARCELO RANGEL

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Ribas Carli Filho, Antonio Belinati e Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

Para efeito de dar cobertura a uma eventual perda de arrecadação decorrente da medida proposta na presente emenda, muito embora o aumento das alíquotas previsto no projeto já permita a necessária cobertura, concede-se ao Poder Executivo autorização para que proceda as alterações necessárias em seu orçamento, de modo a assegurar o equilíbrio das finanças públicas estaduais. Tais aumentos de arrecadação podem incorporar inúmeros produtos presentes no projeto de natureza supérflua ou menos essencial, como por exemplo: armas, munições, balões, asa delta, embarcações de passeio e etc.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 044

A presente emenda tem por objetivo acrescentar a alínea “d” no inciso V, o item “x” no inciso II e o parágrafo 6º no artigo 14 da Lei nº 11580/96, nos termos do Projeto de Lei nº 402/08, que altera os artigos 14 e 15 da Lei nº 11580, de 14/11/96 - que dispõe sobre as alíquotas internas do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, conforme redação que segue:

Art. 1º Sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, o artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14...

II - ...

X) energia elétrica quando destinada à indústria preponderantemente fabricante do papel imune de que trata o artigo 150, inciso VI, alínea “d” da Constituição Federal.

V - ...

d) energia elétrica, exceto a destinada à indústria preponderantemente fabricante do papel imune de que trata o artigo 150, inciso VI, alínea “d” da Constituição Federal

...

§ 6º Considera-se indústria preponderantemente fabricante de papel imune cuja saída interna ou interestadual de papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos seja superior a 50% (cinquenta por cento) das suas vendas de papel no mercado nacional, durante os 2 (dois) anos anteriores.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Durval Amaral, Valdir Rossoni e Elio Rusch.

#### EMENDA DE PLENÁRIO Nº 045

Com fundamento no artigo 137 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, propõe-se a presente emenda, acrescentando artigo 4º ao projeto, constando com a seguinte redação:

“Art. 4º Nas saídas interestaduais a contribuintes e nas internas a contribuintes enquadrados no SIMPLES Nacional, de veículo automotor que, comprovadamente, nos termos de legislação própria, tenha sofrido perda total por sinistro e desde que adquiridos no estado físico imediato ao dano irreparável, será considerado veículo usado.

Parágrafo Único. Para efeito de aplicação de legislação tributária, consideram-se como “sucata” todo veículo automotor, que, dentro da legislação própria, tenha sofrido perda total por sinistro.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) RENI PEREIRA

Apoioamento:

Marcelo Rangel, Rosane Ferreira, Antonio Belinati e Pastor Edson Praczyk.

#### EMENDA DE PLENÁRIO Nº 046

Com fundamento no artigo 137 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, propõe-se a presente emenda, alterando o artigo 1º, passando a contar o artigo 14 da Lei nº 11580 com o inciso “x” e alterando o inciso V, “a”, da forma que segue:

“Art. 1º Sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas na Lei nº 11580, de 14/11/96, as seguintes alterações:

I - o artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. As alíquotas internas são, conforme o caso e de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) ou a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM/SH), assim distribuídas:

...

II - alíquota de doze por cento nas prestações de serviço de transporte intermunicipal e nas operações com os seguintes bens e mercadorias:

...

X - energia elétrica destinada aos hospitais públicos e filantrópicos.

V - alíquota de vinte e nove por cento (29%) nas prestações de serviço de comunicação e nas operações com:

a) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural e destinada a hospitais públicos e filantrópicos.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) RENI PEREIRA

Apoioamento:

Marcelo Rangel, Rosane Ferreira, Antonio Belinati e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O acesso a saúde é assegurado como direito constitucional, *ex vi* dos artigos 6º e 196:

Art. 6º São direitos sociais a Educação, a Saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Por ser assim, imperioso que essa setor de atividade tenha tratamento específico. Ocorre, que através da presente emenda, buscar-se-á facilitar aos hospitais públicos o fornecimento de serviço de Saúde à toda população, dando tratamento correspondente à tributação do setor rural.

Ademais, lembre-se que a situação dos hospitais, em diversos municípios é precária, reforçando a proposta que ora se apresenta. Do contrário, estará a se dificultar a consecução e o alcance de um direito básico, visto principalmente pelo aspecto social.

Apenas no que tange ao aspecto financeiro, importante que se destaque que a compensação poderá ocorrer através da cobrança de dívida ativa estadual, bem como pela redução do custo da máquina pública estatal no Paraná.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 047

Com fundamento no artigo 137 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, propõe-se a presente Emenda, acrescentando artigo 4º ao projeto, constando com a seguinte redação:

“Art. 4º O *caput* do artigo 12 da Lei nº 14985 de 06/01/06, passa ter a seguinte redação:

Art. 12. O disposto nesta lei também se aplica aos estabelecimentos comerciais em regime de tributação normal e, também, aqueles que vierem a ser enquadrados em regime de tributação diferenciado e favorecido, que promovam a importação de bem ou mercadoria com certificação de origem de países da América Latina, cujo ingresso em território paranaense se dê por rodovia.”

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) RENI PEREIRA

Apoioamento:

Marcelo Rangel, Rosane Ferreira, Antonio Belinati e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A lei tratada nessa emenda dispõe sobre benefício de suspensão do pagamento do ICMS devido nas operações que especifica.

Ocorre que na redação original não se contemplou a importação por estabelecimentos comerciais e/ou demais, por via terrestre, situação que gera tratamento diferenciado sem embasamento. Em outras palavras, a lei apenas franqueou o gozo do benefício para empresas que efetivem a importação via aeroportos ou portos, negando pois, indiretamente, que as entradas vias rodovias sejam alcançadas. Com isso, procurar-se-á evitar o êxodo das empresas aqui situadas.

Assim, para prestígio ao princípio da igualdade, seja formal ou material, apresenta-se a presente emenda aditiva.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 048

Considerando os Decretos nº 48959/04 e 52863/08, editados pelo estado de São Paulo, que concedem benefícios fiscais aos contribuintes paulistas de vários segmentos que trazem prejuízos aos contribuintes paranaenses;

Considerando a necessidade de resguardar a competitividade dos nossos contribuintes e;

Sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas na, a seguinte alteração ao Projeto de Lei nº 402/08, que altera a Lei 11580, de 14/11/96:

I - Adite-se alínea e item, onde couber, no inciso II do artigo 14 que passa a vigir com a seguinte redação:

“Art. 14...

I)...

II)...

III) alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) nas operações com:

“(...) fumo e sucedâneos, manufaturados (NCM 2402.10.00 a 2403.99.900”).

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

Apoioamento:

Augustinho Zucchi, Jocelito Canto, Plauto Miró e Luiz Accorsi.

**O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça para ser apreciado, devendo voltar a este Plenário na Sessão de quarta-feira.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/08, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública a Associação Imbuia Pesquisas, com sede e foro no distrito de Guará no município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/08, de autoria do Deputado Pérciles de Mello, que declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento de Mallet, com

sede e foro no município de Mallet. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/08, que objetiva autorizar o pagamento de auxílio-financeiro a jovens, pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDDMCA E CE. **Aprovado, artigo por artigo.**

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PROJETO DE LEI Nº 517/08

#### P A R E C E R :

##### I - Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 042/08, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta: autorizar o pagamento de auxílio-financeiro a jovens, pela Secretaria de estado da Criança e da Juventude, como mecanismo concreto de participação social da juventude para o desenvolvimento de atividades educativas, socializadoras e de produção cultural junto a crianças e adolescentes, conforme específica.

A Doutrina da Proteção Integral é expressa, com clareza, pelo artigo 227 da Constituição Federal, que estabelece como *dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão.*

Os desdobramentos deste novo paradigma incide sobre a garantia de que, pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, todas as crianças e adolescentes terão seus direitos fundamentais efetivados, preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas, destinação privilegiada de recursos públicos para sua proteção, além de instrumentos e órgãos de defesa específicos para defesa de seus direitos.

Todavia, ainda vivemos em uma sociedade na qual a violação de direitos da criança e do adolescente é uma realidade, a qual, sob uma análise mais cuidadosa, verifica-se a presença de fatores de risco à sua formação e desenvolvimento, como por exemplo, condições sócio-econômicas; enfraquecimento dos vínculos familiares e comunitários; evasão escolar; opções restritas de cultura, de esporte e de lazer; facilidade de acesso a drogas lícitas e ilícitas; tráfico de drogas, entre tantos outros.

Decorre da identificação desses fatores, a complexidade e multidimensionalidade das problemáticas vividas por nossas crianças e adolescentes, e, por

consequência, a complexidade e pluralidade das respostas a serem implementadas na direção da potencialização de fatores de proteção às crianças e oportunidades aos jovens.

Desta forma, vislumbra-se a necessidade de uma política pública com perspectiva sistêmica, integrada e articulada, dirigida a criança e adolescentes que estejam expostos a fatores de risco a sua formação e desenvolvimento integral. Temos como norte a efetivação desta política - sistêmica, integrada e articulada, a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude propôs o "Pacto pela Infância e Juventude", o qual se constitui num compromisso firmado entre as Secretarias de Estado, de âmbito político-normativo, sintetizador da política pública para a população infanto-juvenil do estado do Paraná.

Dentre eles, destaca-se a promoção de espaços para a prática de um convívio social saudável, estimulante, interessante, criativo e produtivo e, ainda, o desafio de garantir a participação social da juventude numa perspectiva emancipatória, assim como fecunda para toda a sociedade.

Atendendo as diretrizes explicitadas pelo pacto já mencionado, e assumindo o potencial de transformação social da juventude, a SECJ criou o Programa Atitude-Cidadã em duas perspectivas de participação do jovem: a) a atuação deste como agente de promoção educacional, cultural e de práticas de cidadania junto a crianças e adolescentes com seus direitos violados e expostos a situações que colocam em risco seu desenvolvimento; e b) adolescentes egressos do sistema socioeducativo ou de instituições de acolhimento familiar em um processo de inclusão sócio-cultural e de fortalecimento ou criação de fatores de apoio e novos vínculos promotores de um novo padrão de convívio social.

A proposta ora em análise, busca aliar o potencial de liderança e conhecimento dos jovens à necessidade de atenção prioritária à população infanto-juvenil mais vulnerabilizada, criando, dessa forma, oportunidade concreta para os jovens atuarem a favor de suas comunidades, em especial das crianças e dos adolescentes que necessitam ter seus direitos garantidos.

Para isso, propões o desenvolvimento de atividades em espaços públicos e comunitários para garantir o acesso à informação, cultura, lazer, esporte, bem como, prática de ação-cidadã e de protagonismo juvenil. Tais atividades serão desenvolvidas por jovens de 14 a 24 anos que receberão auxílio financeiro no valor de R\$ 100 (cem reais) mensais, passando a ser designados de "agentes de cidadania".

Os agentes de cidadania estarão vinculados a instituições, programas e projetos que estejam estruturados a partir de eixos de ação relacionados aos direitos fundamentais estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo selecionados, monitorados e avaliados pelos responsáveis designados.

A criação do auxílio-financeiro a jovens conforme estatuído no texto legal objeto desta análise, deve ser

entendido como uma ação dirigida à criança e adolescente do estado do Paraná com seus direitos violados e em situação de extremo risco ao seu desenvolvimento, atendendo ao preceito constitucional da doutrina da proteção integral, ao mesmo tempo em que cria oportunidades concretas ao jovem de atuar em prol das crianças e adolescentes e suas comunidades.

Trata-se de uma aliança entre a formação da consciência coletiva da juventude e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer.

## II - Da Fundamentação do Parecer

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição de Justiça sendo que seu Relator exarou parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquela Comissão.

A proposta legislativa encontra-se embasada no inciso IV, do artigo 66 da Constituição Estadual que diz:

*Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública.*

## III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o parágrafo 5º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11/12/08.

(aa) ANTONIO BELINATI - Presidente

ROSANE FERREIRA - Relatora

## ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei 521/08, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Servidores Federais, Estaduais e Municipais do Paraná - ASFEM/PR, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 538/08, que concede reajuste de 5% (cinco por cento) sobre os vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, do quadro de servidores do Poder Judiciário. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 323/08 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Os valores dos níveis de vencimento básico dos cargos de provimento em comissão, do quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, constantes do Anexo II, Tabelas I e II, da Lei Estadual nº 11074, de 29/03/95, com alteração da Lei Estadual nº 11173, de 06/09/95, ficam reajustados no percentual de 5% (cinco por cento), na forma do contido nas Tabelas 1 e 2, do Anexo I, desta lei.

Parágrafo Único. O disposto nesta lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão do Poder Judiciário.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/06/08.

Sala das Sessões, em 23/07/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Anexo I Cargos em Comissão do Tribunal de Justiça Tabela 1	
Cargos de Direção e Assessoramento Superior	
Símbolo	R\$
DAS-1	523,86
DAS-2	462,35
DAS-3	430,91
DAS-4	368,46
DAS-5	336,98

Tabela 2 Cargos em Comissão	
Símbolo	R\$
1-C	217,48
2-C	200,84
3-C	185,40
4-C	171,26
5-C	160,97
6-C	151,31

**JUSTIFICATIVA:**

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre o reajuste de 5% (cinco por cento), incidente sobre os níveis de vencimento básico dos cargos de provimento em comissão, do quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma das Tabelas I e 2, do Anexo I. O reajuste proposto para os cargos em comissão do Poder Judiciário adota o mesmo percentual concedido pelo Poder Executivo aos cargos em comissão, por meio do contido no artigo 1º, parágrafo 3º da Lei Estadual nº 15843, de 21/05/08.

As tabelas de vencimentos básicos, de que trata o Anexo I deste anteprojeto, reajusta os valores constantes das Tabelas I e II, do Anexo II, da Lei Estadual nº 11074/95, com alteração da Lei Estadual nº 11173/95.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, que terá efeito financeiro a partir de 01/06/08, totalizará um acréscimo anual no montante da despesa bruta de pessoal de R\$ 626.925,00 (seiscentos e vinte e seis mil, novecentos e vinte e cinco reais), que correrão à conta da dotação orçamentária 3.1.90.11.03 vencimentos e vantagens dos cargos em comissão com vínculo e 3.1.90.11.06 vencimentos e vantagens dos cargos em comissão sem vínculo.

Esses valores serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, não comprometendo o limite de gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Judiciário.

O relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário indica que a despesa líquida com pessoal representou, no exercício de 2007, o percentual de 3,72% da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7%, cf. artigo 22, parágrafo único).

A presente proposta de anteprojeto de lei foi aprovada pelo Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, na Sessão Ordinária realizada em 11/07/08.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, referente adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 323/08****P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 323/08, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo reajustar dos valores dos vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, do quadro de servidores do Poder Judiciário, abrangendo, inclusive, os inativos e geradores de pensão.

Quanto à iniciativa do projeto, devemos observar que a Constituição do Estado do Paraná, estabelece, em

seu artigo 101, a competência privativa do Tribunal de Justiça para propor à Assembléia Legislativa a alteração da remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados.

Desta forma, não há óbice quanto à propositura, por parte do Tribunal de Justiça, de lei estadual com o objetivo de reajustar vencimentos de seus membros, encontrando respaldo no artigo supracitado.

Observe-se, também, que, de acordo com a Lei Complementar nº 101/00, toda ação governamental que acarrete aumento de despesa deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que tem adequação orçamentária e financeira com a lei anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias:

*Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigações que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.*

*Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento das despesas será acompanhado de: I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

O projeto ora analisado traz, em anexo, a declaração do Presidente do Tribunal de Justiça de que as suas despesas apresentam a adequação de que trata o inciso II do artigo 16 da norma mencionada. Além disso, em sua justificativa, o autor traz a estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o inciso I do mesmo artigo, não havendo, portanto, óbice quanto à Lei Complementar nº 101/00 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra óbice algum na Lei Complementar nº 095/98, que trata da elaboração das leis.

Diante do acima exposto, tendo em vista sua constitucionalidade, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 323/08****P A R E C E R :**

O egrégio Tribunal de Justiça envia à esta Casa projeto que, aprovado, permitirá a implantação de reajuste nos vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, do quadro de servidores do Poder Judiciário.

rio, contemplando, também, os inativos e os geradores de pensão.

Vale destacar que, conforme o artigo 101, da Constituição do Estado do Paraná, é privativo do Tribunal de Justiça propor à esta Casa o reajuste solicitado no projeto ora em debate. Esse artigo constitucional, a nosso ver, deveria futuramente ser suprimido, com a transferência dessa responsabilidade à autoridade máxima do judiciário paranaense, para que tenha liberdade de proceder, dentro de seu orçamento próprio, reajustes salariais, independente do crivo deste legislativo.

Como a Constituição deve ser rigorosamente respeitada, e, dentro das atribuições desta Comissão de Finanças, a quem cabe analisar e emitir parecer sobre a matéria em debate, nosso parecer é pela sua aprovação, louvando-se a dignidade, competência e postura humanitária do respeitado Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador José Antônio Vidal Coelho, de conceder esse oportuno e necessário reajuste, atitude que contribui para consagrar sua gestão no comando da Justiça paranaense.

Sala das Comissões, em 15/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/08. O Procurador Geral do Estado poderá autorizar a desistência da ação de execução fiscal e arquivamento definitivo do processo, sem a renúncia dos respectivos créditos tributários, nas hipóteses que especifica e adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 106/08, de 01/09/08, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 374/08

P A R E C E R :

### Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 027/08, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta dispor que o Procurador Geral do estado poderá autorizar a desistência da ação de execução fiscal e arquivamento definitivo do processo, sem renúncia dos respectivos créditos tributários, nas hipóteses que especifica e adota outras providências.

Segundo mensagem do Governo após diversos estudos tanto na jurisprudência quanto em inúmeros casos práticos observou-se diversas situações em que as execuções fiscais estão fadadas a tramitar por longo período, sem qualquer perspectiva de satisfação dos créditos cobrados implicando em perda de tempo, congestionamento do judiciário com processos inócuos, cujo ônus

administrativo processual não vale a pena bancar, ou seja, o custo benefício é atentatório ao princípio da economia processual e eficiência administrativa.

A proposta do executivo, enfim é equacionar o trâmite desnecessário das execuções fiscais insolúveis, desobstruindo o poder judiciário, reclassificando os créditos e devolvendo-os à Secretaria da Fazenda para que sejam cobrados pela esfera administrativa se assim entender aquele órgão.

A desistência das execuções fiscais não implicará em renúncia dos créditos tributários nem tampouco credenciará os inadimplentes a utilizarem-se desse meio para exigir a restituição ou compensação de valores já pagos (Art. 6º); a desistência processual não alcançará os emolumentos processuais, ou seja, as custas e demais taxas cartoriais continuam a cargo do executado sendo facultado aos respectivos cartórios a cobrança as suas próprias expensas, (Art. 4º); no que tange aos honorários os mesmos serão dispensados (Art. 5º).

As hipóteses elencadas no artigo 1º da mensagem governamental merecem comentários. São seis as hipóteses (incisos) previstas no artigo 1º do projeto, tratando o primeiro dos casos de massa falida nas hipóteses de não serem encontrados bens ou quando encontrados sejam insuficientes à satisfação dos créditos e cuja decisão de encerramento da falência tenha transitado em julgado há mais de 2 (dois) anos e que não haja amparo legal para o redirecionamento da execução contra terceira pessoa isto porque de acordo com o artigo 135 do CTN - Código Tributário Nacional o administrador só responde por obrigações quando tenha praticado atos contrários à lei ou tenha agido com excesso de poderes.

A segunda hipótese apresentada no inciso II do artigo 1º trata dos casos de falecimento do devedor sem localização de bens passíveis de penhora esgotadas todas as buscas pelos meios administrativos e judiciais com a inviabilização de prosseguimento do devedor principal. Nestes casos somente os bens deixados pelo *de cujus* respondem pelas obrigações e nesta hipótese não é possível repassar os encargos aos herdeiros por vedação do artigo 131 do CTN, ou seja, segundo a dicção do regramento fiscal inserido no dispositivo legal citado, os herdeiros respondem pela dívida tributária remanescente do espólio na proporção do seu quinhão hereditário não podendo tais obrigações alcançar bens pessoais dos sucessores inviabilizando a continuidade da execução fiscal.

O inciso III do mesmo artigo trata dos casos de falecimento do executado detentor de dívidas em nome próprio ou de firma individual cujo deslinde é semelhante ao previsto no inciso anterior já comentado, apenas com a diferença que naquele a hipótese de empresa S/A e neste firma individual. Assim que de modo idêntico ao inciso anterior neste também a continuidade da execução se mostra inócua.

A cobrança das multas condenatórias decorrentes de crimes está disciplinada no artigo 51 do Código Penal que converte as referidas cominações em dívida de valor

sujeitas às normas da legislação relativa à dívida ativa fiscal. Assim que o PL elencou no Inciso IV as hipóteses de obrigações executadas contra devedores decorrentes de multas por sentença criminal em que após dois anos tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais. Os casos de execução fiscal, contra condenados criminalmente, via de regra, são as mais prejudicadas no que tange ao sucesso da ação em razão de que os egressos das prisões dificilmente possuem bens disponíveis ao seu enfrentamento (obrigações emergentes das sentenças cominatórias de multas), sendo igualmente inviável o prosseguimento.

O inciso V do artigo 1º cuidou dos casos oriundos das decisões do TCE - Tribunal de Contas por conta das desaprovações de Contas contra Associações encerradas há mais de 5 (cinco) anos, sem que tenham sido localizadas bens passíveis de penhora observando no mais os mesmos critérios das demais hipóteses previstas nos incisos anteriores quanto a penhora de bens. Existe uma remota possibilidade de cobrança destas obrigações através de Ação Cível para se apurar possíveis responsabilidades dos Diretores ou Presidentes na tentativa quanto a possíveis desvios de finalidade ou confusão patrimonial, com possibilidade de desconstituição da personalidade jurídica da associação (artigo 50) CC - Código Civil, possibilidade esta remotíssima em face do tempo decorrido e ausência de provas de favorecimento pessoal pelo desvio de valores.

A última hipótese prevista no inciso VI, do artigo 1º do presente projeto de lei trata dos casos de execuções ajuizadas há 20 ou mais anos contra empresas que já tenham sido baixadas ou canceladas há mais de cinco anos no Cadastro de Contribuintes do ICMS, redirecionadas ou não contra terceiros, sem que tenham sido localizados bens penhoráveis, já esgotadas as buscas pelos meios próprios.

O artigo 2º do projeto de lei responsabiliza o Procurador Geral do Estado em conjunto com o Secretário de Estado da Fazenda regulamentar as rotinas, padronização de documentos necessários, e o esclarecimento sobre a incidência das situações previstas em casos concretos. Portanto é auto-explicável.

Importante medida está sendo adotada no artigo 3º do projeto determinado ao encerramento da execução fiscal a reclassificação dos débitos, mantendo-se em dívida ativa pelo prazo de cinco anos, gerando efeitos fiscais, tais como a geração de certidões positivas de débitos. Somente findo este prazo é que a Secretaria da Fazenda reconhecerá a prescrição do crédito reclassificado, com base no inciso V do artigo 156 do CTN.

Verifica-se da análise que todas as medidas acautelatórias foram previstas no tendo em conta o impacto na Lei de Responsabilidade Fiscal encontrando o projeto amparo legal.

#### **Fundamentação do parecer**

O objetivo do Governo é o de promover a eficiência administrativa sem o ranço das diretrizes cegas de

procedimentos da administração que se mostram inviáveis à luz do custo/benefício.

Por outro lado, não seria coerente com os princípios da razoabilidade, da eficiência, da moralidade e da economicidade, a insistência em procedimentos judiciais flagrantemente onerosos aos cofres públicos por força de regramentos irreversíveis tendentes a inviabilizar os resultados esperados.

Nesta hipótese é que se encaixa a previsão do projeto de lei ao autorizar o Procurador Geral do Estado, dentro dos critérios fixados, *ad cautelam*, em eliminar “cotovelos judiciais” impróprios à saúde administrativa do judiciário.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada tem a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio de admissibilidade, devendo o mesmo ser submetido ao crivo do plenário legislativo para discussão pormenorizada do seu mérito.

Já quanto à técnica legislativa, há de se modificar o artigo 1º do projeto de lei em apreço. Assim está disposto o artigo 1º:

*Art. 1º O Procurador Geral do Estado poderá autorizar a desistência da Ação de Execução Fiscal e arquivamento definitivo do processo, sem renúncia dos respectivos créditos tributários, nas seguintes hipóteses: (grifei)*

(...)

O artigo da forma como está redigido fere o princípio da boa técnica legislativa ao igualar todos os créditos mencionados no *caput* do artigo 1º quando se utilizou da expressão “créditos tributários”, como se todos fossem “tributários”. A expressão não está errada, mas no contexto destoia na exata medida em que o projeto de lei trata de outros créditos cujas hipóteses estão inseridas nos seis incisos do artigo 1º, sendo um deles os oriundos das sentenças condenatórias criminais os quais pelas suas características não podem ser tratados como “tributários” segundo as regras fixadas no artigo 51 do CP, ou seja, que as pecúnias (multas) cominadas em sentença criminal são consideradas “dívidas de valor” e não “créditos tributários”. Neste mister e para a perfeita adequação à Lei Complementar nº 095/98, propomos a seguinte alteração, ou seja, a supressão do termo - tributários - do *caput* do artigo 1º, passará com a proposição da emenda a ter nova redação, *literis*:

*“Art. 1º O Procurador Geral do Estado poderá autorizar a desistência da Ação de Execução fiscal e arquivamento definitivo do processo, sem renúncia dos respectivos créditos, nas seguintes hipóteses: (grifei)”*

Acolho ainda a sugestão de emenda aditiva desta douta Comissão de Justiça acrescentando o parágrafo único ao artigo 1º, por se tratar de medida acautelatória sem maiores impactos na Lei de Responsabilidade Fiscal e que poderão fazer parte dos parâmetros a serem fixados

segundo dispõe o artigo 2º do presente projeto de lei. Assim propõe a emenda aditiva:

“Art. 1º (...)

Parágrafo Único - O Procurador Geral do Estado remeterá semestralmente à Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa Estadual relatório pormenorizado relacionando as execuções fiscais encerradas na forma deste artigo, para apuração do fiel cumprimento da presente lei.”

(...)

#### Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma da emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 374/08

Art. 1º O Procurador Geral do Estado poderá autorizar a desistência da ação de execução fiscal e arquivamento definitivo do processo, sem renúncia dos respectivos créditos, nas seguintes hipóteses:

(...)

Parágrafo Único. O Procurador Geral do Estado remeterá semestralmente à Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa Estadual relatório pormenorizado relacionando as execuções fiscais encerradas na forma deste artigo, para apuração do fiel cumprimento da presente lei.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 374/08

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 374/08, em análise, de autoria do Poder executivo, dispõe que o Procurador Geral do Estado poderá autorizar a desistência da ação de execução fiscal e arquivamento definitivo do processo, sem a renúncia dos respectivos créditos tributários, nas hipóteses que especifica e adota outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o projeto de lei em apreço emitiu parecer favorável, apresentando emenda corretiva e aditiva.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que se trata de Proposição que visa fazer com que a Administração Pública desista de processos de execução quando não houver possibilidade do recebimento dos créditos, após esgotadas as pesquisas patrimoniais e todas as formas legais para a referida cobrança.

É notório que processos de cobrança que tramitam por longos períodos, sem perspectivas de pagamento, empregam o tempo e trabalho da Procuradoria Geral do Estado em um processo ineficaz, congestionando o Poder Judiciário com processos inócuos.

Com a extinção dessas execuções, que serão devolvidas à Secretaria da Fazenda, para fins de cobrança apenas na esfera administrativa, não haverá renúncia do crédito tributário.

A concentração de esforços em processos com maior probabilidade de êxito trará melhores resultados ao erário público, com o comprometimento da Procuradoria Geral do Estado em alcançar esta meta.

Diante do exposto, esta Comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação, na forma do parecer e emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

#### Em discussão. Em votação

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, apenas uma solicitação.

Nesse projeto do item nº 12, conversei com o Deputado Strapasson e na verdade não está relacionado aqui, mas é necessário o parecer da Comissão de Finanças. Parece-me que foi entregue, mas só não está na pauta. Só estou colocando isso porque não está na pauta. E a única dúvida que tínhamos e nós conversamos com o Deputado Strapasson e algumas pessoas me procuraram, sobre o impacto. Não sei se o Deputado Strapasson poderia fazer um esclarecimento a respeito desse parecer da Comissão de Finanças, porque na verdade não há impacto financeiro, uma vez que são massa falida.

Só faço essa solicitação para que tenhamos clareza do que está sendo votado, sem que haja nenhum tipo de impacto financeiro, porque muitas das empresas que estão aqui objeto deste projeto não têm mais nenhum tipo de patrimônio. Há uma emenda que inclusive foi aprovada pela CCJ, que teve como Relator o Deputado Artagão, que prevê justamente que venha o relatório semestral para esta Casa para que possamos prestar contas de em quantas empresas foi adotado esse procedimento, para quais empresas e como isso foi feito.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só esclarecendo a solicitação do Deputado Tadeu Veneri, esse projeto foi apreciado hoje à tarde na Comissão de Finanças, o Deputado que relatou foi o Deputado Dobrandino, e com relação ao esclarecimento do impacto financeiro, é importante dizer que não há nenhuma impacto negativo, na medida em que existe apenas uma

autorização para que a Procuradoria Jurídica deixe de executar processos que estão sem condições nenhuma de cobrança. No entanto, o Crédito Tributário do estado permanece administrativamente, atualizado por cinco anos, para que se houver alguma chance de execução futura, evidentemente será cobrado.

Portanto, o estado deixa de gastar recursos em procedimentos jurídicos, em despesas de locomoção e outras estâncias jurídicas para cobrar uma dívida de uma massa falida, de alguém que não tem mais condições nenhuma de se executar. Portanto, não há qualquer impacto financeiro, uma renúncia de arrecadação nessa questão, em espécie.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente esclarecido. Meus cumprimentos, Deputado!

Está em votação. **Aprovado.**

### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 393/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

### TÍTULO I Capítulo Único

Disposições Preliminares

Art. 1º O presente estatuto estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. São considerados funcionários para os fins deste estatuto os ocupantes dos cargos da Secretaria do Tribunal de Justiça e do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição, os Secretários do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, os Secretários de Turma Recursal do Juizado Especial, os Secretários do Juizado Especial, os Oficiais de Justiça do Juizado Especial, os Auxiliares de Cartório do Juizado Especial, os Auxiliares Administrativos do Juizado Especial, e os Contadores e Avaliadores do Juizado Especial.

Art. 2º Funcionário é a pessoa investida em cargo público com vencimentos ou remunerações percebidos dos cofres públicos estaduais.

Art. 3º Cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional cometidas a funcionário, identificado pelas características de

criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos.

§ 1º Função é conjunto de atribuições vinculadas a determinadas habilitações para o desempenho de tarefas distintas em grau de responsabilidade e de complexidade e será atribuída por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º Caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça a designação e a dispensa da função gratificada.

§ 3º A designação para a função gratificada vigorará a partir da publicação do ato, competindo à autoridade a que se subordinará o funcionário designado dar-lhe exercício imediato.

§ 4º Os vencimentos e as gratificações de função têm os valores fixados em lei.

Art. 4º A estrutura organizacional deverá atender por lei própria o seguinte:

I – Classe é o agrupamento de cargos de mesma denominação, com iguais atribuições, responsabilidades e variação de vencimentos de acordo com os níveis que compreende;

II – Grupo ocupacional é o conjunto de classes que diz respeito a atividades profissionais correlatas ou afins, quanto à natureza do respectivo trabalho ou ao ramo de conhecimento aplicado em seu desempenho;

III – Nível é a subdivisão interna das classes ao qual se atribui vencimentos próprios fixados em lei.

§ 1º A progressão se dá dentro da mesma classe de um nível para outro imediatamente superior.

2º Haverá no máximo 09 (nove) níveis em cada classe.

Art. 5º Os Quadros do Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e de 1º Grau de Jurisdição são organizados em grupos, escalonados de acordo com a hierarquia, a natureza, a complexidade do serviço e o nível de escolaridade exigido em lei ou regulamento.

§ 1º Os Quadros compreendem:

I – Parte permanente que é integrada pelos cargos de provimento efetivo e em comissão;

II – Parte suplementar que é integrada pelos cargos extintos na forma estabelecida em lei.

§ 2º A lotação do pessoal integrante do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça é regulada por decreto judiciário.

§ 3º A distribuição dos cargos dos funcionários afetos ao 1º Grau de Jurisdição referidos no parágrafo único do artigo 1º do presente estatuto é a definida lei.

§ 4º A lotação no caso do parágrafo 3º deste artigo é a determinada por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, salvo afetação em lei à determinada secretaria ou repartição.

Art. 6º Os cargos públicos são de provimento efetivo ou de provimento em comissão.

§ 1º Os cargos de provimento efetivo serão organizados em classes, ou de forma isolada, e serão providos por concurso público.

§ 2º Os cargos de provimento em comissão envolvem atribuições de direção, de assessoramento e de assistência superior e são de livre nomeação e exoneração, satisfeitos os requisitos fixados em lei ou regulamento.

Art. 7º As atribuições e as responsabilidades inerentes aos cargos serão definidas em lei.

## **TÍTULO II**

Do Provimento, da Vacância, da Lotação, da Relotação e da Substituição

### **Capítulo I**

Do Provimento

#### **Seção I**

Disposições Gerais

Art. 8º A investidura em cargo público de provimento efetivo depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão que são de livre nomeação e exoneração.

Art. 9º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o gozo dos direitos políticos;
- III – a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV – o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V – a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VI – aptidão física e mental.

Art. 10. Provimento é o ato do Presidente do Tribunal de Justiça que preenche o cargo e se dá com a nomeação, a posse e o exercício.

Art. 11. São formas de provimento de cargo público:

- I – nomeação;
- II – readaptação;
- III – reversão;
- IV – aproveitamento;
- V – reintegração;
- VI – recondução;
- VII – remoção;
- VIII – promoção.

Parágrafo Único. A remoção e a promoção implicam na vacância do cargo e somente se aplicam aos ocupantes do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição, aos Secretários do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, aos Secretários de Turma Recursal do Juizado Especial, aos Secretários do Juizado Especial, aos Ofi-

ais de Justiça do Juizado Especial, aos Auxiliares de Cartório do Juizado Especial, aos Auxiliares Administrativos do Juizado Especial, e aos Contadores e Avaliadores do Juizado Especial.

## **Seção II**

Da Nomeação

Art. 12. A nomeação é o chamamento para a posse e para a entrada no exercício das atribuições do cargo público.

Art. 13. O ato de nomeação deverá indicar o cargo de provimento efetivo ou o cargo de provimento em comissão a ser preenchido.

Art. 14. A nomeação para cargo público de provimento efetivo ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e se dará durante o prazo de validade do concurso.

§ 1º A nomeação para cargo de provimento em comissão é livre, observados os requisitos mencionados no artigo 9º.

§ 2º É vedada a nomeação para cargo de provimento em comissão, bem como a lotação no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça, dos ocupantes de cargos do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição, de cargos do foro judicial de Escrivão e de Oficial Contador, Avaliador, Partidor, Depositário e de Distribuição, de Auxiliar de Cartório, de Auxiliar Administrativo, de Oficial de Justiça, de Comissário de Vigilância, de Assistente Social, de Psicólogo, de Porteiro de Auditório, de Agente de Limpeza, de Secretário do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, de Secretário de Turma Recursal do Juizado Especial, de Secretário do Juizado Especial, de Oficial de Justiça do Juizado Especial, de Auxiliar de Cartório do Juizado Especial, de Auxiliar Administrativo do Juizado Especial e de Contador e Avaliador do Juizado Especial.

## **Subseção I**

Do Concurso

Art. 15. O concurso obedecerá ao que dispuser o Regimento Interno, as normas do regulamento que for elaborado por Comissão designada pelo Presidente do Tribunal de Justiça e o respectivo edital.

Art. 16. O concurso público é de provas ou de provas e títulos e terá validade de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

§ 1º O edital de abertura do concurso público conterá as regras que regem o seu funcionamento e será publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, com divulgação pelos meios de comunicações disponíveis.

§ 2º Durante o prazo referido no *caput* deste artigo, o aprovado em concurso público de provas ou de provas e

títulos será convocado para assumir o cargo com prioridade sobre os aprovados em novos concursos.

§ 3º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 4º Aos afro-descendentes serão reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Art. 17. Para ser admitido no concurso, o candidato deverá preencher os requisitos do artigo 9º, apresentar documento de identidade indicado no edital e recolher a taxa de inscrição que for fixada pela Comissão.

### Subseção II

#### Da Posse

Art. 18 Posse é o ato expresso de aceitação das atribuições, dos deveres e das responsabilidades do cargo formalizado com a assinatura do termo pelo empossado e pela autoridade competente.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da nomeação, prorrogável por até 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado ou de seu representante legal e a juízo da Administração.

§ 2º O prazo previsto no parágrafo 1º será contado, quando o aprovado for funcionário público, do término da licença:

I – por motivo de doença em pessoa da família;

II – para a prestação de serviço militar;

III – para capacitação, conforme dispuser o regulamento;

IV – em razão de férias;

V – para participação em programa de treinamento regularmente instituído, conforme dispuser o regulamento;

VI – para integrar júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VII – à gestante, à adotante e à paternidade;

VIII – para tratamento da saúde, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado ao Estado do Paraná, em cargo de provimento efetivo;

IX – por motivo de acidente em serviço ou de doença profissional;

X – para deslocamento à nova sede;

XI – para missão ou estudo no exterior.

§ 3º Admite-se o ato de posse por procuração com poderes específicos.

§ 4º Somente haverá posse nos casos de provimento por nomeação.

§ 5º No ato da posse o funcionário apresentará declaração de seus bens, de exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º É ineficaz o provimento se a posse não ocorrer dentro do prazo estabelecido nesta lei.

§ 7º Somente se dará posse àquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

§ 8º O Presidente do Tribunal de Justiça designará os funcionários competentes a dar posse.

### Subseção III

#### Do Estágio Probatório

Art. 19. Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

I – assiduidade;

II – disciplina;

III – capacidade;

IV – produtividade;

V – responsabilidade.

§ 1º Seis meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação de desempenho do funcionário, realizada de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V deste artigo.

§ 2º O funcionário em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções gratificadas.

§ 3º O estágio probatório e respectivo prazo ficarão suspensos durante as licenças e os afastamentos sendo retomados a partir do término de tais impedimentos.

§ 4º O funcionário em estágio probatório não poderá ser cedido a qualquer outro órgão da Administração Pública Direta ou Indireta e a ele somente poderão ser concedidas as seguintes licenças:

I – para tratamento de saúde;

II – por motivo de doença em pessoa da família;

III – para acompanhamento do cônjuge ou companheiro funcionário público;

IV – para prestar serviço militar ou outro serviço obrigatório por lei;

V – para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública;

VI – para o exercício de mandato político;

VII – pelo período que mediar a sua escolha como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral;

VIII – pelo período do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral até o décimo dia seguinte ao pleito.

Art. 20. A avaliação de desempenho constitui condição para aquisição da estabilidade e tem como finali-

dade avaliar a capacidade e a aptidão do funcionário para o exercício do cargo.

Art. 21. O estágio probatório será sempre relacionado com o cargo ocupado.

Parágrafo Único. Na hipótese de nomeação para outro cargo de provimento efetivo, o prazo de estágio probatório e da avaliação especial reiniciará com a respectiva assunção.

Art. 22. Na hipótese da autoridade competente não homologar a avaliação de desempenho indicando a exoneração, será aberto procedimento que é regido pelas normas do processo administrativo disciplinar conforme o Quadro ao qual pertencer o funcionário.

Parágrafo Único. Durante o trâmite do processo referido no *caput* deste artigo, o prazo para aquisição da estabilidade ficará suspenso até o julgamento final.

Art. 23. O Presidente do Tribunal de Justiça regulamentará o procedimento da avaliação de desempenho.

#### **Subseção IV** **Da Estabilidade**

Art. 24. O funcionário habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício.

Art. 25. O funcionário estável somente perderá o cargo em virtude de:

- I – sentença judicial transitada em julgado;
- II – decisão em processo administrativo disciplinar;
- III – decisão derivada de processo de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar federal, assegurada a ampla defesa;
- IV – para corte de despesas com pessoal conforme disposto na Constituição e legislação federal.

#### **Seção III** **Da Readaptação**

Art. 26. A readaptação é o provimento de funcionário efetivo em cargo de atribuições compatíveis com a sua capacidade física ou mental, derivada de alteração posterior à nomeação e verificada em inspeção médica oficial.

Art. 27. O procedimento de readaptação terá o prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado no caso de o funcionário estar participando de programa de reabilitação profissional.

§ 1º Ao final do referido procedimento, se julgado incapaz, o funcionário será aposentado.

§ 2º Declarado reabilitado para a função pública:

I – a readaptação será realizada em cargo com atribuições afins, respeitada a habilitação exigida para o cargo de origem, bem como o nível de escolaridade e os vencimentos inerentes a este;

II – na hipótese de inexistência de cargo vago, o funcionário exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 3º A readaptação será sempre para cargo de vencimento igual ou inferior ao de origem, preservado o direito à remuneração paga ao funcionário neste último.

#### **Seção IV** **Da Reversão**

Art. 28. Reversão é o retorno de funcionário aposentado ao exercício das atribuições:

I – no caso de aposentadoria por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria;

II – no interesse da administração e a partir de requerimento do funcionário aposentado, observadas as seguintes condições:

- a) que a aposentadoria tenha sido voluntária;
- b) ocorrência da aposentadoria nos 05 (cinco) anos anteriores ao requerimento;
- c) estabilidade adquirida quando em atividade;
- d) haja cargo vago.

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º Após o retorno, o tempo de exercício será considerado para concessão de nova aposentadoria.

§ 3º No caso do inciso I do *caput* deste artigo, encontrando-se provido o cargo, o funcionário exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 4º O funcionário que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com a vantagem de natureza pessoal incorporada e que percebia anteriormente à aposentadoria.

§ 5º O funcionário de que trata o inciso II do *caput* deste artigo somente terá os proventos calculados com base nas regras atuais se permanecer pelo menos 05 (cinco) anos no cargo.

§ 6º Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

#### **Seção V** **Da Disponibilidade e do Aproveitamento** **Subseção I** **Da Disponibilidade**

Art. 29. O funcionário será posto em disponibilidade quando extinto o seu cargo ou declarada sua desnecessidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Parágrafo Único. A remuneração mensal para o cálculo da proporcionalidade corresponderá ao vencimento, acrescido das vantagens pessoais, permanentes e relativas ao exercício do cargo de provimento efetivo.

Art. 30. A disponibilidade do funcionário se dará conforme os seguintes critérios e ordem:

I – menor pontuação na avaliação de desempenho no ano anterior;

II – maior número de faltas ao serviço;

III – menor idade;

IV – maior remuneração.

Art. 31 O período de disponibilidade é considerado como de efetivo exercício para efeito de aposentadoria, observadas as normas próprias a esta.

## **Subseção II**

### **Do Aproveitamento**

Art. 32. Aproveitamento é o retorno obrigatório do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo Único. O aproveitamento se dará na primeira vaga que ocorrer com precedência sobre as demais formas de provimento, observada a seguinte ordem de preferência dentre os funcionários em disponibilidade:

I – maior tempo de disponibilidade;

II – maior tempo de serviço público estadual;

III – maior tempo de serviço público;

IV – maior idade.

Art. 33. Não haverá aproveitamento para cargo de natureza superior ao anteriormente ocupado.

Parágrafo Único. O funcionário aproveitado em cargo de natureza inferior ao anteriormente ocupado perceberá a diferença de remuneração correspondente.

Art. 34. O aproveitamento se dará somente àquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do novo cargo.

Parágrafo Único. Declarada a incapacidade para o novo cargo em inspeção médica, o funcionário será aposentado por invalidez, considerando-se, para tanto, o tempo de disponibilidade.

## **Seção VI**

### **Da Reintegração**

Art. 35. Reintegração é o retorno do funcionário ao exercício das atribuições de seu cargo, ou de cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a demissão por decisão administrativa ou judicial.

§ 1º Na hipótese de extinção do cargo ou declarada sua desnecessidade, o funcionário ficará em disponibili-

dade e será aproveitado na forma dos artigos 32 a 34 deste estatuto.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

§ 3º O funcionário reintegrado por decisão definitiva será ressarcido financeiramente pelo que deixou de perceber como vencimento ou remuneração durante o período de afastamento.

§ 4º Transitada em julgado a decisão definitiva, será expedido o decreto de reintegração no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

## **Seção VII**

### **Da Recondução**

Art. 36. Recondução é o retorno do funcionário ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I – inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II – reintegração do anterior ocupante.

§ 1º Encontrando-se provido o cargo de origem, o funcionário será aproveitado em outro, observado o disposto nos artigos 32 a 34 deste estatuto.

§ 2º Na impossibilidade do aproveitamento o funcionário será posto em disponibilidade conforme os artigos 29 a 31 deste diploma legal.

## **Seção VIII**

### **Do Exercício**

Art. 37. Exercício é o desempenho das atribuições do cargo público ou da função gratificada.

Parágrafo Único. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão anotados na ficha funcional.

Art. 38. É de 30 (trinta) dias o prazo para entrar no exercício das atribuições do cargo ou da função, contado da data:

I – da posse;

II – da publicação no Diário da Justiça dos atos relativos às demais formas de provimento previstas nos incisos II a VI do artigo 11.

§ 1º Os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogados por 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado e a juízo da autoridade competente para dar posse.

§ 2º O exercício em função de confiança dar-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de designação.

§ 3º O funcionário removido, promovido, relotado, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá 08 (oito) dias de prazo, contados da publicação do ato, para o retorno ao efetivo desempenho das atribuições do cargo na mesma comarca.

§ 4º Na hipótese do parágrafo 3º, sendo a lotação de destino em outra comarca, o prazo da entrada em exercício será de 15 (quinze) dias.

§ 5º O funcionário licenciado nos termos deste estatuto retornará às efetivas atribuições a partir do término da licença.

§ 6º O exercício em cargo efetivo nos casos de reintegração, aproveitamento, reversão, recondução e readaptação dependerá de prévia satisfação dos requisitos atinentes a tais formas de provimento e aptidão física e mental comprovada em inspeção médica oficial.

§ 7º O funcionário que, após a posse, não entrar em exercício dentro do prazo fixado, será exonerado.

§ 8º A posse e o exercício poderão ser reunidos em um só ato.

Art. 39. O exercício é condicionado à vedação de conferir ao funcionário atribuições diversas das do seu respectivo cargo.

### Seção IX

#### Da Frequência e do Horário de Expediente

Art. 40. Os funcionários do Poder Judiciário estão sujeitos aos seguintes horários de expediente:

I – das 08h30min (oito horas e trinta minutos) às 11h00min (onze horas) e das 13h00min (treze horas) às 17h00min (dezessete horas) para os lotados em 1º Grau de Jurisdição;

II – das 09h00min (nove horas) às 11h00min (onze horas) e das 13h00min (treze horas) às 18h00min (dezoito horas) para os lotados na Secretaria do Tribunal de Justiça.

§ 1º Serão emitidos boletins de frequência específicos para os funcionários que prestam serviços noturnos.

§ 2º Em razão do exercício de atividade externa incompatível com a fixação de horário de expediente, os funcionários com atribuições de Oficiais de Justiça e de Avaliadores terão somente a sua frequência diária registrada nos boletins das Secretarias para os quais estiverem designados.

Art. 41. Em todos os Juízos, Gabinetes, Departamentos e Centros do Tribunal de Justiça haverá controle de frequência dos funcionários por meio de livro-ponto ou de outro meio de controle regulamentado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único. É vedado dispensar o funcionário do registro de frequência, salvo disposição legal em contrário ou autorização do Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 42. Os funcionários ocupantes de cargo de provimento efetivo vinculados a gabinete de magistrado que se aposentarem devem se apresentar na Divisão de Recursos Humanos do Departamento Administrativo na data em que for publicado o decreto de aposentadoria do Desembargador ou do Juiz de Direito Substituto em

Segundo Grau, para que seja iniciado o processo de nova lotação e controle de frequência.

Art. 43. Em caso de óbito do magistrado, o setor competente do Departamento Administrativo fará lavrar e publicar, no trigésimo dia da data do falecimento, o ato de exoneração dos funcionários ocupantes de cargo de provimento em comissão vinculados ao gabinete.

Parágrafo Único. Os funcionários efetivos devem se apresentar na Divisão de Recursos Humanos no terceiro dia após o falecimento, sendo exonerados do cargo em comissão eventualmente exercido a partir daquela data.

Art. 44. Nos dias úteis, somente por determinação do Presidente do Tribunal de Justiça poderão deixar de funcionar os serviços do Judiciário ou ser suspensos, no todo ou em parte, seus trabalhos.

Art. 45. Os funcionários regidos por este estatuto, ocupantes de cargo de provimento efetivo ou em comissão, poderão ser convocados fora do horário do expediente sempre que houver interesse da Administração.

Parágrafo Único. Na hipótese do *caput* deste artigo e para os funcionários comissionados deverá ser observada a vedação do artigo 78, parágrafo único, deste estatuto.

## Capítulo II

### Da Vacância

#### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 46 A vacância do cargo público decorrerá de:

I – remoção;

II – promoção;

III – exoneração;

IV – demissão;

V – readaptação;

VI – aposentadoria;

VII – falecimento.

Art. 47 Vagará o cargo na data:

I – da publicação do ato de aposentadoria, exoneração, remoção, promoção, demissão ou readaptação;

II – do falecimento do ocupante do cargo.

### Seção II

#### Da Remoção e da Promoção

Art. 48. A remoção ou promoção se dá por ato do Presidente do Tribunal de Justiça de acordo com indicação do Conselho da Magistratura e com base nas regras por ele aprovadas, observados os princípios dispostos nos artigos 57 a 61 do presente estatuto.

§ 1º A remoção ou promoção somente se aplica aos ocupantes de cargos do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição, aos Secretários do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, aos Secretários de Turma Recursal

do Juizado Especial, aos Secretários do Juizado Especial, aos Oficiais de Justiça do Juizado Especial, aos Auxiliares de Cartório do Juizado Especial, aos Auxiliares Administrativos do Juizado Especial, e aos Contadores e Avaliadores do Juizado Especial.

§ 2º A remoção é transferência do funcionário de um cargo para outro de mesma natureza em outra comarca ou foro de igual entrância e dar-se-á alternadamente por antiguidade e merecimento.

§ 3º A promoção é a passagem do funcionário de um cargo para outro de mesma natureza e classe imediatamente superior e dar-se-á alternadamente por antiguidade e merecimento.

§ 4º A abertura dos editais à remoção e à promoção se dará alternadamente e não concorrendo interessados ou habilitados a uma ou outra será autorizado concurso de provimento por ingresso.

§ 5º Os critérios para aferição do merecimento serão estabelecidos com base nos princípios dispostos nos artigos 57 a 61 do presente estatuto.

Art. 49. Vagando cargo, o Presidente do Tribunal autorizará a expedição de edital com prazo de 05 (cinco) dias convocando os interessados à remoção ou à promoção.

§ 1º Decorrido o prazo legal, os pedidos serão reunidos em uma só autuação e encaminhados à Corregedoria-Geral da Justiça para informação sobre os antecedentes funcionais.

§ 2º Não será deferido a inscrição a quem tenha sofrido pena disciplinar nos últimos 02 (dois) anos.

§ 3º À remoção ou à promoção somente serão admitidos funcionários com mais de 02 (dois) anos em exercício no cargo e que estejam ao menos no penúltimo nível de sua classe.

§ 4º Vencidas as etapas anteriores, o procedimento será relatado pelo Corregedor-Geral da Justiça perante o Conselho da Magistratura, que deliberará sobre a indicação ou não dos pretendentes.

§ 5º Não se aplica remoção ou promoção aos cargos cuja extinção é prevista em lei à medida que vagarem e nem aos cargos que, de livre remanejamento, forem redistribuídos pela Administração Pública.

### **Seção III**

#### **Da Exoneração**

Art. 50. A exoneração dar-se-á a pedido do funcionário ou de ofício.

Parágrafo Único. A exoneração de ofício ocorrerá:

I – quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II – quando, após a posse, o funcionário não entrar em exercício no prazo estabelecido;

III – para corte de despesas com pessoal nos termos da lei federal.

Art. 51. A exoneração de cargo em comissão ou a dispensa da função de confiança dar-se-á:

I – a juízo do Presidente do Tribunal de Justiça;

II – a pedido do próprio funcionário.

### **Capítulo III**

#### **Da Lotação e da Relotação**

Art. 52. Lotação é o ato de definição da secretaria, do setor ou da repartição em que o funcionário exercerá as suas atribuições.

Parágrafo Único. A lotação sempre se dará de ofício, respeitados os casos em que seja previamente definida em lei a secretaria, o foro ou a comarca ao qual o cargo é afetado.

Art. 53. Relotação é o deslocamento do funcionário, a pedido ou de ofício, de uma repartição ou setor para outro, inclusive entre foros, comarcas, ou secretarias, respeitados os casos em que seja previamente definida em lei a secretaria ou a comarca ao qual o cargo é afetado.

### **Capítulo IV**

#### **Da Substituição**

Art. 54 Nos casos de impedimentos superiores a 10 (dez) dias, o funcionário ocupante do cargo de provimento em comissão ou de função gratificada será substituído.

§ 1º A substituição depende de ato da administração e recairá em funcionário ocupante de cargo de provimento efetivo e será por prazo determinado não superior a 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º O Presidente do Tribunal de Justiça definirá em regulamento os cargos em comissão que poderão ser preenchidos temporariamente por substituição.

Art. 55. O substituto perceberá, além de sua remuneração, a diferença proporcional ao tempo de substituição, calculada como se fosse titular do cargo em comissão ou da função gratificada.

## **TÍTULO III**

### **Capítulo Único**

#### **Da Progressão Funcional**

Art. 56. Progressão funcional é a passagem do funcionário de um nível para outro imediatamente superior dentro da mesma classe.

Art. 57. A progressão dar-se-á, alternadamente, por antiguidade e por merecimento.

§ 1º A progressão por antiguidade é a passagem do funcionário mais antigo de um nível para o imediatamente subsequente, dentro da mesma classe, desde que:

I – tenha cumprido o interstício de 03 (três) anos de efetivo exercício no nível em que se encontrava;

II – não tenha sido apenado nos últimos 02 (dois) anos;

III – não esteja em licença para o trato de interesses particulares;

IV – não esteja cumprindo pena privativa de liberdade.

§ 2º Progressão por merecimento é a passagem do funcionário de um nível para o imediatamente subsequente, dentro da mesma classe, desde que preenchidos os pressupostos definidos no regulamento da avaliação periódica de desempenho individual e cumprido o interstício de 02 (dois) anos de efetivo exercício no nível em que se encontrava.

Art. 58. Não poderá concorrer à progressão por merecimento o funcionário que:

I – tenha sofrido qualquer tipo de penalidade nos últimos 02 (dois) anos;

II – esteja em disponibilidade.

Art. 59. O funcionário, para obter a progressão por merecimento, será submetido à avaliação de desempenho bienal.

§ 1º A avaliação de desempenho bienal será executada com base em regulamento a ser editado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º O regulamento da avaliação de desempenho bienal, dentre outros critérios, deverá estabelecer requisitos mínimos de frequência e desempenho em cursos oficiais de aperfeiçoamento.

§ 3º Será conferida a progressão por merecimento ao funcionário com maior desempenho na avaliação bienal imediatamente anterior à abertura de vaga no nível imediatamente superior.

Art. 60. A execução do procedimento e aferição da progressão funcional fica a cargo de departamento específico da secretaria do Tribunal de Justiça, nos termos a ser definido pelo Regulamento a ser editado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 61. Será conferida progressão funcional para fins de aposentadoria ou pensão caso o funcionário preencha os requisitos legais por ocasião da perda do vínculo com a administração.

## **TÍTULO IV**

### **Dos Direitos e das Vantagens**

#### **Capítulo I**

#### **Do Vencimento e da Remuneração**

Art. 62. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo com valor fixado em lei e correspondente ao nível de enquadramento do funcionário.

Art. 63. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.

Art. 64. Os funcionários ocupantes de cargo de provimento efetivo e de provimento em comissão perceberão seus vencimentos ou suas remunerações nos termos da lei que define o Plano de Cargos e Progressão do Poder Judiciário.

Parágrafo Único. Nenhum funcionário do Poder Judiciário terá remuneração superior ao subsídio percebido por Desembargador.

Art. 65. O funcionário perderá:

I – a remuneração do(s) dia(s) em que faltar ao serviço;

II – a remuneração correspondente ao turno da falta (manhã ou tarde);

III – 1/3 (um terço) da remuneração do dia, se comparecer ao serviço com atraso ou sair antecipadamente.

§ 1º Considera-se atraso o comparecimento ao serviço após o início do expediente até o máximo de uma hora, após o que será lançada falta do respectivo turno.

§ 2º Considera-se saída antecipada aquela que ocorrer antes do término do turno ou do período de trabalho.

§ 3º As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

§ 4º O funcionário poderá perder 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento ou da remuneração, no caso de aplicação de pena de suspensão convertida em multa, ficando obrigado a permanecer no serviço.

Art. 66 As faltas ao serviço, decorrentes de ordens judiciais dirigidas contra o funcionário, implicarão em:

I – redução da remuneração a 2/3 (dois terços) durante o afastamento por motivo de prisão cautelar;

II – redução da remuneração a metade durante o afastamento em virtude de decisão condenatória penal transitada em julgado, que não determine a perda do cargo.

§ 1º No caso do inciso I do *caput* deste artigo, o funcionário terá direito à integralização da remuneração se for absolvido em decisão definitiva.

§ 2º As reduções cessarão no dia em que o funcionário for posto em liberdade.

§ 3º O funcionário que for posto em liberdade nos termos deste artigo deverá retornar ao exercício de suas atribuições no dia seguinte à soltura.

Art. 67. O funcionário nomeado para cargo de provimento em comissão optará entre o vencimento de tal

cargo e a remuneração que recebe em razão de seu cargo efetivo, acrescida em 20% (vinte por cento) do valor símbolo do cargo comissionado.

§ 1º Em nenhuma hipótese a diferença remuneratória percebida pelo funcionário efetivo em razão do exercício de cargo em comissão será incorporada aos seus vencimentos.

§ 2º Aplica-se ao funcionário em disponibilidade nomeado para cargo de provimento em comissão o disposto no *caput* deste artigo como se na ativa estivesse.

Art. 68. Não incidirá desconto sobre o vencimento ou a remuneração, salvo por imposição legal, ordem judicial ou autorização escrita do funcionário, observando-se que, nesta última hipótese, a consignação do desconto fica a critério da Administração Pública.

Art. 69. As reposições e indenizações ao Erário Estadual serão descontadas em parcelas mensais, não excedentes a 10% (dez por cento) da remuneração.

§ 1º As reposições e indenizações serão previamente comunicadas ao funcionário e corrigidas pela média do INPC (IBGE) e IGP-DI (Fundação Getúlio Vargas) ou pela média dos índices que vierem a substituí-los e acrescidas de juros nos termos da lei civil.

§ 2º A reposição será integral e em parcela única quando o pagamento indevido tiver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha.

§ 3º Quando o funcionário for exonerado, dispensado ou demitido terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da perda do vínculo com a Administração Pública, para pagar o débito, sendo que o não pagamento implicará em inscrição em dívida ativa.

§ 4º As reposições derivadas de revogações de ordens judiciais que majoraram vencimentos ou remunerações deverão ser feitas em 30 (trinta) dias, a contar da data da notificação administrativa, sob pena de inscrição em dívida ativa.

§ 5º No caso de recebimento de valores indevidos a título de remuneração ou vencimento o funcionário comunicará, no prazo de 10 (dez) dias, à secretaria do Tribunal de Justiça, sob pena de caracterização de comportamento desleal para com a Administração Pública.

## Capítulo II

### Das Vantagens

#### Seção I

##### Disposições Preliminares

Art. 70. Poderão ser pagas ao funcionário as seguintes vantagens:

I – indenizações;

II – adicionais;

III – gratificações.

§1º As indenizações e as gratificações não se incorporam ao vencimento ou à remuneração.

§ 2º Excepcionam-se da hipótese do parágrafo 1º deste artigo as gratificações por insalubridade, periculosidade e risco de vida que se incorporam às remunerações nos termos deste estatuto.

§3º Os adicionais incorporam-se ao vencimento ou aos proventos, nos casos e condições indicados em lei.

§4º As vantagens não serão computadas nem acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

## Seção II

### Das Indenizações

Art. 71. Constituem indenizações:

I – ajuda de custo;

II – diárias;

III – transporte.

#### Subseção I

##### Da Ajuda de Custo

Art. 72. Ajuda de custo é a compensação das despesas do funcionário que em virtude de promoção, remoção ou relocação muda de domicílio para exercer as suas atribuições em caráter permanente em outra comarca.

§ 1º A ajuda de custo compreende as despesas do funcionário e de sua família com combustível ou passagem e do transporte de bagagens e de bens pessoais até o valor de uma remuneração mensal.

§ 2º A compensação será feita mediante comprovação documental das despesas nos termos do parágrafo 1º deste artigo.

§ 3º A ajuda de custo somente será realizada uma vez a cada intervalo mínimo de 02 (dois) anos, no caso de remoções ou promoções, conforme dispuser regulamento a ser editado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 4º A ajuda de custo em razão de relocação de ofício pela Administração Pública não possui o limite de tempo previsto no parágrafo 3º deste artigo e será regulamentada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 5º Não será devida ajuda de custo na hipótese de relocação a pedido do funcionário.

§ 6º O funcionário ficará obrigado a restituir integralmente a ajuda de custo recebida, no prazo de 10 (dez) dias, quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede, no prazo 30 (trinta) dias, ou ainda, pedir exoneração antes de completar 90 (noventa) dias de exercício na nova sede.

#### Subseção II

##### Das Diárias

Art. 73. O funcionário em serviço que se afastar por ordem da Administração Pública da sede de sua lotação, em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, terá

direito ao pagamento das passagens e de diárias destinadas a indenizar as despesas realizadas em razão do deslocamento.

§ 1º A diária é devida por dia de afastamento e terá valor arbitrado conforme regulamento a ser editado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, observado o seguinte:

I – valores fixos para alimentação e pernoite; e

II – a base de cálculo dos valores de alimentação e pernoite será estabelecida segundo o cargo, função e nível na carreira do funcionário.

§ 2º Quando o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o funcionário não terá direito a diárias.

Art. 74. O funcionário que receber diária e não se afastar da sede por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-la integralmente, no prazo de 02 (dois) dias.

Parágrafo Único. Na hipótese de o funcionário retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no *caput* deste artigo.

### Subseção III

#### Da Indenização de Transporte

Art. 75. Conceder-se-á indenização de transporte ao funcionário que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme dispuser regulamento a ser editado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único. A compensação será feita nos termos a serem fixados em regulamento.

### Seção III

#### Dos Adicionais

Art. 76. O funcionário ocupante de cargo de provimento efetivo terá acrescido aos vencimentos, a cada 05 (cinco) anos de efetivo exercício, 5% (cinco por cento) do valor do vencimento previsto para o nível do cargo que ocupa até completar 25% (vinte e cinco por cento), contados de forma linear.

Parágrafo Único. O acréscimo será imediato, inclusive para efeito de aposentadoria, pensão ou disponibilidade.

Art. 77. Ao completar 30 (trinta) anos de efetivo exercício, o funcionário terá direito ao acréscimo aos vencimentos do nível de seu cargo de 5% (cinco por cento) por ano excedente, até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento), contados de forma linear.

§ 1º A incorporação desses acréscimos será imediata, inclusive para efeito de aposentadoria, pensão ou disponibilidade.

§ 2º No cálculo e para efeito de pagamento do adicional referido nesta seção, não será considerada a soma ao vencimento de qualquer acréscimo de adicional anteriormente deferido.

### Seção IV

#### Das Gratificações

Art. 78. Conceder-se-á gratificação:

I – de função;

II – natalina (décimo terceiro salário);

III – de férias;

IV – de trabalho noturno;

V – pela prestação de serviço extraordinário;

VI – de insalubridade, de periculosidade ou de risco de vida;

VII – tempo integral e dedicação exclusiva.

Parágrafo Único. As gratificações dos incisos IV e V não serão devidas aos ocupantes de cargo de provimento em comissão.

#### Subseção I

##### Da Gratificação de Função

Art. 79. Gratificação de função é a correspondente ao exercício:

I – de representação de gabinete;

II – de chefia;

III – de assessoramento;

IV – de encargos especiais.

§ 1º A gratificação especial de assiduidade é devida ao funcionário que não faltar ao trabalho durante o mês e poderá ser cumulada com as referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º As gratificações referidas nos itens I a IV e no parágrafo 1º terão seus valores nominais e fixos definidos em lei.

§ 3º Os valores das gratificações passarão a ser pagos ao funcionário no final do mês de sua designação para o exercício de função, inclusive para o cálculo de gratificação natalina (décimo terceiro salário) e de férias.

§ 4º A gratificação do exercício de representação de gabinete é a devida em razão da lotação do funcionário em gabinete de magistrado que atue no âmbito do Tribunal de Justiça.

§ 5º As gratificações de chefia e de assessoramento são devidas pelo exercício de tais funções de confiança, conforme previsão estabelecida em regulamento que define a estrutura hierárquica da Secretaria do Tribunal de Justiça.

§ 6º A gratificação de encargos especiais é devida em razão do exercício das funções de assessoramento direto a cúpula do Tribunal de Justiça.

§ 7º As gratificações previstas nesta seção serão automaticamente canceladas nos casos de afastamentos por mais de 30 (trinta) dias, salvo no caso de licença à gestante.

### Subseção II

#### Da Gratificação Natalina (Décimo terceiro)

Art. 80. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração do funcionário no mês de dezembro, por mês de efetivo exercício no respectivo ano.

Parágrafo Único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Art. 81. O funcionário exonerado perceberá gratificação natalina, proporcional aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

Art. 82. A gratificação natalina será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Art. 83. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

### Subseção III

#### Da Gratificação de Férias

Art. 84. Será paga ao funcionário, por ocasião das férias, uma gratificação correspondente a 1/3 (um terço) da última remuneração.

Parágrafo Único. No caso de o funcionário exercer uma das funções previstas no artigo 79, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo da gratificação de que trata este artigo.

### Subseção IV

#### Da Gratificação de Trabalho Noturno

Art. 85. O serviço noturno será prestado em horário compreendido entre às 19h00min (dezenove horas) de um dia e às 7h00min (sete horas) do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como 52min30s (cinquenta e dois minutos e trinta segundos).

§ 1º O serviço noturno será prestado em 02 (dois) turnos de 06 (seis) horas com expediente das 19h00min (dezenove horas) à 01h00min (uma hora) e da 01h00min (uma hora) às 07h00min (sete horas).

§ 2º A autorização para a execução do serviço noturno será prévia e do Presidente do Tribunal de Justiça, ou do funcionário por ele designado para tal atribuição.

### Subseção V

#### Da Gratificação pela Prestação de Serviço Extraordinário

Art. 86. A gratificação pela prestação de serviço extraordinário se destina:

I – a remunerar os serviços prestados fora do período normal de trabalho a que estiver sujeito o funcionário;

II – ao exercício de atribuições diversas das inerentes ao seu cargo.

§ 1º A gratificação referida no *caput* deste artigo não pode ser cumulada com outra de igual natureza.

§ 2º A autorização para a execução do serviço extraordinário será prévia e do Presidente do Tribunal de Justiça, ou do funcionário por ele designado para tal atribuição.

Art. 87. O serviço será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, calculada com base em 1/30 (um trinta avos) da remuneração mensal do funcionário dividida pelo número de horas do seu expediente normal.

Parágrafo Único. O valor total da gratificação paga por mês pela prestação de serviço extraordinário não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal do funcionário.

Art. 88. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de duas horas por dia de trabalho.

Art. 89. A gratificação extraordinária prevista no inciso II do artigo 86 será paga pelo secretariado das sessões de julgamento das câmaras, das seções cíveis e seções criminais, e pela participação em comissões permanentes previstas na Lei Estadual nº 14277/03 e temporárias instituídas pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único. O valor da gratificação prevista no *caput* deste artigo será definido em lei.

### Subseção VI

#### Da Gratificação de Insalubridade, de Periculosidade ou de Risco de Vida

Art. 90. Os funcionários que trabalhem com habitualidade em locais em que haja risco de vida, sejam insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou radioativas, perceberão gratificação calculada sobre o vencimento do nível do cargo que ocupam.

§ 1º As gratificações de insalubridade e de periculosidade não são cumuláveis, devendo ser paga a de maior valor.

§ 2º O direito à gratificação de insalubridade ou de periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão e no caso de afastamento do serviço por mais de 30 (trinta) dias.

§ 3º No caso de concessão de licença-maternidade, cessará o direito à gratificação com o afastamento por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 91. Haverá permanente controle da atividade de funcionários em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo Único. A funcionária gestante ou lactante será afastada das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

Art. 92. De acordo com o grau de insalubridade a que o funcionário estiver exposto o percentual da gratificação será fixado em 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento), ou 40% (quarenta por cento) do valor do vencimento do nível básico do cargo.

Parágrafo Único. Para a definição do grau de insalubridade conforme a natureza da exposição será observada a legislação específica.

Art. 93. Pelo desempenho de atividades com risco de vida o funcionário perceberá gratificação no percentual de 33,33% (trinta e três vírgula três por cento) do valor do vencimento do nível básico do cargo.

§ 1º É condição para a concessão da gratificação referida no *caput* que o funcionário atue em primeiro grau de jurisdição, em trabalho interno ou externo, e em secretarias ou varas com atribuição nas áreas criminal, penal, correção dos presídios, adolescentes infratores, delitos de trânsito.

§ 2º Os funcionários que atuarem em primeiro grau de jurisdição em cumprimento de mandados e ordens judiciais com trabalho externo será concedida a gratificação independentemente da área de atribuição da secretaria ou vara.

§ 3º Cessada a atuação no âmbito da vara ou da secretaria ou na forma indicadas nos parágrafos anteriores será imediatamente revogada a concessão da gratificação de risco de vida.

§ 4º O Presidente do Tribunal de Justiça regulamentará a concessão da gratificação de risco de vida.

### Subseção VII

#### Da Gratificação de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva

Art. 94. Considera-se regime de tempo integral o exercício da atividade funcional sob dedicação exclusiva, ficando o funcionário proibido de exercer cumulativamente outro cargo, função ou atividade particular de caráter profissional ou público de qualquer natureza.

§ 1º Não se compreendem na proibição deste artigo:

I – o exercício em um órgão de deliberação coletiva, desde que relacionado com o cargo exercido em tempo integral;

II – as atividades que, sem caráter de emprego se destinam a difusão e aplicação de idéias e conhecimentos, excluídas as que prejudiquem ou impossibilitem a execução das tarefas inerentes ao regime de tempo integral;

III – a prestação de assistência não remunerada a outros serviços, visando à aplicação de conhecimentos

técnicos ou científicos, quando solicitado através da repartição a que pertence o funcionário.

§ 2º O regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva poderá ser aplicado, no interesse da Administração Pública e na forma definida em lei:

I – aos que exerçam atividades de natureza técnica;

II – ao ocupante de cargo ou função que envolva responsabilidade de direção, chefia ou assessoramento;

III – ao conjunto de funcionários de determinadas unidades administrativas ou de setores das mesmas, quando a natureza do trabalho o exigir.

§ 3º Em casos excepcionais, devidamente justificados, o regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva poderá ser aplicado, individualmente, a qualquer funcionário que esteja incluído numa das hipóteses indicadas neste artigo e na forma definida em lei.

§ 4º O regime de trabalho, a que se refere o *caput* deste artigo, poderá ser aplicado em caráter obrigatório, conforme dispuser a lei, tendo em vista a essencialidade, complexidade e responsabilidade de determinadas funções, cargos ou atribuições, bem como as condições e a natureza do trabalho das unidades administrativas correspondentes.

§ 5º O funcionário que estiver legalmente acumulando cargos e for colocado em regime de tempo integral em razão de um dos cargos, será automaticamente afastado do outro, com perda de vencimentos e demais vantagens financeiras, a partir da data em que assinar o competente termo de compromisso. Deverá também observar ao seguinte:

I – quando ocupar cargo de provimento em comissão, em razão do qual tenha sido submetido ao regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, ficará automaticamente afastado do cargo ou cargos que vinha exercendo antes daquela investidura, com perda dos respectivos vencimentos e demais vantagens financeiras, sem prejuízo de contagem de tempo;

II – cessada a sujeição ao regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, reassumirá, automaticamente, o cargo ou os cargos, dos quais houver sido afastado, observadas as disposições legais sobre a reassunção do exercício;

III – aquele que ocupar mais de um cargo, mediante acumulação legalmente permitida, e estiver submetido ao regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, poderá, ao passar à inatividade, optar pela situação que mais lhe convier, observado o disposto em lei, sendo vedada a acumulação dos benefícios em ambos os cargos, a qualquer título.

§ 6º Pelo exercício de cargo em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, perceberá o funcionário gratificação mensal indivisível, com forma de fixação do valor definida em lei.

§ 7º O regime de tempo integral obriga a um mínimo de horas equivalente ao do expediente, sem prejuízo de permanecer o funcionário à disposição do órgão

em que estiver em exercício, sempre que as necessidades do serviço assim o exigirem.

§ 8º O funcionário colocado em regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva assinará termo de compromisso, em que declare vincular-se ao regime, obrigando-se a cumprir os horários estabelecidos.

§ 9º Verificada em processo administrativo a quebra do compromisso decorrente do regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, o funcionário ficará sujeito à pena de demissão, sem prejuízo da responsabilidade criminal e civil.

§ 10 A gratificação de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva não poderá ser cumulada com as gratificações por serviço extraordinário e de trabalho noturno.

### Capítulo III

#### Das Férias

Art. 95. Após cada período de 12 (doze) meses de efetivo exercício, o funcionário terá direito a férias, que podem ser cumuladas por até 02 (dois) períodos, por comprovada necessidade de serviço, observada a seguinte proporção:

I – 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço por mais de 05 (cinco) vezes no período aquisitivo;

II – 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 06 (seis) a 14 (quatorze) faltas no período aquisitivo;

III – 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas no período aquisitivo;

IV – 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas no período aquisitivo.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de efetivo exercício.

§ 2º A escala de férias dos funcionários lotados na Secretaria do Tribunal de Justiça será organizada pelo Chefe de cada Divisão ou Departamento, e pelo Juiz de Direito Diretor do Fórum para os demais casos.

§ 3º É vedado compensar dias de faltas com os de férias.

§ 4º As férias poderão ser parceladas, desde que assim requeridas pelo funcionário, e no interesse da Administração Pública.

Art. 96. Não terá direito a férias o funcionário que, no curso do período aquisitivo, deixar de trabalhar, com percepção do vencimento ou da remuneração, por mais de 30 (trinta) dias, em virtude de paralisação parcial ou total do serviço público;

Parágrafo Único. Na hipótese de cessação do vínculo com a Administração Pública será devida ao funcionário indenização de férias não-gozadas, integrais ou proporcionais, calculadas com base no vencimento anterior ao ato do desligamento.

### Capítulo IV

#### Do Salário-família

Art. 97. O salário-família é devido no valor fixado na legislação federal, mensalmente, ao funcionário ativo ou inativo que receba vencimento igual ou inferior a 01 (um) salário-mínimo nacional, na proporção do número de dependentes econômicos.

Parágrafo Único. Consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família:

I – o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 18 (dezoito) anos de idade ou, se estudante, até 24 (vinte e quatro) anos ou, se inválido, de qualquer idade;

II – o menor de 18 (dezoito) anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do funcionário, ou do inativo;

III – a mãe e o pai sem economia própria.

Art. 98. Não se configura a dependência econômica quando o beneficiário do salário-família perceber rendimento de trabalho ou de qualquer outra fonte, inclusive pensão ou provento da aposentadoria, em valor igual ou superior ao salário-mínimo.

Art. 99. Quando o pai e a mãe forem funcionários públicos e viverem em comum, o salário-família será pago a um deles; quando separados, será pago a um e outro, de acordo com a distribuição dos dependentes.

Parágrafo Único. Equiparam-se ao pai e à mãe o padrasto, a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Art. 100. O salário-família não está sujeito a qualquer tributo estadual, nem servirá de base para qualquer contribuição estadual, inclusive para o sistema previdenciário.

Art. 101. As licenças concedidas ao funcionário não acarretam a suspensão do pagamento do salário-família, excepcionada a hipótese para tratamento de interesses particulares.

### Capítulo V

#### Do Auxílio Funeral

Art. 102. À pessoa que provar ter feito despesas com o funeral do funcionário será paga a importância correspondente até 01 (um) mês de remuneração do falecido para o respectivo ressarcimento.

§ 1º O pagamento correrá pela dotação própria à remuneração do funcionário falecido, não podendo, por esse motivo, novo ocupante entrar em exercício antes do transcurso de 30 (trinta) dias da data do óbito.

§ 2º O requerimento de pagamento será apresentado na Secretaria do Tribunal de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do funeral e será instruído

com a documentação comprobatória das despesas e com a certidão de óbito.

Art. 103. Em caso de acumulação legal de cargos do estado do Paraná, o auxílio funeral corresponderá ao pagamento do cargo de maior vencimento do funcionário falecido.

Art. 104. Com base na mesma dotação, forma e prazo referidos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 102 será concedido transporte ou meios para mudança à família do funcionário, quando este falecer fora do estado do Paraná, no desempenho do cargo ou de serviço.

## Capítulo VI

### Das Licenças

#### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 105. Ao(a) funcionário(a) conceder-se-á licença:

- I – para tratamento de saúde;
- II – por motivo de doença em pessoa da família;
- III – à gestante, à paternidade e à adotante;
- IV – para acompanhar o cônjuge ou o companheiro;
- V – para o serviço militar;
- VI – para atividade política e para exercício de mandato eletivo;
- VII – para capacitação, frequência de cursos e horário especial;
- VIII – para tratar de interesses particulares;
- IX – para o desempenho de mandato classista;
- X – especial;
- XI – para missão ou estudo no exterior.

Parágrafo Único. Os pedidos de licença devem ser instruídos com os documentos que comprovem os respectivos fundamentos, sob pena de indeferimento liminar, salvo nas hipóteses em que seja necessária inspeção médica para constatação do respectivo motivo.

Art. 106. A competência para o exame e a deliberação sobre os pedidos de licenças previstas no artigo 105 é do Presidente do Tribunal de Justiça, que poderá delegar tal atribuição às autoridades e aos funcionários que lhes sejam subordinados.

§ 1º O funcionário em gozo de licença comunicará ao seu Chefe imediato o local em que poderá ser encontrado.

§ 2º O tempo necessário à inspeção médica será sempre considerado como período de licença.

#### Seção II

##### Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 107. Será concedida ao funcionário licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica.

Art. 108. Para licença de até 30 (trinta) dias, a inspeção será feita por médico do Tribunal de Justiça e, por prazo superior, será efetivada por junta médica oficial.

§ 1º Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do funcionário ou no estabelecimento hospitalar em que se encontrar internado.

§ 2º Inexistindo médico do Quadro no local em que se encontra lotado o funcionário será aceito atestado firmado por médico particular.

§ 3º No caso do parágrafo 2º deste artigo, o atestado somente produzirá efeitos depois de homologado pelo setor médico do Tribunal de Justiça, pelas autoridades ou pelos funcionários nos termos do artigo 106 deste estatuto.

§ 4º Não homologado o atestado ou indeferido o pedido de licença, o funcionário reassumirá imediatamente o exercício de suas atribuições, sendo considerados os dias que deixou de comparecer ao serviço como faltas ao trabalho, por haver alegado doença.

§ 5º O funcionário que no período de 12 (doze) meses atingir o limite de 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, consecutivos ou não, para a concessão de nova licença, independentemente do prazo de sua duração, será submetido à inspeção por junta médica oficial.

Art. 109. O funcionário não permanecerá em licença para tratamento de saúde por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, contados ainda que interpoladamente, exceto nos casos considerados recuperáveis pela junta médica, que poderá prorrogá-lo motivadamente e por período certo.

Parágrafo Único. Decorrido o prazo do *caput* deste artigo, o funcionário será submetido à nova inspeção, sendo aposentado se julgado definitivamente inválido para o serviço público em geral e não puder ser readaptado.

Art. 110. Em casos de doenças graves, contagiosas ou não, que imponham cuidados permanentes, poderá a junta médica, se considerar o doente irrecuperável, recomendar como resultado da inspeção a imediata aposentadoria.

Parágrafo Único. Na hipótese de que trata o *caput* deste artigo e o parágrafo único do artigo 109, a inspeção será feita por uma junta médica de pelo menos 03 (três) médicos.

Art. 111. No processamento das licenças para tratamento de saúde, será observado o devido sigilo sobre os laudos e os atestados médicos.

Art. 112. No curso de licença para tratamento de saúde, o funcionário abster-se-á de atividades remuneradas, sob pena de interrupção da licença com perda total do vencimento ou da remuneração, até que reassuma o cargo, e de responder a processo administrativo disciplinar.

Art. 113. Licenciado para tratamento de saúde, por acidente no exercício de suas atribuições ou por doença profissional, o funcionário recebe integralmente o vencimento ou a remuneração com as vantagens inerentes ao cargo.

Art. 114. O funcionário acidentado no exercício de suas atribuições, ou acometido de doença profissional, será posto em licença a requerimento ou de ofício para o respectivo tratamento.

§ 1º Entende-se por doença profissional a que se deva atribuir, com relação de causa e efeito, às condições inerentes ao serviço e aos fatos ocorridos em razão do seu desempenho.

§ 2º Acidente é o evento danoso que tenha como causa, mediata ou imediata, o exercício de atribuições inerentes ao cargo.

§ 3º Considera-se também acidente a agressão sofrida e não provocada pelo funcionário no exercício de suas atribuições ou em razão delas.

§ 4º A comprovação do acidente, indispensável para a concessão da licença, deve ser feita em procedimento próprio, no prazo de 08 (oito) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 115. O funcionário que apresentar indícios de lesões orgânicas ou funcionais será submetido à inspeção médica e não poderá recusá-la sob pena de suspensão de pagamento dos vencimentos ou da remuneração, até que ela seja realizada, e de responder a processo administrativo disciplinar.

Parágrafo Único. Consideram-se doenças determinantes do licenciamento compulsório para tratamento de saúde do funcionário a tuberculose ativa, a hanseníase, a alienação mental, a neoplasia maligna, a cegueira posterior ao ingresso no serviço público, a paralisia irreversível e incapacitante, a cardiopatia grave, a doença de Parkinson, a espondiloartrose anquilosante, a nefropatia grave, o estado avançado do mal de Paget (osteíte deformante), a síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS), a esclerose múltipla, a contaminação de radiação e outras que forem indicadas em lei, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade, com base na medicina especializada.

Art. 116. No curso da licença, poderá o funcionário requerer inspeção médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício de suas atribuições ou com direito à aposentadoria.

Art. 117. Considerado apto em inspeção médica, o funcionário reassumirá o exercício, sob pena de serem computados os dias de ausência como faltas.

### Seção III

#### Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 118. Será concedida licença ao funcionário por motivo de doença do cônjuge ou de companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou da madrasta e de enteado, ou de dependente que viva às suas expensas e conste na sua ficha funcional, mediante comprovação por junta médica oficial.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do funcionário for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§ 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração, por até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, mediante laudo de junta médica oficial e, excedendo estes prazos, sem remuneração, por até 90 (noventa) dias consecutivos ou não, compreendidos no período de 24 (vinte e quatro) meses, contados ainda que interpoladamente.

§ 3º Durante a fruição da licença por motivo de doença em pessoa da família o funcionário não exercerá nenhuma atividade remunerada, sob pena de interrupção da licença e de responder a processo administrativo disciplinar.

### Seção IV

#### Da Licença à Gestante, à Paternidade e à Adotante

Art. 119. À funcionária gestante será concedida, mediante atestado médico, licença por 120 (cento e vinte) dias, com percepção de vencimento ou remuneração com demais vantagens legais.

§ 1º A funcionária gestante, quando em serviço de natureza braçal, será aproveitada em função compatível com o seu estado, a contar do primeiro dia do quinto mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica, sem prejuízo do direito à licença de que trata esta seção.

§ 2º A licença poderá, a pedido da funcionária gestante, ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 3º Na hipótese de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 4º No caso de natimorto, a funcionária ficará licenciada por 30 (trinta) dias a contar do evento, decorridos os quais, será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício de suas atribuições.

§ 5º No caso de aborto atestado por médico, a funcionária terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 120. Para amamentar o próprio filho até a idade de 06 (seis) meses, a funcionária lactante terá, durante a jornada de trabalho, duas horas de descanso.

que poderá ser parcelada em 02 (dois) períodos de uma hora.

Art. 121. À funcionária que adotar ou tiver concedida guarda judicial para fins de adoção será concedida licença nos seguintes prazos:

I – de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver de 0 (zero) a 30 (trinta) dias;

II – de 90 (noventa) dias, se a criança tiver de 02 (dois) meses incompletos a 06 (seis) meses;

III – de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver de 07 (sete) meses incompletos a 02 (dois) anos;

IV – de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 03 (três) anos incompletos a 06 (seis) anos.

§ 1º Considera-se a idade da criança à época de sua entrega à mãe adotiva.

§ 2º Findo o prazo de licença, a mãe adotante deverá retornar ao trabalho, sendo improrrogável a licença.

Art. 122. Pelo nascimento ou adoção de filhos, o funcionário terá direito à licença-paternidade de 05 (cinco) dias consecutivos.

### Seção V

#### Da Licença para Acompanhar o Cônjuge ou o Companheiro

Art. 123. Será concedida licença ao funcionário(a) para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) que for deslocado(a) de ofício pela Administração Pública para outro ponto do território nacional ou exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º A licença será por prazo indeterminado e sem vencimento ou remuneração.

§ 2º No deslocamento do(a) funcionário(a) poderá haver exercício provisório em órgão ou entidade da Administração do estado do Paraná, inclusive autárquica ou fundacional, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo.

§ 3º Independentemente do regresso do(a) cônjuge ou do(a) companheiro(a), o(a) funcionário(a) poderá requerer, a qualquer tempo, o retorno ao exercício de suas atribuições, o que lhe será deferido observados os requisitos dos artigos 29 a 34 deste estatuto.

§ 4º Para acompanhar o (a) cônjuge ou o (a) companheiro(a) poderá ser aplicado o disposto no artigo 140 deste estatuto ao invés da licença de que trata esta seção.

### Seção VI

#### Da Licença para o Serviço Militar

Art. 124. Ao funcionário convocado para o serviço militar será concedida licença sem vencimento ou remuneração na forma e nas condições previstas na legislação

específica e mediante documento comprovante da incorporação.

Parágrafo Único. Concluído o serviço militar, o funcionário terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

Art. 125. Será concedida licença sem remuneração ou vencimento ao funcionário que tiver feito curso para oficial da reserva das forças armadas durante os estágios prescritos nos regulamentos militares.

### Seção VII

#### Da Licença para Atividade Política e para o Exercício de Mandato Eletivo

Art. 126. O funcionário poderá ser licenciado, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º O funcionário candidato a cargo eletivo que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será licenciado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2º A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição o funcionário será licenciado, assegurada percepção dos vencimentos do cargo efetivo.

Art. 127. O funcionário ficará licenciado do cargo em decorrência do exercício de mandato eletivo:

I – federal, estadual ou distrital;

II – de Prefeito, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do cargo que ocupa;

III – de Vereador, e havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso II deste artigo.

§ 1º Em qualquer caso que exija o licenciamento para o exercício do cargo eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção ou progressão funcional por merecimento.

§ 2º Para efeito de benefício previdenciário, no caso do licenciamento, os valores serão determinados como se no exercício estivessem.

§ 3º Será computado integralmente o tempo de exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como as contribuições feitas para instituições oficiais de previdência social brasileira.

§ 4º A contagem recíproca estabelecida no parágrafo 3º deste artigo atenderá ao disposto na Lei Estadual nº 12398 de 30/12/98 e na Lei Federal nº 9717 de 27/11/98.

§ 5º O funcionário investido em mandato eletivo não poderá ser relotado de ofício para localidade diversa daquela em que exerce o mandato.

§ 6º O funcionário deverá reassumir o exercício de seu cargo no Poder Judiciário no primeiro dia útil subsequente:

I – ao trânsito em julgado da decisão da Justiça Eleitoral que indeferiu o registro de sua candidatura ou homologou a sua desistência;

II – após o decurso do prazo de que trata o parágrafo 2º do artigo 126, caso seja confirmado o registro de sua candidatura;

III – ao da apresentação de sua desistência à candidatura.

§ 7º A inobservância do disposto no parágrafo 6º deste artigo implicará em falta ao serviço.

§ 8º A licença e o retorno do funcionário ao exercício de suas atribuições deverão ser comunicados à Presidência do Tribunal de Justiça no prazo de 15 (quinze) dias, contados, respectivamente, de seu início e das datas previstas no parágrafo 6º deste artigo.

### Seção VIII

#### Da Licença para Capacitação e Frequência de Cursos e do Horário Especial

Art. 128. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o funcionário ocupante de cargo efetivo poderá, no interesse e a critério da administração, licenciar-se com a respectiva remuneração, por até 03 (três) meses, para participar ou completar requisitos de curso de capacitação profissional correlatos às responsabilidades e às atribuições do cargo que ocupa.

Parágrafo Único. Os períodos de licença de que trata o *caput* deste artigo não são acumuláveis.

Art. 129. O funcionário que usufruir da licença prevista no artigo 128 será obrigado a restituir os valores percebidos como remuneração durante o respectivo período, no caso de ocorrer sua exoneração no prazo de 02 (dois) anos, a contar do término do tal benefício.

Art. 130. O funcionário que for estudante em cursos de formação até o grau universitário, incluídos os de pós-graduações, desde que ministrados na localidade da lotação, terá horários especiais de trabalho que possibilitem a frequência ao curso, condicionados à possibilidade e à realização das necessárias compensações a perfazerem a carga horária normal de trabalho.

§ 1º Será deferido horário especial somente por uma vez para a realização de 01 (um) curso técnico, 01 (um) de graduação, 01 (um) de especialização, 01 (um) de mestrado e 01 (um) de doutorado, observado o período de regular duração de cada um deles.

§ 2º O funcionário beneficiário de horário especial não terá direito a qualquer gratificação ou aumento de

vencimentos ou remuneração por trabalho fora do horário normal de expediente.

§ 3º Será concedido horário especial ao funcionário portador de necessidades especiais quando atestado por junta médica, independentemente de compensação de horário, observado o disposto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 4º O Presidente do Tribunal de Justiça definirá os funcionários competentes a deliberar sobre os pedidos de horários especiais.

### Seção IX

#### Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 131. A critério da administração poderão ser concedidas ao funcionário ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos.

§ 1º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do funcionário ou no interesse do serviço, devendo o funcionário, nesta última hipótese, reassumir suas atribuições no prazo de 30 (trinta) dias depois de notificado, sob pena de responder administrativamente por abandono de cargo.

§ 2º O tempo de afastamento em razão da fruição da licença de que trata esta seção não será computado para qualquer efeito legal.

Art. 132. Não será concedida a licença de que trata esta seção ao funcionário que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar.

### Seção X

#### Da Licença para Desempenho de Mandato Classista

Art. 133. É assegurado ao funcionário efetivo licença com remuneração para o desempenho de mandato em associação de classe ou sindicato representativo da categoria de funcionários:

I – para entidades com até 500 (quinhentos) associados, 01 (um) funcionário;

II – para entidades com 501 (quinhentos e um) a 1000 (mil) associados, 02 (dois) funcionários;

III – para entidades com 1001 (mil e um) a 1500 (mil e quinhentos) associados, 03 (três) funcionários;

IV – para entidades com mais de 1501 (mil e quinhentos e um) associados, será liberado mais um dirigente, a cada (500) quinhentos associados excedentes a tal número, até o limite de oito.

§ 1º Somente poderão ser licenciados funcionários eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, desde que cadastradas em Ministério da Administração Pública Federal nos termos da legislação federal.

§ 2º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada por uma única vez no caso de

reeleição, e será computado o tempo de afastamento para todos os efeitos legais.

§ 3º O funcionário investido em mandato classista não poderá ser relotado de ofício para localidade diversa daquela em que exerce o mandato.

### Seção XI

#### Da Licença Especial

Art. 134. O funcionário estável que durante 10 (dez) anos não se afastar do exercício de suas funções terá direito à licença especial de 06 (seis) meses, por decênio, com percepção de vencimento ou remuneração.

Parágrafo Único. Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao funcionário estável que requerer conceder-se-á licença especial de 03 (três) meses com vencimento ou remuneração.

Art. 135. Não podem gozar de licença especial, simultaneamente, o funcionário e o seu substituto legal; se requeridas para períodos coincidentes, ainda que parcialmente, a preferência para a fruição é daquele que tenha mais tempo de serviço público estadual.

Parágrafo Único. Na mesma repartição não poderão usufruir de licença especial, simultaneamente, funcionários em número superior à sexta parte do total do respectivo Quadro de lotação e, quando o número de funcionários for inferior a 06 (seis), somente 01 (um) deles poderá entrar em licença especial. Em ambos os casos, a preferência será estabelecida na forma prevista no *caput* deste artigo.

Art. 136. É vedada a conversão da licença de que trata esta Subseção em pecúnia.

### Seção XII

#### Da Licença para Estudo ou Missão no Exterior

Art. 137. Somente o funcionário estável e efetivo poderá ausentar-se do país para estudo ou missão oficial desde que autorizado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 1º A ausência não excederá a 02 (dois) anos, e finda a missão ou o estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.

§ 2º Ao funcionário beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração, bem como as licenças para tratar de interesses particulares, para capacitação ou especial, antes de decorrido período igual ao da licença.

§ 3º As hipóteses, condições e formas para a concessão da licença de que trata esta seção, inclusive no que se refere à percepção de vencimentos ou de remuneração do funcionário estável e efetivo serão disciplinadas em regulamento a ser editado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 138. O licenciamento de funcionário estável e efetivo para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com perda total da remuneração.

### Capítulo VII

#### Dos Afastamentos

Art. 139. Serão concedidos os seguintes afastamentos do exercício das atribuições aos funcionários, sem prejuízo dos vencimentos ou das remunerações, para:

I – trânsito, conforme prazos estabelecidos nos parágrafos 3º e 4º do artigo 38 deste estatuto;

II – casamento, por 08 (oito) dias;

III – luto por falecimento de cônjuge ou companheiro, filho ou enteado, pai ou padrasto, mãe ou madrastra, irmão, por 08 (oito) dias;

IV – júri e outros serviços obrigatórios por lei;

V – doar sangue, por 01 (um) dia a cada 12 (doze) meses de trabalho;

VII – alistamento como eleitor, por 02 (dois) dias.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no *caput* deste artigo haverá compensação de horários respeitada a duração máxima semanal do trabalho de 40 (quarenta) horas.

### Capítulo VIII

#### Da Cessão para servir a outro Órgão ou Entidade Pública

Art. 140. O funcionário efetivo e estável poderá ser cedido para outro órgão ou outra entidade da Administração Direta ou Indireta dos Poderes da união, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, nas seguintes hipóteses:

I – para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

II – em casos previstos em leis específicas.

§ 1º Na hipótese do inciso I do *caput* deste artigo, sendo a cessão para órgãos ou entidades de outros estados, da união, do Distrito Federal ou dos municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou da entidade cessionária, inclusive no que se referem às contribuições previdenciárias.

§ 2º O funcionário cedido ao órgão, à empresa pública ou à sociedade de economia mista do estado do Paraná, nos termos das respectivas normas, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo ou pela remuneração do cargo efetivo acrescida de percentual da retribuição do cargo em comissão.

§ 3º A entidade cessionária efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo cedente a qualquer título, inclusive no que toca à diferença derivada da opção referida no parágrafo 2º deste artigo.

§ 4º A cessão far-se-á a critério do Presidente do Tribunal de Justiça por prazo certo, não superior a 01

(um) ano, e mediante Portaria publicada no Diário da Justiça.

§ 5º A contagem de tempo de serviço do funcionário cedido para fins previdenciários obedecerá às normas contidas na Lei Estadual nº 12398 de 30/12/98.

### Capítulo IX

#### Da Aposentadoria, do Tempo de Serviço e da Contribuição Previdenciária

Art. 141. A aposentadoria sob qualquer modalidade se dará nos prazos e nas formas previstas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Federal nº 9717 de 27/11/98 e na Lei Estadual nº 12398 de 30/12/98 e suas alterações subsequentes.

§ 1º Os valores a serem pagos em razão das aposentadorias são os definidos nas mencionadas normas e têm por base as remunerações com forma de fixação e incorporações de vantagens previstas neste estatuto.

§ 2º O sistema de seguridade dos dependentes e dos funcionários inativos do Poder Judiciário é o previsto na Lei Estadual nº 12398 de 30/12/98 e nas suas alterações subsequentes.

### Capítulo X

#### Do Direito de Petição

Art. 142. É assegurado ao funcionário o direito de petição em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder contra si praticado.

Art. 143. A petição será dirigida à autoridade da qual emanou o ato impugnado ou a que for competente para deliberar sobre o pleito concessivo de direito.

Art. 144. Cabe pedido de reconsideração dirigido à autoridade que houver proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo Único. A impugnação, o requerimento e o pedido de reconsideração de que trata o *caput* deste artigo e os artigos 142 e 143 deste estatuto deverão ser despachados no prazo de 05 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 145. Caberá recurso com efeito devolutivo do indeferimento do pedido de reconsideração e da decisão do primeiro recurso.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, ao Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º O Presidente do Tribunal de Justiça poderá delegar poderes aos funcionários imediatamente subordinados para a apreciação dos recursos de sua competência.

§ 3º O prazo para deliberar sobre os recursos é de 30 (trinta) dias.

Art. 146. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 15 (quinze) dias, a

contar da publicação ou da ciência da decisão pelo interessado.

Art. 147. O recurso será recebido com efeito suspensivo pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ou pela autoridade a quem cabe a atribuição do respectivo julgamento, no caso de risco de lesão grave e de difícil reparação.

Parágrafo Único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 148. O direito de peticionar prescreve:

I – em 05 (cinco) anos, a contar dos atos que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações com a administração do Poder Judiciário;

II – em 02 (dois) anos, a contar da demissão, da cassação de aposentadoria ou da cassação de disponibilidade;

II – em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo Único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado quando se der antes da publicação.

Art. 149. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 150. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Art. 151. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista de autos e de documento, na repartição, ao funcionário ou ao procurador por ele constituído.

## TÍTULO V

### Do Regime Disciplinar

#### Capítulo I

##### Disposições Gerais

#### Seção I

##### Da Cumulação de Cargos

Art. 152. Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções e abrange autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade ou pensão paga a partir de valores de órgão ou entidade previdenciária pública,

salvo quando os cargos ou empregos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Art. 153. O funcionário não poderá exercer mais de um cargo em comissão ou mais de uma função gratificada prevista no *caput* do artigo 79 deste estatuto.

Art. 154. O funcionário vinculado ao regime deste estatuto, que acumular lícitamente 02 (dois) cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e de local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou das entidades envolvidas.

Art. 155. É vedado o exercício gratuito de função ou cargo remunerado.

Parágrafo Único. A vedação contida no *caput* deste artigo não abrange os funcionários aposentados no desempenho de serviço voluntário como conciliador ou para cumprir tarefas especiais, desde que devidamente autorizados pelo Presidente do Tribunal de Justiça ou por quem ele designar para tal atribuição.

## Seção II Dos Deveres

Art. 156. São deveres do funcionário:

- I – assiduidade;
- II – pontualidade;
- III – urbanidade;
- IV – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- V – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- VI – lealdade e respeito às instituições a que servir;
- VII – observar as normas legais e regulamentares;
- VIII – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- IX – atender com presteza:
  - a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo;
  - b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
  - c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;
- X – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- XI – zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
- XII – guardar sigilo sobre assunto da repartição;
- XIII – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;
- XIV – atender prontamente às convocações para serviços extraordinários;
- XV – zelar pela manutenção atualizada dos seus dados cadastrais perante a Administração Pública;

XVI – apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme determinado;

XVII – proceder na vida pública e na vida privada de forma a dignificar o cargo ou a função que exerce;

XVIII – cumprir os prazos previstos para a prática dos atos que lhe são afetos ou que forem determinados pela autoridade administrativa ou judiciária a que estiver vinculado;

XIX – comunicar à Secretaria do Tribunal de Justiça e restituir imediatamente os valores que perceber indevidamente como remuneração;

XX – freqüentar os cursos instituídos pela administração do Tribunal de Justiça para aperfeiçoamento ou especialização;

XXI – submeter-se à inspeção médica quando determinada pela autoridade competente.

§ 1º A representação de que trata o inciso XIII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada por autoridade superior àquela contra a qual é formulada.

§ 2º Será dispensado da freqüência a cursos de aperfeiçoamento ou especialização o funcionário que comprovar relevante motivo que o impeça.

§ 3º A freqüência e o aproveitamento a cursos de aperfeiçoamento ou especialização será considerada para a progressão e a promoção funcional.

## Seção III Das Proibições

Art. 157. Ao funcionário é proibido:

- I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do Chefe imediato;
- II – retirar qualquer documento ou objeto da repartição sem prévia anuência da autoridade competente;
- III – recusar fé a documentos públicos;
- IV – opor resistência injustificada ao encaminhamento de documento, ao andamento de processo ou à execução de serviço;
- V – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;
- VI – cometer a pessoa estranha ao Quadro da repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- VII – coagir ou aliciar subordinados no sentido de se filiarem à associação profissional ou sindical, ou a partido político;
- VIII – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;
- IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou para outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- X – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, salvo a participação em sociedade cooperativa constitu-

ida para prestar serviços a seus membros, e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista ou cotista;

XI – atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

XII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer para o desempenho de suas atribuições;

XIII – aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV – praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV – proceder de forma desidiosa;

XVI – utilizar pessoal ou recursos materiais do Poder Público em serviços ou atividades particulares;

XVII – cometer a outro funcionário atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou da função e com o horário de trabalho;

XIX – recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XX – referir-se de modo depreciativo em qualquer escrito ou por palavras às autoridades constituídas e aos atos administrativos por ela praticados, ressalvada a análise técnica e doutrinária em trabalho de natureza acadêmica;

XXI – deixar de comparecer ao serviço sem justificativa aceita pela administração;

XXII – tratar de assuntos particulares na repartição durante o horário de expediente;

XXIII – empregar materiais e bens do Poder Judiciário ou à disposição deste em serviço ou atividade estranha às funções públicas;

XXIV – manter domicílio ou residência fora da localidade de sua lotação;

XXV – acumular cargos ou funções, observados os permissivos constitucionais e legais.

#### Seção IV

##### Das Responsabilidades

Art. 158. O funcionário responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 159. As responsabilidades e sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 160. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros.

§ 1º A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário será liquidada na forma prevista no artigo 69, sem prejuízo da execução do débito pela via judicial.

§ 2º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o funcionário perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada até o limite do valor da herança recebida.

Art. 161. A responsabilidade penal abrange os crimes e as contravenções imputadas ao funcionário, nessa qualidade.

Art. 162. A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou da função.

Art. 163. A responsabilidade administrativa do funcionário será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou de sua autoria.

#### Capítulo II

##### Do Sistema Disciplinar dos Funcionários de 1º Grau de Jurisdição

##### Seção I

##### Das Disposições Gerais

Art. 164. Aos funcionários do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, aos Secretários do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, aos Secretários de Turma Recursal do Juizado Especial, aos Secretários do Juizado Especial, aos Oficiais de Justiça do Juizado Especial, aos Auxiliares de Cartório do Juizado Especial, aos Auxiliares Administrativos do Juizado Especial e aos Contadores e Avaliadores do Juizado Especial se aplica o sistema previsto neste Capítulo.

Parágrafo Único. Aos funcionários do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça que estiverem lotados ou atuando no foro judicial, em 1º Grau de jurisdição, ainda que subordinados a Juízes, não se aplicam as disposições referidas no *caput* deste artigo e sim as que seguem no Capítulo III deste Título.

Art. 165. Os funcionários do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná deverão exercer suas funções com dignidade e compostura, obedecendo às determinações de seus superiores e cumprindo as disposições legais a que estiverem sujeitos.

Art. 166. Os funcionários do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná terão domicílio e residência na sede da comarca em que exercerem suas funções.

Art. 167. Os funcionários do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná ficarão sujeitos às seguintes penas disciplinares pelas faltas cometidas no exercício de suas funções:

I – de advertência, aplicada por escrito em caso de mera negligência;

II – de censura, aplicada por escrito em caso de falta de cumprimento dos deveres previstos nesta lei, e também de reincidência de que tenha resultado aplicação de pena de advertência;

III – de devolução de custas em dobro, aplicada em casos de cobrança de custas que excedam os valores fixados na respectiva tabela, a qual ainda poderá ser cumulada com outra pena disciplinar;

IV – de suspensão, aplicada em caso de reincidência em falta de que tenha resultado na aplicação de pena de censura, ou em caso de infringência às seguintes proibições:

a) exercer cumulativamente 02 (dois) ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções permitidas em lei;

b) retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento de órgão estatal, com o fim de criar direito ou obrigação ou de alterar a verdade dos fatos;

c) valer-se do cargo ou função para obter proveito pessoal em detrimento da dignidade do cargo ou função;

d) praticar usura;

e) receber propinas e comissões de qualquer natureza em razão do cargo ou função;

f) revelar fato ou informação de natureza sigilosa de que tenha ciência em razão do cargo ou função;

g) delegar, salvo nos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que a si competir ou a seus subordinados;

h) deixar de comparecer ao trabalho sem causa justificada;

i) retirar ou utilizar materiais e bens do estado indevidamente;

j) deixar de cumprir atribuições inerentes ao cargo no prazo estipulado;

V – de demissão, aplicada nos casos de:

a) crime contra a Administração Pública;

b) abandono de cargo;

c) falta ao serviço, sem justa causa, por 60 (sessenta) dias alternados no período de 12 (doze) meses;

d) improbidade administrativa;

e) incontinência pública ou conduta escandalosa na repartição;

f) reincidência em caso de insubordinação;

g) ofensa física, em serviço, a funcionário ou a particular, salvo escusa legal;

h) aplicação irregular de dinheiro público;

i) revelação de segredo que conheça em razão do cargo ou da função;

j) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio do estado;

l) corrupção;

m) acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

n) transgressão dos incisos IX a XV, XXIII e XXV do artigo 157;

o) condenação por crime comum à pena privativa de liberdade superior a 04 (quatro) anos;

p) reiterada desídia no cumprimento das atribuições do cargo ou da função.

§ 1º A pena de suspensão poderá ser convertida em multa quando houver conveniência para o serviço, à razão de 50% (cinquenta por cento) do valor da remuneração a que no período imposto fizer jus o funcionário, que fica obrigado neste caso a permanecer em atividade.

§ 2º Para os fins do inciso V, alínea "b", deste artigo, considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, sem justa causa, por mais de 30 (trinta) dias.

§ 3º Durante o período de suspensão, o funcionário perderá todas as vantagens decorrentes do exercício do cargo.

§ 4º Na aplicação das penalidades, considerar-se-á a natureza e a gravidade da infração, os meios empregados, os danos que dela provierem para o serviço público e os antecedentes disciplinares do funcionário.

Art. 168. Será cassada a aposentadoria ou disponibilidade se ficar provado que o inativo:

I – praticou falta grave no exercício do cargo ou função;

II – aceitou ilegalmente cargo ou função pública;

III – aceitou representação de estado estrangeiro sem prévia autorização do Presidente da República;

IV – praticou usura em qualquer de suas formas;

V – perdeu a nacionalidade brasileira.

§ 1º Cassada a aposentadoria ou a disponibilidade, o funcionário, para todos os efeitos legais, será considerado como demitido do serviço público.

§ 2º Independentemente de qualquer tipo de exoneração, permanece a necessidade de processamento e julgamento das condutas passíveis de punição com suspensão, demissão ou cassação de aposentadoria e de disponibilidade.

Art. 169. São competentes para aplicação das penalidades disciplinares o Conselho da Magistratura, o Corregedor-Geral da Justiça e os Juízes perante os quais servirem ou a quem estiverem subordinados os funcionários, observado o seguinte:

I – o Conselho da Magistratura poderá aplicar quaisquer das penalidades previstas no artigo anterior;

II – o Corregedor-Geral da Justiça e os Juízes poderão aplicar as penas de advertência, censura, devolução de custas em dobro e suspensão de até 30 (trinta) dias.

Art. 170. As penas de advertência, censura e devolução de custas em dobro poderão ser aplicadas em sindicância, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 171. Qualquer penalidade imposta ao funcionário será comunicada à Corregedoria-Geral da Justiça para as devidas anotações.

Art. 172. Se a pena imposta for a de demissão ou de cassação de aposentadoria, a decisão será remetida ao Presidente do Tribunal de Justiça, que expedirá o respectivo decreto, comunicando o fato, na segunda hipótese, ao Tribunal de Contas.

Art. 173. Sempre que houver comprovação de prática de crime de ação penal pública, remeter-se-ão peças ao Ministério Público.

Art. 174. As penalidades de advertência, censura e devolução de custas em dobro terão seus registros cancelados após o decurso de 03 (três) anos, e a de suspensão após 05 (cinco) anos, respectivamente, contados da aplicação ou do cumprimento da pena, se o funcionário não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Art. 175. Mediante decisão do Corregedor-Geral da Justiça, o funcionário poderá ser afastado do exercício do cargo quando criminalmente processado ou condenado enquanto estiver tramitando o processo ou pendente de execução a pena aplicada.

Parágrafo Único. Recebida a denúncia ou transitada em julgado a sentença, o Juiz do processo remeterá ao Corregedor-Geral da Justiça cópias das respectivas peças.

Art. 176. O Corregedor-Geral da Justiça, por decisão fundamentada, poderá afastar o funcionário do exercício do cargo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, se houver necessidade de acautelamento a fim de evitar a continuidade dos ilícitos administrativos praticados, para garantia da normalidade do serviço público ou por conveniência da instrução do processo administrativo.

Art. 177. Fica assegurado ao funcionário, quando do afastamento ocorrido pela aplicação das normas contidas nos artigos 175 e 176 deste estatuto, o direito à percepção de sua remuneração.

Art. 178. Afastado o funcionário, o Corregedor-Geral da Justiça designará substituto se assim a necessidade do serviço o exigir.

Art. 179. A pena de demissão ou de cassação de aposentadoria será aplicada ao funcionário do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná:

I – em virtude de sentença que declare a perda de cargo ou de função pública;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

## Seção II Da Prescrição

Art. 180. Prescreverá o direito de punir:

I – em 02 (dois) anos, para as infrações sujeitas às penalidades de advertência, censura, devolução de custas em dobro e suspensão;

II – em 04 (quatro) anos, para as infrações sujeitas à pena de demissão e de cassação de aposentadoria.

Parágrafo Único. A punibilidade da infração, também prevista na lei penal como crime, prescreve juntamente com este.

Art. 181. O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido pela autoridade competente para aplicar a penalidade.

§ 1º A abertura da sindicância ou a instauração de processo administrativo interrompem a prescrição.

§ 2º A abertura da sindicância meramente preparatória do processo administrativo, desprovida de contraditório e da ampla defesa, não interrompe a prescrição.

§ 3º Suspende-se o prazo prescricional quando a autoridade reputar conveniente o sobrestamento do processo administrativo até a decisão final do inquérito policial, da ação penal ou da ação civil pública, desde que originadas no mesmo fato do processo administrativo.

§ 4º Interrompida a prescrição, todo o prazo começa a correr novamente do dia da interrupção.

## Seção III Do Processo Administrativo

Art. 182. O processo administrativo terá início após a certeza dos fatos, por portaria baixada por Juiz ou pelo Corregedor-Geral da Justiça, na qual se imputarão os fatos ao funcionário, delimitando-se o teor da acusação.

Parágrafo Único. Os atos instrutórios do processo poderão ser delegados pelo Corregedor-Geral da Justiça a Juiz ou a assessor lotado na Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 183. Ao funcionário acusado será dada a notícia dos termos da acusação, devendo ele ser citado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa e requerer a produção de provas.

§ 1º A citação far-se-á:

I – por mandado ou pelo correio, por meio de ofício sob registro e com aviso de recebimento;

II – por carta precatória ou de ordem;

III – por edital, com prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º O edital será publicado 03 (três) vezes no Diário da Justiça e afixado no átrio do Fórum ou no da Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 184. Em caso de revelia, será designado pela autoridade competente bacharel para funcionar como defensor dativo ao funcionário.

Art. 185. Apresentada defesa, seguir-se-á a instrução com a produção das provas deferidas, podendo a autoridade instrutora determinar a produção de outras necessárias à apuração dos fatos.

§ 1º A autoridade que presidir a instrução deverá interrogar o funcionário acusado acerca da imputação, designando dia, hora e local e determinando sua intimação bem como a de seu defensor.

§ 2º Em todas as cartas precatórias e de ordem, a autoridade processante declarará o prazo dentro do qual elas deverão ser cumpridas. Vencido esse prazo, o feito será levado a julgamento independentemente de seu cumprimento.

§ 3º Encerrada a instrução, será concedido um prazo de 05 (cinco) dias para as alegações finais do acusado.

§ 4º Apresentadas as alegações finais, a autoridade competente proferirá decisão.

§ 5º Instaurado o processo administrativo por determinação do Corregedor-Geral da Justiça, este, após receber os autos com o relatório elaborado pela autoridade instrutora, decidi-lo-á ou o relatará, conforme o caso, perante o Conselho da Magistratura.

§ 6º A instrução deverá ser ultimada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias.

#### Seção IV

##### Do Abandono do Cargo

Art. 186. Caracterizada a ausência do funcionário na forma do artigo 167, parágrafo 2º, deste Código, fará o Juiz a respectiva comunicação à Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 187. Diante da comunicação da ausência do funcionário, e havendo indícios de abandono de cargo, o Corregedor-Geral da Justiça baixará portaria instaurando processo administrativo, com expedição de edital de chamamento e citação, que será publicado no Diário da Justiça por 03 (três) dias consecutivos, convocando o funcionário a justificar sua ausência ao serviço no prazo de 10 (dez) dias, contados da última publicação.

Art. 188. Se procedente a justificativa apresentada pelo funcionário, deverá ele reassumir imediatamente suas funções.

Parágrafo Único. Não ocorrendo o retorno do funcionário à atividade, segue-se o procedimento estabelecido nos artigos 183 e 184 deste Código.

Art. 189. Declarado o abandono do cargo pelo Conselho da Magistratura, os autos serão encaminhados ao Presidente do Tribunal de Justiça, que expedirá o decreto de demissão do funcionário.

#### Seção V

##### Dos Recursos

Art. 190. Das decisões do Juiz ou do Corregedor-Geral da Justiça caberá recurso em último grau ao Conselho da Magistratura no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 191. Das decisões originárias do Conselho da Magistratura cabe recurso ao Órgão Especial no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 192. O recurso será interposto perante a autoridade que houver proferido a decisão recorrida, a qual, se o receber, encaminhá-lo-á no prazo de 02 (dois) dias ao órgão competente para julgamento.

§ 1º Só não será recebido o recurso em caso de intempestividade.

§ 2º O recurso será sempre recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo.

### Capítulo III

#### Do Sistema Disciplinar dos Funcionários do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça

#### Seção I

##### Das Penalidades Disciplinares

Art. 193. São penalidades disciplinares:

I – advertência;

II – suspensão;

III – demissão;

IV – cassação de aposentadoria ou de disponibilidade;

V – destituição de cargo em comissão.

§ 1º Cassada a aposentadoria ou a disponibilidade, o funcionário, para todos os efeitos legais, será considerado como demitido do serviço público.

§ 2º Independentemente de qualquer tipo de exoneração, permanece a necessidade de processamento e julgamento das condutas passíveis de punição com suspensão, demissão ou cassação de aposentadoria e de disponibilidade.

Art. 194. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público e os antecedentes funcionais.

#### Subseção I

##### Da Advertência

Art. 195. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do artigo 157, incisos I a VIII, XIX e XXII, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

§ 1º A penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso de 03 (três) anos, contados de sua anotação, e se o funcionário não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 2º O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

## **Subseção II**

### **Da Suspensão**

Art. 196. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder a 90 (noventa) dias.

§ 1º Será punido com suspensão de até 30 (trinta) dias o funcionário que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2º Caracteriza falta punível com suspensão de até 90 (noventa) dias o não atendimento à convocação para sessões do Tribunal do Júri e a outros serviços obrigatórios.

§ 3º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o funcionário obrigado a permanecer em serviço.

Art. 197. Durante o cumprimento da pena de suspensão o funcionário perderá todas as vantagens decorrentes do exercício do cargo.

Art. 198. A penalidade de suspensão terá seu registro cancelado após o decurso de 05 (cinco) anos, contados do cumprimento integral da pena, e se o funcionário não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo Único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

## **Subseção III**

### **Da Demissão**

Art. 199. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I – crime contra a Administração Pública;
- II – abandono de cargo;
- III – falta ao serviço, sem justa causa, por 60 (sessenta) dias alternados no período de 12 (doze) meses;
- IV – improbidade administrativa;
- V – incontinência pública ou conduta escandalosa na repartição;
- VI – reincidência em caso de insubordinação;
- VII – ofensa física, em serviço, a funcionário ou a particular, salvo escusa legal;
- VIII – aplicação irregular de dinheiro público;
- IX – revelação de segredo que conheça em razão do cargo ou da função;
- X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio do Estado;
- XI – corrupção;

XII – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII – transgressão dos incisos IX a XV, XXIII e XXV do artigo 157;

XIV – condenação por crime comum à pena privativa de liberdade superior a 04 (quatro) anos;

XV – reiterada desídia no cumprimento das atribuições do cargo ou da função.

Parágrafo Único. Considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, sem justa causa, por 30 (trinta) dias consecutivos.

## **Subseção IV**

### **Da Cassação de Aposentadoria ou de Disponibilidade**

Art. 200. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com demissão.

Parágrafo Único. A aplicação definitiva de uma das penas referidas no *caput* deste artigo será anotada na ficha funcional.

## **Subseção V**

### **Da Destituição de Cargo em Comissão**

Art. 201. A destituição de funcionário não efetivo de cargo de provimento em comissão se dará nos casos de infração punível com as penas de suspensão ou de demissão para os funcionários efetivos e o inabilitará à nomeação para outro cargo em comissão e para participar de concurso público para cargo no Poder Judiciário estadual por 05 (cinco) anos.

§ 1º Em tal hipótese, a exoneração do funcionário comissionado, a qualquer título, não elidirá a necessidade de processamento e julgamento das condutas que se lhe imputam.

§ 2º O julgamento procedente da imputação, no caso do parágrafo 1º deste artigo, será anotado na ficha funcional para fim de caracterização dos impedimentos constantes do *caput* deste artigo.

§ 3º Ao funcionário efetivo que for demitido também se aplicam os impedimentos referidos no *caput* deste artigo.

§ 4º Independentemente do contido neste artigo ou da prática de qualquer infração por ocupante de cargo de provimento em comissão a Administração Pública conserva o poder de livremente exonerá-lo a qualquer tempo.

Art. 202 Não poderá retornar ao Poder Judiciário estadual o funcionário que tiver contra si julgada procedente definitivamente, no âmbito administrativo ou judicial, imputação de improbidade administrativa, aplicação irregular de dinheiro público, lesão aos cofres públicos, dilapidação do patrimônio público ou corrupção.

## Seção II

### Da Prescrição da Pretensão Punitiva

Art. 203. A pretensão punitiva disciplinar prescreverá:

I – em 05 (cinco) anos para as infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II – em 02 (dois) anos para as infrações puníveis com advertência ou suspensão.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido da autoridade competente para ordenar a instauração do procedimento administrativo disciplinar.

§ 2º Os prazos e os termos de interrupção de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares tipificadas como crime.

§ 3º Interrompe-se a contagem do prazo de prescrição:

I – com a instauração de sindicância ou do procedimento administrativo disciplinar;

II – com a instauração de processo administrativo;

III – com a decisão de mérito proferida no processo administrativo;

IV – com a interposição de recurso ou de pedido de revisão da decisão de mérito proferida em processo administrativo;

V – com a decisão de recurso ou de pedido de revisão da decisão de mérito proferida em processo administrativo;

VI – com a propositura de ação judicial que tenha por pretensão a anulação ou revisão de decisão punitiva ou de processo administrativo disciplinar.

§ 4º Na hipótese do inciso VI a contagem do prazo prescricional somente se reiniciará após o trânsito em julgado da decisão judicial da ação anulatória ou de revisão.

§ 5º Interrompida a prescrição, todo o prazo começa a correr novamente do dia da interrupção.

## Seção III

### Da Competência para Aplicação das Penalidades e da Instauração dos Procedimentos Administrativos

Art. 204. O Secretário do Tribunal de Justiça é competente para ordenar a instauração de procedimentos disciplinares, nomear e designar integrantes para Comissão Disciplinar e aplicar as penalidades disciplinares.

§ 1º As competências em matéria disciplinar do Secretário do Tribunal de Justiça poderão ser delegadas a funcionários a ele diretamente subordinados.

§ 2º Ao designar os integrantes da comissão e os respectivos suplentes, o Secretário do Tribunal de Justiça indicará o funcionário que irá presidi-la.

§ 3º O Presidente da Comissão Disciplinar designará, dentre os membros, aquele que irá secretariá-lo.

§ 4º A Comissão Disciplinar será composta de 03 (três) funcionários ocupantes de cargos efetivos, estáveis

e bacharéis em Direito, pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogável por até mais (02) dois anos.

§ 5º Os integrantes da comissão justificarão previamente e por escrito ao superior e hierárquico o afastamento do serviço de suas repartições por ocasião dos trabalhos relativos aos procedimentos administrativos disciplinares.

Art. 205. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, abandono de cargo ou falta ao serviço, sem justa causa, por 60 (sessenta) dias, alternados no período de 12 (doze) meses, a autoridade competente determinará à Comissão Disciplinar a abertura de processo administrativo de rito sumário.

## Seção IV

### Da Competência para apreciação dos Recursos

Art. 206. Das decisões disciplinares do Secretário do Tribunal de Justiça caberá recurso, com efeitos suspensivo e devolutivo, no prazo de 15 (quinze) dias, ao Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 1º As penas de demissão, de cassação de aposentadoria, de cassação de disponibilidade e de destituição de cargo de provimento em comissão aplicadas pelo Secretário do Tribunal de Justiça serão necessariamente reexaminadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça a quem serão remetidos os autos de processo disciplinar no prazo de 30 (trinta) dias, independentemente de recurso do apenado.

§ 2º Na hipótese do parágrafo 1º deste artigo, a penalidade só produzirá efeitos após o reexame, que se dará no prazo de 30 (trinta) dias, pelo Presidente do Tribunal de Justiça a quem caberá, caso decida pela manutenção da pena, determinar as providências para a efetiva aplicação.

§ 3º Na hipótese do parágrafo 2º deste artigo, a decisão do Presidente do Tribunal substitui sempre a decisão do Secretário para todos os efeitos legais.

§ 4º O Presidente do Tribunal de Justiça poderá delegar sua competência disciplinar a um ou mais integrantes da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça.

## Seção V

### Do Procedimento Administrativo Disciplinar e da Sindicância

Art. 207. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público do Poder Judiciário deverá comunicar ao Secretário do Tribunal de Justiça, a quem cabe ordenar apuração.

§ 1º A competência para apuração prévia por sindicância ou por procedimento de que trata o *caput* deste artigo é da Comissão Disciplinar.

§ 2º A sindicância é o procedimento disciplinar que antecede o processo administrativo disciplinar e

serve para a apuração da extensão dos fatos apontados como irregulares e da extensão da responsabilidade de cada autor.

§ 3º O procedimento disciplinar prévio de caráter genérico é o que antecede o processo administrativo e serve para a apuração da extensão dos fatos apontados como irregulares cuja autoria ainda é desconhecida.

Art. 208. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração desde que contenham a identificação, a qualificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo Único. Caso o fato narrado não configure infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada de plano.

Art. 209. Da sindicância e do procedimento prévio poderão resultar:

I – o arquivamento;

II – a instauração de processo disciplinar ou a aplicação de pena nos termos deste estatuto.

§ 1º O prazo para conclusão da sindicância e do procedimento prévio não excederá 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por até igual período, a critério da autoridade que ordenou a respectiva instauração.

§ 2º As penas de advertência e de suspensão de até 30 (trinta) dias poderão ser aplicadas em sindicância, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 210. A sindicância e o procedimento prévio terão início no prazo de 03 (três) dias a contar da data que for comunicada à Comissão Disciplinar a ordem de apuração dos fatos.

§ 1º Obtida a autoria, ou sendo ela conhecida pela Comissão Disciplinar, e delimitados os fatos, o sindicado será intimado para se manifestar por escrito, no prazo de cinco (05) dias, podendo indicar provas.

§ 2º Havendo 02 (dois) ou mais indiciados, o prazo será comum e de 10 (dez) dias.

§ 3º A Comissão Disciplinar procederá a todas as diligências que julgar necessárias para a elucidação dos fatos.

§ 4º Concluindo pela inexistência de falta funcional, a Comissão Disciplinar elaborará relatório final e encaminhará os autos à autoridade competente.

§ 5º Sendo possível a aplicação de pena no caso de conclusão no sentido de existir ilícito administrativo, em tese, será feito relatório com a delimitação dos fatos, a indicação das normas violadas e eventuais sanções cabíveis e os autos serão encaminhados à autoridade competente.

Art. 211. Na hipótese de ser necessário o processo administrativo para a aplicação de penalidade, em razão da sua natureza, a Comissão Disciplinar tomará de ofício as providências para a respectiva instauração através de portaria acusatória.

§ 1º Em tais hipóteses a sindicância ou o procedimento prévio terão natureza inquisitorial, sendo garantidos a ampla defesa e o contraditório para o processo administrativo propriamente dito.

§ 2º A portaria acusatória conterá a delimitação dos fatos e das condutas e indicará as normas violadas e as sanções cabíveis.

## Seção VI

### Do Afastamento Preventivo

Art. 212. Para garantia da instrução tanto no âmbito da sindicância, como do processo administrativo disciplinar, a autoridade julgadora poderá determinar o afastamento cautelar do funcionário do exercício de suas atribuições, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluída a sindicância ou o processo administrativo.

§ 2º A providência deste artigo poderá ser adotada de ofício pela autoridade competente para julgamento ou a requerimento do Presidente da Comissão Disciplinar.

## Seção VII

### Do Processo Administrativo Disciplinar

#### Subseção I

#### Disposições Gerais

Art. 213. O processo disciplinar é destinado a apurar a responsabilidade de funcionário por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que com elas tenha relação.

Art. 214. O processo disciplinar será conduzido pela Comissão Disciplinar e antecederá necessariamente à aplicação das penas de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, demissão, cassação de aposentadoria, cassação de disponibilidade ou destituição de cargo em comissão.

§ 1º Não poderá participar de Comissão Disciplinar cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 2º O processo administrativo poderá ser utilizado nas hipóteses de aplicação de pena de advertência e de suspensão de até 30 (trinta) dias, respeitada a possibilidade prevista no parágrafo 2º do artigo 209 deste estatuto.

Art. 215. O processo administrativo possui 02 (dois) ritos:

I – o sumário para as hipóteses do artigo 217 deste estatuto; e

II – o ordinário para as demais hipóteses.

Art. 216. A Comissão Disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegu-

rado o sigilo necessário à elucidação dos fatos ou conforme exigido pelo interesse da administração.

§ 1º Sempre que necessário, a Comissão Disciplinar dedicará tempo integral aos seus trabalhos, e seus membros justificarão previamente e por escrito ao superior e hierárquico o afastamento do serviço de suas repartições por ocasião dos trabalhos relativos aos procedimentos administrativos disciplinares.

§ 2º As reuniões e as audiências da Comissão Disciplinar terão caráter reservado e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

§ 3º Em razão da natureza do fato que se apura, nos casos em que a preservação do direito à intimidade do interessado não prejudique o interesse público à informação, poderá a Comissão Disciplinar ou a autoridade julgadora limitar a publicidade dos atos ao acusado e a seus defensores.

## Subseção II

### Do Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário

Art. 217. O processo administrativo de rito sumário é de responsabilidade da Comissão Disciplinar e se aplica às infrações:

- I – de falta ao serviço, sem justa causa, por 60 (sessenta) dias alternados no período de 12 (doze) meses;
- II – de abandono de cargo;
- III – de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.

Art. 218. O processo administrativo disciplinar sumário obedecerá:

- I – encaminhamento de ordem de apuração à Comissão Disciplinar com a indicação do funcionário e da materialidade da transgressão objeto da apuração;
- II – instrução sumária, que compreende acusação com delimitação dos fatos e indicação dos dispositivos violados e das sanções cabíveis, citação, defesa e relatório;
- III – julgamento.

§ 1º A indicação da autoria de que trata o inciso I deste artigo, dar-se-á pelo nome e pela matrícula do funcionário, e da materialidade, pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou das entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º A Comissão Disciplinar lavrará portaria em até 03 (três) dias após a ciência do ato que determinou a apuração, em que serão transcritas as informações, as normas violadas, os fatos delimitados, indicadas as sanções cabíveis, bem como promoverá a citação pessoal do funcionário para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente defesa escrita.

§ 3º Apresentada defesa, a Comissão Disciplinar elaborará relatório conclusivo quanto à existência ou não de acumulação ilegal, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará os dispositivos legais e sanções

eventualmente aplicáveis e remeterá o processo à autoridade competente para julgamento.

§ 4º No prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão e remeterá os autos para reexame necessário ao Presidente do Tribunal de Justiça no caso de aplicar pena de demissão.

§ 5º Efetivada opção pelo funcionário até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que a pena se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo, devendo tal circunstância constar no mandado de citação.

§ 6º Caracterizada acumulação ilegal e má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição, cassação de aposentadoria ou de cassação de disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de cumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou as entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de ciência, por parte da Comissão Disciplinar, do ato que ordenou a apuração, admitida a sua prorrogação por até 30 (trinta) dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente as disposições gerais do processo administrativo regido pelo rito ordinário.

Art. 219. Na apuração de abandono de cargo ou de inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o artigo 217, observando-se:

- I – a indicação da materialidade de que se dará:
  - a) na hipótese de abandono de cargo, com indicação precisa do período de ausência intencional do funcionário ao serviço superior a 30 (trinta) dias;
  - b) no caso de inassiduidade habitual, com indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias interpoladamente, no período de 12 (doze) meses;

II – após a apresentação da defesa escrita, a Comissão Disciplinar elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do funcionário, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará sobre a intencionalidade da ausência e remeterá o processo à autoridade competente para julgamento.

## Subseção III

### Do Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário

Art. 220. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

- I – instauração, com a lavratura da portaria de acusação que indicará as provas que serão produzidas, inclusive com o rol das testemunhas;

II – citação pessoal para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, com a indicação das provas que pretende produzir, inclusive com o rol das testemunhas;

III – interrogatório do acusado;

IV – definição das provas a serem produzidas e sua produção;

V – apresentação de alegações finais pela defesa no prazo de dez (10) dias;

VI – relatório e remessa dos autos para a autoridade julgadora;

VII – julgamento.

Parágrafo Único. Havendo 02 (dois) ou mais acusados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

Art. 221. Em caso de revelia, será designado pelo Presidente da Comissão Disciplinar bacharel como defensor dativo que acompanhará o processo, inclusive na fase de reexame necessário ou de recurso voluntário.

§ 1º O acusado ou indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à Comissão Disciplinar o lugar em que poderá ser encontrado, sob pena de ser considerado revel.

§ 2º Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário da Justiça e em jornal de grande circulação da localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa escrita.

§ 3º Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 10 (dez) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 222. Apresentada defesa, seguir-se-á a instrução com a produção das provas deferidas.

§ 1º A Comissão Disciplinar determinará a produção de outras provas não requeridas pela defesa ou não indicadas na peça de acusação e que sejam necessárias à elucidação dos fatos.

§ 2º A Comissão Disciplinar deverá intimar o acusado e defensor para o interrogatório sobre os fatos imputados, designando dia, hora e local.

§ 3º Em todas as cartas precatórias e de ordem, a Comissão Disciplinar processante declarará o prazo em que deverão ser cumpridas pelas autoridades administrativas destinatárias, sejam elas funcionários ou magistrados.

§ 4º Cabe à Comissão Disciplinar intimar o defensor da expedição da carta precatória, sendo responsabilidade deste acompanhar o respectivo andamento na repartição ou comarca de destino, inclusive no que concerne às publicações de intimações para os atos deprecados.

§ 5º A Comissão Disciplinar denegará pedidos impertinentes, protelatórios ou de nenhum interesse para esclarecimento dos fatos, inclusive com relação à produção de prova pericial quando a elucidação puder ser

alcançada por outros meios ou não depender de conhecimentos técnicos.

§ 6º Os órgãos estaduais, sob pena de responsabilidade de seus titulares, atenderão com a máxima presteza às solicitações da Comissão Disciplinar, inclusive requisição de técnicos e peritos, devendo comunicar prontamente a impossibilidade de atendimento, em caso de força maior.

§ 7º A prova técnica no interesse da acusação será produzida, sem ônus para o Poder Judiciário, pelos órgãos competentes da administração direta e indireta do Estado do Paraná, e no interesse da defesa, os ônus financeiros serão suportados pelo acusado.

§ 8º Serão ouvidas as testemunhas de acusação e na sequência as de defesa.

§ 9º Encerrada a instrução, será concedido um prazo de 10 (dez) dias para as alegações finais pela defesa.

§ 10. Apresentadas alegações finais, a Comissão Disciplinar elaborará relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias e remeterá os autos à autoridade competente que proferirá decisão em igual prazo.

§ 11. A instrução deverá ser ultimada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias, contados da data da lavratura da portaria de acusação.

§ 12. Para a realização dos atos de instrução aplicam-se subsidiariamente as normas do Código de Processo Penal, da legislação processual penal extravagante e as do Código de Processo Civil, nessa ordem.

Art. 223. Os autos da sindicância ou de procedimento prévio integrarão os do processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

§ 1º Na hipótese da Comissão Disciplinar concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente para julgamento encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público.

§ 2º A providência do parágrafo 1º deste artigo será tomada no âmbito da sindicância ou do processo administrativo independentemente da finalização de um ou de outro.

Art. 224. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo Presidente da Comissão Disciplinar ou pela autoridade deprecada.

Parágrafo Único. Se a testemunha for funcionário público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição em que serve, com a indicação do dia e da hora marcados para inquirição.

Art. 225. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a Comissão Disciplinar proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe ao menos um médico psiquiatra.

§ 1º O incidente de sanidade mental será processado em autos apartados que serão apensados, e a sua instauração suspenderá o curso do processo principal até a juntada do laudo pericial conclusivo, ressalvada a produção de provas consideradas urgentes.

§ 2º Durante o processamento do incidente fica suspenso o curso da prescrição, cujo prazo volta a ser contado após a juntada do laudo pericial.

Art. 226. Finda a instrução e apresentadas as alegações finais, a Comissão Disciplinar elaborará relatório em que indicará as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

Parágrafo Único. O relatório concluirá sobre a responsabilidade ou não do funcionário, e reconhecida esta, a Comissão Disciplinar indicará os dispositivos legais ou regulamentares violados e as sanções cabíveis.

Art. 227. A autoridade julgadora não está vinculada à motivação e à conclusão do relatório apresentado pela Comissão Disciplinar e poderá julgar diversamente da proposta seja para agravar, abrandar ou afastar a responsabilização do funcionário.

Art. 228. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade do ato, ordenando a respectiva repetição.

Parágrafo Único. A autoridade de instrução ou julgamento que der causa à prescrição da pretensão punitiva por ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposos, será responsabilizada na forma da lei.

Art. 229. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato na ficha funcional do funcionário.

Art. 230. O funcionário efetivo que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e do cumprimento da sanção, se for aplicada.

Parágrafo Único. Ocorrida exoneração porque não satisfeitas as condições do estágio probatório e, posteriormente julgado processo administrativo disciplinar conclusivo pela demissão, o ato de exoneração será convertido nesta.

Art. 231. São asseguradas indenizações em razão do trânsito e das diárias:

I – ao funcionário convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, acusado ou indiciado;

II – aos membros de Comissão e ao Secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

## Subseção IV

### Da Execução das Penas Disciplinares

Art. 232. O cumprimento da pena de suspensão terá início após a publicação no Diário da Justiça, cabendo ao superior hierárquico a fiscalização da sua efetivação.

§ 1º Se o funcionário estiver afastado na data de publicação, o início do cumprimento dar-se-á a partir da reassunção.

§ 2º Os dias não trabalhados em virtude da aplicação da pena de suspensão serão excluídos da folha de pagamento, salvo se não houver tempo hábil, quando será feito o desconto no mês imediatamente posterior ao do início do cumprimento da penalidade.

Art. 233. A ordem de ressarcimento e a pena em valor certo terão a expressão nominal corrigida, respectivamente, desde o evento danoso e da aplicação, até a data da quitação do débito pelo funcionário.

Art. 234. As penas de destituição de cargo, de demissão, de cassação de aposentadoria ou de cassação de disponibilidade serão executadas após o trânsito em julgado da decisão.

Parágrafo Único. A aplicação das penas de demissão, de cassação de aposentadoria ou de cassação de disponibilidade ao funcionário não impedirá o processamento e o julgamento de outras faltas que possam implicar na aplicação das mesmas penalidades ou na de suspensão.

Art. 235. As penas definitivamente impostas ao funcionário serão anotadas em sua ficha funcional.

## Capítulo IV

### Da Revisão do Processo Administrativo

Art. 236. O procedimento de revisão do processo administrativo aplica-se ao sistema disciplinar dos funcionários do Quadro de Pessoal de 1º grau de jurisdição e do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Art. 237. O processo administrativo disciplinar poderá ser revisto no prazo de 02 (dois) anos do trânsito em julgado da decisão que aplicou a pena, a pedido do apenado que argumentar a existência de novas provas que impliquem na diminuição da penalidade ou na exclusão de responsabilidade funcional.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do funcionário, qualquer pessoa indicada como dependente na legislação previdenciária do Estado do Paraná poderá requerer a revisão do processo no caso de ter sido aplicada pena de cassação da aposentadoria, cassação da disponibilidade ou demissão.

§ 2º Preenchidos os requisitos do parágrafo 1º deste artigo, e no caso de incapacidade mental do funcio-

nário, a revisão será requerida por uma das pessoas indicadas na referida legislação ou pelo respectivo curador.

§ 3º No caso de procedência da revisão do processo administrativo, restabelecendo-se o vínculo do apenado com a Administração Pública, o reconhecimento da qualidade de dependente do funcionário para tal fim não vincula os órgãos previdenciários para exame de requerimento de pensão ou de proventos de aposentadoria.

§ 4º Na hipótese do parágrafo 3º deste artigo ou para fins de aposentadoria, a análise da condição de dependente perante o órgão de previdência se dará de forma autônoma e desvinculada da realizada no âmbito da revisão do processo administrativo disciplinar.

Art. 238. O apenado com destituição de cargo em comissão poderá, no prazo de 02 (dois) anos do trânsito em julgado da respectiva decisão, pedir revisão do seu processo, desde que alegue existência de novas provas que impliquem na impossibilidade de aplicação da referida penalidade.

Art. 239. A simples alegação de injustiça ou desproporção da penalidade aplicada não constitui fundamento para o conhecimento e o processamento de qualquer pedido de revisão.

Parágrafo Único. O pedido de revisão exige indicação de novos elementos de prova e de fato certo e determinado, ainda não apreciados no processo disciplinar originário.

Art. 240. O requerimento de revisão será dirigido ao Secretário do Tribunal que, na hipótese de deferir o seu processamento:

I – remeterá o pedido à autoridade de 1º grau competente para instrução e julgamento, se o pedido for formulado por funcionário integrante do Quadro de Pessoal de 1º Grau de jurisdição;

II – designará c

omissão para o respectivo fim nos termos do artigo 204 deste estatuto, se o pedido for formulado por funcionário integrante do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

§ 1º Aos integrantes da Comissão de Revisão ou à autoridade julgadora se aplicam os mesmos impedimentos previstos para a Comissão Disciplinar.

§ 2º O funcionário não integrará a Comissão de Revisão se tiver integrado a Comissão Disciplinar que concluiu pela responsabilidade do funcionário apenado no processo que irá se revisar.

Art. 241. O pedido de revisão será autuado em apenso aos autos do processo originário.

Parágrafo Único. A petição inicial conterá a indicação das provas e a exposição dos fatos que se pretendem provar, inclusive, no caso de requerimento de prova oral, trará o rol de testemunhas.

Art. 242. Ao procedimento de revisão aplicam-se, no que couberem, as normas do procedimento originário disciplinar e o seu julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Art. 243. Julgado procedente o pedido de revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada e substituída por mais branda no caso de ficar provada circunstância atenuante, ou serão restabelecidos todos os direitos do funcionário, no caso de ser afastada a sua responsabilidade administrativa.

§ 1º Em caso de procedência do pedido de revisão de destituição do cargo em comissão serão afastados os impedimentos decorrentes de tal pena e haverá a conversão para exoneração.

§ 2º A penalidade não poderá ser agravada quando da revisão do processo administrativo ou da interposição de recurso administrativo.

## TÍTULO VI Capítulo Único

### Disposições Finais e Transitórias

Art. 244. O Dia do Funcionário Público do Poder Judiciário será comemorado em 28 (vinte e oito) de outubro.

Art. 245. Os prazos previstos neste estatuto serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado para o primeiro dia útil seguinte o prazo vencido em sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo.

Art. 246. Por motivo de crença religiosa, convicção filosófica ou política, o funcionário não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem se eximir do cumprimento de seus deveres.

Art. 247. Ao funcionário público do Poder Judiciário do Estado do Paraná é assegurado o direito à livre associação sindical, nos termos da Constituição Federal.

Art. 248. O direito de greve será exercido na forma prevista em lei federal.

Art. 249. Enquanto não sobrevier lei que defina os valores, forma de pagamento e hipóteses de incidência das gratificações de qualquer natureza previstas neste estatuto, o pagamento das remunerações continuará a ser feito com base na legislação em vigor ao tempo da edição da presente lei e nos termos definidos pela Administração Pública.

§ 1º As remunerações pagas pelo Poder Judiciário aos seus funcionários não serão majoradas por ato administrativo com base no presente estatuto enquanto não sobrevier lei especial que fixe os valores, as formas e as

hipóteses de incidência das gratificações de qualquer natureza previstas nesta lei.

§ 2º Não haverá redução do valor da remuneração paga aos atuais funcionários do Poder Judiciário em razão do estabelecido na presente lei.

Art. 250. Até a promulgação de nova lei que regulamentará o Quadro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e sua estrutura administrativa e hierárquica, permanece em vigor a Lei Estadual nº 11719 de 12/05/97.

Art. 251. Este estatuto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/09/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### JUSTIFICATIVA:

O anteprojeto tem por base consulta a vários textos legislativos e orientação jurisprudencial recente. A sua formulação seguiu os termos da Lei Complementar nº 095, de 26/02/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

A utilização da expressão funcionários com desquite de sinônimos derivou da necessidade de limitar o conceito aos ocupantes de cargos integral e exclusivamente remunerados pelos cofres públicos. Isso em atenção à estatização do foro judicial. Exclui-se, assim, parte dos atuais ocupantes de cargos do foro judicial, que são os remunerados por outras fontes.

A estrutura proposta é equivalente a do regime jurídico dos servidores públicos federais sobre a qual foram efetivadas alterações, adequações e inserções derivadas dos demais textos legislativos consultados e atinentes a peculiaridades próprias ao estado do Paraná e ao Poder Judiciário, bem como à necessidade de atualizações derivadas da edição da Constituição Estadual, da Constituição Federal e do Código de Organizações e Divisão Judiciárias.

Os temas referentes a tempo de serviço e aposentadoria foram limitados a repetição e remissão a outras normas. Não houve qualquer tipo de inovação ou modificação tendo em vista a constitucionalização, a federalização e o tratamento autônomo no âmbito estadual (ParanáPrevidência) de tais pontos.

Remeteu-se à lei estadual própria a fixação dos vencimentos e dos valores das gratificações de função, bem como a definição da estrutura organizacional do Tribunal de Justiça, em razão da exigência dos artigos 17 e 18 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O sistema relativo aos vencimentos, às vantagens, às remunerações e às gratificações, não gerará aumento de despesa ao Poder Judiciário porque até definição de valores de vencimentos e gratificações por lei estadual o sistema atual continua vigendo, conforme disposições finais do anteprojeto.

Isso respeita situações atualmente existente e no futuro permitirá planejamento estrutural para a correção e prevenção de distorções e vencimentos.

No que concerne às funções gratificadas foram delimitadas as hipóteses de concessão de cada qual, para que as designações de tal natureza assumam caráter vinculado. Com as referidas limitações abre-se caminho para a transformação dos vencimentos, das vantagens e das gratificações em um só tipo de pagamento - o subsídio, autorizado pelo parágrafo 8º do artigo 39 da Constituição Federal.

Foi adotado o sistema de nível para os cargos do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça e houve limitação do número de níveis (progressão pirâmide). A aferição do merecimento fica atrelada ao desempenho e à frequência a curso de qualificação a ser realizado pela Escola dos Servidores (sob supervisão da Secretaria do Tribunal de Justiça).

Repetiu-se o sistema jurídico das responsabilidades administrativa, civil e penal do funcionário como forma de orientar a própria administração, respeitando a tendência dos demais estatutos consultados.

A matéria disciplinar foi dividida buscando firmar a separação já existente entre os integrantes do quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça e os integrantes do foro judicial (inclusive para o futuro Quadro de Funcionário de 1º Grau estatizado).

Com isso se aproveita a estrutura hoje disponível para persecução administrativa. O sistema disciplinar proposto atualiza o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Paraná. Nesse tema houve inovações porque atualmente não há previsão de recursos contra imposição de pena. Houve a inclusão do sistema de reexame necessário para as penas de demissão e de destituição de cargo, ficando sob a responsabilidade do Presidente a respectiva aplicação e execução.

Há previsão de dois ritos de procedimentos disciplinar. O sumário para questões que podem ser resolvidas por prova documental e o ordinário para as demais. A sindicância e o afastamento cautelar do exercício das atribuições do cargo guardam correspondência com o que é admitido pela jurisprudência e previsto pelo CODJ. Em razão da Súmula Vinculante nº 05 do STF firma-se a não exigência de defesa técnica, em qualquer hipótese e grau, por advogado.

A produção da prova e aplicação da lei processual reproduz o sistema fixado para o processo disciplinar dos magistrados (Resolução nº 30 do CNJ) com a aplicação subsidiária da legislação processual (CPP, CPC e leis extravagantes).

Por fim, há que se consignar que houve tratamento sem distinções aos integrantes do foro judicial, inclusive psicólogos e assistentes sociais, com relação aos funcionários da Secretaria do Tribunal de Justiça no que se refere à possibilidade de definição de tais classes no âmbito da lei própria a reger o quadro, a exemplo do que ocorre nos termos da Lei Estadual nº 14506 de 01/10/04.

A presente proposta de anteprojeto de lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, na Sessão Extraordinária realizada em 29/08/08, por unanimidade de votos, conforme certidão da fls. 172, vol. II, protocolo nº 195227/08.

A necessidade de modernização e adequação legislativa a uma perspectiva que viabilize planejamento e estruturas de longo prazo é que norteou a elaboração do anteprojeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 393/08

P A R E C E R :

**Do Projeto de Lei**

O Projeto de Lei nº 393/08 de autoria do Presidente do Tribunal de Justiça tem por escopo estabelecer o Regime Jurídico dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

**Competência e Previsão Legal**

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional, onde, vislumbra-se que a matéria tratada é de iniciativa do Presidente do Tribunal de Justiça.

Observamos na Constituição Federal em seu artigo 96, inciso I, alínea "a", onde assegura prerrogativa do Tribunal de Justiça legislar sobre a matéria do Projeto de Lei nº 393/08.

*Art. 96. Compete privativamente:*

*I - aos tribunais:*

*a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;*

O artigo 65, da Constituição do Estado do Paraná, também assevera sobre a iniciativa do Tribunal de Justiça para propor leis com a devida aprovação na Assembléia Legislativa.

*Art. 65 A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei. (grifo nosso).*

Assim, fica demonstrado que o Presidente do Tribunal de Justiça, obtém competência administrativa e iniciativa para propor projeto de lei, onde, estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

O projeto de lei, apresentado pelo Tribunal de Justiça, apresenta sua formulação nos termos da Lei Complementar nº 095, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o artigo 59 da Constituição Federal.

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

Parágrafo Único. Lei Complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

O Tribunal de Justiça apresenta na justificativa no presente o projeto, a seguinte redação:

*"A estrutura proposta é equivalente a do regime jurídico dos servidores públicos federais sobre a qual foram efetivadas alterações, adequações e inserções derivadas dos demais textos legislativos consultados e atinentes a peculiaridades próprias ao estado do Paraná e ao Poder Judiciário, bem como à necessidade de atualizações derivadas da edição da Constituição Estadual, da Constituição Federal e do Código de Organização e Divisão Judiciárias.*

*Os temas referentes ao tempo de serviço e aposentadoria foram limitados a repetição e remissão a outras normas. Não houve qualquer tipo de inovação ou modificação tendo em vista a constitucionalização, a federalização e o tratamento autônomo no âmbito estadual (ParanaPrevidência) de tais pontos. Remete-se à lei estadual própria a fixação dos vencimentos e dos valores de gratificações de função, bem como, a definição da estrutura organizacional do Tribunal de Justiça, em razão da exigência dos artigos 17 e 18 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).*

*O sistema relativo aos vencimentos, às vantagens, às remunerações e às gratificações, não gerará aumento de despesa ao Poder Judiciário porque até definição de valores de vencimentos e gratificações por lei estadual o sistema atual continua vigendo. (grifo nosso).*

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto lei, apresentado através de prerrogativa e competência administrativa do Presidente do Tribunal de Justiça, não encontrando nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**Conclusão**

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 393/08

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário Estadual, através de seu órgão máximo, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminha a esta Casa de Leis o presente Projeto de Lei que estabelece o Regime Jurídico dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Trata-se, portanto, de toda a normatização da vida funcional dos servidores daquele Poder, através de seu Estatuto próprio.

A justificativa se apresenta a proposta como equivalente a do regime jurídico dos servidores públicos federais, com suas adaptações ao Poder Judiciário e especificamente ao estado do Paraná, inclusive atualizações derivadas da Constituição Federal e Estadual, bem como do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, na sua atual redação.

A remuneração dos servidores não está prevista neste diploma legal, a qual fica disciplinada em legislação própria, qual seja, a lei própria que estrutura os serviços do foro judicial e o quadro pessoal, tanto de primeiro, como de segundo grau, ou ainda poderá ser denominado de plano de cargos, carreiras e vencimentos, norma própria para disciplinar a matéria.

A proposição já recebeu parecer favorável, o qual foi aprovado, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, reconhecendo a sua regularidade quanto à forma, inclusive em relação à iniciativa.

#### **Voto do Relator**

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno.

Embora também esta iniciativa de legislação não apresentar nenhum documento sobre impacto ou não e, se positivo, o estudo específico quanto a questão financeiro-orçamentário, o que diretamente interessa a esta Comissão apreciar, na verdade é possível apreciar quanto a este aspecto sem os referidos documentos, posto que, como anteriormente mencionado, a questão de remuneração dos servidores não está legislada nesta proposta de norma.

Assim, por não haver impacto financeiro, por não gerar aumento de despesa ao Poder Judiciário, quanto ao aspecto técnico desta Comissão entendemos que não óbice de ordem financeiro orçamentária, devendo a proposição receber parecer favorável, até porque resta prejudicado uma análise neste sentido.

Porém quanto ao mérito, ou seja, a conveniência e oportunidade, a matéria evidentemente exige melhor análise, inclusive ante os termos de documentos encaminhados a este parlamentar por parte dos servidores diretamente interessados. A matéria não pode ser analisada de forma superficial, vez que deve ser ponderada visão tanto da administra - do Judiciário paranaense - como ouvir os servidores que tem toda a sua vida funcional regulado neste Estatuto.

No entanto, em razão da proposição se já estar na Ordem do Dia da Sessão plenária de hoje, e para evitar a provação de regime de urgência, o que importa em sua apreciação integral no Plenário, sem parecer desta Comissão, entendemos não ser recomendável sobrestar o feito, mas sim, em plenária propor uma discussão mais ampla, quanto aos pleitos dos servidores, sem viés corpo-

rativo, o que poderá importar na realização de uma nova audiência pública, convocada pela Casa, na qual deveria ser ouvida a direção do Poder Judiciário Estadual.

Assim somos pela tramitação do projeto, com a recomendação de emendas de plenária.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELTON WELTER - Relator

#### **ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/08, de autoria do Deputado Edson Praczyk, que altera a Lei nº 14427, de 07/06/04, que dispõe sobre o uso do aparelho desfibrilador, em eventos de grande concentração de pessoas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/08, de 13/10/08, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 405/08**

#### **P A R E C E R :**

O projeto de lei sob análise nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Deputado Edson Praczyk, visa alterar a Lei nº 14427/04, que dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de aparelhos desfibrilador para atendimento emergencial em estabelecimentos públicos ou privados e em eventos onde ocorra grande concentração de pessoas.

Segundo justificativa do autor, a alteração legal pretendida? consiste na supressão da expressão "... de acordo com as normas do Co? Nacional de Ressuscitação Cárdio Pulmonar", que consta da redação do artigo ? da lei, foi solicitada pelo Ministério Público em razão de que não procede? referência às especificações estabelecidas por aquele Comitê, haja vista não sendo? um ente público dotado de competência para expedição de normas disciplinares? portanto, despidas de força cogente.

Pertinente a observação e providencia legal sugerida? Ministério Público, pois se é da boa técnica legislativa não inserir na lei referente? a atos normativos infra-legais de competência das autoridades administrativas? que se dirá de atrelar o ato emanado do Poder Legislativo à específico? emanadas de entes desprovidos de competência normativa.

Ante o exposto, e considerando presentes os pressupostos? constitucionalidade, legalidade e regimentalidade para aprovação da proposta? Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável ao projeto de lei, de modo a que seja procedida a alteração da redação do artigo 1º da Lei nº 14428/04, conforme proposição do autor.

Sala das Comissões, em 18/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 405/08

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Edson Praczyk o presente projeto de lei visa alterar a Lei nº 14427, de 07/06/04, que dispõe sobre o uso do aparelho desfibrilador, em eventos de grande concentração de pessoas.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável. Chamada esta Comissão de Saúde Pública a opinar, conclui que:

O projeto de lei tem por finalidade o aumento do número de desfibriladores em eventos de grande concentração.

Conforme estudos realizados, ficou comprovado que um único aparelho desfibrilador seria ineficaz no atendimento médico, desta forma se faz necessário um número maior de aparelhos para garantir um melhor atendimento a todos.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 405/08.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

NEY LEPREVOST - Relator

**ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 936/08, que altera a estrutura organizacional dos serviços de foro judicial e cria o quadro de pessoal de 1º grau de jurisdição do Poder Judiciário, em observância ao disposto no artigo 1º, parágrafos 5º e 6º da Lei nº 14277/03, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

PROJETO DE LEI Nº 470/08

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

O Governador do Estado do Paraná faça saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Capítulo I**

**Disposições Gerais**

Art. 1º As carreiras dos funcionários públicos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as atribuições das unidades estatizadas que substituem as escritanias e ofícios da justiça são regidas por esta lei.

Parágrafo Único. Os cargos referidos nesta lei são remunerados exclusivamente pelos cofres públicos, sendo vedada a percepção de custas ou emolumentos, aplicando-se aos seus ocupantes as normas do Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 2º As escritanias e ofícios do foro judicial passam a se designar de secretarias do foro judicial com as seguintes denominações:

I - Secretaria do Cível;

II - Secretaria do Crime;

III - Secretaria da Fazenda Pública, Falência e Recuperação de Empresas;

IV - Secretaria de Família;

V - Secretaria da Infância e Juventude;

VI - Secretaria de Execuções Penais;

VII - Secretaria de Inquéritos Policiais;

VIII - Secretaria de Execuções de Penas e Medidas

Alternativas;

IX - Secretaria de Delitos de Trânsito;

X - Secretaria de Adolescentes Infratores;

XI - Secretaria de Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Precatórias Cíveis;

XII - Secretaria de Precatórias Criminais;

XIII - Secretaria da Corregedoria dos Presídios;

XIV - Secretaria do Tribunal de Júri;

XV - Secretaria do Distribuidor;

XVI - Secretaria do Contador e Partido;

XVII - Secretaria do Depositário Público;

XVIII - Secretaria dos Juizados Especiais.

Art. 3º Os serviços afetos às secretarias compreendem a prática de todos os atos privativos dos Escrivas, Oficiais Distribuidores, Avaliadores, Contadores e Depositários, previstos em lei e atos normativos da Corregedoria-Geral da Justiça, observadas as formas, usos, estilos e costumes seguidos no foro, salvo quando existir na comarca secretarias com estas atribuições específicas.

Art. 4º A direção e chefia dos trabalhos das secretarias e exercida pelo ocupante da função gratificada pelo Diretor de Secretaria e a de supervisão dos trabalhos é exercida pelo ocupante da função gratificada de Supervisor.

§ 1º Por Secretaria haverá uma função gratificada de Diretor e duas de Supervisor.

§ 2º As secretarias podem funcionar acumuladas no interesse da Justiça, por ato do Presidente do Tribunal, sem implicar em acúmulo das funções gratificadas de Diretor e Supervisores.

Art. 5º As funções gratificadas de Diretor de Secretaria e a de Supervisor integram o Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná.

§ 1º A função de Diretor de Secretaria somente poderá ser exercida por funcionários das Carreiras previstas nesta lei e é privativa de bacharel em Direito.

§ 2º A função de Supervisor somente poderá ser exercida por funcionários das Carreiras previstas nesta lei.

§ 3º Ao Juiz de Direito cabe a indicação dos funcionários de carreira para o exercício das funções referidas no *caput*, cuja designação dar-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, segundo critério de oportunidade e conveniência.

## Capítulo II

### Do Quadro de Pessoal

Art. 6º O Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição é composto pelas carreiras constituídas por cargos de provimento efetivo:

- I - Analista Judiciário e
- II - Técnico Judiciário;

Art. 7º As classes dos cargos efetivos das Carreiras referidas no artigo 6º desta lei são estruturados em níveis, na forma do Anexo I desta lei, de acordo com as seguintes áreas de atividade:

I - área judiciária, compreendendo os serviços realizados na área jurídica, abrangendo processamento de feitos, análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito, bem como elaboração de pareceres jurídicos, certidões e informações;

II - área de apoio especializado ou técnico, compreendendo os serviços para a execução dos quais se exige do funcionário o devido registro no órgão fiscalizador do exercício da profissão ou o domínio de habilidade específicas, a critério da administração e

III - área de apoio administrativo, compreendendo a área de formalização dos atos processuais de mero expediente e respectiva certificação, escrituração de livros, digitalização de documentos, atendimento ao público, dentre outras atribuições definidas em lei e regulamentos.

Parágrafo Único. As áreas de que trata o *caput* deste artigo poderão ser classificadas em especialidades, quando for necessária formação especializada, por exigência legal ou habilidades específicas para o exercício das atribuições do cargo.

Art. 8º As atribuições dos cargos são as descritas em regulamento, observado o seguinte:

I - Carreira de Analista Judiciário: atividades de planejamento, organização, coordenação, supervisão técnica, assessoramento, estudo, pesquisa, elaboração de certidões, pareceres, laudos ou informações e execução de tarefas de maior grau de complexidade e

II - Carreira de Técnico Judiciário: execução de tarefas de suporte técnico, judiciário e administrativo e apoio em geral.

§ 1º Aos ocupantes do cargo da carreira de Analista Judiciário na área de apoio relacionadas às funções de avaliação psicológica, pedagógica e social é conferida, respectivamente, a denominação de Psicólogo Judiciário, Pedagogo Judiciário e de Assistente Social Judiciário para fins de identificação funcional.

§ 2º Os ocupantes do cargo da carreira de Técnico Judiciário podem ser designados para atividades internas e externas concernentes com as atribuições de Oficial de Justiça, Comissário da Infância e Juventude, Porteiro de Auditório e Leiloeiro, sob estas denominações para fins de identificação funcional, observado o seguinte:

I - o exercício das atribuições de Oficial de Justiça, Comissário da Infância e Juventude e de Leiloeiro tem como pressuposto a frequência e aprovação em curso de qualificação que será regulamentado pelo Presidente do Tribunal de Justiça;

II - o exercício das atribuições de Oficial de Justiça e Comissário da Infância e da Juventude implicará em dispensa das atividades próprias do cargo de Técnico Judiciário em grau definido pelo Juiz Titular ao qual o funcionário estiver subordinado;

III - o exercício das funções de porteiro de auditório e de leiloeiro dar-se-á por designação do Juiz Diretor do Fórum, através de portaria, e não implicarão em dispensa do cumprimento de outras atribuições próprias ao cargo;

IV - As atribuições de Comissário da Infância e da Juventude serão as definidas em lei e, supletivamente, pelo Presidente do Tribunal de Justiça;

Art. 9º O ingresso em qualquer dos cargos de provimento efetivo das Carreiras da presente lei dar-se-á no primeiro nível, após aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo Único. Poderá ser incluída, como etapa do concurso público, programa de formação, de caráter eliminatório, classificatório ou eliminatório e classificatório.

Art. 10. São requisitos de escolaridade para ingresso:

I - para o cargo de Analista Judiciário, curso de ensino superior ou licenciatura plena conforme a área de atuação, correlacionado com a especialidade, se for o caso;

II - para o cargo de Técnico Judiciário, curso de ensino médio, ou curso técnico equivalente, ou curso superior correlacionado com a especialidade da área de apoio, se for o caso;

Parágrafo Único. Além dos requisitos previstos neste artigo, poderá ser exigida formação especializada, conhecimentos elementares de determinada área, experiência e registro profissional a serem definidos em regulamento e especificados em edital de concurso.

### Capítulo III

#### Da Lotação e do Desenvolvimento na Carreira

Art. 11. Os concursos para os cargos de provimento efetivo relacionados nesta lei podem ser prestados para as seções judiciárias, para as comarcas, para os foros da comarca da região metropolitana de Curitiba, ou ainda, por regiões a serem definidas em edital.

§ 1º A nomeação se dará com prioridade para a localidade definida pela administração como a de maior serviço forense.

§ 2º Estabelecida a prioridade das secretarias para receber as lotações será ofertada, no edital de concurso, aos candidatos a escolha da vaga para a qual pretende ser nomeado, conforme sua classificação final.

Art. 12. Os cargos desta lei não são vinculados às localidades de nomeação ou de lotação e podem ser livremente remanejados pela Administração Públicas conforme a necessidade de serviço por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único. No edital de abertura do concurso constará a qual área o cargo se destina, se judiciária simples ou de apoio especializado.

Art. 13. O desenvolvimento dos funcionários nos cargos de provimento efetivo das carreiras dar-se-á mediante progressão funcional nos termos definidos em lei.

§ 1º A remoção somente ocorrerá para as localidades definidas pela Administração Pública como prorrogarias para a manutenção da lotação ou recebimento, por remanejamento, do cargo nos termos do *caput* do artigo 12 desta lei.

§ 2º Vencida a fase do *caput* do artigo 12 desta lei e definida a localidade em que o exercício das atribuições do cargo se dará, será aberto edital para remoção ou de concurso de ingresso, conforme o caso.

§ 3º Até a nomeação derivada de uma das formas referidas no parágrafo 2º deste artigo, por ato do Presidente do Tribunal para o cargo vago poderá ser designado, a título precário, funcionário com lotação em outra localidade.

§ 4º Os ocupantes dos cargos previstos nesta lei serão admitidos à remoção independentemente do nível em que estiverem, observado que:

I - os quinhentos primeiros cargos serão providos necessariamente por nomeação derivada de concurso de ingresso;

II - esgotada a hipótese do inciso I deste artigo somente serão aceitos a concorrer à remoção os que tiverem dois anos do efetivo exercício no cargo.

### Capítulo IV

#### Da Remuneração

Art. 14. Os vencimentos básicos dos cargos de provimento efetivo das Carreiras do Quadro de Pessoal cons-

tante desta lei são os definidos no Anexo I desta lei, observado as diferenças de níveis de ascensão pelo funcionário.

Art. 15. Ficam instituídas as Gratificações de Direção de Secretaria e Supervisão, equivalentes, respectivamente, a 50% (cinquenta por cento) e a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento básico do funcionário que para uma ou outra for designado.

§ 1º Os valores das gratificações não serão incorporadas em nenhuma hipótese aos vencimentos ou proventos de aposentadoria dos funcionários.

§ 2º É obrigatória a participação em programa de reciclagem conforme disciplinado em regulamento, para o recebimento da gratificação prevista no *caput* deste artigo.

Art. 16. Pela execução de trabalhos externos pelos designados para as funções de oficial de Justiça e Comissário da Infância e da Juventude fica criada indenização de transporte relativa às despesas decorrentes da utilização de meios próprios de locomoção para desincumbir-se do serviço e será calculada até o percentual de 150% (cento e cinquenta por cento) sobre o vencimento básico da classe inicial do cargo de Técnico Judiciário.

§ 1º A fixação do valor que será pago em razão da indenização referida no *caput* deste artigo será definida pelo Conselho do Fundo da Justiça com base em regulamento do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º A indenização prevista neste artigo não integrará o cômputo e nem servirá de base para fins de proventos de aposentadoria.

Art. 17. Os funcionários regidos por esta lei não poderão ser lotados no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Art. 18. É vedado:

I - O aproveitamento, a transferência ou transformação de cargos e funções gratificadas do Quadro das Secretarias Judiciais de 1º de Jurisdição na Secretaria do Tribunal de Justiça;

II - A lotação ou nomeação em cargo em comissão de funcionário do Quadro das Secretarias Judiciais de 1º Grau de Jurisdição na Secretaria do Tribunal de Justiça.

### Capítulo V

#### Disposições Finais e Transitórias

Art. 19. As despesas resultantes da execução desta lei correm à conta das dotações consignadas ao Poder Judiciário no Orçamento Geral do Estado e ao Fundo da Justiça.

Art. 20. A eficácia do disposto nesta lei fica condi-

cionada ao atendimento do parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição Federal das normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 21. Os cargos, as escrivânias, os ofícios e as titularidades previstos nos 119 e incisos e artigo 123, incisos II a XVI da Lei Estadual nº 14277 de 2003, vagos na data da publicação da presente são declarados extintos, assim como, ficam extintos à medida que vagarem, passando as respectivas atribuições na forma atualmente organizadas às secretarias, conforme disposto nesta lei.

Art. 22. Aos ocupantes dos cargos previstos nos artigos 119 e incisos e 123, incisos II a XVI da Lei Estadual nº 14277 de 2003 não se aplicam os termos da presente lei.

Art. 23. Ficam criados:

§ 1º Oitocentos cargos de Analista Judiciário.

§ 2º Dois mil e quatrocentos cargos de Técnico Judiciário.

§ 3º A designação do cargo para determinada localidade e o respectivo preenchimento estão condicionados aos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e à disponibilidade orçamentária e financeira com base nos vencimentos estabelecidos conforme anexo I a presente lei.

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### ANEXO I

Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário de Primeiro Grau de Jurisdição do Estado do Paraná. (Art. 7º da Lei nº, de 2008).

Cargo	Nível	Vencimento
Analista Judic.	9	3.176,79
	8	3.104,07
	7	3.033,03
	6	2.963,56
	5	2.527,29
	4	2.469,42
	3	2.412,87
	2	2.357,64
	1	2.303,66

	9	1.694,24
	8	1.655,51
	7	1.622,40
	6	1.589,98
	5	1.558,18
	4	1.523,15
	3	1.488,91
	2	1.455,43
Téc. Judiciário	1	1.422,70

#### JUSTIFICATIVA:

A estatização das serventias do foro judicial é estabelecida no artigo 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no artigo 1º, parágrafos 5º e 6º, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Tal obrigatoriedade foi reafirmada por recente decisão do Conselho Nacional da Justiça que definiu o prazo de um ano para que se realize a transposição do regime privado para o público de gestão das serventias (Procedimento de Controle Administrativo nº 2008.13759).

O Fundo da Justiça, criado pelo Lei nº 15942/08, possui crédito neste ano de um milhão de reais (R\$ 1.000.000,00) e orçamento para 2009 de cerca de dezesseis milhões de reais (R\$ 16.000.000,00). Esse fundo dará suporte financeiro à referida transposição. O presente anteprojeto complementa a finaliza tal processo, ao estabelecer o quadro de pessoal de 1º grau de jurisdição necessário à efetivação da estatização das serventias.

A elaboração da presente proposta legislativa teve por base o bem sucedido exemplo da Justiça Federal derivado da Lei nº 11416/06. A estrutura é simples e flexível. Os entraves que existem no atual modelo (CODJ) foram suprimidos, substitui-se integralmente o modelo e quadro antigos pelo novo. Trata-se com igualdade todos os funcionários prestadores de serviços judiciais (cível, crime, juizado, família, fazenda pública, distribuidor, contador, etc.)

As unidades administrativas da Justiça de primeiro grau poderão ser compostas (contingente de funcionário) conforme a demanda do serviço a ser prestado e segundo regulamentação a ser estabelecida pela Administração (Presidência).

Desaparecem as limitações de atribuições e tarefas, o que viabiliza a melhor utilização de recursos humanos, inclusive com possibilidade de aglutinação, em uma só Secretaria de Vara, das várias funções próprias ao foro judicial, o que é de grande utilidade para as pequenas comarcas.

As áreas de atuação dos analistas (bacharéis) e técnicos (segundo grau) serão definidas pela Administração

no edital de concurso (judicial; administrativa que engloba a de informática e a da contadoria; psicologia; assistência social e pedagogia).

O local de lotação dos funcionários será ofertado conforme prioridade estabelecida no mesmo edital e providos os cargos a partir da escolha feita por ordem de classificação final do aprovado. Os concursos poderão ser efetivados para seções judiciárias, comarcas, foros ou regiões, conforme a necessidade. Os serviços externos serão realizados por técnicos ou analistas especialmente designados para tanto segundo as respectivas habilitações.

Os cargos, desde que vagos, poderão ser livremente remanejados pelo Administrador conforme as necessidades forem se transformando. Tal possibilidade visa atender as variações sazonais da demanda dos serviços judiciais, bem como a adequação aos avanços tecnológicos, em especial na área da informática que requalificam o perfil do servidor do Poder Judiciário (o trabalho burocrático é substituído em parte pelo de apoio e de manutenção de maquinário).

No estado do Paraná, Lei nº 14277/03, o 1º grau de jurisdição é composto por 421 (quatrocentos e vinte e uma) Varas autorizadas e, dentre elas, 221 (duzentos e vinte e uma) serventias estão sob o regime privado, com cargos não remunerados pelo erário.

Dessas 221 serventias a serem estatizadas, 24 podem ser oficializadas em curto prazo, por já estarem vagos os cargos dos titulares e 197 a médio e longo prazo, na medida em que ocorrer a vacância, respeitando-se os direitos dos atuais titulares.

Visando atender tais exigências a proposta estabeleceu a criação de oitocentos (800) cargos de analista e dois mil e quatrocentos (2.400) de técnico. Tal contingente se mostra suficiente para cobrir a demanda a curto e médio prazo em todo o estado.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 470/08

### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O Presente Projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, dispõe sobre a estrutura das secretarias, criação, atribuição e remuneração de cargos e carreira, Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, bem como as atribuições das unidades estatizadas que substituem as Escrivanias e Ofícios da Justiça são regidas por esta lei.

#### Fundamentação

Primeiramente importa observar se o presente projeto de lei, posto que oriundo do Tribunal de Justiça do Paraná, cumpre os requisitos constitucionais formais quando à iniciativa legiferante no tocante à matéria proposta. Infere-se positivamente a primeira assertiva, em virtude da competência privativa atribuída aos tribunais

por parte da Constituição da República, que dispõe em seu artigo 96. I. b:

Art. 96. Compete privativamente:

I - Aos tribunais:

(...)

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva.

No estado do Paraná, seguindo o marco da ordem Constitucional Federal o Constituinte Estadual atribuiu como competência privativa do Tribunal de Justiça a legitimidade para propor ao Poder Legislativo Estadual a criação, transformação e remuneração de cargos em suas secretaria e órgãos auxiliares, conforme se pode observar no artigo 101, I, b da Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, III e 153, parágrafo 2º. I da Constituição Federal;

Sobre o conteúdo material do presente projeto de lei, a análise quanto à constitucionalidade e legalidade, esbarra em alguns artigos e conceitos pontuais, como o conceito de servidor público e a eficácia condicionada da lei em seu artigo 20. Sobre as citadas antijuridicidades se analisará a seguir.

Na Constituição de República de 1988 novo conceito veio a substituir o denominado "funcionário público", da Constituição de 1967. Este novo conceito, denominado na Seção II, Capítulo VII do Título III da Constituição da República vem a ser de servidor público. Não se refere mais a Constituição da República, em nenhum de seus artigos à funcionário público, terminologia extirpada constitucionalmente do nosso ordenamento jurídico<sup>1</sup>, e restando apenas em normas promulgadas anteriormente à vigência da atual Constituição<sup>2</sup>.

A nomenclatura servidor público já está perfeitamente assente no ordenamento jurídico brasileiro, conforme preleciona a ilustre doutrinadora Maria Sílvia Di Pietro de maneira objetiva que a "Constituição de 1988, que substitui a expressão funcionário público por servidor público (...)"<sup>3</sup>.

Sugere-se, portanto, a substituição do termo funcionários por servidores, em todas os artigos e incisos do

1. DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. DIREITO ADMINISTRATIVO. 20ª Ed. Editora Atlas, São Paulo, 2005. Pg. 475.

2. \_\_\_\_\_. Pg. 480.

3. \_\_\_\_\_. Pg. 481.

projeto, conforme emenda substitutiva geral proposta abaixo.

Sobre as consequências financeiras advindas do presente projeto, há no presente projeto, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, bem como a demonstração, de forma genérica, dos recursos necessários ao seu custeio, atendendo ao disposto no artigo 16, I, II e artigo 17, parágrafo 1º da Lei Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101.

Ocorre que o artigo 20 do projeto em análise dispõe:

Art. 20. A eficácia do disposto nesta lei fica condicionada ao atendimento do parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição Federal e das normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Ora, o citado dispositivo condiciona a lei na íntegra à normas correlacionadas a impacto financeiro. Insta observar que a entrada em vigor da lei não gera, por si só, qualquer dispêndio por parte do Poder Público. Outrossim, o parágrafo 3º do Art. 22 do projeto de lei já traz, expressamente a condicionante quando do preenchimento do cargo, visto que, este ato administrativo sim irá ter repercussões orçamentárias. Quanto aos efeitos orçamentários de forma genérica, há previsão de recursos no anexo, na forma da lei, conforme delineado abaixo.

Considerando que o parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição da República dispõe que:

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (sem grifos no original).

Considerando que a Lei Complementar nº 101/00, a Lei de Responsabilidade Fiscal, vem, dentro outros, estabelecer limites à remuneração com pessoal<sup>1</sup>, e que o limite estipulado vinculada o administrador público;

Concluiu-se que não há que se falar em "eficácia contida" do presente projeto de lei, mas sim que da sua promulgação os requisitos constitucionais e os previstos na lei complementar devem, neste momento, estar atendidos, sob pena de invalidade da presente lei por inconstitucionalidade material. É quando da criação dos cargos, ou seja, da promulgação da lei, que devem ser atendidos o disposto no parágrafo 1º, I e II do artigo 169 da Constitui-

ção da República e aos artigos 16, 17, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/00.

Uma vez que o ordenador de despesas, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, declara que o cumprimento dos requisitos formais da Lei Complementar nº 101/00 se dará na medida da vacância e conseqüente estatização não tem sentido vincular a vigência da lei ao disposto na Lei Complementar nº 101/00, haja vista já terem os seus dispositivos atendidos. O condicionante retira a objetividade do presente projeto de lei, em desconformidade com a Lei Complementar nº 095/98<sup>2</sup>. Propõe-se, portanto, a supressão do artigo 20 do presente projeto de lei.

Muito embora o Deputado Douglas Fabrício tenha apresentado emendas ao projeto em análise, entendemos se tratar de emendas relativas ao mérito, razão pela qual deverão ser apresentadas em Plenário, uma vez que as emendas apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça destinam-se apenas a sanar eventuais vícios de constitucionalidade ou de legalidade eventualmente apresentados pelos projetos de lei.

#### Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade do projeto 470/08, esta Comissão opina pela aprovação do presente projeto de lei, na forma da emenda substitutiva geral.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 470/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno, ficam modificados os artigos 1º, 2º, 5º parágrafo 1º, 5º parágrafo 2º e 5º, parágrafo 3º, 7º II, 8º parágrafo 2º II, 13, 13 parágrafo 3º, 14, 15, 15 parágrafo 1º, 17, 18 II, e suprimido o artigo 21 do Projeto de Lei nº 470/08, na forma abaixo:

1. Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do artigo 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida a seguir discriminados:

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

Art. 20. A repartição dos limites globais do artigo 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

II - na esfera estadual:

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

2. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00).

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

O Governador do Estado do Paraná faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

## Capítulo I

### Disposições Gerais

Art. 1º As carreiras dos servidores públicos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná e as atribuições das unidades estatizadas que substituem as escritanias e escritórios da Justiça são regidas por esta lei.

Parágrafo Único. Os cargos referidos nesta lei são remunerados exclusivamente pelos cofres públicos, sendo vedada a percepção de custas ou emolumentos, aplicando-se aos seus ocupantes as normas do Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 2º As escritanias e escritórios do foro judicial passam a se designar de secretarias do foro judicial com as seguintes denominações:

- I - Secretaria do Cível;
- II - Secretaria do Crime;
- III - Secretaria da Fazenda Pública, Falência e Recuperação de Empresas;
- IV - Secretaria de Família;
- V - Secretaria da Infância e Juventude;
- VI - Secretaria de Execuções Penais;
- VII - Secretaria de Inquéritos Policiais;
- VIII - Secretaria de Execuções de Penas e medidas Alternativas;
- IX - Secretaria de Dilitos de Trânsito;
- X - Secretaria de Adolescentes Infratores;
- XI - Secretaria de Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Precatórias Cíveis;
- XII - Secretaria de Precatórias Criminais;
- XIII - Secretaria da Corregedoria dos Presídios;
- XIV - Secretaria do Tribunal de Júri;
- XV - Secretaria do Distribuidor;
- XVI - Secretaria do Contador e Partidor;
- XVII - Secretaria do Depositário Público;
- XVIII - Secretaria dos Juizados Especiais.

Art. 3º Os servidores afetos às secretarias compreendem a prática de todos os atos privativos dos Escrivães, Oficiais Distribuidores, Avaliadores, Contadores e Depositários, previstos em lei e atos normativos da Corregedoria Geral da Justiça, observadas as formas, usos, estilos e costumes seguidos no foro, salvo quando existir na comarca secretarias com estas atribuições específicas.

Art. 4º A direção e chefia dos trabalhos das secretarias é exercida pelo ocupante da função gratificada de Diretor de Secretaria e a de supervisão dos trabalhos é exercida pelo ocupante da função gratificada de Supervisor.

§ 1º Por Secretaria haverá uma função gratificada de Diretor e duas de Supervisor.

§ 2º As Secretarias podem funcionar acumuladas no interesse da Justiça, por ato do Presidente do Tribunal, sem implicar em acúmulo das funções gratificadas de Diretor e Supervisor.

Art. 5º As funções gratificadas de Diretor de Secretaria e a de Supervisor integram o Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná.

§ 1º A função de Diretor de Secretaria somente poderá ser exercida por servidores das carreiras previstas nesta lei e é privativa de bacharel em Direito.

§ 2º A função de Supervisor somente poderá ser exercida por servidores das carreiras previstas nesta lei.

§ 3º Ao Juiz de Direito cabe a indicação dos servidores de carreira para o exercício das funções referidas no *caput*, cuja designação dar-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, segundo critério de oportunidade e conveniência.

## Capítulo II

### Do Quadro de Pessoal

Art. 6º O Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição é composto pelas carreiras constituídas por cargos de provimento efetivo:

- I - Analista Judiciário e;
- II - Técnico Judiciário.

Art. 7º As classes dos cargos efetivos das carreiras referidas no artigo 6º desta lei são estruturados em níveis, na forma do Anexo I desta lei, de acordo com as seguintes áreas de atividade:

I - área judiciária, compreendendo os serviços realizados na área jurídica, abrangendo processamento de feitos, análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito, bem como elaboração de pareceres jurídicos, certidões e informações;

II - área de apoio especializado ou técnico, compreendendo os serviços para a execução dos quais se exige do servidor registro no órgão fiscalizador do exercício da profissão ou o domínio de habilidades específicas, a critérios da administração e;

III - área de apoio administrativo, compreendendo a área de formalização dos atos processuais de mero expediente e respectiva certificação, escrituração de livros, digitalização de documentos, atendimento ao públicos, dentre outras atribuições definidas em lei e regulamentos.

Parágrafo Único. As áreas de que trata o *caput* deste artigo poderão ser classificadas em especialidades, quando for necessária formação especializada, por exigência legal ou habilidades específicas para o exercício das atribuições do cargo.

Art. 8º As atribuições dos cargos são as descritas em regulamento, observando o seguinte:

I - Carreira de Analista Judiciário: atividades de planejamento, organização, coordenação, supervisão técnica, assessoramento, estudo, pesquisa, elaboração de certidões, pareceres, laudos ou informações e execução de tarefas de maior grau de complexidade e;

II - Carreira de Técnico Judiciário: execução de tarefas de suporte técnico, judiciário e administrativo e apoio em geral.

§ 1º Aos ocupantes do cargo de carreira de Analista Judiciário na área de apoio relacionadas às funções de avaliação psicológica, pedagógica e social é conferida, respectivamente, a denominação de Psicólogo Judiciário, Pedagogo Judiciário e de Assistente Social Judiciário para fins de identificação funcional.

§ 2º Os ocupantes do cargo da carreira de Técnico Judiciário podem ser designados para atividades internas e externas concernentes com as atribuições de Oficial de Justiça, Comissário da Infância e Juventude, porteiro de Auditório e Leiloeiro, sob estas denominações para fins de identificação funcional, observado o seguinte:

I - o exercício das atribuições de Oficial de Justiça, Comissário da Infância e Juventude e de Leiloeiro tem como pressuposto a frequência e aprovação em curso de qualificação que será regulamentado pelo Presidente do Tribunal de Justiça;

II - o exercício das atribuições de Oficial de Justiça e Comissário da Infância e da Juventude implicará em dispensa das atividades próprias do cargo de Técnico Judiciário em grau definido pelo Juiz Titular ao qual o servidor estiver subordinado;

III - o exercício das funções de porteiro de auditório e de leiloeiro dar-se-á por designação do Juiz Diretor do Fórum, através de portaria, e não implicarão em dispensa do cumprimento de outras atribuições próprias ao cargo;

IV - as atribuições da função de Comissário da Infância e da Juventude serão as definidas em lei e, supletivamente, pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 9º O ingresso em qualquer dos cargos de provimento efetivo das carreiras da presente lei dar-se-á no primeiro nível, após aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo Único. Poderá ser incluída, como etapa do concurso público, programa de formação de caráter eliminatório, classificatório ou eliminatório e classificatório.

Art. 10. São requisitos de escolaridade para ingresso:

I - para o cargo de Analista Judiciário, curso de ensino superior ou licenciatura plena conforme a área de atuação, correlacionado com a especialidade, se for o caso;

II - para o cargo de Técnico Judiciário, curso de ensino médio, ou curso de técnico equivalente, ou curso superior correlacionado com a especialidade da área de apoio, se for o caso.

Parágrafo Único. Além dos requisitos previstos neste artigo, poderá ser exigida formação especializada, conhecimentos elementares de determinada área, experiência e registro profissional a serem definidos em regulamento e especificados em edital de concurso.

### Capítulo III

#### Da Lotação e do Desenvolvimento na Carreira

Art. 11. Os concursos para os cargos de provimento efetivo relacionados nesta lei podem ser prestados para as seções judiciárias, para as comarcas, para os foros da comarca da região metropolitana de Curitiba, ou ainda, por regiões a serem definidas em edital.

§ 1º A nomeação se dará com prioridade para a localidade definida pela Administração como a de maior serviço forense;

§ 2º Estabelecida a prioridade das secretarias para receber as lotações será ofertada, no edital de concurso, aos candidatos a escolha da vaga para a qual pretende ser nomeado, conforme sua classificação final.

Art. 12. Os cargos desta lei não são vinculados às localidades de nomeação ou de lotação e podem ser livremente remanejados pela Administração Pública conforme e necessidade de serviço por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único. No edital de abertura do concurso constará a qual área o cargo se destina, se judiciária simples ou de apoio especializado.

Art. 13. O desenvolvimento dos servidores nos cargos de provimento efetivo das carreiras dar-se-á mediante progressão funcional nos termos definidos em lei.

§ 1º A remoção somente ocorrerá para as localidades definidas pela Administração Pública como prioritárias para a manutenção da lotação ou recebimento, por remanejamento, do cargo nos termos do *caput* do artigo 12 desta lei.

§ 2º Vencida a fase do *caput* do artigo 12 desta lei e definida a localidade em que o exercício das atribuições do cargo se dará, será aberto edital para remoção ou de concurso de ingresso, conforme o caso.

§ 3º Até a nomeação derivada de uma das formas referidas no parágrafo 2º deste artigo, por ato do Presidente do Tribunal para o cargo vago poderá ser designado, a título precário, servidor com lotação em outra localidade.

§ 4º Os ocupantes dos cargos previstos nesta lei serão admitidos à remoção independente do nível em que estiverem, observado que:

I - os quinhentos primeiros cargos serão providos necessariamente por nomeação derivada de concurso de ingresso;

II - esgotada a hipótese do inciso I deste artigo somente serão aceitos a concorrer à remoção os que tiverem dois anos de efetivo exercício no cargo.

#### Capítulo IV Da Remuneração

Art. 14. Os vencimentos básicos dos cargos de provimento efetivo das carreiras do Quadro de Pessoal constante desta lei são os definidos no Anexo I desta lei, observado as diferenças de níveis de ascensão pelo servidor.

Art. 15. Ficam instituídas as Gratificações de Direção de Secretaria e Supervisão, equivalentes, respectivamente, a 50% (cinquenta por cento) e a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento básico do servidor que para uma ou outra for designado.

§ 1º Os valores das gratificações não serão incorporados em nenhuma hipótese aos vencimentos ou proventos de aposentadoria dos servidores;

§ 2º É obrigatória a participação em programa de reciclagem, conforme disciplinado em regulamento, para o recebimento da gratificação prevista no *caput* deste artigo.

Art. 16. Pela execução de trabalhos externos pelos designados para as funções de Oficial de Justiça e Comissário da Infância e da Juventude fica criada indenização de transporte relativa às despesas decorrentes de utilização de meios próprios de locomoção para desincumbir-se do serviço e será calculada até o percentual de 150% (cento e cinquenta por cento) sobre o vencimento básico da classe inicial do cargo de Técnico Judiciário.

§ 1º A fixação do valor que será pago em razão da indenização referida no *caput* deste artigo será definida pelo Conselho do Fundo da Justiça com base em regulamento do Presidente do Tribunal de Justiça;

§ 2º A indenização prevista neste artigo não integrará o cômputo e nem servirá de base para fins de proventos de aposentadoria.

Art. 17. Os servidores regidos por esta lei não poderão ser lotados no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Art. 18. É vedado:

I - o aproveitamento, a transferência ou transformação de cargos e funções gratificadas do Quadro das Secretarias Judiciais de 1º Grau de Jurisdição na Secretaria do Tribunal de Justiça;

II - a lotação ou nomeação em cargo em comissão de servidor do Quadro das Secretarias Judiciais de 1º Grau de Jurisdição na Secretaria do Tribunal de Justiça.

#### Capítulo V Disposições Finais e Transitórias

Art. 19. As despesas resultantes da execução desta lei ocorrem à conta das dotações consignadas ao Poder Judiciário no Orçamento Geral do Estado e ao Fundo da Justiça.

Art. 20. Os cargos, as escrivânias, os ofícios e as titularidades previstos no artigo 119 e incisos e artigo 123, incisos II a XVI da Lei Estadual nº 14277 de 2003, vagos na data da publicação da presente são declarados extintos, assim como, ficam extintos à medida que vagarem, passando as respectivas atribuições na forma atualmente organizadas às Secretarias, conforme disposto nesta lei.

Art. 21. Aos ocupantes dos cargos previstos nos artigos 119 e incisos e 123, incisos II a XVI da Lei Estadual nº 14277 de 2003 não se aplicam os termos da presente lei.

Art. 22. Ficam criados:

§ 1º 800 cargos de Analista Judiciário;

§ 2º 2400 cargos de Técnico Judiciário;

§ 3º A designação do cargo para determinada localidade e o respectivo preenchimento estão condicionados aos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e à disponibilidade orçamentária e financeira com base nos vencimentos estabelecidos conforme anexo I a presente lei.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 470/08

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 3º do Regimento Interno, fica inserido no presente projeto de lei o parágrafo único no artigo 21, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 21. Os cargos, as escrivânias, os ofícios e as titularidades previstos nos artigos 119 e incisos e artigo 123, incisos II a XVI da Lei Estadual nº 14277 de 2003, vagos na data da publicação da presente serão declarados extintos, assim como, ficarão extintos à medida que vagarem, passando as respectivas atribuições na forma atualmente organizadas às Secretarias, conforme disposto nesta lei e ressalvado o disposto nos parágrafos do presente artigo.

§ 1º A extinção de que trata o *caput*, se dará após o regular processo de remoção e promoção na carreira dos

atuais ocupantes de cargos similares, respeitando o direito dos atuais servidores;

§ 2º Não existindo legítimo interessado ou não requerendo a remoção ou promoção em tempo hábil, previamente definido em edital será declarado vago e extinto o cargo.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Esta Presidência deixa de apreciar esta matéria, nesta Sessão, em virtude de não ter recebido o parecer da Comissão de Finanças, num acordo prévio com a presidência desta Casa.

Portanto, este projeto voltará à apreciação de V. Exas. na Sessão de amanhã.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, apenas para poder ficar registrado que fica então prejudicado o requerimento, para amanhã inclusive, porque senão amanhã volta o requerimento para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Veja, tomei uma decisão, num acordo feito com a Comissão de Finanças, encaminhando o projeto à Comissão de Finanças para que de lá venha o parecer.

Vale dizer, também, que convencionamos com a Comissão de Finanças uma reunião, amanhã, com o Desembargador Noronha do Tribunal de Justiça. O Desembargador Noronha virá a esta Casa para discutir com os Deputados. Evidentemente, e quero deixar valor aqui à Mesa, que, por esta razão, deixamos de acatar o Requerimento nº 3868, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 8 (oito) Sessões.

**Retirado pelo autor.**

A Mesa avoca a responsabilidade de não aceitar o requerimento solicitando adiamento por oito Sessões, até por que teremos tempo suficiente para discutir, amanhã, com o Desembargador Noronha.

Está esclarecido, Deputado?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Ficou esclarecido, Sr. Presidente.

## ITEM 16

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/08, que autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, conforme específica e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 137/08, de 17/11/08, em Mensagens).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 497/08

### P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria do Governador do Estado do Paraná Roberto Requião, autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Residência Técnica no Âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná.

O artigo 1º *caput* e seus primeiros parágrafos da proposição sob análise delimitam o objeto do projeto de lei, sendo os demais artigos detalhamento dos mesmos.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná.

§ 1º Para efeitos desta lei, entende-se como Programa de Residência Técnica o conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão, a serem desenvolvidas no âmbito das Secretarias de Estado e nas entidades autárquicas estaduais desde que possuam convênio ou termo de cooperação com cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, ofertados por instituições de ensino superior públicas ou privadas, localizadas no estado do Paraná.

§ 2º O programa de que trata esta lei destina-se a fomentar a especialização de graduados há, no máximo, 36 (trinta e seis) meses, em curso de nível superior, na data da inscrição no programa, e que estejam inscritos ou cursando pós-graduação *Lato Sensu*, ofertado por uma das instituições de ensino Superior, localizadas no estado do Paraná, em áreas relacionadas ao âmbito de atuação dos órgãos e das entidades autárquicas do Poder Executivo.

Em síntese, abre-se espaço nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual para realização de estudos, na forma de Residência Técnica.

O programa será desenvolvido em parceria com instituições de Ensino Superior que firme convênio com o estado do Paraná.

O projeto detalha o processo de seleção e acompanhamento dos alunos residentes, inclusive, mecanismos de avaliação.

Parece-nos que projeto desta natureza contribuirá com a formação de estudantes conhecedores da Administração Pública quando aos seus limites e suas possibilidades.

Se o projeto for bem administrado poderá contribuir em muito com a formação de agentes públicos eficientes e comprometidos com a gestão pública.

Como mencionado na análise prévia, a matéria é de competência do estado do Paraná e a iniciativa cabe ao Governador do Estado.

Quanto ao mérito caberá às demais Comissões e plenário se manifestar.

Pelo exposto, o projeto de lei cumpre os requisitos de admissibilidade no tocante à sua constitucionalidade.

O parecer é pela tramitação na forma regimental.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 497/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei 497/08, em análise, de autoridade do Poder Executivo, tem por finalidade autorizá-lo a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, conforme especifica e adotar outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o projeto de lei em apreço emitiu parecer favorável.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que se trata de Proposição que cria um Programa objetivando a valorização do profissional recém-graduado, através de um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão, a serem desenvolvidas em Secretarias e órgãos estaduais, onde terão prática acadêmica-pedagógica, obtendo experiência no seu ramo de atividade, de suma importância para sua qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.

O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, apresenta apenso ao projeto de lei, estimativa do impacto orçamentário-financeiro, em respeito à Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Diante do exposto, esta Comissão manifesta parecer favorável ao projeto em lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/08, propõe alterações na Lei nº 14260/03 (Lei de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 498/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 14260, de 22/12/03;

I - O artigo 11 - A passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11-A. Poderão ser inscritos em dívida ativa os débitos do IPVA de exercícios anteriores ao corrente, caso não sejam quitados até o último dia útil do exercício anterior.

Parágrafo Único. Poderão também ser inscritos em dívida ativa os débitos de IPVA do exercício corrente em razão de ordem judicial com a finalidade de desvincular o débito da propriedade de veículo.”

II - O artigo 22 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de preços médios de veículos, elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, para ser utilizada como base de cálculo do IPVA para o exercício de 2009, e que constitui o anexo único desta lei.”

III - Fica acrescentando o artigo 23-A:

“Art. 23-A. A Secretaria de Estado da Fazenda manterá Setor Consultivo que terá por incumbência específica responder a todas as consultas relativas ao IPVA, formuladas por contribuintes ou seus órgãos de classe e repartições fazendárias.

Parágrafo Único. As respostas às consultas:

a) serão divulgadas pela Coordenação da Receita do Estado por meio de publicação periódica;

b) servirão como orientação geral da Secretaria de Estado da Fazenda em casos similares;

c) não ilidem a parcela do crédito tributário relativo ao IPVA, constituído e exigível em decorrência das disposições desta lei.”

Art. 2º Ficam dispensados de pagamento os débitos tributários decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, ajuizados ou não, com lançamentos relacionados às embarcações e aeronaves.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importância já recolhidas.

Art. 3º Ficam dispensados de pagamento os débitos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, dos veículos baixados, até 31/12/08, e leiloados pelo Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, na condição de sucata.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de valores já recolhidos.

Art. 4º Os débitos tributários decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, ocorridos até 31/12/03, ajuizados ou não, ficam dispensados de pagamento.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**OBS.: A Tabela dos Valores Venais do IPVA 2009 encontra-se publicada em Anexo a este Diário.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO  
PROJETO DE LEI Nº 498/08

P A R E C E R :

**1. Do projeto**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar a vigência da lei orgânica do IPVA, bem como aprovado uso da tabela de valores médios de veículos elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE para cálculo do referido imposto no ano de 2009.

**2. Fundamentação**

O presente projeto tem por objeto alterar a vigência dos dispositivos constitucionais acerca da matéria tributária relacionada à cobrança de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, no estado do Paraná, bem como visa aprovação da tabela de valores para cálculo do referido imposto.

Em relação já referida matéria, vejamos que a Constituição Federal dá total autonomia, e reveste de legitimidade o autor para legislar sobre a matéria ora analisada, pois assim dispõe:

*Art. 100. Compete aos estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:*

*III - propriedade de veículos automotores.*

Faz-se necessário observar, portanto, que dentro da Constituição Federal os preceitos acerca de referido artigo, abrem margem ao contido no presente projeto de lei, tendo em vista que dá legitimidade e competência ao estado para legislar acerca de IPVA.

Em realidade, parece-nos possível examinar tal questão sem discorrer sobre o perfil federalista brasileiro, delineado na Carta Política vigente: normativamente centralizado, financeiramente repartido e administrativamente descentralizados, no campo tributário, em específico, da lei complementar, e os conteúdos das normas gerais reafirmam a tese do federalismo legiferante concentrador.

Nesse sentido já se manifestou o Supremo Tribunal Federal no Agravo Regimental em Agravo de Instrumento 167777/SP:

*Imposto sobre propriedade de veículos automotores. Disciplina. Mostra-se constitucional a disciplina do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores mediante norma local. Deixando a união de editar normas gerais, exerce a unidade da federação a competência legislativa plena - parágrafo 3º do artigo 24 do corpo permanente da Carta de 1988 -, sendo que, com a entrada em vigor do sistema tributário nacional, abriu-se à união, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a via da edição de leis necessárias à respectiva*

*aplicação - parágrafo 3º do artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta de 1988.<sup>1</sup>*

Diante de tais posicionamentos, tanto doutrinários quanto jurisprudencial, podemos verificar que a Constituição da República autoriza ao estado legislar sobre IPVA por meio de lei ordinária.

Eis aí o ponto que gostaríamos de alcançar, vejamos que a doutrina é bem clara que no intuito de alcançar a conceituação dos termos constitucionais e a efetivação das normas, não se deve inobservar à legalidade exigida para tanto, ou seja, se há por parte do ente federativo, interesse em tomar medidas a fim de executar o disposto na Constituição Republicana, deve ele se ater à legalidade do seu ato.

A partir de tal posicionamento, vejamos que o presente projeto está em acordo com os preceitos constitucionais.

No que concerne à competência legislativa, irrefutável a legitimidade estadual para propor tal medida, uma vez que trata de função do Poder Executivo, cuja autoria partiu do próprio, estando, portanto, conforme os ditames constitucionais, dentro do rol de atribuições deste ente federativo.

Como fica evidenciado, o exercício da competência legislativa fica clara, para legislar acerca de matéria relacionada. Em relação à remissão<sup>2</sup> adotada pelo artigo 2º, a justificativa apresentada diz respeito ao alto índice de inadimplência no IPVA de embarcações e aeronaves, considerando-se que o imposto relativo a estes veículos não é cobrado desde 2005. Já no que tange aos artigos 3º e 4º do projeto em análise, a remissão se justifica diante dos valores elevados que deveriam ser despendidos pelo Poder Público para efetivar a cobrança dos débitos ali referidos.

Poderia se questionar sobre a aplicabilidade da Lei Complementar nº 101/00, no que diz respeito à renúncia de receita. Entretanto, tendo em vista que na justificativa o autor do projeto esclarece que o gasto para cobrança do débito será mais danoso ao Erário do que a arrecadação que seria gerada com a cobrança destes débitos pendentes, de maneira que não se faz necessário o cumprimento do disposto na Lei Complementar.

Cumprir destacar, ainda, o disposto no artigo 150, III, 'b' e 'c' da Constituição Federal:

*Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à união, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios:*

1. STF. Segunda Turma. AGRAG nº 167777/SP. Rel. Min. Marco Aurélio. Publicado no DJU de 09/05/97, p. 18.134.

2. Conforme determina o artigo 172 do Código Tributário Nacional, a remissão consiste na extinção do crédito tributário, por motivos considerados relevantes pelo legislador e supervenientes ao nascimento da obrigação tributária, podendo ser, também, posterior ao lançamento do crédito tributário.

*III - cobrar tributos:*

*b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;*

*c) antes de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 042, de 19/12/03).*

O princípio da anterioridade no direito tributário está associado ao princípio da “não-surpresa tributária”, evitando que os contribuintes sejam surpreendidos com as novas cobranças, sem terem tido tempo suficiente para melhor conhecer a nova legislação, e, em função dela, poderem programar-se, pois também o contribuinte, necessita de planejamento para dar continuidade a suas atividades, assim como para controle do orçamento familiar.

O Supremo Tribunal Federal, por meio da ADIN 939, já declarou que o princípio da anterioridade tributária é cláusula pétrea, pois consiste em garantia individual do contribuinte, confirmando, a Corte Maior, a existência de direitos e garantias de caráter individual dispersos no texto constitucional.

Dessa forma, ainda que o artigo 5º estabeleça que o presente projeto entrará em vigor na data da publicação, diante do exposto no artigo 150, III, ‘c’, da Constituição Federal, têm-se que a cobrança efetiva da nova alíquota só poderá ter início decorridos 90 (noventa) dias da publicação.

Ademais disto no que concerne à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

**3. Conclusão**

Quanto à técnica legislativa o presente projeto, não encontra óbice, junto a Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, o projeto de lei em análise é constitucional e legal, pois está em perfeita consonância no que diz respeito aos preceitos federais e estaduais, não encontrando nenhum óbice.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS AO  
PROJETO DE LEI Nº 498/08**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 498/08, em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 14260, de 22/12/03 (Lei do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA), aprova tabela de preços médios de veículos a ser utilizada como base de cálculo do referido imposto para o exercício de 2009 e adota outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o Projeto de Lei em apreço emitiu parecer favorável.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que a Proposição visa atualizar a tabela de

valores venais de veículos a ser utilizada como base de cálculo para cobrança do IPVA para o próximo ano, formulada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, entidade especializada na área tributária/fiscal.

Trata ainda o projeto da dispensa de pagamento dos débitos do IPVA, relacionados às embarcações e aeronaves; de veículos baixados até 31/12/08 e leiloados pelo DETRAN, na condição de sucata; e débitos de IPVA ocorridos até 31/12/03.

Entendendo ser necessárias tais medidas, diante das justificativas apresentadas pelo Poder Executivo, esta Comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

**ITEM 18**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 516/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/08, que objetiva instituir o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, visando conscientizar e mobilizar a sociedade paranaense para a discussão de tomada de posição sobre o fenômeno das mudanças climáticas globais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 140/08, de 24/11/08, em Mensagens).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 516/08**

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O projeto de lei apresentado pelo Chefe do Poder Executivo objetiva instituir o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, visando conscientizar a sociedade paranaense a respeito das mudanças climáticas globais.

**Fundamentação**

Sobre a iniciativa de projeto de lei, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu artigo 65:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Almeja o presente projeto de lei instituir o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, priorizando sua existência e buscando conscientizar e mobilizar a sociedade paranaense para a discussão acerca do tema das Mudanças Climáticas Globais.

Faz-se de grande valia frisar que o projeto de lei ora em análise encontra espeque em nossa Carta Magna, em seu artigo 225, VI:

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e*

*essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

*VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente:* (grifo nosso)

A instituição do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, visa também, a elaboração da política e de um plano estadual de mudanças climáticas, com o intuito de implementar ações que contribuem para a adaptação dos efeitos da mudança do clima com a participação da sociedade, haja vista a gravidade que as mudanças do clima podem causar ao meio ambiente. Toda esta fundamentação encontra respaldo na Constituição Estadual, em seu artigo 207, que dispõe:

*Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.*

Embora já exista o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, regulamentado pelo Decreto nº 4888/05, visa o presente projeto de lei reconhecer a importância do Fórum e primar por sua existência.

Em seu artigo 6º, o projeto de lei dispõe que as funções de secretariado, membro do Fórum, das Câmaras Temáticas e dos Grupos de Trabalho não serão remunerados, demonstrando que não acarretará despesas ao erário público.

Vislumbra-se, portanto, que o presente projeto de lei encontra-se em consonância com a Constituição.

Quanto à técnica legislativa utilizada, observa-se que o presente projeto de lei está em plena conformidade com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 095/98.

### **Conclusão**

Ante o exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de constitucionalidade, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 516/08

### **P A R E C E R :**

O projeto de lei do Poder Executivo tem como finalidade instituir o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, visando mobilizar e conscientizar a sociedade paranaense a respeito das mudanças climáticas globais.

O artigo 6º do projeto em tela dispõe que as funções de secretariado, membro do Fórum, das Câmaras Temáticas e dos Grupos de Trabalho não serão remunera-

das, o que demonstra que não acarretará despesas ao erário público.

Cumpre-se destacar o teor da declaração do Secretário Interino do Meio Ambiente, Allan Jones dos Santos que o Fórum de Mudanças Climáticas não trará impacto financeiro ao orçamento de 2009, bem como para os dois anos subsequentes.

Diante do exposto, somos de parecer favorável a sua aprovação em plenário.

Sala das Comissões, em 15/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
LUIZ NISHIMORI - Relator

### **Discussão Única**

#### **ITEM 19**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 040/08, veto aposto ao Projeto de Lei nº 796/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a reverter mediante doação, o imóvel que especifica, ao município de Chopinzinho. COM RELATÓRIO DA CCI, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 094/08.

Curitiba, em 16/04/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 006/08, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 796/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelas razões que passo a aduzir.

Pelo princípio da separação dos Poderes, entendo que o Legislador Estadual cumpre a sua função legislativa, ao apresentar a proposta de reverter, mediante doação, ao município de Chopinzinho, imóvel de propriedade do estado do Paraná, conforme especifica e também justifica.

Conforme dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 23, é de competência comum da união, dos estados e dos municípios, zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público. Pois bem, conservar o patrimônio público é uma das competências atribuídas ao estado, e o agente público que infringe o dispositivo constitucional atenta contra a Carta Magna.

Já a Constituição Estadual, em seu artigo 87, inciso VI, aduz que é competência privativa do Governador a organização e o funcionamento da Administração Estadual, onde, inclusive, se insere a gestão do patrimônio público.

Importante destacar que, no vocabulário jurídico, patrimônio público é *representado pelo conjunto de bens*

*que pertencem ao domínio do estado, e que se institui para atender a seus próprios objetivos ou para servir à produção de utilidades indispensáveis às necessidades coletivas* (Silva, De Plácido e, Vocabulário Jurídico atualizadores: Nagibi Slaibi Filho e Gláucia Carvalho - Rio de Janeiro, 2007. Editora Forense, pág. 1015).

A definição acima citada não deixa dúvidas quanto à destinação dos bens públicos, qual seja, o atendimento de seus próprios objetivos, não restando possibilidade de o estado desfazer-se do patrimônio que se compôs, visto que deve aplicá-los em seus propósitos.

Importante dizer que os bens públicos são inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis e, portanto, o agente público deve agir com a cautela pelas responsabilidades que lhe recaem em função dos seus atos.

Importante salientar, ainda, que a legislação eleitoral, mais especificamente a Lei nº 9504/97, veda aos agentes públicos algumas condutas, em período eleitoral, dentre elas a distribuição gratuita de bens, vejamos a redação do parágrafo 10 do artigo 73:

*Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:*

*§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior; casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. (Incluído pela Lei nº 11300 de 2006).*

Assim, conclui-se que, embora o Legislador desempenhe sua função legislativa, o estado deve cumprir o disposto na Constituição Federal, de conservar o patrimônio público, e o disposto na Constituição Estadual, o Governador, como Chefe do Poder Executivo, dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 796/07, encontra-se publicado no DA nº 004/08, de 18/02/08, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 040/08

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 796/07, pretende autorizar o Poder Executivo a reverter mediante doação o imó-

vel que especifica, ao município de Chopinzinho. Aprovado nesta Casa de Leis, foi vetado integralmente pelo Governador do Estado, por julgá-lo contrário ao interesse público. Cabe analisar, neste parecer, acerca da possibilidade do veto ser apreciado no Plenário.

#### Fundamentação

Inicialmente, deve-se arrolar o artigo 71 da Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, a comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.*

*§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.*

*§ 3º Decorrido o prazo de 15 dias, o silêncio do Governador importará em sanção.*

Fixada esta permissa é de se analisar se o prazo de 15 dias foi cumprido. Pelo simples cotejo, destaca-se que o veto está de todo dentro do prazo constitucional, apto estando, porquanto, para apreciação por parte do plenário da Assembléia Legislativa.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Como é um veto ao Projeto de Lei nº 796/07 e como há uma incorreção na Ordem do Dia no que diz respeito à autoria do presente projeto, retiramos da pauta o projeto, em acordo com o próprio autor.

#### Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3856, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3854, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa associa-se a manifestação de pesar do Deputado, em nome de todos os Deputados.

Requerimento nº 3912A, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3910, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3855, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3857 a 3865, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3867, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3870, 3871 e 3872, de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3873 a 3903, de autoria do Deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3912, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 776/07, 390 e 427/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 323, 374, 393, 405, 497, 498 e 516/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/08.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 789/07 e 226/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 470/08 e do Projeto de Resolução nº 023/08

Levanta-se a Sessão.



### ***Anexo:***

## ***Tabela dos Valores Venais do IPVA 2009***



IAWMC HUMMER HMC5 6.5T	22260100	9.45.048	892.907	829.192	771.865	622.355	513.509	416.095	312.418	251.585	208.721	191.945
AM GenCursos modelos de utilitarios	G2005500			46.884	43.963	40.568				255.239	210.174	
ARAUJOE PROPRIA AUTO	IA1430402			11439.401	11.801	11.068	10.703					
IAHO 10.4	IAHO 244	21320100		21320200				9.193	8.732	8.295	7.879	7.173
IAHO 246	21320000	21320000						36.122	34.401	32.762		6.707
ASACALUYPE SPORT	16100000							34.673	33.021	31.448		5.992
IMP/ASIA	148195902	14.372	13.311	12.465	11.519	10.829	9.674					5.717
IMP/ASIA	148195902											5.359
IMP/ASIA	148195901											4.929
IMP/ASIA	21886902											4.690
IMP/ASIA	21889901											4.476
IMP/ASIA ROCSTA	14940100											
IMP/ASIA TOPIC	21860400							25.614	23.604	21.861		
IMP/ASIA TOWNER	21860500											
IMP/ASIA TOWNER COACH	14940200											
IMP/ASIA TOWNER DLX	14940400											
IMP/ASIA TOWNER SDX	21895600											
IMP/ASIA TOWNER TRUCK	14940300											
IMP/ASIA TOWNER TBRK	21890100											
Asia Motors/Cursos modelos de carros importados	G1014802											
Asia Motors/Cursos modelos de utilitarios	G1014801	14.639	13.595	12.594	11.634	11.037	10.197	9.464	8.696	7.057	6.083	5.679
Asia Motors/Cursos modelos de utilitarios	G2016902	39.997	37.553	34.556	32.233	29.925	28.023	25.954	24.369	20.923	19.049	16.353
Asia Motors/Cursos modelos de utilitarios	G2016901	13.723	12.791	11.827	10.853	10.193	9.626	8.965	8.427	7.327	6.188	5.605
IMP/ASTON MARTIN	105919900											
IMP/ASTON MARTIN DB7	10500200											
IMP/ASTON MARTIN DB9	10500400	378.016	325.640	286.034	267.930	266.304	250.132	235.069	223.631	212.975	204.760	196.901
IMP/ASTON MARTIN VANTAGE	10500300		330.695	312.667			31.773	30.650	27.980	26.068	24.613	22.934
IMP/PAUDI	105009500											
IMP/PAUDI 100 S	10500800											
IMP/PAUDI 80 CABRIO	10500300											
IAUDI 80 COUPE	10505600											
IMP/PAUDI 90 S	10500400											
IAUDI 80E	10500500											
IAUDI A2	10505400											
IMP/PAUDI A3	10501400											
IAUDI A3 1.6	10501000	48.893	43.629	39.663	36.231	34.046	32.204	30.549	27.521	25.880	22.032	22.686
IAUDI A3 1.6	10502000	78.633	75.820	69.982	39.436					28.622	27.207	21.160
IMP/PAUDI A3 1.8	10502100											
AUDI/A3 1.8	10501000	52.470	47.941	42.196	38.064	34.833	32.166	30.228	28.371	27.368	25.156	24.049
AUDI/A3 1.8T	10501200	57.819	51.587	45.082	39.322	35.869	33.986	31.561	30.066	28.992	25.730	24.875
IMP/PAUDI A3 1.8T	10501700											
IAUDI A3 2.0T	10509500	119.421	116.418	105.167	77.783	67.910						



[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]



[illegible]

[illegible]



[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]



[illegible]













[illegible]

[illegible]





[illegible]

[illegible]

[illegible]







[illegible]

[illegible]



[illegible]





[illegible]

[illegible]

[illegible]



[illegible]

GM/S10 2.4 S	22013503	57.028	54.171	51.156	47.849	42.170	38.361	35.359	32.365	29.370	26.375	23.381	20.386	17.391	14.396	11.401	8.406	5.411	2.416
GM/S10 2.4 S	22013503	57.028	54.171	51.156	47.849	42.170	38.361	35.359	32.365	29.370	26.375	23.381	20.386	17.391	14.396	11.401	8.406	5.411	2.416
GM/S10 2.5 D	22011203	22011203	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	0.880
GM/S10 2.5 D	22011203	22011203	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	0.880
GM/S10 2.5 D 4X4	22012003	22012003	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	0.880
GM/S10 2.5 D 4X4	22012003	22012003	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	0.880
GM/S10 2.5 S	22010903	22010903	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	0.880
GM/S10 2.5 S	22010903	22010903	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	0.880
GM/S10 2.5 S 4X4	22011703	22011703	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	0.880
GM/S10 2.5 S 4X4	22011703	22011703	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	0.880
GM/S10 2.8 4X4	22013003	22013003	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	0.880
GM/S10 2.8 D	22013003	22013003	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	0.880
GM/S10 2.8 D 4X4	22013003	22013003	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	0.880
GM/S10 2.8 D 4X4	22013003	22013003	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	0.880
GM/S10 2.8 S	22013003	22013003	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	0.880
GM/S10 2.8 S 4X4	22013003	22013003	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	0.880
GM/S10 2.8 S 4X4	22013003	22013003	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	0.880
GM/S10 2.8 S 4X4	22013003	22013003	69.375	64.949	59.972	55.083	50.059	44.924	40.074	35.075	29.959	24.824	19.690	14.555	9.420	4.285	3.150	2.015	

[illegible]



[illegible]



[illegible]





[illegible]



[illegible]

[illegible]

[illegible]



[illegible]

[illegible]



[illegible]







[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

PEUGEOT BOXER VIDA AMB	21981900	61.316	58.749	54.749	50.536	47.296	44.169	41.042	37.915	34.788	31.661	28.534	25.407	22.280	19.153	16.026	12.900	9.773	6.646	3.519	0.392
PEUGEOT BX CHAMPENEC AM05	21982850	57.128	54.064	51.253	47.363	44.169	41.042	37.915	34.788	31.661	28.534	25.407	22.280	19.153	16.026	12.900	9.773	6.646	3.519	0.392	
PEUGEOT J5 D COMBI	21982800	21912002	21912001	21912500	21912500	21912500	21912500	21912500	21912500	21912500	21912500	21912500	21912500	21912500	21912500	21912500	21912500	21912500	21912500	21912500	
PEUGEOT PART ROUNTAN AMB	21912001	65.277	28.103	26.895	23.826	22.310	21.211	19.484	17.614	15.744	13.874	12.004	10.134	8.264	6.394	4.524	2.654	0.784	0.014	0.014	
PEUGEOT PART ENGESIG A	21912500	30.047	28.690	26.665	23.951	22.636	21.231	19.425	18.460	17.495	16.530	15.565	14.600	13.635	12.670	11.705	10.740	9.775	8.810	7.845	
PEUGEOT PART F 625K 16	21912500	28.898	26.957	26.958	25.643	23.951	22.636	21.231	19.425	18.460	17.495	16.530	15.565	14.600	13.635	12.670	11.705	10.740	9.775	8.810	
PEUGEOT PART F TCA AMB	21911400	29.933	27.997	26.703	23.728	22.847	21.910	20.973	20.036	19.100	18.163	17.226	16.289	15.352	14.415	13.478	12.541	11.604	10.667	9.730	
PEUGEOT PART F TH AMB	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	21913800	
PEUGEOT PART MARIMAR A	21913800	30.019	28.077	26.077	23.674	22.360	21.045	18.742	17.927	16.544	15.713	14.112	12.616	11.634	10.704	9.774	8.843	7.913	6.982	6.051	
PEUGEOT PART SITNEL M	21913300	15448300	21913300	21913300	21913300	21913300	21913300	21913300	21913300	21913300	21913300	21913300	21913300	21913300	21913300	21913300	21913300	21913300	21913300	21913300	
PEUGEOT PART USHUAIA	21913300	39.103	28.157	26.866	23.099	23.579	21.045	18.742	17.927	16.544	15.713	14.112	12.616	11.634	10.704	9.774	8.843	7.913	6.982	6.051	
PEUGEOT PARTNER FURGÃO	21913100	60.680	57.109	54.507	51.507	48.507	45.507	42.507	39.507	36.507	33.507	30.507	27.507	24.507	21.507	18.507	15.507	12.507	9.507	6.507	
PEUGEOT PARTNER VIDA A	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	
PEUGEOT TRANSFORM AMB	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	21913400	
PEUGEOT TROPICAL L	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	21910601	
PEUGEOT TROPICAL SL	21910600	27.112	24.808	22.478	21.524	20.428	18.990	18.003	16.142	14.485	13.698	12.933	12.168	11.403	10.638	9.873	9.108	8.343	7.578	6.813	
Peugeot Outros modelos de carros nacionais	610004600	46.995	38.542	28.154																	



[illegible]

[illegible]

[illegible]















[illegible]

[illegible]



[illegible]

[illegible]

[illegible]



[illegible]

[illegible]

[illegible]











ATEKEIRAF:PROPRIA TRI	03148000	4.575	3.986	3.142		
ACLESIO/F:PROPRIA TRIC	03057003		3.957	3.120	2.926	
ADAIR FARIAS:PROPRIA TRI	03261400	4.056	4.590	3.969		
ADAIR/F:PROPRIA TRIC	03093100		3.288	3.048	2.502	
ADAO FILHO/F:PROPRIA TRI	03262003	4.907	4.425	3.469	3.271	
ADELI ASSIS/F:PROPRIA TRI	03262309					
ADBALTO/F:PROPRIA TRIC	03886500	5.415	5.016			
AGNALDO/F:PROPRIA TRIC	02013203					
AGNALDO/F:PROPRIA TRI	03099400		4.449	3.508	3.289	
AGOSTINHO/F:PROPRIA TRIC	02016500		3.823	3.607	3.283	
AIRO SILVA/F:PROPRIA TRI	03264500	4.542	3.957	3.120	2.827	
ALAN AFONSO/F:PROPRIA TRI	03281400	4.449	4.226	4.025		
ALCIVIO/F:PROPRIA TRIC	03283700	5.060	4.409	3.476		
ALDO GOBO/F:PROPRIA TRI	02019100		3.837	3.825	2.837	
ALEX JUNIO/F:PROPRIA TRI	03143000		3.956	3.119	2.925	
ALEXANDRE/F:PROPRIA MOTO	03054300		3.779	2.979	2.794	
ALZIRO/F:PROPRIA TRIC	03051900		3.179	3.047	2.837	2.737
AMOBELINO/F:PROPRIA TRIC	03285800		4.464	3.650		
ANA VALEIRO/F:PROPRIA TRI	03144700	6.124	4.464	3.970	2.935	
ANESIO/F:PROPRIA TRIC	03288200	5.501	4.439	3.130		
ANTONIO DIAS/F:PROPRIA TRI	03262200	4.734	3.823			
ANTONIO/F:PROPRIA TRIC	02014200		3.840	3.028	2.839	
ARIBALDO/F:PROPRIA MOTO	02019700		3.775	2.976	2.791	
ARISTIDES/F:PROPRIA TRIC	03147800	4.591	4.600	3.153		
BAYER/F:PROPRIA TRIC	03280600	4.496	4.270	4.067		
BAIDISSERAF:PROPRIA TRI	02018500		3.959	3.122	2.928	
BANAK WEISS/F:PROPRIA TRI	03146400	4.718	4.481	4.268		
BAPTISTAF:PROPRIA TRIC	03058700		4.481	3.026	2.838	
BEZERRAF:PROPRIA TRIC	03140300	5.115	4.457	3.514	2.727	
BIRKMAN/F:PROPRIA TRIC	03095000		3.818	3.028	2.840	
BLENSMAN/F:PROPRIA TRIC	03781500	5.522	4.455			
BOHREIR/F:PROPRIA TRIC	03052209	5.094	4.608	3.041	2.839	2.713
BOHINELLI/F:PROPRIA TRI	03681800		4.021	3.170	2.973	
BOTELHO/F:PROPRIA TRIC	03056200		3.841	3.029	2.841	
BRANDT/F:PROPRIA TRIC	03057300		3.820	3.012	2.825	
BRUNO/F:PROPRIA TRIC	03689600			3.022	2.804	2.724
BUENO/F:PROPRIA TRIC	03050100	4.865	4.096			
C. DA SILVA/F:PROPRIA TRI	03284700	5.525	5.116			
C.DEMARCHI/F:PROPRIA TRI	03780300		4.455	3.513	3.204	
C.EDUARDO/F:PROPRIA TRIC	02015900	5.515				
C.ELISIO/F:PROPRIA TRIC	03780800	5.108	3.986	3.142		
C.GUADAGNINI/F:PROPRIA TRI	03282300	4.574	4.227	4.025		
C.GUINALF:PROPRIA TRIC	03281700		3.963	3.124	2.930	
C.LEISE/F:PROPRIA TRIC	03143900	5.484	4.425			
C.RUGIERE/F:PROPRIA TRI	03689200	5.078	4.425			
C.REY/F:PROPRIA TRIC	03688600	5.487	5.081	4.427		
C.RODRIGUES/F:PROPRIA TRI	03141900		3.973	3.132	2.937	
C.SCHERER/F:PROPRIA TRIC	03144900	4.510	4.284	4.080		
C.STIVAL/F:PROPRIA TRIC	03140700	4.385	3.821	3.613		
C.VALENTINO/F:PROPRIA TRI	03286500	4.346	4.101	3.915		
C.ZEQUIM/F:PROPRIA TRIC	03283100	4.528	4.301	4.066		
CAETANO/F:PROPRIA MOTO	03060500			3.141	2.946	2.831
CAPELARO/F:PROPRIA TRI	03683100	5.454	4.401			
CARAVELLO/F:PROPRIA TRIC	03288100	5.051	4.798	4.569		
CARIONI/F:PROPRIA TRIC	03263700		3.968	3.129	2.934	
CARLOS/F:PROPRIA TRIC	02015600		3.983	3.141	2.945	
CASASANTAF:PROPRIA TRIC	03051700		3.977	2.988	2.834	2.703
CASATRICIO/F:PROPRIA TRI	02017400	4.507	4.281	3.186	2.949	
CASSELLAS/F:PROPRIA TRIC	03280400	5.478	4.418	4.078		
CASTELLARI/F:PROPRIA TRI	03265000	5.071	4.586	3.019	2.831	2.721
CASTELLARI/F:PROPRIA TRI	03266300		4.418	3.160	2.932	2.809
CASTIGLIONI/F:PROPRIA TRI	03146700	4.586	3.956	3.117	2.932	
CAVALCANTE/F:PROPRIA TRI	03140400	5.068	4.416	3.481		
CELSO/F:PROPRIA TRIC	03053500			3.117	2.932	
CEMINAF:PROPRIA TRIC	02016300		3.842	3.029	2.841	
CERON/F:PROPRIA TRIC	03650300		3.846	3.027	2.816	
CHALUSINHA/F:PROPRIA TRI	03059700	4.414	3.846	3.023		
CHARISCA/F:PROPRIA TRIC	03286300	4.444	4.221	4.020		
CHARLES/F:PROPRIA TRIC	02016700		3.947	3.033	2.944	
CHIOQUATO/F:PROPRIA TRI	03680900	4.931	4.460			
CLIMAV F:PROPRIA TRIC	03031300	5.083	4.829	4.598		
CLA.SOUZAV F:PROPRIA TRI	03684100	5.442	6.120	5.828	4.060	
CLAUDER/F:PROPRIA TRIC	03146100	4.477	4.253		4.065	
CLAUDINE/F:PROPRIA TRIC	03147300	4.470	4.247			
CLAUDINO/F:PROPRIA TRIC	03686700	5.534	4.465			
CLECIF:PROPRIA TRIC	03051100		3.830	3.009	2.825	

CLEMENTE/F. PROPIA TRIC	03035600			3.813	3.000	2.519	
CLEOF. PROPIA TRIC	03057293			3.893	3.022	2.834	
COPRUCHINSKI/F. PROPIA T	03115500		4.135	4.212	4.011		
COSTAE. PROPIA TRIC	03056200			3.838	3.026	2.898	
CREMAE. PROPIA TRIC	03054100			3.978	3.137	2.941	
CRESTANI/F. PROPIA TRIC	029851000				3.012	2.827	2.732
D.BASILIO/F. PROPIA TRIC	03147100			3.497	3.302	3.103	
D.BENQUELLAE. PROPIA TR	03111700		4.686	3.710	3.524	3.356	
D.DAVRELL/F. PROPIA TRIC	03142200		4.401	3.985	3.150		
D.GUALBERTO/F. PROPIA TR	03111800			3.834	3.023		
D.MORAES/F. PROPIA TRIC	03289100	5.482		3.541	3.127	2.902	
D.NOGUEI/F. PROPIA TRI	03588500	4.915		4.423	3.304	3.204	
D.PANCOTTI/F. PROPIA TRI	03800500			4.446			
D.SANTOS/ F. PROPIA TRIC	03140800			3.965	3.128		
DAL PONT/E. PROPIA TRIC	03146800		4.493	4.288	4.065	2.935	
DAL PRAE/ PROPIA TRIC	03592700			3.970	3.130		
DANIEL/F. PROPIA TRIC	03142100		4.402	3.835	3.024		
DEANGELIS/F. PROPIA TRI	03280900	5.485		4.551	3.127		
DELA SENTA/F. PROPIA TR	03780650			3.995	3.150	2.954	
DINO R./F. PROPIA TRIC	02014300			3.846	3.033	2.844	
DORIGIAU/F. PROPIA TRIC	02013600			3.822	3.014	2.826	
DORNELLES/F. PROPIA TRIC	03057400						
DOS HEIS/F. PROPIA TRIC	03588300	5.469		4.413	3.140		
E.A.GOMES/F. PROPIA TRIC	03148400		5.065	3.983			
E.ALMEDIA/F. PROPIA TRIC	03588300	5.059	5.148	4.685			
E.ANDRADE/F. PROPIA TRIC	03287600	5.127	4.870	4.838			
E.ARONIS/ F. PROPIA TRIC	03586900	5.503	5.097	4.441			
E.BELLEMO/ F. PROPIA TRI	03583400	5.336	4.941	4.305			
E.BOECHEL/ F. PROPIA TRI	03281800	5.118	4.862	4.631			
E.CZELUINSKI/F. PROPIA	03145000		4.441	4.218	4.017		
E.GOMES/F. PROPIA TRIC	03583600	4.819	4.577	4.360			
E.GUEDES/ F. PROPIA TRIC	03144000		4.516	4.269	4.084		
E.MACIEL/F. PROPIA TRIC	03287900	5.067	4.813	4.593			
E.QUINI/ F. PROPIA TRIC	02018600		4.372	3.809	3.603		
E.SARGON/F. PROPIA MOTO	03582400		4.486	4.243	4.041		
E.SASSO/ F. PROPIA TRIC	03280500	5.149	4.521	4.294	4.089		
E.TABORDAE/ PROPIA TRIC	02013700		4.891	4.667	3.126	2.931	
E.VINHASE/ F. PROPIA TRI	03288600			3.964	3.017	2.825	
EDESIO/F. PROPIA TRIC	03054900			3.834	3.097	2.820	
EDICARLOS/F. PROPIA TRIC	02013800			3.814	3.129		
EDISON/F. PROPIA TRIC	03149600		4.554	3.968	3.142	2.948	
EDSON KANIG/F. PROPIA TR	03143200			3.985	3.052	2.837	
EDVALTEIR/F. PROPIA TRIC	03052400			3.859	3.159	2.963	2.848
EIS/F. PROPIA MOTO	03055300						
ELBER/F. PROPIA TRIC	03288700	5.086	4.830	4.600	4.103		
ELIANDRO/ F. PROPIA TRIC	03149200		4.536	4.308		2.821	
ELIAS MOTA/F. PROPIA TRI	03057700			3.814	3.008	3.182	
EMILIANO/F. PROPIA TRIC	03056600				3.550	3.311	
ERIOU/ F. PROPIA TRIC	03059100			3.829	3.019		
EVALDO/F. PROPIA TRIC	03052000		4.394	3.829	3.036	2.815	2.704
EVANGELISTA/F. PROPIA TR	03058100			3.813	3.030	2.841	
EVANGELISTA/F. PROPIA TR	03053400			3.983	3.141	2.945	
EVERTON/F. PROPIA TRIC	03288500	5.112	4.858	4.628			
F.ALBERS/ F. PROPIA TRIC	03144500		4.565	3.978	3.106		
F.FRANCAE/ PROPIA TRIC	03284600	4.919	4.554	3.969			
F.FRANCAE/ PROPIA TRI	03148300		4.443	4.222	4.019		
F.MASSAROF. PROPIA MOTO	03580600	5.104	4.848	4.618			
F.MESSIAS/ F. PROPIA MOT	03281100		4.289	4.289	4.084	2.834	
F.ZIEMEIR/F. PROPIA TRIC	03055400		4.516	3.833	3.022	2.811	2.719
FABRIE/ PROPIA TRIC	03052900				3.012	2.811	
FABRIAS/F. PROPIA TRIC	02014000			3.823	3.014	2.827	
FELIX/F. PROPIA TRIC	02001160					2.726	1.716
FERNANDES/F. PROPIA TRIC	02009500				3.516	3.297	3.168
FERNANDES/F. PROPIA TRIC	03056000				3.120	2.926	2.811
FILETIF/ PROPIA TRIC	03054400			3.836	3.041	2.832	
FLORIOE/ PROPIA TRIC	03054400			3.816	3.009	2.822	
FOGUESATTO/F. PROPIA TRI	02013500			3.816	3.094	2.846	2.735
FOURSCAE/ PROPIA TRIC	03054000			3.958	3.122	2.828	
FONTANA/ F. PROPIA TRIC	03056700	5.509		5.103	3.821	3.013	
FORTINI/F. PROPIA TRIC	03782300						
FR.COSTAE/ PROPIA TRIC	03144200				3.143	2.948	
G.DO COUJO/F. PROPIA TR	03587000	5.826	5.117	4.458			
G.BARAN/ F. PROPIA TRIC	03286200	5.156	4.898	4.664			
G.BONIFACIO/F. PROPIA M	03144800		4.545	4.285		4.111	
G.CANTUO/F. PROPIA TRI							
G.FREITAS/ F. PROPIA TRI	03581900	5.146	4.888	4.655			

G. PINHO/F. PROPRIA TRIC	02017100			4.012	3.183	2.966		
G. ROLDO/F. PROPRIA TRIC	02016300	5.529	5.120	4.461	3.129	2.934		
G. ROMAO/F. PROPRIA TRIC	03500600							
G. VIEIRA/F. PROPRIA TRIC	03226600	5.165	4.906	4.072				
GALINDRO/F. PROPRIA TRIC	03053600			3.930	3.098	2.906		
GALLIARDI/F. PROPRIA TRIC	02013109				3.129	2.934	2.820	
GELMO/F. PROPRIA TRIC/CLO	02014700			3.975	3.135	2.939		
GET. MELO/F. PROPRIA TRIC	03586000	5.519	5.112	4.454				
GIARETTONE/F. PROPRIA TRIC	03053300			3.955	3.118	2.924		
GLENEI VEIGAS/F. PROPRIA T	03141100			3.796	2.992	2.952	2.836	
GUABERTO/F. PROPRIA TRIC	02012700			3.965	3.147	2.952		
HAMATTO/SCH/F. PROPRIA TRI	02013200			3.965	3.126	2.930	3.075	
HAMELO/F. PROPRIA TRIC	03147200			3.833	3.022			
H. PEREIRA/F. PROPRIA TRIC	03143700	4.719	4.369	3.819				
H. RENEZ/F. PROPRIA MOTO	03565200			3.961	3.123	2.929		
HAMILTON/F. PROPRIA TRIC	02015200			3.965	3.142	2.946		
HANSEN/F. PROPRIA TRIC	03056300				3.145	2.951	2.835	
HARCO/F. PROPRIA TRIC	02015300							
HECKMANN/F. PROPRIA TRIC	03587500	5.484	5.078	4.424				
HERLON R/F. PROPRIA TRIC	03593800	5.505	5.008	4.442				
HERMES L/F. PROPRIA TRIC	03584400	5.527	5.118	4.459				
HERMINIO/F. PROPRIA MOTO	02017800			3.797	2.993	2.807		
HIL GOMES/F. PROPRIA TRIC	03589800	5.468	5.054	4.412				
HILDEBRANDO/F. PROPRIA TR	03053200			3.120	2.934	2.819		
HILDO ARAUJO/F. PROPRIA T	02019000			3.781	2.960	2.795		
HIROYUKI/F. PROPRIA MOTO	03582100	5.056	4.803	4.574				
HISSANO/F. PROPRIA TRIC	03051400				3.021	2.819		
HOMRICH/F. PROPRIA TRIC	03140100			3.812	3.005	2.803	2.738	
HUNKNF. PROPRIA TRIC	02011300	5.116	4.860	4.629				
HUPALOVSKI/F. PROPRIA TRI	03298000			4.479				
IBAUELS/F. PROPRIA TRIC	03566600	4.951	4.703	4.512				
IELO/F. PROPRIA TRIC	03289800	5.068	4.842	4.612				
I. TEDORO/F. PROPRIA TRI	03587400	5.523	5.114	4.456				
IHLNFELDT/F. PROPRIA TRI	02019400			3.831	3.021	2.841		
ILBEIF. PROPRIA MOTO	02016000			3.978	3.136			
ILDEFONSO/F. PROPRIA TRIC	03282500	5.103	4.847	4.617				
ISAAC/F. PROPRIA TRIC	03053800			3.958	3.120	2.926		
IVAN DIAS/F. PROPRIA TRIC	03149700			4.005	3.158	2.809		
IVANOF. PROPRIA TRIC	03052600			3.830	3.006	2.819	2.709	
IVANOSKI/F. PROPRIA TRIC	02008400			4.347	4.108	3.933		
J. DE LIMA/F. PROPRIA TRI	03293000			3.984	3.141	2.945		
JAGUIARI/F. PROPRIA TRIC	03141800	5.110	4.853	4.622				
J. BARROS/F. PROPRIA TRIC	03581500	5.140	4.893	4.650				
J. BERNARI/F. PROPRIA TRIC	03289800	5.090	4.834	4.604				
J. BIAZUS/F. PROPRIA TRIC	03583900	5.115	4.859	4.628				
J. DUARTE/F. PROPRIA TRIC	03581100			4.477	4.253	4.050		
J. FERREIRA/F. PROPRIA TRI	03284800			4.556	3.971	3.131		
J. FINATTO/F. PROPRIA TRIC	03149100			3.157	2.999	2.857		
J. FOGAÇA/F. PROPRIA TRIC	03143900							
J. FREIRES/F. PROPRIA MOT	03584800	3.303	3.138	2.968				
J. GOIS/F. PROPRIA TRIC	03587100	5.480	5.085	4.430				
J. JACINTHO/F. PROPRIA TRI	03284300	4.533	4.583	3.981				
J. JENSEN/F. PROPRIA TRIC	03296600	5.123	4.867	4.636				
J. MANFRIU/F. PROPRIA TRI	03587200				3.485	3.288	3.141	
J. MARTINI/F. PROPRIA TRI	03585600	4.949	4.701	4.477				
J. MARTINS/F. PROPRIA TRIC	03286300	5.081	4.827	4.597				
J. MATULIA/F. PROPRIA MOTO	03259400	5.117	4.861	4.630				
J. MAZETI/F. PROPRIA MOTO	03586100	4.788	4.385	3.835				
J. MOELLER/F. PROPRIA MOT	03583900	4.969	4.720	4.495				
J. OLIVEIRA/F. PROPRIA TRI	03285300			4.149				
J. RAMIRES/F. PROPRIA TRIC	03281600			4.545				
J. ROBERTO/F. PROPRIA TRIC	02016600			3.832				
J. SCHWARTZ/F. PROPRIA TRI	03145400			4.439	4.216	4.015		
J. SEBOLD/F. PROPRIA MOTO	03583800	4.868	4.624	4.403				
J. SILVA/F. PROPRIA TRIC	03580900	5.177	4.918	4.603				
J. TURIOA/F. PROPRIA TRIC	03593300	5.473	5.068	4.416				
J. VARDIRON/F. PROPRIA TR	03283800	5.132	4.700	3.814				
J. WESLEI/F. PROPRIA TRIC	03285000	5.132	4.875	4.633				
JADILSON/F. PROPRIA TRIC	03283600	5.149	4.891	4.657				
JAIR ELI/F. PROPRIA TRI	03143500			3.959	3.121	2.947	2.832	1.783
JAIR JOSE/F. PROPRIA TRIC	03141800							
JANDIR/F. PROPRIA MOTO	03056000			3.784	2.983	2.797		
JESSE KLANIN/F. PROPRIA TR	02019000			4.297	4.082	2.826		
JOFRE ABALDI/F. PROPRIA T	03148700	5.467	4.524	4.297				
JOSE SOUZA/F. PROPRIA TRI	03589600			4.411				
JOSE/F. PROPRIA TRIC/CLO	02014400			3.840	3.028	2.839		



P.COELHO/F. PROPIA TRIC	03289590	5.123	4.867	4.636				
P.CRUZ/F. PROPIA TRIC	03552000	5.102	4.946	4.616				
P.HANDA/F. PROPIA TRIC	03289500	5.030	4.934	4.604				
P.HANDA2/F. PROPIA TRIC	03552200	4.849	4.806	4.366				
P.MACHADO/F. PROPIA TRIC	03293300	4.918	4.564	3.968				
PALHARES/F. PROPIA TRIC	03060600				3.109	2.507	2.793	
PARREIRA/F. PROPIA TRI	03567600	5.123	4.123	4.466	3.521			
PAULO/F. PROPIA TRICICLO	02014600				3.146	2.951		
PEDRANT/F. PROPIA TRIC	03562800	5.149	4.891	3.990	3.146			
PEDRO FRAGA/F. PROPIA TR	02030700				3.146	2.642		
PEDRO/F. PROPIA TRIC	02013600				3.031			
PEREIRA/F. PROPIA TRIC	03059500	5.379	5.110	4.453	3.511			
PINZON/F. PROPIA TRIC	03565300				3.126	2.992		
POMPEU/F. PROPIA TRIC	03066100				3.374	2.938		
PRADO/F. PROPIA TRIC	03065400							
PRESTUJA/F. PROPIA TRIC	03552700	5.502	5.096	4.440	3.024	2.836	2.725	
PROKOP/F. PROPIA TRIC	03140000							
RABREU/F. PROPIA TRIC	03269700	5.077	4.823	4.593				
R.ALEM/F. PROPIA TRICIC	03233400	4.928	4.563	3.977	3.511	3.293		
R.ALVES/F. PROPIA TRIC	03144300							
R.CESNIK/F. PROPIA TRIC	03563600	5.035	4.783	4.555				
R.COELHO/F. PROPIA TRIC	03269600				3.504			
R.DOSREIS/F. PROPIA TRI	02591400	5.510	5.103	4.446				
R.GARCIA/F. PROPIA TRIC	03142300				3.155			
R.GEORGIE/F. PROPIA TRIC	03288600	4.594	4.002	3.519	3.343	3.184		
R.GOMES/F. PROPIA MOTO	02016600				2.282			
R.HECKMANN/F. PROPIA TRI	03143300				3.783			
R.QUADROS/F. PROPIA TRI	03594400	4.886	4.587	3.823	3.014			
R.SANTANA/F. PROPIA TRIC	03287300				3.495			
R.SANTOS/F. PROPIA TRIC	02017500							
R.TARCA/F. PROPIA TRIC	03143100							
R.VIERHA/F. PROPIA MOTO	02019700				3.150	2.954		
RAMAO BETIM/F. PROPIA TR	03281300				3.010	2.932	2.713	
RAMIRES/F. PROPIA TRIC	03059800				3.023	2.835		
RENATO/F. PROPIA TRIC	02014100	5.521	5.112	4.455	3.163			
RICANT/F. PROPIA TRIC	03562500							
RINALDI REIS/F. PROPIA T	03145300							
ROB HECK/F. PROPIA TRIC	03781600	5.403	5.004	4.360	3.471	3.255		
ROB.PINTO/F. PROPIA TRI	03587700				3.403	3.272		
ROLIM/F. PROPIA TRIC	03055900				4.125	2.953	2.838	
RONEIF. PROPIA TRIC	03058500				3.148	2.947		
ROQUE MOOS/F. PROPIA TRI	02019500				3.985	3.142	2.901	
ROSANO CUNHA/F. PROPIA TRI	03142800				2.967	2.801		
ROSIMEIR/F. PROPIA TRIC	03142400				3.488			
RUDNICKI/F. PROPIA MOTO	03057900	5.078	4.424	3.789	2.977	2.792	2.683	
RULIANA/F. PROPIA TRIC	03141400				3.811			
S.ANDRAD/F. PROPIA TRIC	03281200				3.513	3.065		
S.SARAUJO/F. PROPIA TRIC	03581700	5.088	4.814	4.584	3.336	3.177		
S.BETES/F. PROPIA TRIC	03560700	5.080	4.826	4.596				
S.CANEIRO/F. PROPIA TRI	03282400	5.068	4.814	4.584				
S.DOBELIN/F. PROPIA TRIC	03280200				3.974			
S.ELENO/F. PROPIA TRIC	03782500	5.539	5.129		3.133			
S.GISMAIR/F. PROPIA TRIC	03780700	5.508	5.101					
S.LEITE/F. PROPIA TRIC	03287000	5.095	4.839					
S.LEONE/F. PROPIA TRIC	03149800				4.609			
S.SILVA/F. PROPIA TRIC	03287100	5.132	4.875	3.963	3.125			
S.SINOTI/F. PROPIA TRIC	03146800				4.613			
SALUSTIANO/F. PROPIA TRI	03780500	5.487	5.081	3.989	3.145	2.950		
SAMUEL/F. PROPIA TRIC	02014500							
SANDRA SILVA/F. PROPIA T	03142800				3.567	3.128	2.933	
SANTA ROSA/F. PROPIA TRI	03052100				3.031			
SANTANA/F. PROPIA TRIC	03065500				3.025	2.840	2.741	
SCALZERI/F. PROPIA TRIC	03059000				3.974	2.939		
SCHIEFFELBEIN/F. PROPIA T	03054500				3.833	3.022	2.834	
SEBASTIAO/F. PROPIA TRIC	02014900				3.023	2.849		
SERGIOLUSI/F. PROPIA TRI	02016000				3.833	3.022	2.834	
SILMAR SOUZA/F. PROPIA T	03284100	4.914	4.560	3.849	3.035	2.846		
SILVIO/F. PROPIA TRIC	03056800				3.985			
SOCRATES/F. PROPIA TRIC	03058200				3.142	2.948	2.833	
SOLDATEL/F. PROPIA MOTO	03584200				3.480	3.272		
SPIESS/F. PROPIA TRIC	03057500	4.834	4.476	3.981				
STASCZYZ/F. PROPIA TRIC	03289200				3.139	2.944	2.828	
STEINMETZ/F. PROPIA TRIC	03054600				3.226	3.074		
STEUMBACH/F. PROPIA TRIC	03053900				3.855	3.092	2.815	
STOPACHOU/F. PROPIA TRI	03280300	4.547			2.971	2.936		
STUEPP/F. PROPIA TRIC	03056500				4.319	4.113		
		3.939			3.106	2.913		

[illegible]

GAS GAS/Outros modelos - Importadas	GAS GAS/Outros modelos - Importadas	02002600	4.618	4.296	3.347	3.725	2.824	2.714	1.799
	GAS GAS/EC 400 FSE	03100500	4.550	4.212	3.853	3.674			
	IGAS GAS ENDUCROSS 200	03100500	6.159	5.850	5.516	5.312			
	IGAS GAS ENDUCROSS 250	03100500	5.434	5.025	4.693	4.527			
	GAS GAS/ENDUCROSS 300	03103100	3.986	3.787	3.607				
	GAS GAS/ENDUCROSS EC 450	03106400	6.163	5.937	5.497	5.250			
	GAS GAS/Outros modelos - Importadas	03100100	4.887	4.629	4.471	4.220			
	GAS GAS/Outros modelos - Importadas	03100100	4.412	4.202					
	GAS GAS/Outros modelos - Importadas	03100100	4.563	4.199					
	GAS GAS/Outros modelos - Importadas	GARINNI/GRI125 Z	03100100	4.773	4.546				
GAS GAS/EC 400 FSE	GAS GAS/EC 400 FSE	03100500	4.550	4.212	3.853	3.674			
	IGAS GAS ENDUCROSS 200	03100500	6.159	5.850	5.516	5.312			
	IGAS GAS ENDUCROSS 250	03100500	5.434	5.025	4.693	4.527			
	GAS GAS/ENDUCROSS 300	03103100	3.986	3.787	3.607				
	GAS GAS/ENDUCROSS EC 450	03106400	6.163	5.937	5.497	5.250			
	GAS GAS/Outros modelos - Importadas	03100100	4.887	4.629	4.471	4.220			
	GAS GAS/Outros modelos - Importadas	03100100	4.412	4.202					
	GAS GAS/Outros modelos - Importadas	03100100	4.563	4.199					
	GAS GAS/Outros modelos - Importadas	GARINNI/GRI125 Z	03100100	4.773	4.546				
	GAS GAS/EC 400 FSE	GAS GAS/EC 400 FSE	03100500	4.550	4.212	3.853	3.674		
IGAS GAS ENDUCROSS 200		03100500	6.159	5.850	5.516	5.312			
IGAS GAS ENDUCROSS 250		03100500	5.434	5.025	4.693	4.527			
GAS GAS/ENDUCROSS 300		03103100	3.986	3.787	3.607				
GAS GAS/ENDUCROSS EC 450		03106400	6.163	5.937	5.497	5.250			
GAS GAS/Outros modelos - Importadas		03100100	4.887	4.629	4.471	4.220			
GAS GAS/Outros modelos - Importadas		03100100	4.412	4.202					
GAS GAS/Outros modelos - Importadas		03100100	4.563	4.199					
GAS GAS/Outros modelos - Importadas		GARINNI/GRI125 Z	03100100	4.773	4.546				
GAS GAS/EC 400 FSE		GAS GAS/EC 400 FSE	03100500	4.550	4.212	3.853	3.674		
	IGAS GAS ENDUCROSS 200	03100500	6.159	5.850	5.516	5.312			
	IGAS GAS ENDUCROSS 250	03100500	5.434	5.025	4.693	4.527			
	GAS GAS/ENDUCROSS 300	03103100	3.986	3.787	3.607				
	GAS GAS/ENDUCROSS EC 450	03106400	6.163	5.937	5.497	5.250			
	GAS GAS/Outros modelos - Importadas	03100100	4.887	4.629	4.471	4.220			
	GAS GAS/Outros modelos - Importadas	03100100	4.412	4.202					
	GAS GAS/Outros modelos - Importadas	03100100	4.563	4.199					
	GAS GAS/Outros modelos - Importadas	GARINNI/GRI125 Z	03100100	4.773	4.546				
	GAS GAS/EC 400 FSE	GAS GAS/EC 400 FSE	03100500	4.550	4.212	3.853	3.674		
IGAS GAS ENDUCROSS 200		03100500	6.159	5.850	5.516	5.312			
IGAS GAS ENDUCROSS 250		03100500	5.434	5.025	4.693	4.527			
GAS GAS/ENDUCROSS 300		03103100	3.986	3.787	3.607				
GAS GAS/ENDUCROSS EC 450		03106400	6.163	5.937	5.497	5.250			
GAS GAS/Outros modelos - Importadas		03100100	4.887	4.629	4.471	4.220			
GAS GAS/Outros modelos - Importadas		03100100	4.412	4.202					
GAS GAS/Outros modelos - Importadas		03100100	4.563	4.199					
GAS GAS/Outros modelos - Importadas		GARINNI/GRI125 Z	03100100	4.773	4.546				
GAS GAS/EC 400 FSE		GAS GAS/EC 400 FSE	03100500	4.550	4.212	3.853	3.674		
	IGAS GAS ENDUCROSS 200	03100500	6.159	5.850	5.516	5.312			
	IGAS GAS ENDUCROSS 250	03100500	5.434	5.025	4.693	4.527			
	GAS GAS/ENDUCROSS 30								

[illegible]

[illegible]



[illegible]

UJUALING LT125T-13	01.942390	4.359	4.151	2.389	2.187	2.079	2.009	1.922	1.280	1.080	2.045	1.913	1.822	1.739	1.714	731	658
UJUALING TRAXXJH125-35A	01.942390																
UJALING/Otros modelos - Importadas																	
UJANGSU DM 1600 W P09	020156200	4.741	2.534	3.777	2.187	2.079	2.009	1.922	1.280	1.080	2.045	1.913	1.822	1.739	1.714	731	658
UJANGSU DM 500 W G7	03160360	3.037	4.814	3.777	2.736	2.605											
UJANGSU DM 500 W P10	03160400	3.843	3.512	3.294													
UJANGSU DM 500 W XGW	031604200	3.515	3.591	3.195	2.967												
UJANGSU DM 800 W XSG	03160390	3.340	3.031	2.532	2.846												
UJANGSU WINNER STREET	03160390	4.479	4.089	3.875													
UJANGSHE JS500 4A	02030100																
UJANGSHE JS500 4E	02030200																
UJAPENG VOLCANO JP1104	01911800	3.299	3.134	2.994													
UJAPENG VOLCANO JP150B	01911700	3.545	3.387	3.207													
UJUNCHENG AX 100	02310700																
UJUNCHENG CJ 70A	02310100																
UJUNCHENG JC 125-7B	02310400																
UJUNCHENG JC 125-8	02310800																
UJUNCHENG JC 70C	02310200																
UJUNCHENG JC125	02310600																
UJUNCHENG JC90	02310500																
UJUNSTAR JS150T-3D	03190200	4.901	4.554	4.338													
UJUNSTAR JS150T 19	03190100	6.722	6.431	6.058													
UJONWAY JONNY ATLAN 150	03300500	7.152	6.813	6.486													
UJONWAY JONNY ATLAN 250	03300700	11.766	10.750	10.238													
UJONWAY NEW ADV 150CC	03300600	6.127	5.850	5.547	5.283												
UJONWAY NEW RALLY 150CC	03300300	4.710	4.523	4.307	4.307												
UJONWAY RALLY 150CC	03300000	4.583	4.346	4.138	4.138												
UJONWAY YY150 T2	03300100	7.129	6.575	6.291	6.291												
UJONWAY YY150T 4A	03300400	9.343	8.441	8.038													
UJONWAY YY150T Q16	03300500		3.371	3.199	3.029												
UJONCHENG JC 125-2A	02310900																
UJUNORF PROPRIA TRIC	02003000				3.020	2.833	2.722										
UJUSTINOE PROPRIA TRIC	02009700		4.546	4.167	3.987	2.827	2.716										
IKAHENA 125 TOP	03220000		5.620	5.412	5.032	4.679	4.363	3.923	3.807	3.402	3.121	2.931	2.581				
KASINSKICAB 100	02241100		12.348	11.258													











[illegible]





[illegible]



### **Caminhões, Ônibus e Microônibus - Nacionais e Importados**

Descricão	cod_dena	m2006	m2007	m2008	m2005	m2004	m2003	m2002	m2001	m2000	m1999	m1998	m1997	m1996	m1995	m1994	m1993	m1992	m1991	m1990	m1989
AGRALE/13000	33011500	100.698	92.365	87.564																	
AGRALE/1600	32559800																				
AGRALE/1600	40809800											49.658	40.133	35.902	33.708	24.565	22.230	20.233	18.184	17.066	15.972
AGRALE/1600A RD	32550200														29.571	27.186	24.511	22.997	20.350	19.162	17.310
AGRALE/1600A RS	32550100																		17.546	16.715	15.445
AGRALE/1600A RS 4X4	32550700																		17.574	16.564	15.564
AGRALE/1600D RD	32550600														29.528	26.682	25.265	23.095	13.979	18.791	17.395
AGRALE/1600D RD 4X4	32550700																		17.042	18.897	17.042
AGRALE/1600D RD FD	32550300														26.574	26.722	25.040	22.855	20.184	18.997	17.042
AGRALE/1600D RS	32550300														25.272	23.480	21.515	19.572	17.963	16.539	15.938
AGRALE/1600D RS 4X4	32550500														25.319	23.379	21.445	19.448	17.357	16.520	15.938
AGRALE/1600D RS FD	32550600														27.612	25.277	23.946	21.463	19.485	17.357	16.520
AGRALE/1800	40809100														35.724	26.509	23.946	21.463	19.485	17.357	16.520
AGRALE/1800	33429300														29.729	27.389	25.345	23.391	21.050	19.334	17.575
AGRALE/1800 RD	33429100														31.788	29.312	26.791	23.963	21.441	19.588	18.742
AGRALE/1800 RD FD	33429400														23.327	23.366	21.140	18.031	14.926	14.926	14.926
AGRALE/1800D RS	33429300														29.560	23.366	21.140	18.031	14.926	14.926	14.926
AGRALE/1800D RS FD	33429400														29.560	23.366	21.140	18.031	14.926	14.926	14.926
AGRALE/1800D RS	33429300														29.560	23.366	21.140	18.031	14.926	14.926	14.926
AGRALE/1800D RS FD	33429400														29.560	23.366	21.140	18.031	14.926	14.926	14.926
AGRALE/1800D RS	33429300														29.560	23.366	21.140	18.031	14.926	14.926	14.926
AGRALE/1800D RS FD	33429400														29.560	23.366	21.140	18.031	14.926	14.926	14.926
AGRALE/1800D RS	33429300														29.560	23.366	21.140	18.031	14.926	14.926	14.926
AGRALE/1800D RS FD	33429400														29.560	23.366	21.140	18.031	14.926	14.926	14.926
AGRALE/1800D RS	33429300														29.560	23.366	21.140	18.031	14.926	14.926	14.926





[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]



IVECO/DALVIT9316 CS-IF	31092700	73.014	70.487	64.607	62.279	57.296	78.021	74.304	81.315	75.121	63.926	50.504	54.627	51.086
IVECO/DALVIT9318 VAN	34718000	73.677	69.463	64.292	59.366	67.507	88.019	81.315	75.121	63.926	50.504	54.627	51.086	
IVECO/DALVIT9313 VAN1	34717900	72.611	70.126	64.292	70.979	67.507								
IVECODALVNNPR 50C13V	41592000			74.530	70.979									
IVECODCAMP04013 4X4CD	31000300				69.149									
IVECOFIAT/DGITY CORTEZ/A	34714500	81.222	75.698				85.064	78.021	95.275	74.304				
IMPIVECOFIAT E 120E15	34344000						102.461	95.275		88.019	81.315	75.121	63.926	50.504
IMPIVECOFIAT E 150E18 1	34342700										61.315	75.121	63.926	50.504
IMPIVECOFIAT E 150E18 2	34342800										71.760	66.709	62.792	54.062
IMPIVECOFIAT E 150E18 3	34342900										72.414	66.778	61.917	54.062
IMPIVECOFIAT E 160E21 1	34343000										67.377	63.421	59.323	
IMPIVECOFIAT E 160E21 2	34343100										77.142	74.296	68.251	53.752
IMPIVECOFIAT E 160E21 3	34343200										77.057	73.260	63.686	53.752
IMPIVECOFIAT E 450E37H1	34343300										135.105	122.913	96.795	53.057
IMPIVECOFIAT E 450E37H2	34343400										132.536	123.722	93.640	84.660
IMPIVECOFIAT E 450E37H3	34343500										75.974	72.943		
IVECOFIAT ECGAR0170E21	35009000	163.454	157.706	153.708	143.415	106.318	102.140	92.491	81.773	74.779				
IVECOECOHUSOR 450E32TN	34345400	126.572	119.925	115.073	111.485	105.031								
IVECO ECTECTOR 170E22	34715700	127.207	118.130	115.438	112.023	105.031								
IVECO ECTECTOR 170E22 N	34716100	127.321	118.599	114.526	110.570	105.160								
IVECO ECTECTOR 230E22	34346300	142.463	134.471	126.134										
IVECO ECTECTOR 230E22N	35102100	147.894	140.118											
IVECO ECTECTOR 230E22N1	34719500	141.135	133.847	127.621	115.973	112.664								
IVECO ECTECTOR 230E24	35102000	144.414	135.630	129.576	123.402									
IVECO ECTECTOR 230E24N	35100100	141.943	136.034	128.728	122.273									
IVECO ECTECTOR 230E24N1	35100000	141.459	132.636	125.932	121.998									
IVECO	34345100													
IVECO ETECH 440E42TP	34345800													
IVECO ETECH 740E42 T2	34345800			258.237	246.001	236.059	216.489	202.211	185.802					
IVECO ETECH MP440E42TP	34345600					231.608	217.032	203.923	181.658					
IVECO ETECTOR 170E22IF	34345900	119.496		114.868	263.664	248.564	240.948	227.543						
IVECO ETRAKKER 380E37H	34346000			263.664	258.013	246.165	237.964							
IVECO ETRAKKER720E42H1	34346100													
IMPIVECO EUROCARGO 150N	34340300													
IMPIVECO EUROCARGO 150T	34340400													





KIA BESTA G RONTAN MIC	14281160	61.050	48.636	44.650	23.223	31.466	29.425	25.695	25.194	24.320	22.373	20.565	18.939	17.422	16.026
KIA BESTA GS GRAND	41280800	61.072	57.736	49.631	47.072	39.703	37.535	29.875	26.434	24.920	22.373	20.565	18.939	17.422	16.026
KIA BESTA GS GRAND	41281200														
MPKIA BESTA SV	41260100														
KIA BESTA SV GRAND	34140500	57.898	48.872	37.765	36.577	30.863	27.027	26.147	25.286	24.732	16.698	15.581	14.790	13.435	12.741
KIA CARNIVAL GS TDI 10	41281000			75.785		59.930									8.603
MPKIA K2400	34140200														
MPKIA K2700 DLX	34140400	39.169	36.187	32.364	30.491	28.253	27.372	24.719	21.873	19.173	16.443	15.116	13.825	12.504	11.398
MPKIA K3500 S	34140100													9.029	
KIA/K3500 S	34220100														
MPKIA K3600 S	34140300														
KIA MRE CGPI	41280000														
KIA PREGIO GS 2.7	41280900														
IMPKOVA	34409800														
IMPL/ROVER DEFENDER 110	41360100														
LR/DEFENDER 110 DL	41370000														
RLDY CONVOY MICROBUS	46370600	87.336	83.905	79.205	75.786	69.778	62.024								
IMPKIA CANNIHOES I	30000400														
IMPLINK	34249200														
IMPL/PIRA AT 120 47	34599100														
IMPM/BENZ	30919900														
M.BENZ/0500M INDUST SUP	41576400	185.077	175.153	168.761	159.731										
M.BENZ/1111	32039500														
IMPD/BENZ 1113	30910900														
M.BENZ/1114	32939160														
M.BENZ/1214	33460300														
M.BENZ/1214 C	33460500														
M.BENZ/1214 K	33460600														
M.BENZ/1215 C	33460700														
M.BENZ/1218	33460400														
M.BENZ/1318	32610000														
IM/BENZ 1323 3100	30917200														
M.BENZ/1414	33460300														
M.BENZ/1417 NEO SPECTRUM	41572700														
M.BENZ/1418	33460400														
M.BENZ/1418 INDUST ELITE	41575500														
M.BENZ/1418 R	33460900														
M.BENZ/1518	31011200	111.853	105.908	97.975	92.448	86.861	83.987	80.600							
M.BENZ/1618M	32501000														
M.BENZ/1618M	33510400														
M.BENZ/1621 NEOBUS SPECT	41573900														
M.BENZ/1714	33399100	</													

[illegible]

[illegible]



[illegible]

[illegible]



M.BENZLUS 2638	M.BENZLUS 2638	243.133	233.435	221.511	201.414	191.264	183.262	174.997	166.934	153.042	124.547	95.261	23.732	24.092	20.051	16.724	17.280
M.BENZLHRS TROLLYBUS	M.BENZLHRS TROLLYBUS	46390.100	46390.100	46390.100	46390.100	46390.100	46390.100	46390.100	46390.100	46390.100	46390.100	46390.100	46390.100	46390.100	46390.100	46390.100	46390.100
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	74.133	70.418	67.063	64.159	78.270	73.867	136.441	130.531	125.143	117.953	112.671	107.366				
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	46411.100	46411.100	46411.100	46411.100	46411.100	46411.100	46411.100	46411.100	46411.100	46411.100	46411.100	46411.100				
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	165.127	176.605	165.692	159.101	150.710	144.320	136.441	130.531	125.143	117.953	112.671	107.366				
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	125.118	147.928	112.763	106.101	93.686	93.161	83.171	69.095	63.802	62.868	59.691	55.837				
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	46442.200	46442.200	46442.200	46442.200	46442.200	46442.200	46442.200	46442.200	46442.200	46442.200	46442.200	46442.200				
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	121.704	115.605	107.500	99.933	92.956	86.437	83.873	71.264	66.657	59.453						
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	46440.600	46440.600	46440.600	46440.600	46440.600	46440.600	46440.600	46440.600	46440.600	46440.600	46440.600	46440.600				
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	46441.500	46441.500	46441.500	46441.500	46441.500	46441.500	46441.500	46441.500	46441.500	46441.500	46441.500	46441.500				
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	126.831	116.876	112.716	106.570	99.986	96.648	86.965	73.620	71.674	71.687	69.072	65.781				
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	46443.400	46443.400	46443.400	46443.400	46443.400	46443.400	46443.400	46443.400	46443.400	46443.400	46443.400	46443.400				
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	245.463	233.163	222.053													
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	41550.600	41550.600	41550.600	41550.600	41550.600	41550.600	41550.600	41550.600	41550.600	41550.600	41550.600	41550.600				
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	41550.700	41550.700	41550.700	41550.700	41550.700	41550.700	41550.700	41550.700	41550.700	41550.700	41550.700	41550.700				
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	41550.800	41550.800	41550.800	41550.800	41550.800	41550.800	41550.800	41550.800	41550.800	41550.800	41550.800	41550.800				
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	41550.900	41550.900	41550.900	41550.900	41550.900	41550.900	41550.900	41550.900	41550.900	41550.900	41550.900	41550.900				
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	41550.100	41550.100	41550.100	41550.100	41550.100	41550.100	41550.100	41550.100	41550.100	41550.100	41550.100	41550.100				
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	41550.200	41550.200	41550.200	41550.200	41550.200	41550.200	41550.200	41550.200	41550.200	41550.200	41550.200	41550.200				
M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M	M.BENZ2313C0D1 GRIFVAN M																



M.BENZ/CH1421	NEOBUS MEGA	41571200	196.274	186.923	147.482	135.310	127.066	111.553	82.967	76.066	67.511	59.041	52.248	48.791	58.742	54.667	49.774	46.109	42.236
M.BENZ/CH1421L	HOBBY MON	46304300	163.007	154.839	145.260	134.705	127.220	137.726	101.386	92.197	84.464	80.145	76.327	70.621	64.220	58.742	54.667	46.109	42.236
M.BENZ/CH1518	NEOBUS SFC	40660100	206.629	196.274	186.923	176.332	164.705	157.220	138.171	131.317	124.594	117.869	111.144	104.419	97.694	90.969	84.244	77.519	70.794
M.BENZ/CH1621	NEOBUS EVO	41570600	145.780	135.310	127.066	111.553	82.967	76.066	67.511	59.041	52.248	48.791	58.742	54.667	49.774	46.109	42.236	38.819	35.094
M.BENZ/CH1628	NEOBUS MEGA	41571400	186.923	176.332	164.705	157.220	138.171	131.317	124.594	117.869	111.144	104.419	97.694	90.969	84.244	77.519	70.794	64.019	58.244
M.BENZ/CH1628L	ROD LINCE	40170000	145.780	135.310	127.066	111.553	82.967	76.066	67.511	59.041	52.248	48.791	58.742	54.667	49.774	46.109	42.236	38.819	35.094
M.BENZ/CH1628L	REVESSCAP	41222800	145.780	135.310	127.066	111.553	82.967	76.066	67.511	59.041	52.248	48.791	58.742	54.667	49.774	46.109	42.236	38.819	35.094
M.BENZ/CH1628L	REVESSCAP	41222800	145.780	135.310	127.066	111.553	82.967	76.066	67.511	59.041	52.248	48.791	58.742	54.667	49.774	46.109	42.236	38.819	35.094
M.BENZ/CH1628L	REVESSCAP	41222800	145.780	135.310	127.066	111.553	82.967	76.066	67.511	59.041	52.248	48.791	58.742	54.667	49.774	46.109	42.236	38.819	35.094
M.BENZ/CH1628L	REVESSCAP	41222800	145.780	135.310	127.066	111.553	82.967	76.066	67.511	59.041	52.248	48.791	58.742	54.667	49.774	46.109	42.236	38.819	35.094
M.BENZ/CH1628L	REVESSCAP	41222800	145.780	135.310	127.066	111.553	82.967	76.066	67.511	59.041	52.248	48.791	58.742	54.667	49.774	46.109	42.236	38.819	35.094
M.BENZ/CH1628L	REVESSCAP	41222800	145.780	135.310	127.066	111.553	82.967	76.066	67.511	59.041	52.248	48.791	58.742	54.667	49.774	46.109	42.236	38.819	35.094
M.BENZ/CH1628L	REVESSCAP	41222800	145.780	135.310	127.066	111.553	82.967	76.066	67.511	59.041	52.248	48.791	58.742	54.667	49.774	46.109	42.236	38.819	35.094
M.BENZ/CH1628L	REVESSCAP	41222800	145.780	135.310	127.066	111.553	82.967	76.066	67.511	59.041	52.248	48.791	58.742	54.667	49.774	46.109	42.236	38.819	35.094
M.BENZ/CH1628L	REVESSCAP	41222800	145.780	135.310	127.066	111.553	82.967	76.066	67.511	59.041	52.248	48.791	58.742	54.667	49.774	46.109	42.236	38.819	35.094
M.BENZ/CH1628L	REVESSCAP	41222800	145.780	135.310	127.066	111.553	82.967	76.066	67.511	59.041	52.248	48.791	58.742	54.667	49.774	46.109	42.236	38.819	35.094
M.BENZ/CH1628L	REVESSCAP	41222800	145.780	135.310	127.066	111.553	82.967	76.066	67.511	59.041	52.248	48.791	58.742	54.667	49.774	46.109	42.236	38.819	35.094
M.BENZ/CH1628L	REVESSCAP	41222800	145.780	135.310	127.066	111.553	82.967	76.066	67.511	59.041	52.248	48.79							



[illegible]

[illegible]

[illegible]

SCANIAP124 C6X4NZ 360	34470300			261.123	267.375	257.053	242.041	242.102	232.908	225.038	210.993	196.753	179.155	
SCANIAP124 C6BX4NZ 360	34470400	303.303		263.004	273.326	262.974	245.591	242.579	233.608	223.846	216.888	207.657	199.369	140.271
SCANIAP124 G6X4NZ 360	34470500					218.882	204.669	195.450	189.781					
IMP/SCANIA P124C6X4 360	30960700					259.715	252.156	241.097	232.746	220.785	210.189	190.639	177.849	
SCANIAP124C6X4NZ 400	34471400									223.854	209.804	192.063	185.150	168.690
SCANIAP124C6X4NZ 420	34471600													
ISCANIA P124CB 4X4HZ	34472600	305.058	295.970		276.660	268.689	257.915	247.992	240.046	231.229				
SCANIAP124C6B 8X4 NZ 420	34471900	363.045	333.784		283.226	273.193	265.570	254.146	243.932	231.757	222.115	208.316	165.367	
IMP/SCANIA P124C6B8X4 360	30956600													
SCANIAP124C6B6X4NZ 420	34471000	311.685	296.653		290.081	279.664	267.467	255.573	244.237	234.528				
SCANIAP124C6B6X4NZ 420	34473100		298.242		288.946	278.028	268.869	251.274	242.005	234.650	214.032	167.059		
ISCANIA P124C6B8X4NZ 360	34470900				286.735	278.276								
SCANIAP124C6B8X4NZ 400	34471700				382.896	365.927	356.929	342.318	326.884	318.672	297.605	292.273	200.462	196.558
SCANIAP124G6X4NZ 420	34472900	344.689	327.416		291.640	282.060	269.712	267.842	257.421	249.250				
SCANIAP124L4X2NA 400	34472800				252.861	244.510	234.547	204.391	197.351	188.182	181.065			
SCANIAP124L4X2NA 360	34472000				207.335	207.335	201.529	189.735	180.735					
SCANIAP124L4X2NA 420	34471100	283.003	250.641		233.590	223.590	224.146	209.075	198.597	186.745	182.661	174.734	165.495	
SCANIAP93 H 4X2 250	31520100													
IMP/SCANIA P93H 4X2 250	30950100													
SCANIAP94 C6BX4NZ 260	34460300				178.532			204.345	193.416	187.406	178.623	173.441	154.786	125.401
SCANIAP94 DB4X2NZ 260	34460400							166.560	152.853	147.186	138.242	134.794	129.228	117.408
SCANIAP94 DB6X2NA 260	34460500				210.141			187.463	173.766	162.698	158.807	150.830	131.822	121.439
SCANIAP94 GA4X2NZ 260	34460100							183.700	173.666	162.746	151.613	145.707	134.686	125.171
SCANIAP94 GB4X2NZ 260	34460200							168.127	152.655	146.268	139.272	134.915	129.394	115.964
IMP/SCANIA P94 ROLFO	30951600							156.114	146.717			128.421	117.210	117.210
IMP/SCANIA P94C6B8X4 260	30950500											154.755	136.124	125.409
SCANIAP94C6B8X4NZ 270	34461600				253.060	242.103	231.288							
SCANIAP94C6B8X4NZ 310	34460800	282.050	263.464		253.271	242.409	202.624	190.188	179.188	171.354	164.129	157.308	155.450	143.007
ISCANIA P94C6B8X4NZ 260	30952700											173.407	107.328	96.745
SCANIAP94DB4X2NZ 220	30950300											129.344	116.767	90.371
SCANIAP94DB4X2NZ 220	34461200	191.919	182.301		175.617	169.891	155.271	148.314	135.776	130.075	125.898			
SCANIAP94DB4X2NZ 230	34461500	205.894	195.577		186.726	179.820	152.955	142.853	134.882	126.543	121.237	116.173		
IMP/SCANIA P94DBX4X2NZ 270	34461000													
IMP/SCANIA P94DB6X2 260	30950400													
SCANIAP94DDB6X2NA 270	34461400	237.019	224.205		214.362	206.840	196.646	183.730				129.529	120.113	110.313
IMP/SCANIA P94GA4X2 260	30951500											126.536	105.988	97.716
SCANIAP94GA4X2NZ 220	34460700													
SCANIAP94GA4X2NZ 270	34461100	210.207	190.451		174.867	169.175	165.132	172.824	162.244	151.461	145.684	135.795	126.273	
SCANIAP94GA4X2NZ 300	34461300											126.220		
SCANIAP94GA4X2NZ 310	34460900	209.732	201.322		195.010	187.365	169.875	174.093	167.518	149.156	134.024	125.024		
SCANIAP94GA4X2NZ40 260	34460600													
SCANIAP94GA4X2NZ240 260	34460500													
SCANIAP94GB4X2NZ 230	34461800				192.079	185.418	179.816							
SCANIAP 420 4A4X2	31521100	301.431	280.919		265.632									
SCANIAP 420 A6X2	33621200	287.020	273.361		260.026									
SCANIAP 420 A6X4	31522000	334.174	305.391		290.755									
SCANIAP 440 A4X2	31522900	319.015	290.644		276.796									
SCANIAP 440 A6X4	31522700													
SCANIAP 470 A4X2	31521800	323.751	300.845		286.511									
SCANIAP 470 A6X2	31523700	335.667	308.314		293.623									
SCANIAP 470 A6X4	31521200	352.411	309.674		294.920	280.867								
ISCANIA R 480 L46X4HNA	30955000	357.988	341.245		326.711									
SCANIAP 500 A6X2	31524500													
SCANIAP 500 A6X4	31524100	381.439	345.053		328.612									
SCANIAP112 E 6X4	31769900													
SCANIAP112 EW	33641400													
SCANIAP112 EW 4X2	33640100													
SCANIAP112 EW 4X4 INT	33641000													
SCANIAP112 EW 4X4 S	33640800													
SCANIAP112 EW 6X4	33640300													
SCANIAP112 EW 6X4 INT	33641100													
SCANIAP112 EW 6X4 S	33640700													
SCANIAP112 EW 6X6	33640400													
SCANIAP112 EW 6X6 INT	33641200													
SCANIAP112 EW 6X6 S	33640800													
SCANIAP112 H	31779900													
SCANIAP112 H 4X2	31770100													
SCANIAP112 H 6X2	31770200													
SCANIAP112 HK	33641300													

[illegible]

[illegible]

[illegible]



[illegible]

[illegible]

VW/SC/FEERAL AGILIS O	41550130	159.432	147.099	140.472	131.864	125.829	118.884	113.492	101.443	48.192	43.908	35.172	33.655	25.751	23.552	20.596	17.719
VW/SC/FEERAL C1MAX U	41552000																
M/BENZ/FEERAL GLS BUS U	41552100																
VW/SC/FEERAL MINIMAX MO	41551350			57.846	93.951	88.178	83.461										
VW/SC/FEERAL MINIMAX ON	41551320			97.254	93.245	88.684	85.502										
VOLK/SC/FEERAL PCID U	41551050																
VOLK/SC/FEERAL PCIDRU U	41552500																
VW/SC/FEERAL BELLO M	41132500	130.324	123.794	115.115	107.583	99.138	90.231	84.480	67.681	48.815	44.579	39.282	33.461	29.283			
VW/SC/FEERAL BELLO O	41133700	130.892	124.323	115.665	106.041	99.600	90.784	84.003	67.926	48.550	44.477	39.439	33.459				
VW/SC/FEERAL CAMPIONE R	41130200	133.935	155.721	144.863	135.329	100.192	90.343	83.603	68.197	48.422	44.208	33.456	33.581	28.952	23.945	20.491	17.675
VW/SC/FEERAL DOPPIO A	41132900	121.463	115.377	107.287	93.765	82.771	86.266	81.649	68.244	48.318	44.199	39.814	33.634	23.144	23.144		
VOLK/SC/FEERAL PIAM	41133600	138.102	131.180	124.669	115.670	100.226	99.605	93.665	82.261	48.291	44.552	33.456	33.634	23.922	23.922	20.573	17.613
VW/SC/FEERAL PIA O	41133300	130.449	126.761	117.874	110.162	99.985	90.195	84.221	67.893	48.008	44.007	39.525	33.695	23.046	23.046		
VW/SC/FEERAL SVELTO U	41133000	156.515	147.816	130.409	130.565	100.475	90.335	83.618	67.539	48.488	44.335	39.419	33.785	23.046	23.046		
VOLK/SC/FEERAL SVELTO U	41131300	151.616	144.019	133.922	125.162	99.217	90.573	84.139	69.163	48.224	44.335	39.419	33.785				
VW/SC/FEERAL TH UM	41131400	130.375	130.375	123.842	115.158	107.083	99.576	92.591	72.249								
VW/SC/FEERAL VERSATILE I	41130900	165.765	157.458	146.419	138.340	101.106	90.635	84.080	69.693	47.902	44.305	39.234	33.796	24.138	24.041	20.569	
VW/E	33143000																
VW/E 11	33141000																
VW/E 21	33140200																
IMP/VW EUROVAN	41180200																
IMP/VW EUROVAN	41301090																
VW/GIARARAPES ALFA 12	44301200	196.879	177.515	165.070	154.271	99.974	91.187	84.255	68.142								
VW/INDUSCAR ALFA 8	46310600	126.243	116.724	112.573	103.858	99.718	110.889	104.912	96.286	44.358	39.466	33.578					
VW/INDUSCAR APACHE U	46314200	143.157	137.984	129.059	122.649	117.603	111.066	105.749	94.195								
VW/INDUSCAR G1 R 210	46312500	144.370	136.046	129.758	123.102	117.206	110.893	93.868	88.831								
VW/INDUSCAR G1 R 240	46311500	157.588	146.529	138.991	132.472	128.524	119.290	113.141	95.526	89.354							
VW/INDUSCAR INTERC R	46310800	156.064															

[illegible]

VOLVO/FH 400 6X4R	3194.1650	308.061	273.993	266.567	214.636	205.153	196.904	197.036	178.611	112.337	163.275	154.726	146.188	136.214	122.310	113.419	98.359	90.491	63.252	76.591
VOLVO/FH 400 6X4T	3194.1700	316.231	297.470	272.417	242.804	233.265	223.527	219.024	203.916	197.546	187.328	176.922	170.119	163.454	154.973	147.899				
VOLVO/FH 440 4X2R	3194.1900	270.449	256.437	237.307	223.627	219.024	203.916	197.546	187.328	176.922	170.119	163.454	154.973	147.899						
VOLVO/FH 440 4X2T	3194.1200	300.446	282.131	262.167	247.489	234.000	227.996	219.024	203.916	197.546	187.328	176.922	170.119	163.454	154.973	147.899				
VOLVO/FH 440 6X4R	3194.2100	319.42100	316.564	286.844	277.996	262.559	253.000	247.000	239.500	231.768	225.336	207.225	167.645	150.045	133.765	123.062				
VOLVO/FH 440 6X4T	3194.2200	322.559	305.650	279.908	273.524	262.445	252.934	246.813	239.500	231.768	225.336	207.225	167.645	150.045	133.765	123.062				
VOLVO/FH 480 4X2R	3194.2300	204.434	270.979	265.492	252.842	246.813	239.500	231.768	225.336	207.225	167.645	150.045	133.765	123.062						
VOLVO/FH 480 4X2T	3194.2500	307.191	319.42500	317.065	220.682	283.537	277.137	262.445	252.934	246.813	239.500	231.768	225.336	207.225	167.645	150.045	133.765	123.062		
VOLVO/FH 480 6X4R	3194.2600	338.034	317.065	220.682	283.537	277.137	262.445	252.934	246.813	239.500	231.768	225.336	207.225	167.645	150.045	133.765	123.062			
VOLVO/FH 480 6X4T	3194.2700	326.454	306.629	282.638	277.137	262.445	252.934	246.813	239.500	231.768	225.336	207.225	167.645	150.045	133.765	123.062				
VOLVO/FH 4X2T	3194.1100	253.117	240.724	232.954	220.217															
VOLVO/FH 520 4X2R	3194.2800	287.756	265.634	242.273	232.227	226.813	219.024	203.916	197.546	187.328	176.922	170.119	163.454	154.973	147.899					
VOLVO/FH 520 6X2T	3194.2900	319.43000	319.874	270.307	260.482	253.546	246.813	239.500	231.768	225.336	207.225	167.645	150.045	133.765	123.062					
VOLVO FH 520 6X4R	3194.3100	344.368	323.152	293.938	283.546	270.307	260.482	253.546	246.813	239.500	231.768	225.336	207.225	167.645	150.045	133.765	123.062			
VOLVO/FH 520 6X4T	3194.3200	332.423	312.314	286.011	280.168	264.475														
VOLVO/FH 6X2T	3194.1000	263.593	254.906																	
IMP/VOLVO FH12 340 4X2	30970.600																			
IMP/VOLVO FH12 340 6X4	30970.400																			
IMP/VOLVO FH12 380 4X2	30970.100																			
VOLVO/FH12 380 4X2 R	33452.100																			
VOLVO/FH12 380 4X2 T	33452.000																			
VOLVO/FH12 380 6X2T	33456.900	250.095	255.910	255.573																

[illegible]



[illegible]

[illegible]